

Instituto Sedes Sapientiae

Conselho de Direção do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae – gestão 2012/2014

Anna Mehoudar (Administração e Tesouraria), Célia Klouri (Representante da Comissão de Admissão), Cristiane Curi Abud (Eventos), Eva Wongtschowski (Relações Internas), Gisela Haddad (Publicações), Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes (Relações Externas), Noemi Moritz Kon (Grupos de Formação Contínua), Paulo Jeronymo Pessoa de Carvalho (Transmissão, Pesquisa e Intervenções Externas), Rita de Cássia Cardeal (Clínica)

Percurso

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXVI : JUNHO DE 2014

Conselho Editorial

Eliana Borges Pereira Leite, Leda Maria Codeço Barone, Lilian Quintão, Mania Deweik, Maria de Lourdes Caleiro Costa, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes

Coeditora convidada deste número

Ana Helena de Staal (Paris)

Grupo Administrativo

Anna Mehoudar, Eva Wongtschowski, Maria Antonieta Whately, Renato Mezan

Grupo de Entrevistas

Ana Patitucci, Bela M. Sister, Cristina Parada Franch, Danielle Breyton, Deborah Jean de Cardoso, Silvio Hotimsky

Grupo de Debates

Cristiane Abud, Gisela Haddad, Vera Blondina Zimmermann, Thiago Majolo

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves (coordenadora), Darcy Haddad Daccache, Elisa Ulhôa Cintra, Janaina Namba, Mania Deweik, Maria de Lourdes Caleiro Costa, Renata Udler Cromberg, Sergio Telles

Conselho Científico, Consultores *ad hoc*

Abrão Slavutzky (Porto Alegre), Ana Cecília Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais), Ana Helena de Staal (Paris), Arthur Nestrovsky (São Paulo), Benny Lafer (Universidade de São Paulo), Daniel Orlievsky (Universidade de Buenos Aires), David Levisky (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Dominique Fingermann (Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano), Elias M. da Rocha Barros (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Gilda Sobral Pinto (Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro), Heitor O'Dwyer de Macedo (Quatrième Groupe), Inês Marques (Société Psychanalytique de Paris), João A. Frayze-Pereira (Universidade de São Paulo), Joel Birman (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Luís Celes (Universidade de Brasília), Luis Cláudio Figueiredo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Luiz Eduardo Prado de Oliveira (Quatrième Groupe), Marcelo Marques (Association Psychanalytique de France), Marcia Neder Bacha (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Maria Helena Fernandes (Instituto Sedes Sapientiae), Maria Rita Kehl (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), Marlise Bassani (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Nelson Coelho Jr. (Universidade de São Paulo), Purificación Barcia Gomes (Instituto Sedes Sapientiae), Rosine Perelberg (British Psychoanalytic Society), Urania Tourinho Peres (Colégio de Psicanálise da Bahia)

Linha editorial

Percurso é publicada pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É uma revista científica dedicada ao avanço dos conhecimentos psicanalíticos em suas vertentes clínica, teórica, metodológica e epistemológica. Visando a estimular o debate entre as várias correntes da Psicanálise, aceitamos trabalhos de todas as orientações, tanto de membros do Departamento quanto de colegas de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Pautamo-nos por um ideal exigente de qualidade científica, literária e estética, pela abertura às inovações consistentes, pelo respeito à complexidade da vida psíquica e dos fenômenos socioculturais, pela recusa do dogmatismo, da intolerância e dos reducionismos, pelo diálogo com as áreas conexas. Acreditamos que o pensamento crítico contribui para libertar o espírito das amarras que o prendem à ignorância e ao sofrimento. Como disse Freud, "a voz da razão é suave, mas termina por se fazer ouvir".

Revisão

Simone Zaccarias • Tel.: (11) 9-9897-1362 • simonezac@yahoo.com.br

Projeto e produção gráfica

Sergio Kon • A Máquina de Ideias • Tel.: (11) 3062-6086 • amaquina@aclnet.com.br

Assinaturas

Angela Maria Vitorio • Tel./Fax: (11) 3081-4851 • percurso@uol.com.br

Capa

Sergio Sister. *Manuscrito*. Óleo sobre papel. 27x40 cm. 1989.

Coordenação editorial / Recepção de originais para publicação

Renato Mezan • Rua Amália de Noronha, 198 • 05410-010 São Paulo • Tel./Fax: (11) 3081-4851

Grafia atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Site na Internet: <http://revistapercurso.uol.com.br> • e-mail: percurso@uol.com.br

Percurso é indexada em *Psychoanalytic Abstracts*, Washington, D.C., USA.



Instituto Sedes Sapientiae
R. Ministro de Godoy, 1484
05015-900 São Paulo SP
Tel.: (11) 3866-2730
Secretário dos Departamentos:
Juliano Pedrosa Chrisostomo

deptodepsicanalise@sedes.org.br



Gráfica e Editora Santuário
Rua Pe. Claro Monteiro, 342
12570-000 Aparecida SP
Tel.: (12) 3104-2000
Fax: (12) 3104-2036
0800-16-00-04

Figuras políticas do mal:
limites do humano

Percursos52

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXVI : JUNHO DE 2014

Sumário

Table of contents

7 Editorial
Letter from the editors

TEXTOS PAPERS

9 O enigma do traumatismo extremo
The enigma of extreme trauma
Marcelo Viñar

17 Aparelhagem psíquica, destrutividade e *Kulturarbeit*
Psychic apparatus, destructiveness and Kulturarbeit
Georges Gaillard

3

27 Tortura, o pior do humano
Torture, the worst of humanity
Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes

35 Os indigentes da memória
The indigents of memory
Jeanne Marie Gagnebin

41 Figuras da resistência, o *homo sacer* brasileiro contemporâneo e a construção do comum
Figures of resistance, the Brazilian contemporary homo sacer and the construction of the common
Maria Angela Santa Cruz

51 Tentando nomear o irrepresentável: marcas de uma história
Trying to name the irrepresentable: marks of a story
Miriam Chnaiderman

61 Banido, bando, bandido, bandeirante
Banned, bunch, bandit, bandeirante
Paulo Endo

- 71 A psicanálise e as consequências psíquicas dos fenômenos ditatoriais
Psychoanalysis and the psychic consequences of dictatorial phenomena
Maria Cristina Ocariz
- 81 Desvitimização: trabalho psíquico
Unvictimization: psychic work
Mara Selaibe
- 89 Estado de exceção e desamparo
State of exception and helplessness
Flávio Carvalho Ferraz
- 95 Trauma e dessubjetivação
Trauma and desubjectivation
Mario Pablo Fuks
- 103 Afinal, o que faz um psicanalista na Clínica do Testemunho?
After all, what does a psychoanalyst do in the Clinic of Testimony?
Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi
- 113 A clínica como testemunha: silêncio e representação
The clinic as a testimony: silence and representation
Rodrigo Blum
- 119 Memória sem lembrança
Memory without remembrance
Moisés Rodrigues da Silva Júnior
- 125 O trauma, a palavra e a memória na Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae
Trauma, language and memory in the Sedes Sapientiae Institute's Clinic of Testimony
Maria Cristina Ocariz (Coord.) + Lia L. Telles Rudge +
Maria Carolina G. Sciulli + M. Liliana I. E. Martins Pereira +
Nana C. Navarro + Paula S. Trindade + Tereza C. Gonçalves

- 137 Sofridas reflexões
Painful reflections
Sérgio Telles
- 145 De como o terrorismo de estado pôde atingir o campo da saúde mental na Argentina
On how state terrorism affected the field of mental health in Argentina
Lucía Barbero Fuks
- 151 Para não fazer o elogio do sinistro
Let us not sing the praises of the sinister
Heidi Tabacof

ENTREVISTA

INTERVIEW

- 155 Chaim Samuel Katz
Não nos curaremos somente com palavras
We'll not be cured solely with words

5

DEBATE

DEBATE

- 167 O ódio necessário
The necessary hatred
Joel Birman + Maria Laurinda R. de Sousa + Ricardo Rodolfo

LEITURAS

BOOK REVIEWS

- 177 Palavras do Conselho Editorial de Resenhas
A message from the Editorial Board for Book Reviews
- 178 O inumano faz parte do humano [*Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano*]
Inhuman is part of the human
Heitor O'Dwyer de Macedo
- 189 Perguntando, transmitir: o entrevistar [*Psicanálise Entrevista*]
Questioning, transmitting: on interviewing
Eveline Alperowitch

- 192 Desembrulhando pacotes [*O Psicanalista na Comunidade*]
Unpacking packs
Sylvia Loeb
- 199 *Rêverie* e interpretação: captando algo humano
[*Rêverie e Interpretação*]
Rêverie and interpretation: capturing something human
Gina Tamburrino e Marina Ribeiro
- 203 Dostoiévski, o terapeuta [*Os ensinamentos da loucura – a clínica de Dostoiévski*]
Dostoievsky as a therapist
Sérgio Telles
- 206 A incestualidade na cena familiar
Incestuality in the family scene
Maria Lucia de Souza Campos Paiva
- 210 Colaboradores deste número
Contributors to this issue
- 212 Normas para envio de artigos e resenhas
Rules for contributors
- 214 Onde encontrar *Percurso*
Where to find Percurso
- 216 Para assinar *Percurso*
How to subscribe to Percurso

Editorial

Figuras políticas do mal: limites do humano

7

Passados cinquenta anos do golpe civil-militar de 1964, a pergunta persiste: o que teriam os psicanalistas a dizer ou acrescentar a esse assunto, objeto de tantas publicações desde então. Pouca bibliografia encontra-se que fale desde a intersecção da psicanálise e política a respeito da ditadura brasileira e suas marcas naqueles que a viveram mais diretamente ou nas gerações subsequentes.

Neste momento, reiteramos os princípios que nortearam a fundação de nosso Departamento em 1985, como espaço institucional de formação e intervenção da Psicanálise na cultura, através de uma visão não dogmática e socialmente engajada. Acontecia nesse momento o início da redemocratização no Brasil e se ponderava sobre as formas possíveis de inserção social e política dos psicanalistas.

Durante 2014, várias iniciativas de reflexão sobre as repercussões da ditadura civil-militar no Brasil, iniciada com o golpe de 1964, nos incentivaram a publicar um número temático que incluísse contribuições de psicanalistas sobre esse nefasto acontecimento.

A partir dessa decisão, a revista *Percurso* convidou membros do Departamento e de outras instituições psicanalíticas a escrever sobre as reverberações da ditadura, conforme sua própria percepção. O resultado materializou-se na construção deste número, que focaliza os efeitos sobre as subjetividades – no limite do humano – das figuras políticas do mal, particularmente na maneira que assumiram durante a ditadura civil-militar no Brasil.

PERCURSO 52 : p. 7-8 : junho de 2014

O elenco de leituras expande o pensamento e sentimentos de psicanalistas sobre o enclave que a violência desmedida e a crueldade extrema provocaram no país. Em todas as seções da Revista, os textos e as falas consolidam o questionamento e a indignação frente à barbárie. As contribuições vão desde relatos de caráter pessoal até outros que questionam frontalmente a posição do analista, diferente daquela do cientista político, do historiador ou do jurista. Perguntam inclusive onde estavam –salvo honrosas exceções– os psicanalistas e de que forma se conduziram diante do terror.

Alguns autores se referem ao *homo sacer* brasileiro, aos excluídos. Outros trazem a questão do exílio, da memória. Memória que se desmancha pelo desmentido, pelo apagamento da prova de realidade, esquecimento que se perpetua na sociedade como um todo. Ainda, o papel do ódio na economia psíquica em sua dupla dimensão paradoxal: ora como ódio destrutivo, ora como afeto necessário. Nessa direção, a tortura, filha da crueldade, algo da ordem do demasiadamente humano, há que ser considerada como crime de lesa humanidade, inafiançável.

A inédita contribuição de vários membros do Departamento de Psicanálise, inclusive a partir das Clínicas do Testemunho, prova, sim, que as questões da ditadura civil-militar são questões para a psicanálise. São questões para a clínica, para a teoria, e incluem o lugar do psicanalista e da psicanálise frente ao trauma e ao silenciamento; frente à dor extrema e ao esquecimento; frente ao Estado que substituiu a legitimidade da lei pelo Estado de Exceção. As marcas desse período impregnaram o país. Vivências do sinistro, do irrepresentável, do pior e do inominável transitam entre textos e entre os autores, e falam sobre o Brasil e sobre outras experiências do terror.

Reunir estes ensaios, leituras, debate e contribuições também de experiências de horror externas ao Brasil atualiza a afirmativa freudiana de que nenhuma geração pode ocultar das gerações seguintes o que uma vez ocorreu. Não pode ocultar o que presenciou e que reverbera ainda sem respostas, e muitas vezes sem representação possível.

Este número de *Percurso* revitaliza as raízes de nossa fundação.

O enigma do traumatismo extremo

notas sobre o trauma, a exclusão e seu impacto sobre a subjetividade

Marcelo Viñar

Resumo O autor procura centrar o problema da tortura planejada como assunto político e cidadão, afastando-se da tradicional medicalização vitimológica. Considera que seus efeitos e consequências excedem o sofrimento psíquico e fazem adoecer o laço social por várias gerações. As marcas danosas ou criativas desse processo são definitivas, e é ilusório pensar em uma reparação integral, como implícito nas noções de PTSS (*post traumatic stress disorder*) e de resiliência.

Palavras-chave traumatismo; violência; sujeito; simbolização; horror extremo.

Tradução: Darcy Haddad Daccachee Renato Mezan.

Marcelo Viñar é médico, psicanalista e ex-professor agregado de Educação Médica na Universidade de Montevideu, Uruguai. É autor, entre outros, de *Exílio e Tortura* (Escuta), *Psicoanalisar hoy*, *Mundos Adolescentes* e *Vértigo Civilizatorio* (todos pela editora uruguaia Trilce). O texto aqui publicado foi originalmente uma conferência em Paris.

A noção de trauma adquiriu tal extensão e amplitude, tanto na diversidade das suas causas como na magnitude ou intensidade dos seus efeitos, que é necessário reconhecer sua heterogeneidade, a fim de recuperar a precisão do conceito e evitar que se torne um saco de gatos, transformando a problemática em questão numa Torre de Babel.

Sabemos que o uso do termo não é o mesmo em Medicina e em Psicanálise. Na primeira, trata-se de reparar o dano atual, e tudo depende da adequação ou proporcionalidade entre causas e efeitos. Em nosso ofício, a ação *après coup* e a ressignificação – costuma-se dizer a ressimbolização do trauma – configuram o essencial do problema; é uma reparação ou cicatrização de longa duração, que repercute inclusive na transmissão entre gerações.

O tema da sedução originária e do choque sexual primário (cuja conceitualização ocupou Freud por muito tempo e seus sucessores até o presente) tem relação distante com o horror dos campos, do genocídio e da tortura, que foi e continua sendo uma obsessão da atualidade. Tampouco podemos utilizar as mesmas coordenadas de análise para o trauma que ocorre na intimidade do incesto e para o que se desenvolve na esfera pública e maciça da violência política, para aquele que resulta de catástrofes naturais, ou para o que resulta de ações humanas iníquas e cruéis, concebidas lúcida e metodicamente. O assunto é, pois, de uma vastidão que obriga a fragmentá-lo em capítulos ou tópicos capazes de serem abarcados por um enfoque até certo ponto consistente.

Minha proposta é abordar o trauma extremo, formular algumas conjecturas sobre seus efeitos a longo prazo, no que concerne à violência política (tortura e desaparecimento, guerra e genocídio),



*preciso expressar minha
discrepância frente
às noções de neurose traumática,
P.T.S.S. (Post Traumatic Stress
Syndrome) e resiliência*

e também sobre o genocídio frio da marginalização e exclusão que caracterizam a organização produtiva e societária em vários países da América Latina. Esses traços talvez constituam uma relíquia atual daquela mentalidade colonial tingida de suposta superioridade étnica dos brancos de origem europeia frente à população nativa.

Medicalização vs inscrição na cultura

Para começar – com o devido respeito e reconhecimento às instituições que convocaram este colóquio, e sem querer centralizar o problema numa querela de palavras ou numa guerra nominalista – preciso expressar minha discrepância frente às noções de neurose traumática, P.T.S.S. (*Post Traumatic Stress Syndrome*) e resiliência. As primeiras medicalizaram o problema e promoveram uma taxonomia de sintomas e síndromes que, ao enfatizar as consequências sobre o corpo afetado, sublinham o acessório e se desviam do essencial: o efeito devastador sobre a estrutura psíquica do afetado e do seu meio, tanto na atualidade candente quanto no longo prazo da transmissão intergeracional.

A noção de resistência, mais recente, inspira-se na Física: denota a capacidade de, após ter sido submetido a condições extremas, algo como um elástico ou uma mola recuperar ou não suas condições originais de textura e resistência. Extrapola-se desse fato a capacidade de regeneração da psique ao cessarem certas condições extremas de violência. Esta noção tem a virtude

de combater a vertente vitimológica do dano, e denunciar o benefício secundário dos sintomas. Sugere abrir um desenlace criativo em vez do valor que ordinariamente se atribui à seqüela, porém comporta uma vocação normalizante que nos parece errônea, e mesmo nociva.

Seria absurdo paralisar-nos numa guerra de palavras. O que importa é resistir à medicalização do problema, e não contribuir para a ficção de uma sociedade de afetados e ileso. Tentamos nos posicionar de outro modo, em outra lógica: colocamo-nos na perspectiva que enfatiza ou sublinha a noção de *marca* ou de *inscrição*, dani-nha e/ou saudável. E, sobretudo, postulamos que como *consequência de um macrotraumatismo tudo o que somos fica tingido – de modo evidente, oculto ou subreptício – pela experiência traumática, tanto no padecimento como na atividade sublimatória e criativa*. A divergência no posicionamento inicial é radical e tem pesadas consequências nas metas de um processo terapêutico, assim como na escolha dos itinerários a percorrer. Não é o mesmo pensar em termos de neurose traumática ou de marca/ inscrição, e isto evidentemente tem consequências nos desenvolvimentos e na compreensão que extraímos do processo.

Por conseguinte, a querela não é terminológica, e sim doutrinária. Uma visão ressalta o dano, a cicatrização ou o aspecto ileso do corpo e da alma (do soma e do aparelho psíquico); sua vocação é inscrever-se no discurso médico ou psicopatológico. Já a outra, que subscrevemos, acentua a inscrição na cultura e na história. A mudança terminológica aponta também para uma mudança na valoração: não consideramos o trauma univocamente como despojo ou infâmia, mas como violência capaz de reverter sua dimensão danosa e de proporcionar um destino de criatividade¹.

Pensamos que o efeito da normalização visado pela ideia de resiliência, assim como a ação catártica com a qual trabalha o modelo P.T.S.S., deixa na sombra uma dimensão essencial do problema. É certo que, enquanto recriação do momento traumático, a catarse não é apenas repetição alucinatória, porque a testemunha (um

ser humano auxiliador e coparticipante) é algo novo e inédito. Mas obter esse espaço relacional íntimo é um ponto de partida, não de chegada. As testemunhas – no singular e no plural – são decisivas para que o narrador assuma a transmissão da sua experiência. Não existe narrador sem ouvinte, nem humanidade sem narração: somos feitos tanto de palavras como de carne. É nesse espaço íntimo que se engendra a produção de psiquismo, estabelecendo balizas² e itinerários nos quais se constroem amores e solidões.

Horror e vazio representacional

Mas as figuras do mal (tortura, desaparecimento, guerra, genocídio) não geram experiência nem ensinamento, e sim vazio representacional. A experiência catastrófica é um buraco na continuidade das representações inerente à vida psíquica. O horror e a dor extrema não produzem experiência, mas espanto; não produzem representações nem relato, apenas vazio representacional. Por conseguinte, o que aconteceu é difícil de transmitir e de compartilhar. A palavra catártica se torna robotizada e configura uma paródia, um simulacro do seu valor de troca entre humanos. Não há processo de interiorização/objetivação da experiência. Os soldados vinham mudos das trincheiras de Verdun, nos contou Walter Benjamin. Tornar representável – isto é, transmissível – o que suprimiu as condições de representabilidade, de produção de um relato compartilhável, é tarefa árdua. A exteriorização compulsiva de uma palavra catártica é algo diverso do *insichgehen* (entrar em si): este é um movimento de interiorização, de exame de si

- 1 É difícil precisar, sem correr o risco de omissão, a lista de autores (colegas e escritores da literatura concentracionária, tanto europeus quanto latino-americanos) que nos ajudaram a compreender esse ponto crucial: a distinção entre medicalização e inscrição na cultura é um divisor de águas que conduz a sequências e itinerários diversos. Mas, falando em Paris, não posso deixar de manifestar meu reconhecimento aos relevantes trabalhos de Janine Altounian.
- 2 O original castelhano fala em *andariveles*. Estes são as cordas que, numa piscina, separam as faixas designadas a cada competidor. Na ausência de um equivalente exato em nossa língua, optamos pelo termo *balizas*, que expressa bem a ideia do autor [Nota dos tradutores].

»
*o mundo concentracionário –
como paradigma do horror – não é
processável como memória:
é dor insuportável,
e sempre atual*

mesmo, de autorreflexão. É esse movimento que dá substância ao acontecer, significando-o, criando uma alternância entre as experiências transitiva e reflexiva, ou reinstalando a diferença entre pensamento e alucinação. Ora, é tal alternância que se interrompe na experiência do horror.

Talvez seja mais simples e eloquente apoiar esse debate com palavras de um anônimo sobrevivente do campo: “Quem nunca esteve em Auschwitz nunca terminará de entrar; quem esteve, nunca acaba de sair...”. O mundo concentracionário – como paradigma do horror – não é processável como memória: é dor insuportável, e sempre atual. Como diz Semprun, “algo de si sempre fica lá, mesmo que outra parte sempre possa continuar amando, odiando, trabalhando, empenhando-se em projetos ou enfurecendo-se”. Esta profunda clivagem é própria do traumatismo extremo; o equilíbrio ou a perpétua elaboração dela será o núcleo de preocupação no desenvolvimento do presente texto.

“Quem nunca esteve no universo concentracionário jamais terminará de entrar; quem esteve jamais acaba de sair.” Como pensar o abismo dos universos simbólicos que separam um e outro, ao que parece de maneira definitiva e irredutível? Essa sentença colou-se em mim como uma sanguessuga (ou carrapato), se me impôs como assédio psíquico, como enigma a decifrar. Um colega alemão, Hans Stoffels, conta que, após ter escrito a *Divina Comédia*, Dante era evitado pelos habitantes de Verona, porque tinha visitado o inferno.

Como conceber, então, a especificidade da memória do terror? A experiência do espanto,



*se a distância entre o fato
experiencial e sua representação
é sempre problemática,
tal dificuldade se multiplica
de modo exponencial nas zonas
extremas do prazer e do horror*

como dissemos, não gera ensinamento nem experiência, mas apenas vazio representacional. A dor originária do trauma se reitera alucinatoriamente, e são lentos os recursos psíquicos para fazer com que esse animal furioso que é a alucinação se torne metabolizável. Da mesma forma, são lentos os recursos para conseguir, não digo domesticá-lo, mas ao menos torná-lo menos “queimante” para a pele psíquica, de forma que a sideração do sujeito afetado possa dar lugar a representações significativas para ele.

Sabemos que as palavras se referem aos fatos e os representam, às vezes de perto, às vezes a uma distância inexorável. Posso dizer “estou enamorado”, “estou horrorizado”, ou mais especificamente “esta noite fiz amor”, ou “tive um orgasmo”, e posso dar a estas afirmações a maior trivialização, ou, ao contrário, ficar emocionadíssimo. Em outros termos, podemos fazer destas experiências uma palavra plena ou vazia. Não dispomos do espaço de intimidade próprio da simbolização como dado inicial originário, como fazemos com o ar que respiramos, com a luz e com as cores para poder ver. É um registro que se constrói trabalhosamente, e nem sempre com sucesso: por vezes fracassamos na empreitada. É a distância entre a comunicação comum e a poética. Para poder comunicar-se, são sempre necessários dois, ainda que o outro seja eu mesmo, e esta tensão entre experiência imediata e pensamento é imprescindível.

Mas se a distância entre o fato experiencial e sua representação é sempre problemática, tal dificuldade se multiplica de modo exponencial

nas zonas extremas do prazer e do horror. A linguagem não é a verdade, diz Paul Auster, mas nosso modo de residir no mundo. E mesmo que o *pathos* habite e até inunde as palavras, é mister distinguir entre o afeto catártico da palavra evacuativa da dura experiência interior e a palavra que exprime a dor psíquica. Chegar a esse ponto é árido e árduo – talvez seja a parte mais longa e tediosa de um processo terapêutico – mas este não é um ponto de chegada, apenas de partida. É onde terminam os trilhos alucinatorios da repetição traumática, essa sideração da experiência que não pode ligar nem expulsar o espanto, e se paralisa no terror: o que algum autor chama “colapso na transicionalidade entre alucinação e pensamento”. É o que brota como aresta mais visível da chamada neurose traumática ou de guerra. Outra vez com palavras de Semprun: “É necessário que apareça um eu da narração que se tenha alimentado da minha vivência, mas que a supere, que seja capaz de incluir nela o vivido e o imaginário, a ficção, e por conseguinte, a ilusão. Uma ficção que fosse tão ilustrativa como a verdade, que contribuísse para que a verdade fosse verossímil e não siderante”.

Nada do que propomos se parece com a cicatrização do P.T.S.S., nem com a normalização psíquica para a qual aponta o conceito de resiliência. Trata-se de reconhecer, no trauma coletivo da barbárie totalitária, não apenas os danos corporais que a medicina deve reconhecer e tratar, nem somente os da sintomatologia psíquica, que a medicina integral ou psiquiátrica pode contribuir para atenuar, mas sim de centrar o foco ali onde o ser humano é um ser falante. Sua condição de ser político – como se sabe desde Aristóteles – não é um atributo adjetivo, mas uma condição constitutiva da sua humanidade. Esta utopia é tão inalcançável como imprescindível, irrenunciável. Sem ela, a solidariedade lúcida e consciente cai fatalmente no tobogã do assistencialismo altruísta, e reinstala no par terapêutico a dicotomia do doente e do ileso. Neste mundo de injustiça, quem está isento de ser vítima, algoz ou cúmplice da violência política? Por isso

é necessário manter essa utopia como referência: quem está doente é o laço social, não a vítima. Quando o trauma da violência política reassume seu verdadeiro estatuto – de ato político, e não de doença – o processo terapêutico será interminável, tão longo como a história da humanidade. “Eu não sou um doente, mas expressão do meu tempo”, dizia Hans Mayer, e depois Jean Améry, em *Além do crime e do castigo* (*Au-delà du crime et du châtement*).

Vocês recordarão o pesadelo recorrente de Primo Levi no kZ³: sonhava com o reencontro com seus seres queridos, e, no meio da narração das suas penúrias, eles se afastavam, frios e indiferentes... Da tortura “ninguém quer saber, ninguém pode crer”, enfatizava Michel de Certeau, e a incredulidade dos outros redobra a intensidade patógena do traumatismo. A empatia da testemunha envolvida é decisiva na recuperação do indivíduo afetado.

As mães e avós dos desaparecidos, as “Loucas da Plaza de Mayo”⁴, com seu deambular silencioso segurando a efígie de seus filhos, socializando lutos, penas e dores, mudaram o curso da história do nosso continente graças ao seu combate insubornável pela memória. Contra a memória oficial da celebração patriótica imposta pelas ditaduras, foram tecendo, passo a passo, o laço social destroçado pela tirania. Não se mede em anos, mas em décadas de trabalho e esforço, o tempo gasto para reverter a injunção de silêncio, para transformar a *proscrição* da memória em *prescrição* da memória. *Unfinishable business* (assunto interminável) é o título de um poema alusivo que Primo Levi escreveu pouco antes da

3 Sigla de *Konzentrationslager*, ou campo de concentração [Nota dos tradutores].

4 E. Gómez Mango, “El llamado de los desaparecidos”.

5 *Idem*.

6 “A multidão daqueles que não viveram suficientemente... Não é de uma pranteadora que precisam, mas de um adivinho... Precisam de um Édipo que lhes explique seu próprio enigma, cujo sentido eles ignoram. É preciso ouvir palavras que jamais foram ditas, que ficaram no fundo dos corações (procurem no seu, elas estão lá). É preciso escutar os silêncios da história”. (Cf. *Traumatismes et ruptures: I Colloque International des Églises Du Moyen Orient*, Centre Universitaire de Beyrouth, Líbano, out. 2002).

as mães e avós dos desaparecidos,
as “Loucas da Plaza de Mayo”,
mudaram o curso da história
do nosso continente graças ao seu
combate insubornável pela memória

sua morte. Assim ocorreu com o genocídio armênio, com a *Shoá*, com as desaparecimentos na América Latina, confirmando que se necessitam três gerações para construir e modelar a humanidade de um ser humano.

Sabemos que o terror emudece e trancafia a vítima na sua dor e no seu silêncio⁵. Isto ocorre no horror quente da guerra, do genocídio e da tortura, ou no horror gélido da marginalização e da exclusão, que privam o sujeito do seu direito a ter direitos. A cura, que em medicina é o silêncio dos órgãos, no trauma é o retorno da vítima à sua condição de sujeito, à sua condição de ser falante (*parlêtre*) e cidadão. Percorrer palmo a palmo o caminho da reparação é sempre um caminho singular e diferente, mas invariavelmente passa por resgatar a palavra e restituir uma memória apta a configurar um presente e projetar um futuro.

Possibilidades de reparação

La foule de ceux qui n'ont pas vécu assez... Ce n'est pas une pleureuse qu'il leur faut, c'est un devin. Il leur faut un Oedipe qui leur explique son propre énigme, dont ils n'ont pas les sens. Il faut entendre des mots qui ne furent jamais dits, qui restèrent au fond des coeurs (fouillez le vôtre, ils y sont) Il faut faire parler les silences de l'histoire⁶.

Coloco em epígrafe esta citação para evitar a suspeita de um sectarismo psicanalítico, e esclareço que não foi dita por nenhum grande psicanalista, mas por Jean Michelet no seu *Journal* de 30 de





*estamos convencidos de que,
mais aquém e mais além do trauma,
são imprescindíveis ao menos
três gerações para construir
e modelar o perfil
de um ser humano*

janeiro de 1842. Para uma humanidade capturada na jactância do progresso civilizatório, a data resulta impressionante, e pioneira da palavra criadora como fator terapêutico.

Escolho estas frases, escritas há mais de um século e meio, porque vão no sentido pertinente e preciso de desmedicalizar o problema do trauma maciço, de estender uma ponte sobre o abismo aparentemente insuperável entre os universos simbólicos daqueles que viveram e daqueles que não viveram o horror da experiência concentracionária, ou do genocídio frio e às vezes imperceptível da exclusão, que tantas vezes tratamos com o recurso da “distração cortês”. Escolho-as porque mostram como romper a dicotomia falaciosa de que há afetados e não afetados por esse agente patogênico inexorável e temível que a civilização continua produzindo – como argumenta Zygmunt Bauman em *Wasted Lives* (Vidas desperdiçadas), e também em *Modernidade e Holocausto*.

Escolho esse trecho porque mostra, reitero, como estabelecer um espaço humano – compartilhado e coloquial – onde havia alheamento e desconhecimento (para mim, a medicalização vai nessa direção). E porque situa ou recoloca o trauma coletivo em dois eixos essenciais: a *condição falante do ser humano e seu imperativo de transmissão entre gerações*. Estamos convencidos de que, mais aquém e mais além do trauma, são imprescindíveis ao menos três gerações para construir e modelar o perfil de um ser humano. Nosso nascimento não é somente produto da união de um óvulo e um espermatozoide, nem

apenas da dotação genética que lhe é inerente. Somos herdeiros e mensageiros (ou porta-vozes) do desejo parental e das suas proibições explícitas ou inconscientes, e é através deles que nos chegam os códigos e imperativos da linguagem e da cultura. Para dizê-lo com as palavras de Marc Augé em *Antropologia e vida cotidiana*: “O par natureza/cultura é indissolúvel na condição humana e coextensivo à sua condição de falante. Não há dicotomia entre o homem individual e o homem cultural. A identidade individual é na e pela relação com outros homens. A relação com o outro pode ser de exterioridade (o outro como distante e externo) ou de proximidade participante (empatia e interioridade)”.

A observação panóptica reificante ou o estabelecimento de um campo dialógico são as alternativas opostas nas quais se dá um encontro ou um desencontro entre seres humanos. A compreensão dos efeitos e das consequências do trauma e da exclusão são apenas um capítulo – relevante e crucial, sem dúvida – desta lógica na gênese da condição humana, que nossa clínica às vezes desconhece. Só nos humanizamos graças a pertinências e lealdades conflitivas com nossos ancestrais e contemporâneos, no interior de uma língua e de uma cultura, em continuidade ou em ruptura com a tradição, processando dores e alegrias dos nossos ascendentes, e constituindo um espaço próprio que iremos transmitindo aos nossos descendentes. Como lucidamente postula Hannah Arendt, “temos que abandonar a noção de identidade humana como mesmidade autorreferida. A humanidade dos homens só ganha relevo no contexto da copertinência ao mundo dos outros homens”.

Diz Imre Kertész:

O historiador francês Renan, grande especialista na questão, assinala que nem a raça nem a língua determinam uma nação; os homens percebem no seu coração que seus pensamentos e sentimentos são afins, como o são suas recordações e ilusões. Eu, porém, percebi muito cedo que recordava tudo de outra maneira, e que minhas ilusões se distinguiam também daquilo

que a pátria exigia de mim. Essa diferença, considerada vergonhosa, ardia em mim como um segredo, e me excluía do altissonante consenso ao meu redor, do mundo unânime dos homens. Carregava meu eu com um sentimento de culpa e com uma sensação de consciência cindida, até que – muito mais tarde – percebi que não era uma doença, e sim saúde, e que qualquer perda ficava recompensada pela lucidez e pelo ganho espiritual. Viver com um sentimento de desamparo: hoje em dia, é esse provavelmente o estado moral em que, resistindo, podemos ser fiéis à nossa época⁷.

Como afirmava Freud, “os escritores sabem mais que os psicanalistas”. A citação do autor húngaro, prêmio Nobel de Literatura, poderia ser lida como definindo o objetivo de um processo terapêutico.

Nestas coordenadas – e não na alternativa entre o silêncio e a estridência dos sintomas – é que se dá o processo de elaboração do trauma e da exclusão, que não são enfermidades do aparelho psíquico de um indivíduo, mas doenças do laço social. Pois não é a mesma coisa processar e transmitir o legado jubiloso com o qual, supõe-se, a espécie humana acolhe e beneficia seus filhos, e ser herdeiro do opróbrio, da humilhação e da vergonha dos ascendentes maculados.

Há um século, em *Totem e Tabu*, Freud assinalava que nenhum ato significativo de uma geração – ainda mais se for infamante ou vergonhoso – poderia ser ocultado da seguinte. A intimidade familiar é a caixa de ressonância que amplifica a peripécia da dor interior do traumatizado. O assédio recorrente de uma origem vergonhosa e humilhante transita sem fim ao longo das gerações, como sagazmente sugeria Michelet, cento e setenta anos atrás. A nobre tarefa das nossas instituições solidárias e dos nossos consultórios é necessária, porém não suficiente. Não se trata do uso midiático da tortura e do genocídio como espetáculo do horror, comovedor, mas no fundo apenas espetáculo; trata-se de vencer

7 Conferência de Imre Kertész: “Patria, hogar, país”.

»
*a sensibilização coletiva pela
denúncia do crime em eventos
desse gênero é algo tão reparador
e terapêutico quanto o compromisso
da nossa clínica*

o escândalo e a repugnância que nos provocam o devolver à luz, à cena pública, uma das facetas mais abjetas de que nossa espécie é capaz.

O fato é que aquilo que chamamos de progresso civilizatório por vezes se desloca na direção de um retorno à barbárie. A comunidade, concernida não apenas como espectadora indiferente, mas como testemunha comprometida ou cúmplice por omissão, é o polo que triangula a tarefa de reparação, que nos diz respeito não apenas como profissionais, mas sobretudo como cidadãos. A sensibilização coletiva pela denúncia do crime em eventos desse gênero é algo tão reparador e terapêutico quanto o compromisso da nossa clínica. Tarefa de longo curso, talvez interminável. Recorde-se como a pequena primeira edição da *Espécie Humana* de Robert Antelme demorou mais de uma década para se esgotar, mas depois se converteu em leitura imprescindível. As leis de impunidade e ponto final sufocaram durante décadas a memória na América Latina. Houve longos anos nos quais somente uns poucos abordávamos esses temas, e o gemido das vítimas era tratado pela maioria bem pensante com indiferença, quando não com ironia e com ódio. Hoje, um pujante movimento de direitos humanos, de justiça e condenação aos crimes de lesa-humanidade percorre o continente e o planeta, institucionalizando-se na Convenção Internacional pela Abolição da Tortura, e no Tribunal de Haia para crimes de lesa-humanidade (com exceção de Bush e seus sequazes).

Todos sabemos a importância e os limites deste tipo de instituições, como também da

massa anônima militante a que chamamos “opinião pública mundial”. Quero concluir com a moral já conhecida: o horror do trauma cresce na escuridão do segredo e da impunidade, e diminui quando assumimos a responsabilidade e o risco da

denúncia – ainda que arrepiados pelo escândalo e pelo impudor. Termino com a epígrafe do livro de meu amigo Daniel Gil, *O terror e a tortura*, que evoca um provérbio chinês: “Há assuntos que não agradam a ninguém. A mim também não”.

Referências bibliográficas

- Altounian J. (1990). *Les chemins d'Arménie*. Paris: Les Belles Lettres.
- Antelme R. (1996). *La Especie Humana*. Montevideo: Trilce.
- Gómez Mango E. (2004). *El llamado de los desaparecidos*. Montevideo: Cal y Canto.
- Kertész I. (1999). Patria, hogar, país. In *Un instante de silencio en el paredón*. El holocausto como cultura. Barcelona: Herder.
- Levi P. (1988). *Si esto es un hombre*. Buenos Aires: Ed. Editor.
- Puget J.; René K. (orgs.) (2006). *Violencia de Estado y Psicoanálisis*. (Amati-Sas; Braun; Galli; Kaës; Pelento; Puget; Ricón; Ulriksen Viñar; Viñar). Buenos Aires: Lumen.
- Puget, P. et al. (1989). *Violence d'état et psychanalyse*. Dunod: Paris.
- Semprun J. (2002). *La escritura o la vida*. Barcelona: Fábula Tusquets.
- Steinberg P. (1996). *Chroniques d'ailleurs*. Paris: Ramsay.
- Viñar M.; Ulriksen de Viñar M. (1989). *Exil et torture*. Paris: Denoël.

The enigma of extreme trauma

Abstract: The author seeks to situate the problem of systematic torture as a political issue that concerns political subjects, and to turn away from the prevailing medical perspective of victimization. He argues that the consequences of political violence largely exceed individual psychic suffering; on the contrary, they should be regarded as a sickness of the social link. Whether harmful or creative, the marks of this kind of violence are definitive, and notions like PTSD (Post Traumatic Stress Disorder) or resilience, which aim at a complete reparation/cicatrization of the trauma, lead to dangerous illusions.

Keywords traumatism; violence; subject; symbolization; extreme horror.

Recebido em: julho de 2014.

Aprovado em: setembro de 2014.

Aparelhagem psíquica, destrutividade e *Kulturarbeit*

elementos para uma clínica da instituição

Georges Gaillard

Resumo Os avanços da psicanálise surgiram da progressiva ampliação do seu campo para as configurações intra- e transsubjetivas. O interesse pela dimensão psíquica das instituições faz parte deste recentramento sobre os vínculos, os quadros e os aspectos profundos da psique. O autor propõe alguns elementos para fundamentar uma clínica das instituições. Para isso, focaliza as instituições de saúde e de trabalho social, ressaltando sua função de articuladoras entre o sujeito e o *socius*, assim como os impactos da hipermodernidade sobre elas. Entre os conceitos-chave dessa perspectiva, destacam-se os de primazia de Tânetos (desligamento mortífero) e de *Kulturarbeit* (trabalho da cultura).

Palavras-chave intersubjetividade; transsubjetividade; hipermodernidade; instituição; aparelhagens psíquicas; destrutividade; pulsão de morte; *Kulturarbeit*.

Tradução: Monica Seincman e Renato Mezan

Georges Gaillard é *maître de conférences* no Centre de Recherches en Psychologie et Psychopathologie Clinique (Université Lumière, Lyon 2). É também psicanalista, membro do Quarto Grupo.

Enquanto Eros inventa processos de ligação, organizações de desejo, vias de alianças possíveis entre as exigências pulsionais do Id e as exigências narcísicas do Ego, Tânetos exige do indivíduo e do conjunto humano que a *Kulturarbeit*, obra conjunta do singular e do coletivo, invente uma alternativa à atração do assassinato e à atração da autodestruição, mas que possa contentar Tânetos.
[Nathalie Zaltzman, *De la guérison psychanalytique*]

Os avanços da psicanálise foram produzidos a partir das suas margens, pela extensão progressiva do seu campo de aplicação. A eclosão e a multiplicação dos trabalhos sobre as dimensões inter- e transsubjetivas da psique surgiram do encontro de alguns psicanalistas com novos objetos – o “objeto grupo”, o “objeto família” e o “objeto instituição” – e, de modo mais geral, das interrogações sobre a configuração psíquica do laço social. De fato, numerosos impasses epistemológicos forçaram-nos a ampliar o campo de observação, a nos descentrarmos do foco exclusivo na dinâmica intrapsíquica, a retomar e a continuar aquilo que nos trabalhos de Freud sobre o campo social havia sido durante um tempo pouco considerado.

No mesmo período, também ocorreram outros desenvolvimentos, com a passagem da primazia da neurose à dos estados (ditos) limites, passando pela exploração das potencialidades psicóticas. Ora, estas pesquisas psicanalíticas em torno do campo da psicose e sua progressiva evolução foram construídas simultaneamente à investigação do campo dos conjuntos plurissubjetivos (grupo, família e instituição). Junto com a pesquisa acerca do campo social e da cultura, elas revelaram a importância das configurações *arcaicas* da psique.

17

PERCURSO 52 : p. 17-26 : junho de 2014



*a propósito da resposta
do objeto, toda uma ala
da psicanálise atual
apoiou-se no aforismo
de D. W. Winnicott:
“Não existe esta coisa
chamada bebê!”*

18

PERCURSO 52 : junho de 2014

Para nos tornar sensíveis a estas dinâmicas, foi necessário levar em conta a intersubjetividade e a transubjetividade, e nos interessarmos pelas configurações dos vínculos (as “alianças inconscientes”, na terminologia de Kaës), pela resposta do objeto na psicogênese do sujeito, e pelas dimensões mais profundas da psique.

A propósito da resposta do objeto, toda uma ala da psicanálise atual (que não se refere diretamente à metapsicologia dos vínculos de grupos) apoiou-se no aforismo de D. W. Winnicott: “Não existe esta coisa chamada bebê!”. A exploração centrou-se então no espaço do encontro, nos processos que fazem com que ele seja “suficientemente bom”, ou, ao contrário, um “mau encontro”, e que, a partir daí, vão especificar a história de um sujeito e do seu grupo de pertencimento. Tais pesquisas contribuíram, pois, para colocar a intersubjetividade em foco.

Diversos desafios foram colocados à psicanálise, posteriormente às descobertas freudianas, pelas diferentes barbáries que caracterizaram o século xx. Elas levaram a prolongar as intuições de Freud acerca da dualidade pulsional Eros/Tânatos, a considerar a importância central da pulsão de morte na compreensão da dinâmica entre humanização e desumanização, e a queda sempre possível para o lado da destrutividade¹.

1. Organização da proposta

Quando consideramos a instituição, esta aparece como um espaço de articulação entre o sujeito e o *socius*. Por este motivo, os processos psíquicos que nela se dão constituem um dos terrenos que continuam a requerer atenção dos psicanalistas. Numa perspectiva metapsicológica, proporei nas páginas seguintes alguns elementos para uma clínica da instituição. Interrogarei a noção de instituição (em sua dimensão psíquica), e o registro da negatividade, na medida em que este especifica a psicanálise. Em seguida, nos voltaremos para aquilo que numa dada sociedade caracteriza as instituições de saúde e de trabalho social, assim como o trabalho que elas realizam em prol do coletivo. Assinalo desde já que estas instituições ganham em legibilidade se forem pensadas a partir da primazia do desligamento (em seu aspecto mortífero), a partir da primazia da *negatividade*, da primazia de Tânatos.

Seguindo esta trilha, seremos levados a considerar as mutações contemporâneas e a transformação dos metaquadros que afetam nossa hipermodernidade, as incidências disso sobre o vínculo social, e sobre a própria construção do sujeito². Basta pensar numa das transformações mais manifestas da nossa modernidade tardia, que, dando sequência à individualização progressiva dos sujeitos (no projeto de emancipação proveniente das Luzes), desembocou no excesso contemporâneo que promove um individualismo furioso, ao mesmo tempo que ataca e destrói o vínculo grupal e a figura do Outro. Interrogaremos a maneira como essas mutações impactam as funções de *intermediário* e *articulador* ocupadas pelas instituições em prol do *socius*.

2. A metapsicologia dos vínculos

Embora para vários psicanalistas a prática com grupos tenha se tornado um instrumento de trabalho cotidiano, este ponto de vista ainda está longe de ser compartilhado pela comunidade

analítica. Devemos, pois, assinalar a ancoragem da metapsicologia do(s) vínculo(s) no *corpus* freudiano.

Uma noção que se tornou central no pensamento psicanalítico sobre os grupos é a de *aparelhagens*. Trata-se de uma proposta de René Kaës, que a vem desenvolvendo desde 1976, data da primeira edição de *O aparelho psíquico grupal*³. Apoiando-nos no que ele denomina “metapsicologia de terceiro tipo”, ou “metapsicologia dos espaços psíquicos coordenados”, é possível pensar num “aparelho psíquico institucional”, num “aparelho psíquico grupal”, etc.

Nessa proposta, a ênfase colocada sobre a noção de *aparelhagem* retoma a afirmação de Freud em *Introdução ao Narcisismo*: “o indivíduo, efetivamente, leva uma dupla existência: ele mesmo é seu próprio fim, e também elo de uma corrente à qual está submetido contra sua vontade, ou pelo menos involuntariamente”.

René Kaës insiste no fato de que o sujeito está inserido numa “cadeia intrassubjetiva e intergeracional da qual é ao mesmo tempo elo, servidor, herdeiro e beneficiário”⁴. O sujeito é o sujeito do vínculo, sujeito no vínculo. Para continuar com aquilo que no texto freudiano oferece bases para fundar um pensamento da intersubjetividade, mencionemos um texto de 1921:

O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer muito importante, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto. [...] Na vida psíquica

»
René Kaës insiste no fato de que o sujeito está inserido numa “cadeia intrassubjetiva e intergeracional da qual é ao mesmo tempo elo, servidor, herdeiro e beneficiário”

do indivíduo tomado isoladamente, o outro está regularmente envolvido como modelo, objeto, auxiliar ou oponente, de maneira que desde o começo a psicologia individual – nesse sentido ampliado, mas inteiramente justificável – é simultaneamente psicologia social⁵.

A esta afirmação freudiana faz eco uma nota tardia datada de 22 de agosto de 1938, que soa como programática para a ampliação teórica e prática do campo de exploração da psicanálise: “é possível que a espacialidade seja a projeção da extensão do aparelho psíquico. Nenhuma outra derivação é provável. Em vez das condições *a priori* do aparelho psíquico segundo Kant. *A psique é extensa, nada sabe a respeito*”⁶. Tal afirmação desloca e desconstrói a ideia de uma psique circunscrita ao intrapsíquico, abrindo espaço para as dimensões inter- e transsubjetivas.

3. A instituição matriz da subjetividade

A respeito das instituições, lembro que elas são emergências da sociedade que asseguram a estruturação, o ordenamento e a perenização de um grupo social, e que constituem a própria condição desta estruturação – numa “recursão organizacional”, no dizer de Edgar Morin.

1 Aqui é preciso assinalar a importância dos trabalhos de Nathalie Zaltzman e de Pierre Fédida (ver referências bibliográficas ao final deste artigo).

2 A obra publicada em 1989 sob a direção de Janine Puget, René Kaës e Marcelo Viñar (*Violence d'état et psychanalyse*) foi pioneira na exploração deste campo. A estes autores, convém acrescentar o nome de Janine Altounian e o de Sylvia Amati-Sas (ver referências bibliográficas).

3 Cf. R. Kaës, *L'appareil psychique grupal*. Entre os pesquisadores que desenvolveram abordagens próximas, vale lembrar Isidoro Berenstein e Janine Puget, que propuseram, na Argentina, uma *Psicanálise do Vínculo* (2008).

4 Cf. R. Kaës, *Les théories psychanalytiques du groupe*.

5 S. Freud, *Psicologia das massas e análise do ego*.

6 S. Freud (1938), *Résultats, idées, problèmes II*.



ao propor a hipótese da pulsão
de morte e enfatizar aquilo
que no humano resiste à humanização,
Freud reafirma que o fundo
de destrutividade e de barbárie
inerente à constituição
do sujeito nunca é
totalmente transformado

20

PERCURSO 52 : junho de 2014

Participam da construção de um pano de fundo, este mesmo que condiciona a emergência de uma forma⁷. São as matrizes transsubjetivas da construção dos sujeitos (em seu ser subjetivo e em seu social. Concernem portanto ao próprio processo de humanização, e à manutenção dele. Correlativamente, as instituições têm por função estabilizar e ligar a negatividade inerente à humanidade do homem (o fundo de onipotência jamais erradicada de “Sua Majestade, o Bebê”, sua avidéz predadora), negatividade que para todo sujeito constitui a vertente mortífera do narcisismo (A. Green), “do desejo de ser tudo” (G. Bataille) quando o narcisismo não mais se apoia em suas amarras com a alteridade (falta de apoio que constitui justamente uma das características da nossa hipermodernidade).

Esta dupla dimensão – inscrever o sujeito e designar-lhe limites – coloca as instituições na posição de encarnar o “bem comum” (E. Enriquez). Em outras palavras: os aspectos instituintes das instituições as configuram como essenciais aos diferentes processos envolvidos na subjetivação, ao mesmo tempo que servem de depósito para os aspectos arcaicos (simbióticos) da psique, estudados entre outros por Elliot Jaques e José Bleger. Elas estão, portanto, simultaneamente a serviço do desconhecimento, da

negativação e da constituição de um impensado necessário ao vínculo. Diz Bleger:

Toda instituição é uma parte da personalidade do indivíduo, a ponto de a identidade ser sempre completa ou parcialmente institucional, no sentido de que ao menos uma parte da identidade se estrutura pelo pertencimento a um grupo, a uma instituição, a uma ideologia, a um partido, etc. [...]. As instituições funcionam sempre, em graus variados, como delimitação da imagem do corpo e como núcleo de base da identidade⁸.

Tais aspectos instituintes produzem a ligação, e fazem obstáculo (potencialmente) à ameaça constante de desligamento mortífero, à volta do arcaico e do caos que o acompanham – esse registro da subjetividade no qual, para todo sujeito ou grupo, se encontram as figuras da barbárie, graças à atração do *intrincamento assassino do incesto* e do *desligamento incestuoso do assassinato*. As estabilizações momentâneas que concorrem para a *Kulturarbeit* estão sempre sob a ameaça de se reverterem⁹ e darem livre curso aos caos do qual protegem o grupo social. É possível, pois, pensar as instituições a partir da primazia da pulsão de morte.

4. Sobre a negatividade

No plano da metapsicologia, podemos considerar que a atenção ao registro da negatividade e ao conjunto das dinâmicas próprias a Tãtatos caracteriza a metapsicologia freudiana, e diferencia a psicanálise das demais abordagens do cuidado e da terapia¹⁰. Ao propor a hipótese da pulsão de morte e enfatizar aquilo que no humano resiste à humanização (fracassa e se retira principalmente quando dos “maus encontros” precoces), Freud reafirma que – a despeito do que gostaríamos de acreditar – o fundo de destrutividade e de barbárie inerente à constituição do sujeito nunca é totalmente transformado: existe uma atração pela destrutividade e pelo aniquilamento, pela abolição do desejo (o desejo do não desejo) e pela renúncia ao difícil trabalho de viver¹¹.

Sem dúvida essa abordagem, que confronta o humano à atração do incesto, do assassinato e da destrutividade, continua a suscitar resistências maciças. Por sua vez, a “hipermodernidade” (J. Lyotard), a “modernidade tardia” em sua forma ultraliberal, procura negar esta *negatividade* demasiado incômoda, e menospreza as incidências das suas ações (e da complexidade) a médio e longo prazo, preferindo o engodo de uma cultura do imediato, do gozo, e da destruição que acompanha este último. A compreensão das relações humanas que considera o registro do inconsciente encontra-se mais uma vez desacreditada; ela se torna alvo de uma vontade de romper com as filiações anteriores, precipitando uma verdadeira “crise genealógica”. É recorrente a tentação de erradicar a história¹², e de operar uma ruptura de filiação, as quais permitiriam ao sujeito desembaraçar-se dos seus laços de pertencimento (de suas atribuições e dívidas, das obrigações, dos vínculos que elas configuram).

Podemos pensar aqui na tentação que certos adolescentes encarnam à perfeição: a que pretende se autofundar e questionar a legitimidade de toda posição de autoridade, a fim de escapar a qualquer atribuição¹³.

Se a negatividade que trabalha ao contrário do processo de simbolização, da *Kulturarbeit*,

7 A contribuição dos sociólogos para a compreensão deste registro “instituinte” das instituições é, obviamente, das mais importantes. Cf. os trabalhos pioneiros de Cornelius Castoriadis, Claude Lefort, etc. Minha intenção, no entanto, não é me aprofundar neste histórico, além dessas poucas referências.

8 José Bleger, “Psychanalyse du cadre psychanalytique” (1966), in R. Kaës et al., *Crise, rupture et dépassement*, p. 257.

9 A reversão (*Umkehr*) constitui segundo Freud um dos processos inerentes ao funcionamento do aparelho psíquico.

10 No campo da psicologia, desenvolve-se atualmente uma corrente que se designa como “Psicologia positiva”, caricaturando a “negação do negativo” que evocamos aqui.

11 S. Freud (1933), *Novas Conferências de Introdução à Psicanálise*.

12 Cf. G. Gaillard, “La généalogie institutionnelle et les écueils du travail d’historisation: entre *filicide* et *parricide*”.

13 Marcelo Viñar assinalou este aspecto em uma intervenção no colóquio do CRPPC Lyon 2, em março de 2014. Tais temas fazem eco ao trabalho de J.-P. Pinel, que vê nestes adolescentes o arquétipo do sujeito pós-moderno. Cf. J. P. Pinel, “Les adolescents en grandes difficultés psychosociales: errance subjective et délogement généalogique”, e J. P. Pinel; G. Gaillard, “Les institutions soignantes à l’épreuve de l’hypermodernité”.

»
nos grupos instituídos, a dimensão da negatividade deve também ser considerada no conjunto das configurações constitutivas desta grupalidade; necessitam, portanto, de uma atenção plurifocal

não for objeto de uma atenção e de uma consideração que autorizem sua transformação, ela pode apenas se repetir indefinidamente, com o que se subvertem as configurações do vínculo, porque são levadas ao extremo: à massificação que confunde, e/ou a um hiperindividualismo fragmentador.

Nos grupos instituídos (as equipes em instituição), a dimensão da negatividade deve também ser considerada no conjunto das configurações constitutivas desta grupalidade; necessitam, portanto, de uma atenção plurifocal que considere as modalidades de ligação e de articulação entre os diferentes níveis (indivíduo/grupo/instituição; profissional/“usuário”; configuração narcísica e edípica, vínculo com a história, etc.).

Duas questões centrais subjazem, assim, ao olhar clínico sobre as instituições:

- * que trabalho de reconhecimento e de integração progressivos da negatividade pode ser feito, tanto no nível intrapsíquico e intersubjetivo, quanto no plano do sujeito e dos grupos instituídos?

- * de que maneira é possível tomar em conta alguns aspectos do registro inter- e transsubjetivo, os mesmos que acabam sempre excedendo nossa capacidade de os pensar?



*essas instituições se dirigem
aos sujeitos para quem a inscrição
como sujeito entre outros
encontrou-se de alguma forma
impedida, o que engendra sintomas
que perturbam a ordem simbólica,
conforme os três registros
do sintoma: psíquico,
somático e do agir*

5. As dinâmicas que especificam as instituições de saúde e de trabalho social

As instituições de saúde, de trabalho social, etc. foram designadas por Alain-Noël Henri como constitutivas do campo da “desinscrição” (*mésinscription*). Escolher tal designação leva a enfatizar a função ocupada por estas instituições em prol do grupo que as gerou e pereniza seu funcionamento. Com efeito, a tarefa delas é cuidar das inevitáveis falhas do processo de civilização, ou seja, daquilo que, da pulsão que anima e “trabalha” os sujeitos, não chegou a se ligar, a simbolizar-se suficientemente, a se humanizar num vínculo com o outro.

Essas instituições se dirigem aos sujeitos para quem a inscrição como sujeito *entre outros* (outra maneira de designar o “contrato narcísico” estudado por Piera Aulagnier) encontrou-se de alguma forma impedida, o que engendra sintomas que perturbam a ordem simbólica, conforme os três registros do sintoma: psíquico, somático e do agir. Elas têm, portanto, fundamentalmente a função de *restabelecimento da trama simbólica*.

A matéria-prima dessas instituições da desinscrição nada mais é do que a *angústia*, o *terror* e a *vergonha* em suas múltiplas variações, ou seja, esse conjunto de afetos que se referem a

experiências *extremas*, a configurações nas quais o sujeito se debate em confusões desumanizantes. Os trabalhos baseados na metapsicologia psicanalítica que esclarecem essa clínica nos familiarizaram com a ideia de que *as instituições são “organizadas” por seu “objeto”*, com a ideia de que as experiências brutas, as partes da psique do sujeito à espera de humanização, são transferidas para diferentes cenas institucionais, acarretando confusão e destrutividade¹⁴.

Para dar um pouco de substância a estas afirmações, permito-me mencionar algumas das situações evocadas num grupo de análise da prática enquanto eu redigia este texto. Isso permite ter a medida do que tende a ser recalcado, e mesmo recusado, tão considerável é o confronto com a carga de afeto encontrada nestas situações. Uma das psicólogas deste grupo mencionava como em sua última intervenção (uma sessão de análise da prática junto a educadores que intervêm por ordem judicial no quadro da proteção da infância) se reatualizaram, no espaço da sessão, traços de um infanticídio acontecido numa família no momento em que o serviço se encarregou de uma medida educativa. Este infanticídio fez desabar emocionalmente o chefe do serviço, que nas palavras da equipe nunca se recuperou, e desde então ocupa no grupo uma função “melancolífora”.

Ora, durante a mesma sessão, também foram mencionados a imolação de um pai (situação em que subsiste a dúvida de saber se se trata de um suicídio pelo fogo ou de um acidente), e o suicídio de uma mãe após uma descompensação puerperal.

Enunciando assim o que será sucessivamente evocado durante uma única sessão, podemos entender a carga de afeto atualizada neste grupo, a invasão potencial e sua correlação com o trabalho psíquico requerido em tais enquadramentos – tanto para os profissionais que trabalham nestas estruturas quanto para aqueles que podem ajudá-los a restaurar seu profissionalismo, auxiliando-os a se libertar da fascinação, do horror e da sideração.

Nestes confins da experiência humana, aquele que intervêm deverá se constituir como

testemunha: testemunha da barbárie, na medida em que esta é constitutiva da humanidade do homem. Essa posição permite reintroduzir tais registros da experiência na esfera da experiência humana; permite humanizar o que Nathalie Zaltzman denomina “esse fundo de baixeza e de barbárie”, trabalhar para aceitar a “realidade psíquica no que ela tem de pior”¹⁵.

Convém assinalar que as instituições da desinscrição são também depositárias daquilo que, da história e do impensado traumático de um grupo social (família, comunidade, nação, etc.), ficou momentaneamente excluído da representação. Trata-se dos buracos negros da história, que só podem ser abordados e cicatrizados no tempo longo do trabalho da integração transgeracional (os genocídios, as guerras, a escravidão, a colonização...). Verificamos constantemente como o sujeito, em sua dimensão essencial de “elo” geracional, recebe como herança o trauma. Cabe-lhe transformá-lo, ou se alienar nele. O distúrbio que um sujeito atualiza pode, assim, ser pensado como componente de uma dinâmica intersubjetiva transgeracional insuficientemente subjetivada, a qual se refere a esta dimensão de herdeiro, à sua dívida geracional, e ao trabalho da transformação que deve ser conduzido em prol do grupo que o acolhe e o institui como sujeito do grupo.

Estes “buracos negros” têm relação com os processos de desumanização – situações em que um grupo de humanos decide retirar a outro grupo de humanos a sua humanidade, e

14 São numerosas as fórmulas que tentam explicar esta dinâmica (principalmente Bleger: “as instituições de saúde têm uma tendência a funcionar da mesma maneira que o problema para cujo tratamento foram criadas”). P. Racamier assinala os mecanismos de “projeção cisional”; J. P. Pinel designou este processo próprio ao funcionamento institucional como “homologia funcional”, etc. Em 2007, este mesmo autor retomou o histórico da reflexão sobre esse processo institucional, e mostrou como uma das suas primeiras formulações pertence aos pesquisadores A. H. Stanton e M. S. Schwartz, que em 1954 evidenciaram esta “estrutura em imagem especular”. Pinel sugere, portanto, denominar esta dinâmica “efeito Stanton-Schwartz”.

15 N. Zaltzman, “De surcroît ...? Le travail de culture? La guérison? L’analyse elle-même?”, p. 237.

16 Cf. G. Agamben, *Auschwitz: Homo Sacer I – Le pouvoir souverain et la vie nue* (1997), e *Auschwitz: Homo Sacer III: Ce qui reste d’Auschwitz* (1998).

»
considerada a partir do trabalho da negatividade, a escuta clínica psicanalítica dos grupos instituídos obriga pois a colocar no centro da escuta e da atenção a questão da ligação pulsional, da urdidura no interior da psique e entre as psiques, e do trabalho de diferenciação correlato

considerá-los “*homo sacer*”¹⁶, homens matáveis. A humanização é, ao contrário, caracterizada pelo trabalho de renúncia ao assassinato, o que permite que a vida seja apropriável pelo sujeito fora de um domínio mortífero e/ou assassino.

Considerada a partir do trabalho da negatividade, a *escuta clínica psicanalítica dos grupos instituídos* obriga pois a colocar no centro da escuta e da atenção a questão da ligação pulsional, da urdidura no interior da psique e entre as psiques (individuais, grupais e institucionais), e do trabalho de diferenciação correlato.

Lembremos que, se o trabalho de ligação é o próprio trabalho requerido pelo sujeito com relação à pulsão (Freud), é também aquele “imposto à psique sob o efeito de uma série de correlações de subjetividade” (Kaës). Desta forma, da psique individual à grupal institucional, vemos a mesma exigência ser requerida: ligar, diferenciar, meta-bolizar, simbolizar.

6. Destinos da negatividade nas instituições: um esboço

Para avançar na localização dos processos em jogo nas instituições da desinscrição, reitero que nestes lugares a *negatividade* diz respeito à



*uma parte da negatividade
será expulsa sobre os objetos externos.
Trata-se de colocar algo para fora,
de exportar o que ameaça
a integridade do grupo, de colocá-lo
fora do campo da representação
consciente, e de emprestá-lo ao outro
como sendo característico deste*

totalidade dos registros concernidos. Quanto à evolução dessa negatividade, vamos encontrar movimentos análogos aos que se manifestam na construção da economia psíquica do sujeito.

- A. Uma parte é progressivamente incluída, e é objeto de uma tripla ligação simbolizante:
- a. ligação que opera a partir da preocupação psíquica, do trabalho de pensamento que os profissionais mantêm como lugar do investimento dos sujeitos junto aos quais intervêm;
 - b. ligação que opera a partir da manutenção de um pensamento sobre os dispositivos de saúde e/ou assistência, e da aplicação cotidiana destes dispositivos;
 - c. e a partir da referência de cada profissional ao seu grupo de pertencimento (sua equipe) e à instituição (suas garantias e sua história), por meio dos diferentes espaços de trabalho institucionais.
- B. Uma parte não subjetivável da negatividade vai, por oposição, ser mantida fora da representação, conforme a modalidade do depósito no enquadramento e no vínculo (trata-se, aqui, de uma ligação silenciosa, simbiótica, de uma configuração em “núcleos

aglutinados”, como diz Bleger). Como escreveu Freud na sua nota de 22/08/1938, uma parte da psique do sujeito está “fora de sua psique” e se configura na inter- e na transsubjetividade.

- C. Uma parte da negatividade será expulsa sobre os objetos externos. Trata-se de colocar algo para fora, de exportar o que ameaça a integridade do grupo (e/ou do ego de certos profissionais), de colocá-lo fora do campo da representação consciente, e de emprestá-lo ao outro como sendo característico deste. Ao se considerar por exemplo a fundação, este movimento é facilmente perceptível: toda fundação é também (em parte, mais consequente ou menos) uma fundação “contra”, na medida em que todo grupo fundador busca encarnar uma parte criativa, e passa assim a acreditar que está gerando o “novo”, regenerando o mundo (à sua medida). Este movimento supõe que outros projetos, outras instituições, outras equipes, outras práticas, sejam consideradas caducas, inadequadas, tóxicas, etc.

Este “não subjetivável” ativamente excluído e evacuado pelo grupo profissional está relacionado com o que excede demasiado radicalmente a sua capacidade de acolhimento e de transformação, e que não consegue ser configurado como ligação silenciosa (ou seja, sob a modalidade do “depósito”).

As partes da psique mantidas fora da ligação simbolizante permanecem, assim, como fontes de desligamento mortífero que ameaçam retornar, principalmente durante situações atualizadas por qualquer usuário, entrando em colusão com estes elementos psíquicos não ligados na psique dos profissionais e/ou na configuração psíquica institucional em relação aos avatares da sua história, e da história do grupo social. São essas colusões que, com muita frequência, precipitam a entrada em crise das instituições, ou dos profissionais¹⁷.

Numa instituição para crianças colocadas sob a guarda da Justiça, o estupro de um adolescente por outro mais velho despertou a lembrança do

abuso de outros adolescentes por um profissional em outra unidade da associação, o que desregulou o conjunto dos equilíbrios institucionais. Esses abusos haviam sido alvo de uma negatização, de um silêncio na história da associação da qual dependia a unidade.

Devido a este acontecimento, as autoridades tutelares decretaram que a configuração institucional não permitia “vigiar” e “controlar” os jovens, e que convinha fechar a unidade, destruindo a experiência específica daqueles profissionais no cuidado dos adolescentes em grande sofrimento, e o trabalho institucional (referido à psicoterapia institucional). Deste lado do Atlântico, tornou-se moda a partir de então criar microestruturas distribuídas pelo território, substituindo o trabalho institucional sob suspeita de apresentar demasiada opacidade.

7. As mutações atuais e a necessidade dos panos de fundo

A existência das instituições da desinscrição requer que certas facetas da vida psíquica sejam silenciadas – silenciamento que faz parte do acordo inconsciente (o “pacto denegativo”, na terminologia de René Kaës). Ora, estas próprias instituições contribuem para o silenciamento, e são portanto constituintes de um pano de fundo que beneficia o corpo social. Elas são diretamente impactadas pelas mutações em curso, que na desconstrução das formas anteriores procedem a uma autêntica desinstitucionalização, e portanto a uma “desmutificação” do que necessita ser mantido em silêncio. Tais movimentos colocam em jogo dinâmicas na verdade paradoxais:

- o movimento que gostaria que as instituições tivessem uma função ativa de ligação da violência mortífera *opõe-se ao fato* de que elas estão submetidas a um movimento de desmantelamento e à violência do desligamento.

17 Por vezes, tais configurações desencadeiam uma retomada do processo de formação.

»
a existência das instituições da desinscrição requer que certas facetas da vida psíquica sejam silenciadas – silenciamento que faz parte do acordo inconsciente (o “pacto denegativo”, na terminologia de René Kaës)

- o movimento que necessita que elas preencham uma “função de depósito”, de ligação silenciosa, *opõe-se ao fato de que* as mutações contemporâneas desmutificam e desalojam as partes simbólicas objeto de um depósito silencioso, justamente o que Bleger denominava “configuração em núcleos aglutinados”.
- o movimento que gostaria que elas fossem os quadros da fábrica do sujeito *choca-se com o fato de que* elas são deslegitimadas em sua função de mediação social e em sua função terceirizante.

Num movimento recursivo, esta desinstitucionalização amplifica o desencaixe dos sujeitos dos seus pertencimentos, o que por sua vez amplifica o processo de desinstitucionalização.

8. Preservar a criatividade

Os movimentos de reestruturações incessantes que afetam as instituições da desinscrição (a acumulação das obrigações processuais, mencionadas por E. Diet, as exigências de normatização, etc.), subjacentes à crise dos metaquadros, desmutificam o que deve permanecer mudo, velado, encoberto, de modo que os profissionais possam

acolher a negatividade inerente à sua tarefa primária sem serem invadidos pela negatividade vinda da própria instituição e do *socius*. As dinâmicas de controle são correlatas à angústia; a criatividade indispensável, pelo contrário, é proporcional à tolerância ao caos criador e ao indeterminado.

A capacidade de brincar e de sonhar, o trabalho de apropriação criativa, supõem que se garanta ao sujeito um sentimento suficiente de segurança. Estas configurações (momentâneas) são caracterizadas por uma suspensão da ameaça assassina e de seus avatares, das desqualificações assassinas do exercício profissional, mas também da ameaça de uma deriva simbiótica e fusional.

Referências bibliográficas

- Altounian J. (2000). *La survivance. Traduire le trauma collectif*. Paris : Dunod, 195p.
- Amati-Sas S. (1991). Souffrance, douleur et cadres sociaux, *Revue française de psychanalyse* 4/91, Paris: PUF, p. 946-953.
- _____. (2010). La transsubjectivité entre cadre et ambiguïté. In M. Pichon, H. Vermorel, R. Kaës et al., *L'expérience du groupe. Approche de l'oeuvre de René Kaës*. Paris: Dunod, p.115-133.
- Agamben, G. (1997). *Homo Sacer I – Le pouvoir souverain et la vie nue*. Paris: Seuil.
- _____. (1998/2003). *Homo Sacer III: Ce qui reste d'Auschwitz*. Paris: Rivages Poche, 193p.
- Bleger J. (1966/1979). Psychanalyse du cadre psychanalytique. In R. Kaës et al. *Crise rupture et dépassement*. Paris: Dunod. p. 255-274.
- _____. (1971/1987). Le groupe comme institution et le groupe dans les institutions. In R. Kaës et al., *L'institution et les institutions. Études psychanalytiques*. Paris: Dunod. p. 47-61.
- Fédida P. (2000-2002, 2007). Humain / déshumain. Loubli, l'effacement des traces, l'éradication subjective, la disparition. In P. Fédida et J. André et al., *Humains/déshumain, Pierre Fédida, la parole de l'oeuvre*. Paris: PUF, p. 11-125.
- Freud S. (1938/1985). *Résultats, idées, problèmes II*. Paris: PUF.
- _____. (1933). *Novas Conferências de Introdução à Psicanálise*.
- Gaillard G. (2002), La généalogie institutionnelle et les écueils du travail d'historisation : entre filicide et parricide, *Connexions* 2001/2, n. 76, Toulouse: Érès, p. 125-141.
- Kaës R. (1999). *Les théories psychanalytiques du groupe*. Paris: PUF, 126p.
- _____. (2010). *L'appareil psychique grupal*. 3. ed. Paris: Dunod.
- Pinel J.P. (2011). Les adolescents en grandes difficultés psychosociales: errance subjective et délogement généalogique, *Connexions* 2011/2, n. 96, p. 9-26.
- Pinel J.P.; Gaillard G. (2013). Les institutions soignantes à l'épreuve de l'hypermodernité, *Bulletin de Psychologie*, tome 66(4), n. 526, p. 333-340.
- Puget J.; Kaës R.; Viñar M. (orgs.). *Violence d'état et psychanalyse*. Paris: Dunod.
- Zaltzman N. (1998, 2^e édition corrigée 1999). *De la guérison psychanalytique*. Paris: PUF, 206p.

Como as instituições nas quais exercemos nosso trabalho participam desta estabilização? Como os psicanalistas, os psicólogos e outros profissionais (internos e/ou em posição de exterioridade) podem se tornar sensíveis a estas dinâmicas?

Um dos campos a desenvolver em nosso mundo contemporâneo consiste em prestar atenção ao modo como os sujeitos e os grupos são capazes de lidar com o *limite*, e de aceitar o *trabalho da morte*. Como, nas diferentes configurações do vínculo, nas instituições enquanto lugares de fabricação de sujeitos, é possível atribuir novamente a Tânatos seu devido lugar a fim de proteger a vida?

_____. (1999). *Homo Sacer*, l'homme tuable. In N. Zaltzman [dir.], *La résistance de l'humain*. Paris: PUF, p. 5-24.

_____. (2003). De surcroît... ? Le travail de culture? La guérison? L'analyse elle-même? In A. Green [sous la direct° de], *Le travail psychanalytique*. Paris: PUF, p. 237.

Psychic apparatus, destructiveness and *Kulturarbeit*

Abstract Advances of psychoanalysis emerged from the progressive expansion of its field to include intra- and transsubjective settings. Interest in psychological dimension of institutions is a part of this refocusing on links, frames and deeper aspects of the psyche. The author proposes some elements to support a clinic of institutions. To do this, he focuses on health institutions and social work, emphasizing their role as articulators between the subject and the *socius*, as well as the impacts of hypermodernity on them. Among the key concepts of this approach, we highlight the primacy of Thanatos (deadly unlinking) and *Kulturarbeit*.

Keywords intersubjectivity; transsubjectivity; hypermodernity; institution; psychic apparatus; destructivity; death drive; *Kulturarbeit*.

Recebido em: agosto de 2014.

Aprovado em: setembro de 2014.

Tortura, o pior do humano

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes

Resumo A proposta deste artigo é a de apresentar a tortura como um ato que revela o pior do humano, tomando como referência textos de Freud e de outros autores deste campo. A existência de um resíduo de destrutividade instaurado na cultura a partir do assassinato do pai primitivo inscreve a tortura como uma prática dos humanos desde tempos imemoriais. O uso de cobaias humanas nos campos de extermínio nazistas; as práticas medievais de tortura e sua sustentação em diferentes momentos e países são exemplos de que a tortura é um procedimento dos humanos e nos permite afirmar que ela não se extingue apesar de sua reiterada proibição. A prática da tortura no Brasil durante a ditadura civil-militar instalada a partir de 1964 comprova que instrumentos de tortura usados na Idade Média, pelos inquisidores, foram incorporados pelos ditadores com o apoio do Estado brasileiro.

Palavras-chave tortura; destrutividade; ditadura civil-militar no Brasil.

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes é psicóloga e psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Coordenadora Geral de Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2009/2010). Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Autora dos livros: *Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política* (Escuta, 1994), *Estresse* (Casa do Psicólogo, 2002) e *Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano* (Casa do Psicólogo, 2013).

1 F. Kafka, *Na colônia penal*.

São de cristal as agulhas enfileiradas em um instrumento semelhante a um rastelo. A mais comprida é a que escreve, a curta esguicha água para lavar o sangue e manter a escrita sempre clara. Chegando perto, o visitante pode perceber, através do cristal, as letras que vão compondo a sentença gravada no corpo. Sobre a cama recoberta por uma camada de algodão o condenado, deitado de bruços, tentará entender o que está sendo escrito nas suas costas nuas, ao longo das doze horas previstas para o funcionamento do aparelho de torturar, imaginado por Kafka¹. A fina camada de algodão serve para absorver a água e o sangue dos ferimentos. Nas primeiras seis horas, o condenado procura por todos os modos escapar do aparelho, depois, espera em agonia a própria morte. Premonição ou prognóstico, o fato é que Kafka se antecipou, em trinta anos, ao que viria a ocorrer em escala sem precedentes na Segunda Guerra, quando os campos nazistas otimizaram o extermínio e exerceram sem pudor experimentações com *cobaias humanas*.

Os processos de Nuremberg trouxeram à luz o que ocorreu em laboratórios com uso de humanos para experimentações sobre despressurização das cabines dos aviões de combate e os riscos para os pilotos. Giorgio Agamben publicou um protocolo de uma das pesquisas:

conduzido em uma hebreia de 37 anos, com boa saúde, submetida a uma pressão correspondente a 12.000 metros de altitude. Após 4 minutos começou a suar e a menear a cabeça. Depois de 5 minutos produziram-se câimbras, entre 6 e 10 minutos a respiração acelerou e perdeu a consciência; entre 10 e 30 minutos a respiração diminuiu até três inspirações por minuto, para



*o procedimento consistia
em deixar o condenado
impedido de dormir
o maior tempo possível*

depois cessar de todo. O colorido tornou-se cianótico e apresentou-se baba em volta dos lábios².

O uso de *cobaias humanas* durante as guerras inscreveu a tortura como um procedimento do qual os humanos não conseguem escapar mesmo em uma situação onde as armas e os exércitos enfrentam-se massivamente. O uso do corpo do outro para subjugar, fazer sofrer e humilhar é um procedimento milenar que se mantém, como uma *peça de resistência* do pior do humano. Na Antiguidade a tortura foi amplamente usada como pena corporal para causar a dor e sofrimento em suposto criminoso com o objetivo de extrair sua confissão ou de castigá-lo. As ofensas à religião e ao faraó, no Egito, levavam o ofensor à morte, a partir dos suplícios que se estendiam aos pais, filhos e irmãos, assumindo um caráter familiar e geracional. Entre os gregos, os homens livres não eram torturados e no seu lugar eram torturados seus escravos. Nos séculos II e III o significado da tortura foi descrito como um procedimento violento que implicava o sofrimento do corpo para descobrir a verdade; é a dimensão pública da tortura que a distingue de outro tipo de brutalidade. A compreensão de diferentes juristas ao longo dos séculos é a que considera a tortura como “um suplício que se impõe para buscar uma verdade, ou para esclarecer um crime [...] legitimamente ordenada por um juiz”³.

Durante a Idade Média, a Igreja Católica revelou uma intolerância desmedida aos críticos da doutrina eclesiástica, considerados hereges e apóstatas. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição uniu fortemente dois poderes, o de Deus e

o do rei, e exerceu o que ficou conhecido como a política das duas espadas, a de Deus e a do rei, com supremacia da primeira. A permissão para torturar conferida pela Igreja inaugura essa prática como sistemática, para manter a disciplina religiosa. Os hereges foram considerados ladrões e assassinos de almas e por isso eram tratados exatamente como os ladrões e assassinos, submetidos igualmente a suplícios combinados com o confisco de seus bens, que iam para os cofres ou do rei ou da Igreja. A aliança entre a Igreja e o Estado estabeleceu o crime de opinião como equivalente ao crime material. Esta concepção tornou-se indissolúvel nas políticas de perseguição aos bruxos e feiticeiras, bem como aos ladrões.

Os recursos e instrumentos de tortura usados pelos inquisidores tinham como objetivo arrancar a confissão, considerada a *rainha das provas*, através da tortura, a *rainha dos suplícios*. Alguns destes procedimentos foram e continuam a ser inspiradores de instrumentos de tortura usados até hoje, inclusive no Brasil. Destaco três destes procedimentos que foram aplicados em pleno século XX: o *despertador*, idealizado pelo italiano Ippolito Marsili, era um sistema capaz de obter confissões, sem infligir crueldade ao corpo humano. Não se quebrava vértebra, calcanhar ou junta alguma. O procedimento consistia em deixar o condenado impedido de dormir o maior tempo possível. Era também denominado *suplício do sono*. Outro instrumento é a *cadeira de inquisição*, usada pelo inquisidor na Europa Central. O réu deveria sentar-se nu e, com mínimo movimento, as agulhas pontiagudas dispostas no assento e no espaldar penetravam no corpo. Em outras versões, a cadeira apresentava o assento de ferro sob o qual era acesa uma fogueira que o deixava em brasa. E por último o *cavalete*, onde o condenado era deitado com as costas sobre um bloco de madeira com a borda cortante, as mãos fixadas em dois furos e os pés em anéis de ferro. Nesta posição era realizado o *suplício da água*. O torturador mantinha fechadas as narinas da vítima, introduzia na sua boca, por um funil, enorme quantidade de água. Estes

procedimentos foram incorporados, com adaptações, a câmaras de tortura ao longo da história, e podem ser reconhecidos nas práticas de tortura durante a ditadura civil-militar no Brasil, nas práticas dos colonialistas franceses durante a Batalha de Argel (1957) e na conduta do governo dos Estados Unidos após 11 de setembro de 2001, exercida em suas bases militares em Guantânamo, no Iraque e no Afeganistão.

A ditadura civil-militar implantada no Brasil a partir do golpe de abril de 1964 incorporou métodos de tortura inspirados em práticas da Inquisição, adaptados pelos franceses na Argélia. A aliança com os Estados Unidos e países latino-americanos para a sistematização dos métodos de torturar foi facilitada com o treinamento oferecido pelos generais franceses em Fort Bragg. Convidado pelo presidente J. F. Kennedy, o general paraquedista francês Paul Aussaresses, que atuou como torturador na Argélia e dissera que sabia matar sem deixar vestígios, partiu em 1961 para Fort Bragg, onde ensinava aos norte-americanos, e também aos que vinham de países aliados, técnicas que havia aprendido em sua carreira. Havia estagiários de países da América Latina: Bolívia, Argentina, Colômbia, Brasil, Peru, Paraguai, Uruguai, Chile, Venezuela e também do México. Ofereceu ensinamentos de como erradicar o terrorismo, desde a formação de rede de inteligência até os métodos para fazer as pessoas falarem. Ensinou depois, aos militares brasileiros, quando aqui esteve a convite do general João Batista Figueiredo, em 1973, como fazer desaparecer os mortos.

A partir de 1º de abril de 1964, o poder político no Brasil passou a ser exercido com armas nas mãos. O Executivo submeteu o Legislativo e os sucessivos Atos Institucionais e complementares sustentaram, através de decretos ilegítimos, o *Estado de Exceção* que cassou e proibiu a palavra, a reunião, a manifestação de qualquer natureza. A perseguição aos opositores militantes foi

2 G. Agamben, *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*, p. 161.

3 E. Peters, *História da tortura*, p. 7.

as reverberações transgeracionais
do arbítrio e da violência
vão sendo desveladas à medida
que se rompe o silenciamento
imposto pela ditadura

implacável e o saldo, conforme o que se conhece até agora, deixou mortos, assassinados e desaparecidos e um contingente de atingidos e afetados de diferentes formas.

As reverberações transgeracionais do arbítrio e da violência vão sendo desveladas à medida que se rompe o silenciamento imposto pela ditadura. Entre os casos de tortura que se inspiraram nas práticas medievais acima referidas, transcrevo, entre tantos, fragmentos de textos de dois ex-presos políticos.

Alípio Freire escreveu em seu depoimento:

Desocupada a sala de torturas, seria a minha vez: despido, fui alçado no pau de arara. Pendurado, amarraram-me um fio descascado no artelho maior esquerdo e, com o outro polo, iam percorrendo várias partes do meu corpo: ouvidos, boca, língua, narinas, cantos dos olhos, mamilos, todo o tórax (com atenção especial para a região onde se localiza o coração), pernas, braços, umbigo, pênis, testículos e ânus. A corrente elétrica era puxada de uma tomada (naquele dia, 110 volts). Vez por outra, derramavam água ou algum refrigerante sobre todo o meu corpo, com o objetivo de potencializar os efeitos dos choques, aumentando a condutibilidade da corrente. Nessas ocasiões, fizeram várias vezes escorrer para dentro das minhas narinas o líquido (ora água, ora refrigerante) com que me molhavam o corpo, provocando fortes afogamentos. [...] O trono do dragão era uma cadeira grande, de estrutura de madeira e com assento, encosto e parte superior dos braços de metal; uma trava móvel entre as duas pernas dianteiras permitia que as pernas do torturado fossem imobilizadas e presas para trás, na altura das canelas; nos braços (da cadeira), tirantes – com os quais eram atados e também imobilizados, pelos pulsos, os nossos braços; no trono-do-dragão voltei a experimentar as correntes





*o que leva um torturador
a praticar estes atos? A insanidade,
um surto de insensatez, o ódio
desmedido, o prazer?
Talvez de tudo um pouco*

puxadas de tomadas e de um telefone de campanha. A novidade veio em seguida: plugaram a cadeira num aparelho de televisão que emitia violentas descargas. Para se ter uma ideia do significado dessas descargas, é importante saber que em diversos momentos vi uma faísca/fagulha percorrendo minha pele, como se fosse um corisco⁴.

Sobre a *geladeira*, ou o procedimento chamado de *suplício do sono*, Aldo Arantes relatou:

Fiquei por vários dias na chamada geladeira, sofisticada máquina eletrônica de torturas, uma verdadeira máquina de fazer loucos. Diante daquilo pude confirmar, com clareza, como a técnica pode se colocar a serviço das mais abomináveis causas. A geladeira é um cubículo totalmente fechado, sem janelas, entrando o oxigênio por orifícios existentes nas paredes de eucatex. Esta cela se encontra dentro de outra, de concreto. Os movimentos do torturado são controlados através de um circuito interno de televisão ou coisa parecida. Um sistema de som serve para emitir estridentes ruídos e para a comunicação com o preso. Ali permaneci por 5 ou 6 dias nu, algemado, de mãos para trás, de capuz, sem comer ou dormir e fazendo as necessidades fisiológicas dentro da cela. Durante dia e noite sons os mais estridentes eram emitidos com o objetivo de, segundo afirmação deles, desestruturar minha personalidade. De vez em quando abriam a porta e jogavam-me baldes d'água e jarras de água gelada. Nestas condições não se podia ter noção do tempo⁵.

Haroldo Lima descreveu os 48 dias que viveu em uma cela solitária e a tortura na cadeira do dragão. Conta que em uma ocasião um interrogador do DOI-codi do II Exército penetrou em sua cela e pediu que encostassem a porta

por fora. "Saiu dizendo que enlouqueceria se ali passasse 15 minutos"⁶. A tortura chamada *Coroa de Cristo* foi usada para assassinar a estudante de psicologia Aurora Maria do Nascimento Furtado. A coroa era uma fita de aço que lentamente foi apertada por um torniquete em torno de sua cabeça. Os olhos saltaram para fora das órbitas e, assim, seu corpo foi encontrado já no caixão, antes de ser encaminhado para a família em São Paulo. Sua advogada, Eny Raimundo Moreira, relata que ao passar a palma da mão sob a franja dos cabelos de Aurora, seus dedos afundaram em uma depressão que atravessava a testa, camuflada pelos cabelos mal cortados.

Atos demasiadamente humanos

O que leva um torturador a praticar estes atos? A insanidade, um surto de insensatez, o ódio desmedido, o prazer? Talvez de tudo um pouco mas há uma certeza: é um ato praticado com pleno conhecimento da violência exercida pela condição de absoluto submetimento da vítima pelo torturador e o empenho em alcançar seu objetivo. A apropriação do corpo torturado não é intempestiva ou casual. Estaria cumprindo ordens? Provavelmente sim, mas poderia igualmente não cumpri-las. Se há discernimento para cumprir uma ordem desta natureza, há condições suficientes para saber que a ordem é criminosa. Mas esta questão não é uma prerrogativa de torturadores isolados, num sítio clandestino ou em uma sala de um prédio militar à luz do dia e frente a testemunhas. Cumprir ordens foi o que afirmou Adolf Eichmann em Jerusalém frente à acusação de extermínio de seis milhões de prisioneiros em campos nazistas. Foi igualmente o que afirmou em 2001 o general paraquedista francês Paul Aussaresses, dirigente da ocupação da Argélia sob o comando do general Massu. O general Aussaresses disse mais: não me arrependo de nada... cumpri ordens! A declaração lhe valeu em 2003, além de processos judiciais, a demissão forçada da *Légion d'honneur*.

O que se pode depreender é que torturadores anônimos bem como os notáveis são igualmente torturadores. São humanos e, na terrível afirmação de Primo Levi, “não são indivíduos degenerados, malsinados, sádicos, afetados por um vício de origem. Ao contrário, eram feitos da nossa mesma matéria, eram seres humanos médios, medianamente inteligentes, medianamente maus: salvo exceções, não eram monstros, tinham nossa face [...] tinham sofrido a aterrorizadora deseducação fornecida e imposta pela escola tal qual fora querida por Hitler e seus colaboradores [...] eram demasiadamente obedientes”⁷.

O que tem a psicanálise a dizer?

Esta mesma pergunta foi feita diretamente a Freud em 1932 pelo físico Albert Einstein. Integrante do Instituto Internacional da Liga das Nações, o físico escreveu a Freud e lhe perguntou: Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra? Diz a Freud que todas as tentativas feitas, apesar do progresso das ciências, terminaram em lamentável fracasso. Em determinado trecho de sua carta, disse que pode haver apenas uma resposta: é porque o homem encerra dentro de si um desejo de ódio e de destruição. Sente-se inquieto frente à sua conclusão e está convicto que há um enigma que só Freud pode resolver, “como especialista na ciência dos instintos humanos”⁸. Na longa resposta, escrita poucos meses após a consulta de Einstein, Freud diz ter sido apanhado de surpresa e percebido que a conversa entre os dois não era entre um físico e um cientista da psicologia. Mas sim

»
*sobre o ódio e a destruição
a que se referiu Einstein, Freud
apresenta-lhe, brevemente,
sua concepção sobre
os impulsos humanos*

uma consulta feita por Einstein na qualidade de representante de uma instituição internacional que se organizou para intermediar os conflitos entre os povos e as nações, para promover a paz e a integridade territorial. Diz que os conflitos de interesses entre os homens são resolvidos pelo uso da violência, e que isso ocorre no reino animal e ocorre também entre os homens. Lembra que no começo os homens viviam em pequenas hordas onde a superioridade da força muscular era decisiva ao vencedor. A partir do momento em que a superioridade intelectual desenvolveu-se com o uso das armas, os vencedores sempre foram os que manejavam melhor o equipamento que construíram, e o pretendido era eliminar para sempre o adversário. À medida que os homens se organizaram em comunidades, a força comunitária passa a prevalecer sobre o indivíduo isolado e, para que fosse duradoura, os indivíduos em comunidade deveriam estar unidos, organizados, ter regulamentos regidos pelo reconhecimento de uma identidade de interesses e os vínculos emocionais passariam a ser sua força. Sobre o ódio e a destruição a que se referiu Einstein, Freud apresenta-lhe, brevemente, sua concepção sobre os impulsos humanos, as pulsões: as que tendem a preservar e a unir e as que tendem a destruir, a matar, que são agressivas ou destrutivas. “O desejo da agressão, as incontáveis crueldades que encontramos na história e na nossa vida de todos os dias atestam a sua existência, e este desejo merece com toda seriedade ser denominado instinto (pulsão) de morte, que se torna destrutivo quando é dirigido para fora, para objetos. O organismo preserva sua própria vida, destruindo uma vida alheia”⁹. Delineia

4 A. Freire, *Relatório de prisão, encaminhado à Secretaria de Justiça e de Defesa da Cidadania de São Paulo*.

5 A. Arantes, “Ordem dos Advogados do Brasil divulga documentos sobre maus-tratos”, Petição aos Membros do Conselho de Justiça da 1ª Auditoria da II Circunscrição Judiciária Militar, *O Globo*, 2 set. 1977.

6 H. Lima, *op. cit.*, *O Globo*, 2 set. 1977.

7 P. Levi, *Os afogados e os sobreviventes*, p. 175.

8 S. Freud (1932), “Por que a guerra?”, p. 243.

9 S. Freud, *op. cit.*, p. 252-254.



*a luta fratricida impôs-se,
estimulada pela Doutrina de Segurança
Nacional que delineou a figura
do inimigo interno.*

na carta a luta de morte entre Eros e Tanatos, que oscila permanentemente entre indivíduos e grupos. Mas por que os homens destroem tão violentamente o que levaram anos construindo? Por que dilapidam o patrimônio que eles próprios construíram e incorporaram de gerações anteriores? Sim, a civilização e a cultura são um precioso bem. “É a esse processo que devemos o melhor daquilo em que nos tornamos, bem como boa parte daquilo de que padecemos”¹⁰. Sobre a perplexidade frente à guerra, diz a Einstein que a única atitude que lhe resta é ser um pacifista!

Sobre a fundação da cultura, o texto *Totem e Tabu* de 1913 estabelece que o social nasceu do parricídio. Desdobramentos desta construção que não é uma metáfora, para Freud, presentificam-se no trânsito dos humanos pela história. Partindo da suposição de que o assassinato do pai primitivo seja não somente a questão essencial, mas o fio condutor que torna possível compreender a relação entre guerra (guerras), civilização (civilizações) e religião (religiões), torna-se indispensável pensar como a história do indivíduo e a história da espécie se misturam. Este ato fundacional e de assassinato só foi possível pela aliança entre os irmãos que se uniram para matar e desuniram-se frente ao que haviam cometido.

À primeira condição para a sustentação da vida psíquica, estruturada a partir dos traços primeiros, se soma a segunda condição, que prevê a possibilidade de imposição do assassinato primordial, do pai da horda, mesmo fora dele. Esta condição estipula que, entre os traços conservados, se encontra alguma coisa que permanece para que esta ordem se cumpra. [...] Sobre o plano da filogênese, isto leva a supor que, na história psíquica

da humanidade, existe um acontecimento originário, fundador, que se deixa ser pensado como a morte de um outro. Sobre o plano da ontogênese, isto implica (no mínimo) que um desejo de matar faça parte do desenvolvimento psíquico individual¹¹.

Supondo que a prática da tortura pode também ser um produto do mito originário, podemos com horror perceber que ela não se extingue. O parricídio engendra entre os irmãos a culpa pelo assassinato cometido e, como consequência, estabelece a rivalidade entre eles, na disputa pelo lugar do pai. Este duplo interdito filogenético, decorrente da morte do pai e da luta fratricida, reverbera no plano ontogenético.

Nós sabemos, no mínimo, que existe um vínculo obscuro entre a memória e a interdição do assassinato, o desejo incestuoso e a renúncia imposta a este desejo, o que nos leva a entrever que a sociedade, a moral e a religião encontram sua origem nessa articulação e que, se os homens daí retiram o benefício de sua sobrevivência, esta mesma articulação se torna para os homens a causa de seu sofrimento, que é temática sobre a qual se concentram as análises em *O mal-estar na cultura*¹².

A luta fratricida impôs-se, estimulada pela Doutrina de Segurança Nacional que delineou a figura do *inimigo interno*. Os inimigos, para os ditadores, eram os próprios brasileiros, e assim, as forças armadas, vocacionadas à defesa da pátria, voltaram-se contra seus concidadãos. Esta concepção é fruto do ensinamento que os franceses, em aliança com os norte-americanos, exportaram para os países da América Latina. O Brasil em 1964, o Chile e o Uruguai em 1973 e a Argentina em 1976 implantaram suas próprias ditaduras, estimuladas pelas concepções desta doutrina. Em *O mal-estar na cultura*, Freud diz claramente que há uma inclinação agressiva, uma hostilidade primária dos homens entre si, e a cultura está sempre ameaçada de ruína. “A hipótese de um impulso de morte ou de destruição encontrou resistência mesmo nos círculos analíticos; mas, com o passar do tempo, elas adquiriram tal poder sobre mim

que não posso mais pensar de outro modo”¹³. Se pensarmos na sustentação da prática da tortura e as reiteradas tentativas de sua vedação, temos confirmada esta hipótese. No século XVIII os iluministas fizeram uma frente contra a tortura a partir de um movimento impulsionado pelos italianos Pietro Verri e Cesare Beccaria, entre outros. A tortura foi proibida na maioria dos Estados europeus. A Suécia foi o primeiro país a abolir a tortura em 1722 e esta determinação foi seguida em diferentes países com diferentes tempos de duração. Prússia, Rússia, Noruega e Dinamarca, Áustria e Polônia, Toscana, França e Lombardia incorporaram esta decisão e somente em 1826 a proibição chegará a Portugal. A tortura tem metas que se mantêm milenarmente: arrancar informações, fazer sofrer, humilhar e castigar. O principal ganho do torturador incluiu porém seus próprios desejos de onipotência em sua fúria destrutiva: “é impossível ignorar que sua satisfação está ligada a um gozo narcísico extraordinariamente alto”¹⁴. Expressões infames desta busca de satisfação são desveladas cada vez mais, nos testemunhos e depoimentos dos que viveram a tortura: casos de estupro de homens e de mulheres, agressões de todo o tipo, simulações de assassinato e de tortura de familiares, humilhação dos corpos sempre nus aviltados também com o uso de animais, como testemunhou Cecília Coimbra, sobre o filhote de jacaré que “com sua pele gelada e pegajosa percorria seu corpo”¹⁵. Ao torturado restará conviver com o impacto da humilhação, da degradação e da crueldade sobre seu corpo e sua alma, que se

»

*ex-presos políticos brasileiros
que se mataram anos após suas prisões
são evidências de que nada do que
uma vez ocorreu pode perecer,
conforme uma hipótese freudiana*

expandem sobre seus descendentes, sobre seus contemporâneos e os que vêm depois. Cada vez mais podemos comprovar que as marcas da tortura não se desfazem. Ex-presos políticos brasileiros que se mataram anos após suas prisões são evidências de que *nada do que uma vez ocorreu pode perecer*, conforme uma hipótese freudiana. Frei Tito de Alencar Lima, Maria Auxiliadora Lara Barcellos e Solange Lourenço Gomes buscaram a morte como única possibilidade de calar as reverberações da tortura e ao mesmo tempo denunciar o que viveram e o que viram acontecer¹⁶. O silenciamento sobre a tortura visando à impunidade, que foi imposto pelo torturador e afeiçoado pelo Estado brasileiro, serve como proteção aos que sustentam a tortura como uma reserva que serve de lastro à destrutividade.

A metapsicologia da cultura pode ser uma nuvem, uma nebulosa ou uma hipótese. Einstein e Freud, ao conversar, referiram-se às suas próprias crenças ou às suas respectivas mitologias, e nenhum dos dois contestou a hipótese do outro. Para os que se perguntam sobre a destrutividade, poderia ser uma esperança supor que a civilização em seu avanço na história desprezasse progressivamente o que sustenta a barbárie. Mas o contrário se impôs: o pior mantém-se como um elemento indestrutível; é constituinte do psiquismo porque pulsa e se reatualiza através da repetição e dos rituais. Esse assassinato reprimido em seu poder civilizador inaugura a lei e a proibição. Nathalie Zaltzman pergunta: “o que mais seria necessário para que o ato de assassinato seja reconhecido e que se cumpra, efetive-se, para que cessem de ser repetidos os tempos que o antecederam onde não havia ainda a proibição?”¹⁷

10 S. Freud, *op. cit.*, p. 258.

11 M. Crépon; M. Launay, *Anthropologie de la guerre*, p. 9-10.

12 M. Crépon, M. Launay, *op. cit.*, p. 19.

13 S. Freud, *O mal-estar na cultura*, p. 137.

14 S. Freud, *op. cit.*, p. 140.

15 C. Coimbra, in T. Merlino, *Direito à Memória e à verdade: Luta, substantivo feminino – mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*, p. 157.

16 Frei Tito, preso em 1968, posteriormente exilado, matou-se em 1974 na França. Maria Auxiliadora Barcellos, presa em 1969, foi banida em 1971, matou-se em 1976 na Alemanha; Solange Lourenço Gomes, presa em 1971, matou-se em 1982 no Rio de Janeiro.

17 N. Zaltzman (Org.), *La résistance de l'humain*.

O assassinato liberou um radical livre na demasiada aproximação com o corpo matado. A tentativa reiterada para impedir que este ato reverbere e se mantenha estabeleceu as bases para a criação de todo o sistema de leis que tenta impedir, proibir, penalizar, mas não consegue resolver. A tortura é um ato que fere a dignidade humana que em nossa Constituição é considerada um valor absoluto. À vítima é negada a condição de ser humano e, nesse sentido, toda a humanidade é atingida. Esta hipótese pode nos ajudar a entender por que a tortura é um *crime de lesa a humanidade*, conforme estabeleceu o Tribunal Penal Internacional de Roma em 1998. Neste nosso tempo em que os pilotos de guerra são pouco a pouco substituídos por veículos aéreos não tripulados (drones), a experimentação com *cobaias humanas* sobre despressurização das cabines

torna-se anacrônica. O que Freud escreveu em 1929 permanece plenamente atual:

parece-me que a questão decisiva da espécie humana é a de saber se, e em que medida, o seu desenvolvimento cultural será bem-sucedido em dominar o obstáculo à convivência representado pelos impulsos humanos de agressão e de autoaniquilação. Quanto a isso, talvez precisamente a época atual mereça um interesse especial. Os seres humanos conseguiram levar tão longe a dominação das forças da natureza que seria fácil, com o auxílio delas, exterminarem-se mutuamente até o último homem. Eles sabem disso; daí uma boa parte de sua inquietação atual, de sua infelicidade, de sua disposição angustiada. E agora cabe esperar que o outro dos dois “poderes celestes”, o eterno Eros, faça um esforço para se impor na luta contra seu adversário igualmente imortal. Mas quem poderá prever o desfecho?¹⁸

18 S. Freud, *O mal-estar na cultura*, p. 184.

Referências bibliográficas

- Agamben G. (2004). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG.
- Arantes A. Ordem dos Advogados do Brasil divulga documentos sobre maus-tratos. Petição aos Membros do Conselho de Justiça da 1ª Auditoria da 11 Circunscrição Judiciária Militar, *O Globo*, 2 set. 1977.
- Coimbra C. (2010). In T. Merlino, *Direito à Memória e à verdade: Luta, substantivo feminino – mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Caros Amigos.
- Crépon M.; Launay M. (2010). *Anthropologie de la guerre*. Paris: Collection Ouvertures Bilingues.
- Freire A. (2002). *Relatório de prisão, encaminhado à Secretaria de Justiça e de Defesa da Cidadania de São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Justiça e de Defesa da Cidadania de São Paulo.
- Freud S. (1932). Por que a guerra? *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmundo Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XXII
- _____. (1930/2010) *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM.
- Kafka F. (1996). *Na colônia penal*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Levi P. (2004). *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra.
- Lima H. Ordem dos Advogados do Brasil divulga documentos sobre maus-tratos, Petição aos Membros do Conselho de Justiça da 1ª Auditoria da 11 Circunscrição Judiciária Militar, *O Globo*, 2 set. 1977.
- Peters E. (1985). *História da tortura*. Lisboa: Teorema.
- Zaltzman N. (1999). *La résistance de l'humain*. Paris: PUF.

Torture, the worst of humanity

Abstract The purpose of this article is to present torture as an act that reveals the worst of the human being, with references to Freud's writings and other authors on this field. The existence of a residue of destructiveness established in culture from the murder of the primal father, inscribes torture as a human practice since immemorial times. The use of humans as test subjects in Nazi death camps; medieval practices of torture and their support at different times and countries are examples that torture is a procedure of humans and allows us to affirm that torture is not extinguished despite his repeated prohibition. The practice of torture in Brazil during the military dictatorship installed in 1964 proves that instruments of torture used in the Middle Ages, by the inquisitors, were incorporated by dictators with the support of the Brazilian state.

Keywords torture; destructiveness; military dictatorship in Brazil.

Recebido em: junho de 2014.

Aprovado em: agosto de 2014.

Os indigentes da memória

Jeanne Marie Gagnebin

Resumo O artigo reflete sobre a importância dos rituais funerários e dos túmulos como signos da presença dos mortos na memória dos vivos. Tenta mostrar como essa exigência orienta o trabalho poético desde a *Ilíada* e como ela se repete no contexto doloroso dos *desaparecidos* da ditadura militar no Brasil, analisando notadamente dois textos recentes, entre ficção e testemunho, de Bernardo Kucinski. Por fim, pergunta-se a respeito do descaso manifestado no enterro em valas comuns de pessoas pobres, facilmente identificáveis, sem aviso às famílias que continuam, por anos, a procurar por *desaparecidos*.

Palavras-chave desaparecidos; túmulo; ditadura militar; Bernardo Kucinski.

Jeanne Marie Gagnebin é professora titular de Filosofia da PUCSP e livre-docente em Teoria Literária da Unicamp.

Qual seria a façanha de matar mais uma vez o morto?¹

Sôma/Sêma

A *Ilíada* é um texto difícil. Somente nela penetra quem, seguindo a trilha aberta por Jean-Pierre Vernant², percebe o movimento paralelo entre as duas temáticas maiores desse poema: morrer de bela morte e celebrar ritos funerários dignos. Somente assim, o leitor contemporâneo suporta as tão longas descrições de batalhas e de cerimônias fúnebres. Por que começar esse artigo com o epos grego? Não só por deformação de professora de filosofia. Porque algo emerge, pouco a pouco, desse primeiro canto e primeiro poema do Ocidente, a saber, a certeza que se lembra, se canta e se escreve para não esquecer os mortos. Especialmente os heróis mortos, nesse poema viril e guerreiro; no entanto, como o herói se torna um paradigma da vida que vale a pena ser vivida, a relação entre palavra e memória persiste além da vontade épica. Ela se desdobra na obrigação do túmulo: o cadáver (em grego homérico, *sôma*) não pode ficar sem proteção, entregue aos animais, mas deve ser queimado e, recolhidos os ossos, abrigado num túmulo (*sêma*). A ligação entre somático e semântico surge das belas palavras de Heitor, talvez o mais *humano* de todos os heróis da *Ilíada*, quando no Canto VII propõe um combate singular aos Aqueus. Pede, então, para que seu cadáver seja devolvido à sua família, se ele for morto, e que seja erguido um túmulo a seu inimigo morto, se ele for o vencedor, para lembrar sua glória (*kleos*) no combate.

1 Sófocles, *Antígona*, verso 1030: “tis alkè ton thánaton’ epiktánein?” (tradução pessoal).

2 J.-P. Vernant, *L’individu, la mort, l’amour*.



*são livros sobre as dificuldades
e a necessidade do lembrar,
notadamente de lembrar os mortos,
mesmo aqueles dos quais não
se sabe se morreram, os desaparecidos;
e aqueles de cujo nome
não se consegue lembrar*

À diferença dos bichos, os animais humanos falam, lembram e são enterrados. O poema, túmulo de palavras, e o túmulo de pedras, último signo de uma vida que se foi, se respondem. Não se pode profanar um cadáver, o próprio Aquiles deve obedecer a essa lei e devolver o corpo de Heitor a seu pai. No último canto da *Iliada*, o cadáver de Heitor é levado por seu pai para ser destinado a funerais humanos – e Aquiles deixa de ser um leão selvagem que gostaria de devorar sua vítima, ele volta à humanidade. Alguns séculos mais tarde, contra a vontade do Estado (na figura do tirano Creonte), Antígona lava o corpo do seu irmão, espalha poeira e terra sobre ele para tentar afastar os animais selvagens. Nesse gesto impotente de piedade, ela reafirma que mesmo os inimigos da cidade têm direito a ritos funerários e a um túmulo, que eles não podem desaparecer da memória pelo sumiço de seu corpo.

Matzeivá/Velório

Em 2011, Bernardo Kucinski, professor aposentado da USP e conhecido jornalista, publica um romance próximo do relato autobiográfico, *K. Relato de uma busca*. Três anos depois, sai um volume de “contos” sobre a mesma temática, *Você vai voltar para mim*. Qual é essa temática? Ambos os livros falam dos mortos, desaparecidos e torturados da ditadura militar no Brasil. Falam também daqueles que lhes sobreviveram.

A personagem principal de *K.* é um velho senhor judeu de origem polonesa, que emigrou para o Brasil e tentou continuar suas pesquisas de literatura e de língua iídiche com alguns amigos em São Paulo. Os protagonistas do livro de contos foram inspirados, entre outros, por relatos ouvidos a partir de narrativas de amigos e por narrativas recolhidas pelas várias Comissões da Verdade que foram surgindo no país.

São livros engajados, mas não dogmáticos. Não são relatos históricos. São livros entre a ficção e o testemunho. São livros sobre as dificuldades e a necessidade do lembrar, notadamente de lembrar os mortos, mesmo aqueles dos quais não se sabe se morreram, os desaparecidos; e aqueles de cujo nome não se consegue lembrar. Kucinski parece retomar a exigência da “memória dos sem nomes” da qual falava Walter Benjamin. Ao mesmo tempo, não há nenhuma complacência com um relembrar choroso. Ao contrário, lembrar-se do passado e ousar agir no presente são duas práticas entrelaçadas. O velho senhor, K., fica estarecido quando percebe que sua filha não lhe telefonava havia dez dias. Bernardo Kucinski descreve, ainda que de maneira ficcional – aliás, como fazê-lo de outro jeito quando alguém desaparece sem deixar nenhum rastro? – o desaparecimento de sua irmã, Ana Rosa Kucinski, professora de química da USP, e do seu marido, o físico Wilson da Silva, cujos corpos nunca foram encontrados; ambos foram vistos pela última vez em 22 de abril de 1974, foram certamente raptados e mortos pela repressão militar, embora nunca tivesse havido nenhum documento, nenhum arquivo, nenhum testemunho a respeito.

K., o pai, percebe com assombro não só a estranha falta de sinal da filha, mas também sua própria falta de presença ao lado dela. Depois da morte da primeira mulher, mãe de seus filhos, casou novamente, mas não parece feliz com a nova esposa que, aliás, não se dá bem com Ana. Mas muito mais do que o segundo casamento, K. descobre o quanto seus estudos de iídiche o afastaram do presente brasileiro e da possível luta de sua filha

contra a ditadura. O traço mais pungente do livro me parece essa confluência, primeiro conflituosa, entre duas memórias: a memória da perseguição dos Judeus, já antes da Shoah na Polônia, depois durante a Shoah na Europa inteira, em que morreram muitos parentes, e a memória do presente, isto é, a reflexão crítica sobre a tomada de poder pelos militares no Brasil, o acirramento da repressão depois do AI 5, o desaparecimento de alguns estudantes, um boato ao qual K., primeiro, não deu a devida atenção. Imerso no cuidado da bela língua morta, do iídiche, K. compreende que não deu ouvidos aos vivos:

E como não perceber o tumulto dos novos tempos, ele, escolado em política? Quem sabe teria sido diferente se, em vez dos amigos escritores do iídiche, essa língua morta que só poucos velhos ainda falam, prestasse mais atenção ao que acontecia no país naquele momento? Quem sabe? Que importa o iídiche? Nada. Uma língua-cadáver, isso sim, que eles pranteavam nessas reuniões semanais, em vez de cuidar dos vivos³.

Talvez o iídiche importe mais do que se poderia desprender dessa observação desesperada. Como também importa lembrar todos os perseguidos, judeus, armênios, chilenos, argentinos, a lista não está completa, que pensaram encontrar um refúgio no Brasil e foram perseguidos durante a ditadura. Vladimir Herzog atravessa esse livro entre as linhas da narrativa. Especialmente quando K., depois de um ano do desaparecimento de sua filha, vai até o cemitério israelita do Butantã para pedir a colocação de uma “Matzeivá” – “a lápide colocada no túmulo, em geral um ano após o sepultamento”, diz a nota de pé de página. Vencido, mas não convencido, pelo argumento de K., de que na entrada do cemitério havia uma grande lápide em memória dos mortos do Holocausto, embora não houvesse nenhum corpo ali, o responsável do cemitério pede uma autorização de um rabino. K. escolhe

»
*também importa lembrar
todos os perseguidos, judeus,
armênios, chilenos, argentinos,
a lista não está completa,
que pensaram encontrar
um refúgio no Brasil e foram
perseguidos durante a ditadura*

um rabino da linha “moderna”, como diz, porque sabe que seu pedido é, no mínimo, estranho. Tão estranho que tem de ouvir uma longa peroração sobre a ausência de corpo e, portanto, a impossibilidade de túmulo.

O narrador observa:

Alguns meses mais e isso mudará, depois que outro rabino, ainda mais moderno, oriundo dos Estados Unidos, officiar na missa ecumênica do jornalista judeu assassinado pelos militares. K. está um pouco adiante do seu tempo⁴.

A alusão à missa por Vladimir Herzog é uma bela homenagem também a Dom Paulo Evaristo Arns, que abriu a Catedral da Sé para uma homenagem a um jornalista judeu, vítima da repressão, e à necessidade de ultrapassar as separações religiosas ou ideológicas na resistência comum contra a ditadura e a tortura. K. não encontra essa abertura no representante de sua religião. O rabino persiste na necessidade do cadáver para autorizar a lápide, como se somente a presença do corpo morto permitisse a memória do vivo:

A falta de lápide equivale a dizer que ela [a filha] não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se. [K.] Sofre a falta dessa lápide como um desastre a mais, uma punição adicional por seu alheamento diante do que estava acontecendo com a filha bem debaixo de seus olhos⁵.

3 B. Kucinski, *K. Relato de uma busca*, p. 13-14.

4 B. Kucinski, *op. cit.*, p. 77.

5 B. Kucinski, *op. cit.*, p. 79.



*a falta do elo intermediário,
do cadáver, repete,
no drama dos desaparecidos
das várias ditaduras, a sinistra
previsão feita pelos responsáveis
dos campos nazistas
a Primo Levi*

Lápide como *sêma*, signo do corpo morto e memória do vivo que morreu, mas persiste na lembrança. A falta do elo intermediário, do cadáver, repete, no drama dos desaparecidos das várias ditaduras, a sinistra previsão feita pelos responsáveis dos campos nazistas a Primo Levi⁶, quando, nos últimos dias da Segunda Guerra, isto é, quando se tornou claro que a Alemanha nazista ia ser vencida, os prisioneiros dos campos foram obrigados a desenterrar os milhares de cadáveres de seus camaradas, jogados em valas comuns, para queimá-los em gigantescas fogueiras: não podia sobrar nenhum rastro desses mortos, nem seus ossos, nem seus nomes. Os nazistas prepararam a historiografia negacionista; os militares brasileiros, por sua vez, a impossibilidade de apreensão da verdade, sobretudo da prova da tortura e do assassinato: sem o corpo, como saber com certeza da morte e dos suplícios?

Desolado, K. ainda tenta, como o poeta épico de outrora, compor um livrinho, um folheto, “uma lápide na forma de livro”⁷, para poder lembrar a filha e enviar essa lembrança a amigos e familiares. Recolhe materiais, fotografias, depoimentos das amigas da filha e entrega o material a uma pequena gráfica do seu bairro, que havia pertencido a um velho anarquista italiano. Agora, o filho imprime convites de casamentos e notas fiscais. Aos gritos, recusa imprimir o livrinho sobre a desaparecida, uma subversiva, uma comunista.

Sem gritos, mas com a maioria dos votos e somente dois em branco, a Congregação do Instituto de Química da USP segue o relatório da “comissão processante” da Reitoria da Universidade e demite, 19 meses depois do seu sumiço, a Professora Ana Rosa Kucinski por “abandono de função”⁸.

No seu segundo livro de “ficção”, *Você vai voltar para mim*, publicado em 2014, um dos contos, “O Velório”, retoma a temática do funeral e do corpo morto, do *sôma*. Novamente, temos um pai que quer enterrar seu filho, e, desta vez, o consegue. Seu Antunes é velho, sente sua morte próxima e quer enterrar seu filho antes. Compra um belo caixão, convida todos e todos vêm: os vizinhos, os irmãos e cunhados com respectiva prole, os amigos não mais tão jovens do morto, as solteironas que não mais falam mal do filho morto, no fim, chegam de carro preto “o prefeito Belisário, o delegado de polícia, dr. Costa, e o padre Gonçalves”⁹. O conto parece a crônica de uma pequena cidade interiorana, com lances humorísticos, muitos copos de Guaraná, muitos salgadinhos, um ambiente festivo num velório que reúne *toda a cidade*, como constata, várias vezes e com alegria, o velho pai. O leitor já percebeu, desde o início, que não há ninguém no caixão, somente um paletó e um par de sapatos que pertenciam ao Roberto, o filho desaparecido. Não há corpo, mas há velório e enterro, num gesto bem-humorado e respeitoso de lembrança coletiva – toda a cidade – e solidária com os familiares dos desaparecidos. Gesto utópico num certo sentido porque um dos grandes ardis dos sucessivos governos brasileiros, militares e democráticos, foi ter conseguido restringir o debate sobre os desaparecidos, os torturados e os mortos a uma discussão de casos singulares e individuais, que concernem a famílias enlutadas ou cidadãos revanchistas, que se tenta apaziguar com indenizações. Assim, o país como entidade coletiva que possui um passado comum e, igualmente, um presente e um futuro a serem inventados por todos, é deixado de lado. Em outros termos: a rememoração como ato político não acontece.

Nesse contexto, o conto de Kucinski aponta para algo além da evocação jocosa de uma vida interiorana e mais protegida: para a possibilidade de uma certa alegria se os mortos pudessem ser lembrados por todos.

Vala comum

Em 2014 foram lembrados os cinquenta anos do golpe militar no Brasil. A maior parte dos desaparecidos durante a ditadura continua sem túmulo e mesmo sem que se saiba se e como morreram. Alguns militares de patente alta morreram e deixam documentos reveladores que jogam uma luz sobre esses mortos sem sepultura. Outros assumem tortura, morte e sumiço de corpos, como o coronel Paulo Malhões em depoimento frio e impactante à Comissão da Verdade do Rio e a vários jornais da cidade. Esclareceu em particular a odisseia do cadáver do deputado desaparecido Rubens Paiva, preso em casa em 20 de janeiro de 1971, torturado e morto, mas cujo corpo nunca foi encontrado. *Et pour cause*: como resume a Wikipédia, o cadáver foi primeiramente enterrado no Alto da Boa Vista, depois desenterrado porque uma estrada ia ser aberta por perto e se temia a descoberta do corpo. Transportado até o Recreio dos Bandeirantes e enterrado na areia, foi novamente desenterrado dois anos mais tarde e levado numa lancha, saindo do Iate Clube

6 Remeto a Primo Levi, *Os afogados e os sobreviventes*: quarenta anos depois de Auschwitz.

7 B. Kucinski, *op. cit.*, p. 82.

8 B. Kucinski, *op. cit.*, capítulo intitulado “A reunião da Congregação”. Ver a esse respeito também o artigo de Álvaro Pereira Júnior, *Folha de S.Paulo*, Caderno E, p. 14, “A dor de não saber”. O instituto pediu desculpas à família de Ana Rosa Kucinski, 40 anos depois de seu desaparecimento. Foi erguida uma escultura em sua homenagem nos jardins do Instituto e a demissão foi revogada.

9 B. Kucinski, *Você vai voltar para mim*, p. 54.

10 Ver o jornal *Folha de S.Paulo* de 23 de abril de 2014, Caderno “Cotidiano”, p. C1.

11 Sobre essa descoberta numa investigação da promotora Eliana Vendradini (Ministério Público de São Paulo), sobre o sofrimento das famílias e sobre o processo que o Ministério Público vai intentar ao Estado de São Paulo, ver o jornal *Folha de S.Paulo*, 22, 23, 27 de abril, 4 de maio de 2014.

»
no Brasil de hoje, não desaparecem só os “terroristas” e os “comunistas”. As famílias dos “indigentes sem RG” não são avisadas. Mesmo com corpo presente, o túmulo não traz o nome do morto. Bastaria ele ser pobre? A pergunta não quer calar

da Urca, e finalmente jogado no mar quando as correntes marítimas estavam propícias. Esse cuidado com o sumiço dos cadáveres é comum a todas as ditaduras do Cone Sul, como se mares e desertos tivessem, em sua beleza, o emblema final da vaidade e da fragilidade da memória.

Outros desaparecidos surgiram e surgem todos os dias: segundo entidades como “Mães da Sé” e a Associação Brasileira de Busca e de Defesa dos Desaparecidos, no Estado de São Paulo hoje desaparecem, em média, 60 pessoas por dia¹⁰. Muitos morrem de velhice, de doença ou de cansaço, num hospital ou na rua. A maior parte com documento no bolso, o famoso RG, a “identidade”. Mas, quando são pobres, “indigentes” como se prefere dizer¹¹, quando ninguém vem reclamar seus corpos no prazo previsto por lei (72 horas depois do óbito), quando os familiares não conseguem orientar-se entre delegacias de polícia, hospitais, IML e svo (Serviço de Verificação de Óbitos) nesses três dias contados, mesmo com “identidade” e números de celulares de amigos e parentes na carteira, os cadáveres vão para os cemitérios da Vila Formosa ou de Perus e são enterrados em covas para indigentes ou em valas comuns. No mesmo cemitério de Perus onde houve também sepultamento de desaparecidos políticos. No Brasil de hoje, não desaparecem só os “terroristas” e os “comunistas”. As famílias dos “indigentes sem RG” não são avisadas. Mesmo com corpo presente, o túmulo não traz o nome do morto. Bastaria ele ser pobre? A pergunta não quer calar.

Referências bibliográficas

- Homero (2001). *Iliada*. Trad. Haroldo de Campos. São Paulo: Mandarim.
- Kucinski B. (2013). *K. Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify. [primeira edição esgotada: São Paulo: Expressão Popular, 2011.]
- _____. (2014). *Você vai voltar para mim*. Cosac Naify.
- Levi P. (1989). *Os afogados e os sobreviventes: quarenta anos depois de Auschwitz*. São Paulo: Paz e Terra.
- Sófocles. *Antígona* (várias traduções).
- Vernant, J. P. (1989). *L'individu, la mort, l'amour*. Paris: Gallimard.
- Jornal Folha de S.Paulo*, vários números de abril e maio de 2014.

The indigents of memory

Abstract The article reflects on the importance of funeral rites and tombs as signs of the presence of the dead in living memory. The article attempts to show how this requirement guides the poetic work since the Iliad and how it repeats itself in the painful context of the *disappeared* of the military dictatorship in Brazil, notably analyzing two recent texts, between fiction and testimony written by Bernardo Kucinski. Finally, the question arises as to the manifested neglect in the burial of poor people, that could be easily identifiable, in mass graves, but without communicating to families – that continue for years searching for the *disappeared or missing?*.

Keywords missing; tomb; military dictatorship; Bernardo Kucinski.

Recebido em: julho 2014.

Aprovado em: julho 2014.

Figuras da resistência, o *homo sacer* brasileiro contemporâneo e a construção do comum

Maria Angela Santa Cruz

Resumo Este artigo retoma, parcialmente, o contexto histórico do golpe de 1964 no Brasil, para ressaltar as interrupções de processos democratizantes então em curso e seus efeitos na destruição e na reconstrução de caminhos para o país. Por meio da clínica com ex-presos políticos e com adolescentes das periferias de São Paulo, procura evidenciar os efeitos tardios da ditadura em alguns dos componentes dos processos de produção de subjetividade. Ao final, indica a constituição do *comum* como uma direção possível e desejável na produção de novos processos de subjetivação.

Palavras-chave ditadura civil-militar; tortura; clínica de ex-presos políticos; clínica da adolescência; políticas públicas; produção do comum.

Maria Angela Santa Cruz é psicóloga, psicanalista, analista institucional, mestre em Psicologia Clínica pela PUCSP.

A meu pai

A forma mais comum de se referir à ditadura no Brasil desencadeada pelo golpe militar de 1964 vinha sendo nomeá-la como uma ditadura militar. É intrigante, no entanto que, passados 50 anos do golpe, quase todas as publicações, chamadas nas diferentes mídias, eventos de análise e repúdio, referências sobre o golpe e sobre a ditadura têm incluído o significante *civil* na expressão até então utilizada. O que se passou nestes 50 anos que, só agora, podemos coletivamente nomear a ditadura pelo seu verdadeiro nome – ditadura civil-militar? Ou, colocada de outra forma a questão: o que se passou para que se excluísse, sistematicamente, da linguagem comum a referência à ditadura brasileira como uma ditadura desencadeada e mantida tanto por militares como pela sociedade civil? E quando se fala em sociedade civil, do que exatamente estamos falando?

Porque o golpe foi exatamente contra a sociedade civil, ou, ao menos contra a maioria da população que começava a entrever, no início dos anos 1960, a possibilidade de realização de mudanças substantivas, estruturais nos modos de vida, de emprego, de uso da terra, de educação, contra um povo que era visto e se via como subdesenvolvido. Foi um momento genético na organização das populações rurais – as ligas camponesas do nordeste –, nos sindicatos de trabalhadores, na educação com Paulo Freire e sua genial pedagogia da vida e do desejo – a Pedagogia do Oprimido –, nas escolas experimentais, nos movimentos das comunidades eclesiais de base, no movimento estudantil. No Comício da Central do Brasil

41

PERCURSO 52 : p. 41-50 : junho de 2014



“é apenas de lamentar que parcelas ainda ponderáveis que tiveram acesso à instrução superior continuem insensíveis, de olhos e ouvidos fechados à realidade nacional.” [João Goulart]

em 13 de março de 1964, o então presidente João Goulart afirma publicamente seu compromisso com as reformas estruturais, as então chamadas reformas de base – reforma agrária, tributária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral –, com a modificação dos padrões de produção no campo, com mudanças na constituição de 1946, afirma enfim o compromisso com a imensa maioria da população – à época predominantemente rural – que vivia em condições de miséria, propondo com isso a ampliação da democratização dos direitos.

Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já superada, injusta e desumana; o povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e seja assegurada a representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações religiosas ou ideológicas.

Todos têm o direito à liberdade de opinião e de manifestar também sem temor o seu pensamento. É um princípio fundamental dos direitos do homem, contido na Carta das Nações Unidas, e que temos o dever de assegurar a todos os brasileiros.

É apenas de lamentar que parcelas ainda ponderáveis que tiveram acesso à instrução superior continuem insensíveis, de olhos e ouvidos fechados à realidade nacional¹.

Mas foi exatamente, cada vez mais o sabemos, uma minoria da sociedade civil – a elite econômica brasileira – quem arquitetou o golpe,

justamente porque não queria que seus privilégios tivessem fim. Como diz Plínio de Arruda Sampaio em entrevista a Flávio Tavares², a própria Câmara de Deputados era composta em sua maioria – 80% – “por fazendeiros, ou filhos de fazendeiros ou genros de fazendeiros”. No mesmo documentário desvela-se manobra da CIA, através de um *cover*, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD –, que financiava campanhas de candidatos a deputado federal, estadual, governadores, grande imprensa, na orquestração da derrubada de João Goulart³. Articulada e sustentada pelos interesses dos EUA em manter-se como hegemônico no lado ocidental do globo em tempos de Guerra Fria, por um lado, e aliada com as correntes majoritárias das Forças Armadas, multinacionais, grandes empresários, latifundiários e banqueiros brasileiros, extraiu da força multitudinária viva e pujante do início dos anos 1960 a configuração destrutiva e mortífera que vivemos durante longos 21 anos – nossos anos de inverno.

Existia um senhor chamado Fidel Castro, que estava no poder em Cuba. E no Brasil, no início dos anos 60, existia muita confusão política. E tínhamos medo de que essas confusões se espalhassem e virassem uma coisa contagiosa. Formou-se um grupo de empresários para poder, então, estruturar uma reação à implantação da república socialista do seu Jango Goulart⁴.

Medo do contágio. O capitalismo sempre soube se apropriar da potência do contágio das multidões para utilizá-las em sua sustentação e expansão.

Contagiantes são as primeiras páginas dos jornais de 20 mar. 1964 (*Folha de S. Paulo*), que impuseram imagens impressionantes da mobilização de meio milhão de pessoas reunidas na Praça da Sé, em São Paulo, momento final da Marcha da Família com Deus, pela Liberdade. Reação orquestrada pelas forças conservadoras – deputados, empresários, suas mulheres, que reproduziam o discurso do fantasma do comunismo para as mulheres de seus empregados – e foram estas

imagens pujantes publicadas pelo *Almanaque Brasil*, que entraram nas casas das famílias das classes médias brasileiras. Uma delas faz parte de meu acervo de memórias de infância/pré-adolescência. Na capa do primeiro número pós-golpe da Revista Seleções – a sucursal americana nos lares brasileiros por décadas –, vibrava a foto da multidão da Marcha da Família. Seu cabeçalho dizia: *Um povo que fez sua revolução*.

Nem Goebbels poderia imaginar um plano tão perfeito para conseguir a adesão maciça da população ao golpe, em pele de revolução. Enquanto isso, enquanto a marcha contra o fantasma do comunismo e em defesa dos valores cristãos, da família e da propriedade seguia seu curso pré-programado, a operação *Brother Sam*⁵ autorizava que a Força Naval norte-americana enviasse quatro navios torpedeiros, dois navios

»
*nem Goebbels poderia
imaginar um plano tão perfeito
para conseguir a adesão maciça
da população ao golpe,
em pele de revolução*

de escolta, uma frota de petroleiros americanos e um porta-aviões, ao porto de Santos. Estes aguardavam o sinal para entrar em ação, caso houvesse reação do governo, legalmente constituído, ao golpe encabeçado pelas tropas do General Olympio Mourão Filho em 31 de março de 1964, amanhecendo o dia 1º de abril de 1964⁶.

E aqui já podemos pensar em um primeiro efeito do golpe sobre a produção das subjetividades brasileiras: o povo, mais uma vez na história do Brasil, foi feito de objeto de engodo, de manipulação, massa de manobra para a legitimação de um golpe contra si mesmo. Acabou aceitando e, de alguma forma legitimando, ao menos no início, um regime que praticamente extinguiu as riquíssimas sendas abertas no campo da educação, da saúde, da politização, do caldeirão social de produção de uma lógica de cidadania que só voltaria ao cenário brasileiro com a chamada constituição cidadã de 1988 – 24 anos depois. E o que acontece com um povo que é sistematicamente colocado à margem de si mesmo? Com um povo para o qual se forja uma inconsciência ativa de suas determinações político-existenciais, produzindo uma voluntária servidão? Com um povo para o qual se construíram novos e “terríveis” inimigos, oriundos de seu próprio seio?

Originários de diferentes segmentos e classes sociais – trabalhadores rurais, operários, estudantes, profissionais, intelectuais, políticos, artistas –, compondo uma diversidade de formas de encarnar a resistência à ditadura, esses combatentes foram aprisionados nas categorias de subversivos, ou terroristas, transformados no *homo sacer*⁷ brasileiro. Ou seja, pessoas matáveis não por uma decisão plebiscitária, coletiva, mas

- 1 Presidente João Goulart, discurso no Comício da Central do Brasil em 13 mar. 1964.
- 2 C. Tavares, *O dia que durou 21 anos* – Documentário.
- 3 C. Tavares, *op. cit.*
- 4 Peter Vos, do consulado dos EUA – fragmento do depoimento para o Documentário *Cidadão Boilensen*. A citação foi extraída de sinopse de Flávia Santana.
- 5 C. Tavares, *op. cit.*
- 6 C. Tavares, *op. cit.*
- 7 Na esteira das pesquisas e formulações de Foucault sobre as tecnologias de poder nas sociedades disciplinares modernas, sintetizadas no conceito de biopolítica, Giorgio Agamben resgata o conceito de *homo sacer* do direito romano arcaico: vida matável e não sacrificável. No livro *O poder soberano e a vida nua I*, p. 196, Agamben o problematiza de modo a fazer emergir sua origem histórica como ponto de incidência do poder soberano, como *vida nua*, *zoé*, afirmando que a vida já fizera sua entrada no político a partir mesmo do surgimento do poder soberano, em seu caráter de exceção. Dessa forma, além de assumir a tese foucaultina sobre a entrada do *bios* nas equações do poder – que inauguraria o poder disciplinar como característico das sociedades ocidentais modernas – Agamben reafirma as teses foucaultinas da coexistência do poder soberano e do poder disciplinar na modernidade. No entanto, radicaliza tais teses, afirmando que o estado de exceção, e com ele o poder soberano, dos quais o campo de concentração seria o paradigma, estariam em uma íntima solidariedade com a democracia (p. 17). O caso brasileiro faz chegar ao paroxismo a coexistência das fórmulas foucaultianas – *Fazer viver ou deixar morrer* (sociedades disciplinares) e *Fazer morrer ou deixar viver* (sociedades de soberania), como veremos a seguir. “Homem sacro é, portanto, aquele que o povo julgou por um delito; e não é lícito sacrificá-lo, mas quem o mata não será condenado por homicídio; na verdade, na primeira lei tribunicia se adverte que ‘se alguém matar aquele que por plebiscito é sacro, não será condenado homicida’. Disso advém que um homem malvado ou impuro costuma ser chamado sacro.” (p. 186).



*é sempre necessário lembrar
o quanto a tortura pode
ser devastadora na vida, no corpo,
na “alma” de uma pessoa*

por uma construção ativa, insidiosa e sistemática feita habilmente pelos donos da “boa consciência” associados à grande imprensa, a partir da Doutrina de Segurança Nacional, importada dos EUA, e que previa a eliminação de qualquer um que pudesse causar conflitos ou dissidências em uma sociedade que se pretendia harmonicamente funcional dentro de um estado liberal, harmonia garantida por fuzis e paus de arara⁸.

Figuras da resistência

Dos anos de 1990 até meados dos anos 2000, tive a honra de fazer parte da Equipe Clínico-Grupal do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. Atendia em São Paulo ex-presos políticos e familiares, atendimentos financiados pela Comunidade Europeia e pela ONU, a partir de projetos elaborados pelo GTNM/RJ. Os efeitos desse trabalho ainda hoje estão presentes em minha prática clínica de cada dia. É sempre necessário lembrar o quanto a tortura pode ser devastadora na vida, no corpo, na “alma” de uma pessoa. E, talvez, o primeiro ato analítico desenlouquecedor para aqueles que sobreviveram à tortura tenha sido poder oferecer um espaço-tempo de escuta e cuidado, bancado por uma associação de reconhecimento internacional – primeiro passo para a saída da clausura asfixiante da condição de sobrevivente naquele momento. Ter as condições sociopolíticas de fazer um reconhecimento coletivo explícito de seu valor como combatente, através do pagamento de um processo psicanalítico, fazia então o efeito oposto ao desmentido do trauma ferenciano: o acolhimento do traumático tem

a potência de operar o início de uma inclusão necessária de um vivido da ordem do horror; nessa operação, desperta-se toda a força viva de se saber participante de um movimento de resistência ao totalitarismo⁹.

Dentre os percursos analíticos que pude acompanhar, gostaria de ressaltar um processo subjetivo daqueles que sobreviveram à tortura. Saídas da casa dos horrores, a vivência de aniquilamento subjetivo fazia com que essas pessoas vagassem pelo mundo tal qual almas penadas – nem vivos, nem mortos. Tal condição era ainda mais intensificada pelo estranho pacto de silêncio que parecia haver, inclusive entre marido e mulher, entre pais e filhos, entre companheiros, sobre a violência da experiência da tortura. Junte-se a isso o fato de que muitos que saíram vivos dos porões da ditadura encontravam-se com um panorama desolador: a notícia de amigos e companheiros mortos pela repressão, partidos dizimados, o movimento de resistência paralisado. À medida que se conseguia retomar alguma coisa que pudesse se assemelhar a uma vida – trabalho, amizades, relações familiares, dificilmente lazer – a vivência no mundo dos *homens comuns* parecia ser ainda mais estranha. O que poderia haver de comum entre um sobrevivente da tortura e a maioria da população brasileira que pouco a pouco ia se esquecendo de que vivia sob uma ditadura?

A emergência de novos movimentos de resistência a partir de meados da década de 1970, ganhando força e expressão nacionais na década de 1980, certamente propiciou uma mudança subjetiva e a possibilidade de construção de novos territórios, afetados que fomos pelo novo campo de forças que se compunha. Momento genético, a atualização das forças de resistência se fez em vários campos: o movimento pela Anistia, o movimento pela Reforma Sanitária – que culminou no SUS –, o movimento pela Reforma Psiquiátrica – que culminou nas atuais Políticas de Saúde Mental antimanicomiais, consolidadas em políticas de Estado –, os movimentos sindicais – que resultaram na construção do PT. Todos estes engrossaram e confluíram no movimento

pelas eleições diretas – Movimento das Diretas Já! – incluindo uma pluralidade de atores sociais e produzindo novas modulações subjetivas. Ainda assim, ainda que um certo entusiasmo tivesse colorido o horizonte, a vivência psíquica de isolamento e de um profundo desalento perdurava em muitos desses sobreviventes. À época construí a imagem de uma bolha, como se cada um tivesse sido enclausurado em um tipo de bolha específico, com contornos e características próprias, mas todas estampando o mesmo certificado de fabricação: o poder soberano do regime de exceção transformando a vida em vida nua – zoé –, vida matável¹⁰, a biopolítica radicalizada em tanatopolítica¹¹. Corpo objeto da crueldade do mal, legitimado pela banalidade do mal¹² – o cumprimento de ordens¹³. A irrupção do real da dor, sem intermediações, a máxima impotência e desamparo dissolvendo os contornos subjetivos, produziu diferentes efeitos e estratégias de resistência psíquica para poder sobreviver; a partir daí, no entanto, é como se a vida entrasse em um constante estado de torpor onírico, de pesadelo.

Como retomar a vida viva? A vida de vigília compartilhada e compartilhável? Romper o pacto de silêncio, transformar a culpa e a vergonha de

8 Para um melhor entendimento desta Doutrina, consultar Blog do Emir, disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/O-golpe-no-Brasil-e-a-doutrina-de-seguranca-nacional/2/27107>>.

9 Nesse sentido, o projeto Clínicas do Testemunho, do Ministério da Justiça, já tem a seu favor o fato de ser o Estado brasileiro quem faz um reconhecimento público da violência perpetrada pelo próprio Estado contra seus cidadãos guerreiros, os *filhos que não fogem à luta*. Através da proposta de criação de espaços coletivos de circulação e de elaboração de um traumático produzido por forças de ordem política, faz-se um investimento ativo e um reconhecimento de um sofrimento que não pode ser vivido privadamente.

10 G. Agamben, *op. cit.*

11 G. Agamben, *op. cit.*

12 H. Arendt *apud* J. F. Costa, “Psiquiatria burocrática: duas ou três coisas que sei dela”, in *Clínica do Social – Ensaíos*.

13 Em declaração prestada à Comissão Nacional da Verdade, tal como Eichman, Paulo Malhães se orgulha em dizer: “Acho que cumpri meu dever”. E, ainda, em resposta à pergunta do entrevistador José Carlos Dias sobre o número de pessoas que teria matado, Paulo Malhães responde: “Tantas quantas foram necessárias”.

14 G. Agamben, *Estado de excepción*.

15 J. J. Waiselfisz, *O mapa da violência 2014: Os jovens do Brasil*.

16 D. Arbex, *O holocausto brasileiro*.

»

*o estado de exceção continua
existindo para grande parte
da população brasileira, particularmente
para a população jovem
das periferias*

ter sobrevivido enquanto tantos outros foram mortos ou “desaparecidos” foram alguns dos desafios que teceram os processos das análises que pude acompanhar.

Existe um irreduzível desse traumático violento, no entanto, que sobra. Talvez seja impossível não sobrar. O que resta processar? E como se faria esse processamento?

*O homo sacer atual
da “democracia” brasileira*

Ainda que a constituição de 1988, conquista fundamental no processo de democratização do Brasil, tenha vindo para substituir a lógica dos privilégios, propondo outra lógica para a sociedade brasileira – a lógica dos direitos –, passados 50 anos do golpe militar e 29 da reinstauração do regime democrático, sabemos o quão distante estamos de um funcionamento jurídico, político, econômico e social ancorado nas diretrizes dos direitos de cidadania.

O estado de exceção¹⁴ continua existindo para grande parte da população brasileira, particularmente para a população jovem das periferias, principalmente negra. Segundo dados do Mapa da violência¹⁵, as maiores taxas de homicídio são encontradas na população jovem e negra: de 2002 a 2012 há um crescimento de 32,4% de jovens negros assassinados, enquanto a taxa de homicídio entre os jovens brancos cai 32,3%. Violência seletiva.

Assim como seletiva foi a violência sistemática praticada nos manicômios. *O Holocausto brasileiro*¹⁶ denuncia a morte de pelo menos 60



*comparado a muitos
países latino-americanos,
nosso povo é um
dos mais despolitizados*

mil pessoas ao longo do século xx no hospício de Barbacena, genocídio cometido pelo Estado Brasileiro de pessoas internadas à força, com ou sem histórico de transtornos psiquiátricos – “epilépticos, alcoólatras, homossexuais, prostitutas, meninas grávidas pelos patrões, mulheres confinadas pelos maridos, moças que haviam perdido a virgindade antes do casamento”¹⁷.

Seletiva também continua sendo a violência praticada nas prisões, nas unidades de internação de jovens infratores, com todo o *know-how* sobre torturas herdado da ditadura civil-militar. Afinal, nossa Polícia Militar, criada nos tempos da ditadura, continua funcionando na lógica da Doutrina da Segurança Nacional, defendendo o Estado contra qualquer cidadão que seja identificado por ela como *inimigo*.

O critério de seleção: a violência é cometida majoritariamente contra a população pobre, sem poder contratual, como diria Basaglia¹⁸.

Mas talvez uma das formas de violência mais efetiva, porque mais insidiosa, mais uma herança da ditadura civil-militar, vem sendo o genocídio sistemático praticado contra o pensamento, prática exercida tanto nos meios de comunicação de massa hegemônicos como nas escolas públicas. O golpe de 64 foi um duro golpe também para um movimento por uma educação pública, universal, de qualidade teórica, ética e política. Comparado a muitos países latino-americanos, nosso povo é um dos mais despolitizados. Ou seja, houve, a partir do golpe, um investimento ativo na manutenção de um padrão ínfimo de escolarização despolitizante de nosso povo, investimento este que ainda não se reverteu nestes anos de democracia.

Em São Paulo, esse quadro é trágico. Carlos¹⁹ é um jovem da periferia de São Paulo, negro, que, assim como muitos que chegam ao serviço da Clínica do Sedes²⁰, não sabe ler nem escrever aos 17 anos de idade, tendo cursado a escola regular, pública, durante todos os anos de escolarização. Esperto, consegue driblar publicamente sua profunda vergonha de ser analfabeto. Como tantos outros jovens, principalmente das classes populares, busca reconhecimento e valorização através da roupa e adereços de marca. Como tantos outros jovens, se diverte dando seus *rolezinhos* de moto em seu bairro. Prática comum entre os jovens da periferia, pilotar uma moto provavelmente lhes traga uma sensação de potência, tão minada por sua condição de excluídos dos direitos básicos de cidadania. Impotência e onipotência: gangorra subjetiva que o coloca em muitas situações limite, material de trabalho em seu processo terapêutico em grupo de adolescentes. Mas Carlos tem vontade de aprender. Carlos tem vontade de sair de sua condição envergonhada e dolorosamente dependente. Depois de uma articulação com recursos internos e externos à Clínica, na perspectiva da Clínica Ampliada, Carlos pôde conquistar a competência para a leitura. Mas sua trajetória adolescente, assim como de tantos outros, foi marcada por dois episódios de violência policial: em abordagem na rua, foi barbaramente espancado pelos policiais. Sobreviveu por milagre. Na segunda vez, conduzido a uma unidade da Fundação Casa, foi *aconselhado* pelo *staff* jurídico de plantão a admitir o suposto delito que teria cometido – quebrar vidro de um carro – com o argumento de que assim ele poderia ser liberado no mesmo dia; caso contrário, teria que passar 15 dias na Fundação até que o juiz desse um parecer. Saiu sob LA – Liberdade Assistida – que vem sendo usada por policiais como senha para a continuidade da teia perversa de violência em que tantos jovens acabam enredados. Como mais uma estratégia clínica, na perspectiva da Clínica ampliada, conseguimos um encontro com uma defensora pública, que confirmou

essas práticas jurídico-policiais contra os jovens de periferia. Mas nem mesmo ela, já tristemente habituada com essa trama da violência, pôde dar um encaminhamento mais alentador para a situação. Desamparo civil alimentando o desamparo subjetivo.

E a sociedade diante desse quadro perverso? Luiz, também negro, outro jovem atendido pelo NURAAJ²¹, desenhou a posição em que a sociedade coloca os jovens de periferia: no canto superior direito de uma folha, desenha um *tribunal* nomeado como *os bons*; no canto inferior esquerdo, desenha uma sepultura; no centro da folha, desenha a si mesmo de chifres, arma na cintura, dedo médio em riste; entre ele e *os bons*, um traço indicando 20 km de distância. Esta vem sendo uma construção social de décadas: a demonização e criminalização dos jovens de periferia os colocam como os novos *inimigos* sociais, alguns dos atuais *homines sacri* brasileiros, vidas matáveis. Afinal, como disse sem nenhum pudor uma mulher de classe média alta, em uma situação social cotidiana, em 2013, à época da suposta segunda onda de ataques do PCC em São Paulo: “Dizem que para cada policial morto, a polícia mata 10 bandidos. Devia matar 20!”

Como parecem ser matáveis também, em lento processo de dessubjetivação e reconstrução de subjetividades assujeitadas, despotencializadas, idiotizadas, as vidas de tantos que o Estado, desde a ditadura, confinou nos manicômios – o poder soberano em suas diferentes formas. Apesar do vigoroso movimento pela

17 D. Arbex, *op. cit.*

18 F. Basaglia, *As instituições negadas*.

19 Os nomes são fictícios.

20 Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae.

21 NURAAJ – Núcleo de Referência em Atenção à Adolescência e à Juventude da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae. Instituído como Núcleo de Referência a partir de 2011, mas existindo como Projeto de Atenção à Adolescência e à Juventude desde 2004, estes 10 anos de trabalho clínico-institucional vêm sendo um tempo fértil de criação, de experimentação e de intervenção no campo da adolescência e da juventude, na perspectiva da clínica ampliada.

22 Nome fictício.

23 Fundação Estadual do Bem Estar do Menor.

24 A. Cardeal, “A voz de uma experiência: um caso de família”.

»
*vítima de erros médicos
sucessivos desde quando era bebê,
João ficara com sequelas motoras,
possivelmente cognitivas, e mais
resistente à obediência*

Reforma Psiquiátrica, em curso desde meados da década de 1970, que conseguiu fechar manicômios e propor como política pública de saúde mental uma rede de serviços substitutiva, de base territorial, ainda neste ano de 2014 esta outra forma de violência seletiva continua determinando os destinos de tantos sujeitos e de suas famílias. João²², um dentre cinco filhos de uma família de baixa renda, sem diagnóstico, foi internado no Hospital Vera Cruz de Sorocaba aos 14 anos de idade, em 1981, ainda nos anos da ditadura. Vítima de erros médicos sucessivos desde quando era bebê, João ficara com sequelas motoras, possivelmente cognitivas, e mais resistente à obediência. Em busca de um tratamento para seu filho, a mãe de João o interna nesse Hospital, por orientação do *staff* da então FEBEM²³, onde fora procurar ajuda. Em todo o tempo em que ficou internado – 33 anos! – sua família o visitava e insistia em trazê-lo de volta. A todos esses pedidos, quando conseguiam falar com o médico responsável – o único profissional com poder de lhe dar alta – recebiam a mesma resposta: que o melhor lugar para ele era no hospital, onde teria tratamento, e que ele não teria condição de convívio familiar. Tratamento? Medicação de contenção, quando ficava *agitado*. Perdendo progressivamente a saúde, os dentes, hábitos de higiene pessoal, o pouco de lucidez que talvez tivesse, João morre no hospital, de causas não esclarecidas, aos 47 anos de idade, em janeiro de 2014²⁴! Com tanto tempo internado – praticamente toda sua vida – não teve tempo de se beneficiar da recente intervenção feita pelo Ministério da Saúde neste que, como tantos outros hospitais quase inexpugnáveis da



Carlos, Luiz e João.
*Diferentes casos de razões
públicas produtoras de sofrimentos
privados, parafraseando
Jurandir Freire Costa*

região de Sorocaba, continuam alimentando a chamada “indústria da loucura”²⁵.

O que restou para a família? A imobilidade e a impotência da culpa privatizada. Exceção feita a um de seus membros, de outra geração, que com a persistência e obstinação dos resistentes enfrentou esse lento “assassinato legalizado” com as armas proibidas e coibidas pela ditadura: o pensamento, o acesso à informação e à cultura, e a fala.

Carlos, Luiz e João. Diferentes *casos* de razões públicas produtoras de sofrimentos privados, parafraseando Jurandir Freire Costa²⁶. Configurações subjetivas não diretamente herdeiras dos efeitos da ditadura, mas herdeiras do que a ditadura nos legou: o adiamento, a morosidade e as dificuldades políticas, econômicas, sociais, culturais, subjetivas, da construção de um país que garanta os direitos de cidadania básicos para seu povo, através de instituições democráticas. Como afirma Plínio de Arruda Sampaio em sua entrevista para o imperdível documentário “O dia que durou 21 anos”: “O país, nos anos 60, toma consciência da necessidade de dar um passo, um passo na direção da democracia e da nação” (transcrição livre). A truculência do impedimento desse passo, feita pela ditadura, adiou o exercício de nosso caminhar autônomo.

Mas engana-se quem pensa que os efeitos da ditadura civil-militar modelaram apenas as subjetividades dos ditos excluídos, ou dos chamados *inimigos* do Estado de ontem – os subversivos, os terroristas – ou de hoje – os jovens das periferias, os chamados *delinquentes* ou, mais recentemente, *vândalos* pela mídia.

Na prática clínica, seja de consultório, seja na clínica dita institucional, há um fenômeno recorrente que se presentifica a cada recepção de pais que buscam psicoterapia para seus filhos – crianças ou adolescentes: a frequência com que deparamos não com um pedido de ajuda para um possível sofrimento psíquico, subjetivo, mas com um pedido de *conserto*, de *normalização* e consequente retomada do controle da vida dos filhos pelos pais ou responsáveis.

Certamente este não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Afinal, Foucault há tempos indicou como as sociedades ocidentais modernas operam através de um regime específico de poder – o poder disciplinar e o biopoder – em que é a própria vida que entrou nas equações do poder. Nesse novo regime, articulados sob a designação de biopolítica, todas as chamadas ciências da vida e as ciências humanas são convocadas a serem instrumentos de normalização social. O fenômeno da medicalização social – a redução de questões complexas a um problema médico – nessa perspectiva, não é novo. Vem construindo novas e mais *eficientes* estratégias de controle na configuração contemporânea da sociedade como Sociedade de Controle, estratégia de poder que seria, segundo Deleuze²⁷, a intensificação das estratégias das sociedades disciplinares. A Psicologia e a Psicanálise não são exceção. A nós é, frequentemente, endereçado um pedido de adaptação, coerente com nosso mandato social de *guardiães da ordem*²⁸. E é aqui que se coloca vigorosamente em questão nossas opções clínico-ético-políticas. A quem respondemos? A quem respondemos? Para que respondemos o quê?

E o que há de comum também, nesses pedidos, é o lugar ocupado por essas crianças e adolescentes, principalmente do sexo masculino, na dinâmica familiar, principalmente na economia desejante materna: filho-falo, na melhor tradição freudiana. Junte-se a isso, e talvez parte do mesmo tipo de configuração edipiana, a desautorização do pai, sua desvalorização, seu enfraquecimento pela figura materna e teremos aí um quadro bastante comum e preocupante: mulheres-mães tiranas,

pais impotentes, filhos agitados como estratégia de lidar com a angústia que lhes sobra, sem referências de identificação confiáveis. Ainda que esta configuração atravessasse as diferentes classes sociais, sua presentificação nas famílias de classe média alta é particularmente perturbadora. Nossa hipótese é que, uma vez desinvestido o espaço público, espaço em que habitam as questões do comum – questões de cidadania, de mobilidade urbana, da educação pública, da vida das crianças e dos jovens, da saúde pública, da cidade, da produção desejante comum – restringindo-se e confinando as vidas a um modo de viver individualista e isolado, enclausura-se a vida de tal forma que sobram poucos objetos de investimento libidinal no horizonte do vivível. Freud também já nos indicara esse caminho da pulsionalidade humana: a pulsão é contingente, e vai fazer conexões a depender dos objetos ofertados por esta ou aquela cultura, ou, spinosianamente falando, a depender das afecções dos encontros de corpos.

Outro tipo de bolha. Desta vez com o certificado de fabricação dos muros do condomínio ou do shopping center. Há pouco mundo. Falta mundo, tanto para os adolescentes como para suas famílias. Um adolescente de um de nossos grupos terapêuticos, de classe média, perguntava curioso a seu colega de grupo, de classe popular: “O que é uma van?” De uma posição quase inversa na cartografia da cidade, uma adolescente de outro grupo dizia como a cidade aparecia diferente a depender da posição desde a qual

»
há pouco mundo.
Falta mundo, tanto para
os adolescentes como
para suas famílias

se a olhava: através dos vidros do carro era uma cidade, através dos vidros do ônibus era outra.

Mas, para abrir-se para o comum, deixar-se afetar pelo comum, deixar-se contagiar e assim partilhar da potência constituinte da multidão²⁹, há que se romper com a lógica tão arraigada em nossa sociedade brasileira que é a lógica das pessoas, dos medalhões, do “você sabe com quem está falando?”³⁰.

E este pode ser um dos vários aprendizados possíveis com a experiência dos movimentos de junho de 2013. Acompanhando Pelbart em seu bellissimo artigo na *Folha de S. Paulo* de 19 jul. 2013³¹, Peter argutamente entendeu que só uma resposta como a de Odisseu pode nos tirar a todos da caverna do cíclope, da bolha. À pergunta sobre a identidade de uma integrante do Movimento Passe Livre, esta teria respondido: “Anota aí, eu sou ninguém”. Resposta que confirma, segundo Pelbart, “a importância de uma certa dessubjetivação para o exercício contemporâneo da política”, na esteira da afirmação de Agamben de que “os poderes não sabem o que fazer com a *singularidade qualquer*”.

E para o fantasma do comunismo, aquele mesmo que atrasou em 21 anos a construção dos caminhos deste país, as palavras de Peter Pál Pelbart podem servir como bússola e como intervenção:

Tornar cada vez mais comum o que é comum – outrora chamaram isso de comunismo. Um comunismo do desejo. A expressão soa hoje como um atentado ao pudor. Mas é a expropriação do comum pelos mecanismos de poder que ataca e depaupera capilarmente aquilo que é a fonte e a matéria mesma do contemporâneo – a vida (em) comum³².

25 G. Moncau. “Indústria da loucura impede avanços”. Para uma melhor compreensão desse processo de privatização dos hospitais psiquiátricos, que tornou a loucura um negócio lucrativo para os donos de hospital, processo que teve seu apogeu no período da ditadura civil-militar, consultar P. Amarante, *Loucos pela vida – A trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil*.

26 J. F. Costa, *Razões públicas, emoções privadas*.

27 G. Deleuze, *Conversações*.

28 C. M. B. Coimbra, *Guardiães da Ordem – uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”*.

29 A. Negri, *O Poder Constituinte – ensaio sobre as alternativas da modernidade*.

30 R. da Matta, *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*.

31 P. P. Pelbart. “Anota aí: eu sou ninguém”.

32 P. P. Pelbart, *op. cit.*

Referências bibliográficas

- Agamben G. (2003). *Estado de exceção*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo.
- Agamben G. (2004). *Homo Sacer*. O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- Amarante P. (2001). *Loucos pela vida* – A trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Aragão L. T. de et al. (1991). *Clínica do Social: ensaios*. São Paulo: Escuta.
- Arbex D. (2013). *O Holocausto brasileiro*. São Paulo: Geração.
- Basaglia F. (1985). *As instituições negadas*. Rio de Janeiro: Graal.
- Blog do Emir. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/O-golpe-no-Brasil-e-a-doutrina-de-seguranca-nacional/2/27107>>.
- Cardeal A. (2014). “A voz de uma experiência: um caso de família”. Monografia apresentada ao Curso de Especialização Psicopatologia e Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública. USP/SP.
- Coimbra C. M. B. (1995). *Guardiães da Ordem* – uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Coronel Paulo Malhães, ex-agente do CIE. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>.
- Costa J. F. (1999). *Razões públicas, emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- 50 Deleuze G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: 34.
- Ferenczi S. (2011). *Obras Completas* – Psicanálise IV. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault M. (1985). *História da Sexualidade I* – A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal.
- Goulart J. (1964). Comício da Central do Brasil. Disponível em: <<http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj46.htm>>; <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1964/03/20/2/>>; <<http://www.almanaquebrasil.com.br/curiosidades-politica/9132-em-nome-de-deus-marcha-ajudou-a-instituir-a-ditadura.html>>; <<http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31>>.
- Matta R. da. (1997). *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco.
- Moncau G. (2013). Indústria da loucura impede avanços. *Caros Amigos*. 11 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/politica/2892-industria-da-loucura-impede-avancos>>
- Negri A. (2002). *O Poder constituinte – ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Pelbart P. P. (2013). Anota aí: eu sou ninguém. *Folha de S. Paulo*. Tendências e debates, 19 jul. 2013.
- Programa Conexão Repórter sobre o Hospital Vera Cruz de Sorocaba. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Kk98vfnRto>>.
- Santana F. (2014). Resenha de *Cidadão Boiesen* – documentário (2009). Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/9.perseuespecial.santana.pdf>>.
- Tavares C. (2012). *O dia que durou 21 anos* – Documentário. Dir. e roteiro: Camilo Tavares. Entrevistas: Flávio Tavares. São Paulo: Pequi filmes.
- Univsp tv – 50 anos depois do golpe. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NYytaJ-yoQQ>>.
- Waiselfisz, J. J. (2014). Mapa da Violência 2014: Os jovens do Brasil. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/mapa2014_jovens_sumario%20executivo.pdf>.

Figures of resistance, the Brazilian contemporary *homo sacer* and the construction of the common

Abstract This article partially resumes the historical context of the *coup d'état* of 1964 in Brazil, with the purpose of showing the interruptions of democratic actions in course at the time, and the effects on both destruction and construction of paths for the country. Through clinical practice with ex-convicted politicians and youngsters from the outskirts of São Paulo, the text intends to clarify the late effects of the dictatorship on some of the components that constitute the process of production of subjectivity. At the end, it indicates the constitution of the *common* as a possible and desirable direction on the production of new subjectivity processes.

Keywords civil-military dictatorship; torture; clinics with ex-political prisoners; adolescence clinics; public policies; production of the “common”.

Recebido em: julho de 2014.

Aprovado em: setembro de 2014.

Tentando nomear o irrepresentável

marcas de uma história

Miriam Chnaiderman

Resumo A relação entre psicanálise e política é o centro da discussão: de que forma fomos marcados pelos anos de terror do estado? Separar a cidadania do exercício da clínica psicanalítica foi a postura adotada pelas instituições oficiais. Hoje, com as Comissões da Verdade e uma Clínica do Testemunho, passamos a nos haver com as sequelas do traumático e a questão do perdão.

Palavras-chave perdão; política; punição; anistia; cidadania; tortura; terror.

Miriam Chnaiderman é psicanalista, documentarista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

1. Os fins e os meios

“A força é a razão de quem não tem razão”...até hoje me lembro do cartaz que um adolescente empunhava em uma caminhada diante da polícia em frente ao antigo Colégio de Aplicação, naquela época em uma travessa da av. São João. Esse cartaz apareceu na primeira página de um jornal paulista, falando do movimento de jovens secundaristas que haviam tomado o colégio quando seu diretor foi demitido por forças reacionárias da USP. Tudo isso antes que a sede da Universidade de São Paulo, na r. Maria Antônia, fosse tomada pelos estudantes, para depois ser invadida pela polícia na terrível luta com o Mackenzie, ou com o Comando de Caça aos Comunistas. Depois, aprendemos que, muitas vezes, a razão precisa da força para se fazer valer. Com o Ato Institucional n. 5, a luta armada passou a ser um dos instrumentos possíveis na luta contra a opressão. Os fins passaram a justificar os meios.

2. O que a psicanálise tem a ver com isso tudo?

Era o fatídico ano 1968. O Brasil explodia, por entre passeatas estudantis, mobilizações operárias, infinitas propostas revolucionárias. Yara Yavelberg era então uma estudante de psicologia. Era brilhante, estudiosa. Era líder estudantil e militava em uma das dissidências do Partido Comunista. A famosa rua Maria Antônia, onde se situava a maior parte dos cursos da USP, era o palco por onde, sempre linda e vestida

51

PERCURSO 52 : p. 51-60 : junho de 2014



*nenhum psicanalista assinou
a petição em favor de Yara.
Alguns disseram batalhar
pela liberdade de dizer
não e que ser psicanalista
implicaria uma imparcialidade
em relação à política*

52

PERCURSO 52 : junho de 2014

exuberantemente, Yara aparecia. Não conhecera ainda seu futuro companheiro, o capitão Lamarca. Era namoradeira e muito cobiçada pelos rapazes que a rodeavam nos bares das redondezas e que existem até hoje. Foi presa em uma passeata. Imediatamente seus colegas se mobilizaram e organizaram um abaixo-assinado que circulou entre estudantes, professores e funcionários. Naquele momento lecionavam, no Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, alguns didatas da Sociedade de Psicanálise de São Paulo. Supervisionavam o estágio que os alunos deveriam fazer na Clínica da faculdade. Uma reunião onde todos estavam presentes é interrompida com a entrada de um aluno com o abaixo-assinado na mão. Era muito importante que todos assinassem, pois se temia pela integridade de Yara Yavelberg. Nenhum psicanalista assinou. Alguns disseram batalhar pela liberdade de dizer não e que ser psicanalista implicaria uma imparcialidade em relação à política.

Hoje, passados cinquenta anos do cruel golpe que implantou a ditadura militar no Brasil, Marie Christinne Laznik, em uma entrevista para a revista *Ensejo*¹ de Goiânia sobre Regina Schnaiderman, relata não ter contado ao seu psicanalista, no conturbado 1968, que militava em um partido clandestino. Christinne teve que se

exilar, nos anos 1970. Foi morar na França, onde está até hoje.

Pegar em armas e erotismo anal deveriam equivaler-se? Revolta edípica ou luta pela dignidade humana?

3. A psicanálise é libertária?

Entre 17 de setembro e 29 de outubro de 1980, aconteceu na PUC do Rio de Janeiro o Simpósio *Psicanálise e Política*, sob coordenação da Clínica Social de Psicanálise, dirigida naquele momento por Anna Katrin Kemper². Surpreende, no primeiro texto, a fala de Hélio Pellegrino: “No meu consultório sou estritamente apolítico... fora, minha posição é nítida e solar: sou militante do PT, socialista histórico, eventualmente histórico...” E logo adiante: “O modelo clínico é um artifício, para que possamos ouvir o inconsciente do outro. Temos de colocar a realidade entre parênteses para que ela não nos perturbe com seu rumor”³. Mas, para Pellegrino, a preocupação com a *polis* é inerente à psicanálise: “A teoria da libido faz com que sejam inaceitáveis tanto o capitalismo quanto as ditaduras, o terrorismo, as bombas (e não me refiro, agora, a qualquer fantasia anal) [...] Se a sexualidade tende para o outro só podemos considerá-lo investido de sua dignidade e integridade. Por isso, não pode haver psicanalista fascista, é algo incompatível com o pensamento de Freud”⁴. Chebabi, nesse mesmo ensaio, afirmaria: “No rés da psicanálise se encontra a revolução...” Chaim Katz, no seu livro *Ética e Psicanálise*⁵, faz importante crítica ao que denomina ilusão epistêmica.

De fato, um ano depois desse simpósio, uma ex-presa política denunciaria Amílcar Lobo, psicanalista da Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro, como um dos seus torturadores durante sua passagem pela Casa da Morte, um centro de tortura e assassinatos criado pelo Centro de Informações do Exército em Petrópolis. Outros presos políticos também identificaram Amílcar Lobo como torturador. Helena Besserman, em

seu livro *Não conte a ninguém*⁶, relata que já em 1973 havia denunciado Lobo à Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro e à Associação Psicanalítica Internacional. Nada foi feito naquele momento. A direção da IPA preferiu silenciar.

4. Momentos

Era um sol escaldante. Nós, do movimento secundarista, saíamos do Colégio de Aplicação rumo ao centro da cidade. Éramos organizados em grupos de cinco, com um coordenador que guardava os telefones e contatos de cada um. Sabíamos da possibilidade de repressão. O medo era imenso. Lá fomos nós. Era sempre emocionante o encontro dos vários grupos que chegavam de todos os lugares da cidade. Os arranha-céus apontando para o céu azul, o aplauso vindo das janelas, as mãos unidas, as palavras de ordem que comoviam. São palavras de ordem que são usadas até hoje: “O povo unido jamais será vencido”. Era uma fé na solidariedade, na possibilidade de outro mundo. Os dirigentes bradavam seus discursos. A equipe de segurança desviava o trânsito para que aquele mar de estudantes pudesse se espalhar pelo asfalto negro. Assim fomos em direção ao Vale do Anhangabaú. Era muito comovente. Eu me apegava a meu querido amigo, companheiro de militância. Depois, ele se exilou em Paris. E morreu precocemente na sua volta ao Brasil. Era meu segundo irmão. Chegamos ao Vale do Anhangabaú. Anos depois seria o mesmo cenário da campanha pelas “Diretas, Já”. Havia, em 1968, um palanque de onde falavam os vários líderes. Antes que os discursos

1 Essa revista encontra-se no prelo.

2 O *Simpósio Psicanálise e Política* foi impresso no Rio pela Bloch Editores em março de 1981, tendo como coordenadora administrativa Katia Mendes de Almeida.

3 Essas falas de Hélio Pellegrino estão no artigo de Roberto Mello “Os barões da Psicanálise”, inserido na coletânea supracitada, p. 14.

4 R. Mello, *op. cit.*, p. 14-15.

5 C. Kats, *Ética e Psicanálise*.

6 H. Besserman Vianna, *Não conte a ninguém*.

7 M. Langer, “Introdução”, in *Questionamos* – a psicanálise e suas instituições.

»
*mas isso tudo era apenas
o começo de uma era inteira de
negrume e dor. Com o Ato
Institucional n. 5, tudo viria a ficar
muito mais terrível. O prenúncio
de tudo isso foi a prisão
em massa no Congresso
da UNE em Ibiúna*

começassem, surge, cruel, a cavalaria e a tropa de choque enfrentando aquele mar de estudantes. A correria e o pânico me tomam. Empurrada por meus companheiros, subi as escadas em uma agilidade nunca antes imaginada. E que nunca mais repeti. Vi meu pai, que saíra na passeata com seus companheiros professores da USP, correndo em minha direção e prendendo sua mão na alça da minha bolsa. Um menino secundarista pede que ele cuide também dele. Meu pai, carinhosamente, não nos deixa.

Depois, as notícias são dolorosas: muita gente presa, muita gente ferida.

Mas isso tudo era apenas o começo de uma era inteira de negrume e dor. Com o Ato Institucional n. 5, tudo viria a ficar muito mais terrível. O prenúncio de tudo isso foi a prisão em massa no Congresso da UNE em Ibiúna. Meus amigos presos, as mães mobilizadas, isso de não saber onde entes queridos foram despejados.

5. Marcas

Marie Langer, na sua “Introdução” ao importante livro *Questionamos*⁷, conta como o processo de ruptura com a IPA toma forma a partir do *Cordobazo*.



Marie Langer nos conta que o Cordobazo fez com que despertassem. Relata como naquele momento pediram que os analistas se manifestassem e eles o fizeram. Defendiam, porém, que os terrenos não se confundissem

54

PERCURSO 52 : junho de 2014

O *Cordobazo* foi um importante movimento de protesto ocorrido na Argentina em 29 de maio de 1969 na cidade de Córdoba, uma das cidades industriais mais importantes. Nessa época o país era governado por uma ditadura militar. O *Cordobazo* começa nos primeiros dias de maio de 1969 e foi composto por uma sucessão de greves e assembleias sindicais organizadas por diversas correntes gremiais e agrupamentos políticos cordobeses, que foram duramente reprimidos por ordem das autoridades militares provinciais e nacionais do governo ditatorial. Esse movimento não teve nada a ver com os grupos armados que depois teriam papel tão importante no combate à ditadura que acaba se instaurando nos anos 1970.

Ao meio-dia e meia do 29 de maio, cai a primeira vítima fatal entre os integrantes das colunas populares. Isso provoca uma reação em cadeia. Com fúria incontida, os manifestantes se apropriam da cidade, levantando barricadas contra a polícia, que teve de refugiar-se nos quartéis deixando a cidade nas mãos de trabalhadores e estudantes. Nesse momento o ditador Onganía resolve enviar o exército. E a repressão foi sanguinolenta.

O *Cordobazo* foi um ponto de inflexão na história argentina. Onganía acaba deposto em junho de 1970. O *Cordobazo* teve um efeito multiplicador por todo o país.

Marie Langer data do *Cordobazo* a necessidade de demarcar posições ideologicamente distintas na IPA argentina.

Nessa “Introdução”, lembra W. Reich:

Lendo William Reich descobri a semelhança dos fatos que levam os psicanalistas a se assumirem politicamente: No dia 16 de julho de 1927 há uma greve em Viena. Realiza-se uma grande manifestação. Não se sabe bem como ocorreu, mas de repente a polícia começou a atirar sobre o pessoal desarmado. Reich estava no meio. Posteriormente definirá sua experiência como uma “aula prática de Sociologia”⁸. A partir desta experiência tomou a decisão de instrumentar seu saber psicanalítico em favor da luta de libertação.

Marie Langer cita Reich: “Se me dediquei ao movimento da higiene mental, não foi precisamente para curar algumas pessoas ou melhorar sua saúde: comecei depois do dia 16 de julho de 1927, quando foram mortas cem pessoas na rua e feridas umas mil”⁹. Marie Langer escreve: “Reich lança-se à luta. Não haverá verdadeira liberdade sexual sem socialismo, nem verdadeiro socialismo sem liberdade sexual”¹⁰. Era preciso encontrar uma plataforma comum para as exigências sociais e sexuais. “A luta por melhores moradias e contra a lei que proíbe e castiga o aborto conduzirá as massas, ao mesmo tempo, contra o fascismo e pela revolução”. Marie Langer cita então alguns analistas daquele momento que buscam unir psicanálise e marxismo: Fenichel, Sternberg e Bernfeld. Neles, o trabalho é apenas teórico. Relata: “Eles não entravam nas sociedades analíticas da época (ou elas não os deixavam entrar?) e suas publicações foram destruídas quando o nazismo subiu ao poder”¹¹.

Marie Langer nos conta que o *Cordobazo* fez com que despertassem. Relata como naquele momento pediram que os analistas se manifestassem e eles o fizeram. Defendiam, porém, que os terrenos não se confundissem. Marie Langer conta como o dentro e o fora se tornaram “inintegráveis”. Foi quando surgiu a Plataforma Argentina,

formando um grupo de dissidentes dentro da APA (Associação Psicanalítica Argentina).

E nós, aqui no Brasil, de que maneira, como psicanalistas, fomos marcados pelo estado de opressão e terror que vivemos?

6. Uma psicanálise purificada?

Em 1978 começaram a ocorrer as reuniões da Rede Alternativa de Psiquiatria. Havia então um movimento internacional, do qual faziam parte, entre outros, Guattari e Basaglia, que lutavam contra a existência de manicômios. A antipsiquiatria florescia enquanto busca de novas práticas no trabalho com a doença mental. Tudo isso já era o germe do movimento antimanicomial. As reuniões aconteciam no Sedes Sapientiae. O Curso de Psicanálise já havia sido fundado, por Roberto Azevedo e Regina Schnaiderman.

As reuniões aconteciam aos sábados. Lembro, em meio a uma discussão acalorada, a fala de uma importante psicanalista: o que eu sou como cidadã não tem nada a ver como sou como psicanalista. O auditório silenciou. Para depois explodir em contestação apaixonada.

Estranho ver como o pensamento predominante nas instituições psicanalíticas oficiais, ligadas à IPA, estava presente até mesmo em locais como aquele, que se pretendia disruptor e questionador.

Cecília Coimbra, em seu importante livro *Guardiães da Ordem*¹², afirma:

A psicanálise ensinada como uma teoria abstrata praticada por especialistas abstratos [...] produz um espaço protegido, asséptico, onde a realidade cotidiana não

»
“a psicanálise ensinada
como uma teoria abstrata praticada
por especialistas abstratos [...] produz
um espaço protegido, asséptico,
onde a realidade cotidiana não entra,
onde a neutralidade impera. [...]”
Há uma produção ativa
de invalidação do sociopolítico”
[M. Cecília Coimbra]

entra, onde a neutralidade impera. [...] Há uma produção ativa de invalidação do sociopolítico, o que, em realidade, faz com que a psicanálise e sua formação se tornem cúmplices do sistema socioeconômico em que se inscrevem¹³.

Logo em seguida Cecília Coimbra nos mostra como a primeira metade dos anos 1970 vai ser o

período da hegemonia da psicanálise e da formação vinculada à IPA. E esses são os anos mais terríveis no Brasil, com perseguições, torturas, sequestros, assassinatos, desaparecimentos dos que se opunham aos modelos então vigentes [...]¹⁴.

Cecília Coimbra mostra como se pregava a existência de uma verdadeira psicanálise, purificada da realidade cotidiana.

Nesse contexto, a fundação do Instituto Sedes Sapientiae, em 1976, quando ainda o Estado de terror se fazia presente, foi algo inovador. O primeiro item de sua Carta de Princípios era:

Assumir sua parcela de responsabilidade na transformação qualitativa da realidade social, estimulando todos os valores que aceleram o processo histórico no sentido da justiça social, democracia, respeito aos direitos da pessoa humana¹⁵.

8 M. Langer, *op. cit.*, p. 9.

9 M. Langer, *op. cit.*, p. 9.

10 M. Langer, *op. cit.*, p. 9.

11 M. Langer, *op. cit.*, p. 10.

12 C. Coimbra, *Guardiães da ordem*.

13 C. Coimbra, *op. cit.*, p. 73.

14 C. Coimbra, *op. cit.*, p. 75.

15 Carta de Princípios do Instituto Sedes Sapientiae. Disponível em <http://sedes.org.br/site/carta_principios>. Acesso em: 9 out. 2014.



os protagonistas do diálogo analítico são ao mesmo tempo coparticipantes da sociedade atingida, e o ponto de vista que sustentamos é o de que, dada a natureza do fenômeno social, é, de fato, impossível marginalizar-se.

56

PERCURSO 52 : junho de 2014

Estar no Sedes era poder pensar a psicanálise de forma engajada, inserida em um contexto social e político. Era um momento em que se buscava pensar sobre as relações entre psicanálise e marxismo e cada um inventava sua forma de ser coerente com o passado de militância, já que a repressão exterminara nossas formas de luta por um mundo mais digno.

7. O país em que vivemos e a prática clínica

Ainda no importante livro *Questionamos*, no artigo “Crise Social e Situação Analítica”¹⁶, alguns analistas procuram pensar de que modo situações de comoção social interferem na prática clínica. Afirmam, corajosamente: “Achamos que o país em que vivemos e seu momento histórico-social integram o sistema de objetos de nossos pacientes e os nossos também”¹⁷. E, alguns parágrafos adiante:

Os protagonistas do diálogo analítico são ao mesmo tempo – num âmbito mais amplo – coparticipantes da sociedade atingida, e o ponto de vista que sustentamos é o de que, dada a natureza do fenômeno social, é, de fato, impossível marginalizar-se. Cremos que isolar-se

e prescindir do processo histórico-social, longe de constituir uma atitude “neutra”, é um modo ativo de tomar posição¹⁸.

Lembro-me de uma primeira entrevista com um psicanalista da IPA em que me atrasei por causa de uma greve nos transportes que causava congestionamentos terríveis por toda a cidade de São Paulo. Fui interpretada e ele me falou em congestionamento interno e resistência. Esse me parece um exemplo importante: não há como não considerar a realidade de uma greve. Cabe sim pensar sobre os efeitos disso no encontro e na minha angústia.

8. O capitalismo, o preço da sessão

O volume *Questionamos*, que nos transmite a importante experiência uruguaia e argentina, foi publicado no Brasil em 1973, o mesmo ano em que ocorreu o simpósio *Psicanálise e Política* da PUC, ao qual nos referimos logo no início deste ensaio. Aqui no Brasil, ainda era difícil afirmar que a realidade política estava presente também nos consultórios. Até mesmo Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas afirmavam a pureza da psicanálise dentro dos consultórios, impregnados pela postura oficial da IPA. Depois, com a denúncia que fizeram do caso Amílcar Lobo, ambos seriam expulsos. Para Hélio e Eduardo, o capitalismo se fazia presente na prática clínica através do preço das sessões. E a Clínica Social de Psicanálise viria aliviar suas consciências, tornando a psicanálise mais acessível às classes menos favorecidas. A Clínica Social de Psicanálise foi fundada por Katrin Kemper e seu grupo em 1972 e buscava implementar o atendimento à população de baixa renda através de trabalhos grupais. Nos anos 1970, essa clínica deu atendimento a ex-presos políticos. Cecília Coimbra cita o caso de Inês Etienne Romeu,

que, em 1978, estando presa em Bangu cumprindo pena de prisão perpétua, solicita a uma amiga apoio psicológico [...]. O profissional enviado pela Clínica Social de

Psicanálise durante seis meses visita Inês no Presídio de Bangu semanalmente, e apresenta-se às autoridades como um amigo...¹⁹.

9. A verdade e a Lei da Anistia

Em 1979 é promulgada a Lei da Anistia. Os presos políticos são anistiados, aqueles que se exilaram já podem voltar. É uma anistia ampla e irrestrita. O desejo de ter filhos de volta, a angústia com o sofrimento nas prisões, o peso dos anos de chumbo levaram a se concordar com uma anistia ampla. Não se pensou que os torturadores e responsáveis pelo terror que dominava nosso cotidiano deveriam ser julgados. Com essa Lei, os militares torturadores também foram anistiados.

Esse tema volta hoje de forma contundente com as Comissões da Verdade, que se propõem a nomear a barbaridade do terror nos anos de chumbo. Julgar os militares tem sido uma luta de todo um setor que busca a não repetição do traumático.

Daniel Abrão, em entrevista à revista *Carta Capital*, afirma que “apesar dos 35 anos da aprovação da Lei da Anistia de 1979 – completos no dia 28 de agosto –, o próprio conceito de ‘anistia’ ainda está em disputa no Brasil. Na década de 1960, a batalha era pela liberdade aos presos políticos, o retorno à legalidade dos partidos clandestinos, a anulação da expulsão dos brasileiros e de processos criminais baseados na Lei de Segurança Nacional e no início da redemocratização. Hoje, o conceito de anistia se aproximou da ideia de ‘impunidade’, como se fosse uma forma de perdão”²⁰.

16 L. Achard DeMaria; A. A. Pereda Valdes; M. Casas de Pereda; C. Pla.; M. Viñar; M. Ullirksen Viñar, “Crise Social e Situação Analítica”.

17 L. Achard DeMaria; A. A. Pereda Valdes; M. Casas de Pereda; C. Pla.; M. Viñar; M. Ullirksen Viñar, *op. cit.*, p. 39.

18 L. Achard DeMaria; A. A. Pereda Valdes; M. Casas de Pereda; C. Pla.; M. Viñar; M. Ullirksen Viñar, *op. cit.*, p. 39.

19 C. Coimbra, *op. cit.*, p. 114-115.

20 Publicado em 5 set. 2014.

21 M. R. Kehl, “Sua única vida”, p. 50.

22 M. Chnaiderman e R. Pinheiro (dir.), *Sobreviventes*, HD, 52 min, 2007.

23 M. R. Kehl, *Ressentimento*, p. 15.

»
*Maria Rita Kehl afirma,
no ensaio “Sua única vida”,
que “as condições de nossa anistia
não incluíram nem a exigência
de um perdão por parte
dos criminosos de Estado
e muito menos a punição
desses crimes”*

Está em questão o tema do perdão. Para que exista o perdão, é necessário julgamento, com a possibilidade de não perdoar. A humilhação, a tortura, o ataque ao que nos constitui como humanos, isso não tem perdão. Seja hoje, seja naquele momento, seja em qualquer lugar do mundo.

A “Lei da Anistia” não deveria ser decodificada como “Lei do Perdão”. Um perdão irrestrito não é perdão.

Maria Rita Kehl afirma, no ensaio “Sua única vida”²¹, que “as condições de nossa anistia não incluíram nem a exigência de um perdão por parte dos criminosos de Estado e muito menos a punição desses crimes”. Para existir o perdão, a possibilidade da punição tem que estar presente.

10. Ressentimento e memória

“Eu não tenho rancor, eu tenho memória”. Assim termina o depoimento de Dermi Azevedo no documentário “Sobreviventes”, dirigido por mim e Reinaldo Pinheiro²². Julgar os torturadores: vingança, rancor ou acusação necessária na busca de um ajuste de contas com a história?

Maria Rita Kehl, em seu livro *Ressentimento*²³, afirma ser “o ressentimento o efeito mais provável produzido em certas condições de opressão nas



*quantos algozes conseguem
pedir perdão? A liberdade de dar
ou não o perdão tem que ser
preservada a qualquer custo.
É importante lembrar tudo
isso quando pensamos
em termos de macropolítica
nas Comissões da Verdade*

58

PERCURSO 52 : junho de 2014

quais só resta ao sujeito ‘debater-se em vão sob o aguilhão da autoridade’”. Indaga-se: “Como colocar em ato o saudável impulso de reação imediata aos agravos nos casos de impotência objetiva diante da força de coerção do opressor?”²⁴

Sair do lugar do ressentido, da vítima, poder ser ativo novamente, é esse o sentido da Comissão da Verdade. Na esteira vieram as Clínicas do Testemunho, iniciativa do Ministério da Justiça, buscando acolher sequelados do regime ditatorial. Dar fala ao que foi silenciado, buscar formas de lidar com o que não tem forma nem representação, eis o grande desafio.

11. O perdão

A questão do perdão abrange tanto questões da macropolítica (a Comissão da Verdade e a Lei da Anistia) quanto questões de micropolítica. Mas é preciso discernir de que modo isso acontece em cada uma dessas esferas.

Como forma de lidar com a violência cotidiana, vêm sendo propostas na América Latina as Escolas de Perdão. Os defensores dessas Escolas afirmam que o perdão é a única forma de interromper o círculo vicioso violência-vingança-violência. O perdão seria uma nova resposta à

questão da violência, propondo com isso uma nova justiça. Perdoar seria quebrar com a repetição onde a violência levaria à vingança.

Mas, existe perdão? Perdão talvez seja o nome – cristão – para o que, nós psicanalistas, veríamos como possibilidade de degelo do que fica petrificado. A possibilidade de novas cadeias de simbolização em processos de criação.

Flávia Schilling, em palestra ministrada em seminário no Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo²⁵, ilustrou a questão do perdão contando de uma avó que criava sua netinha, pois um de seus filhos havia sido morto baleado e o outro estava preso. A menininha cantava, brincava e a avó nervosa acabou quebrando a perna da menina com uma vasoura. Depois de todo um trabalho em um Núcleo de Proteção à Vítima em que Flávia Schilling trabalha, a avó pede perdão à neta. E a neta nega o perdão à avó. Com isso Flávia Schilling mostrou o quanto perdoar é um ato de liberdade e que deve existir uma assimetria fundamental na relação.

Quantos algozes conseguem pedir perdão? A liberdade de dar ou não o perdão tem que ser preservada a qualquer custo.

É importante lembrar tudo isso quando pensamos em termos de macropolítica nas Comissões da Verdade.

Nomear o que teve que ser silenciado, essa é uma tarefa de todos nós. O que implica, muitas vezes, se haver com amargas lembranças. O livro de Celso Lungaretti leva a refletir sobre tudo isso²⁶. Lungaretti foi um dos secundaristas que, depois de torturado, foi à televisão, juntamente com Massafumi, para acusar a esquerda e afirmar que foram coagidos a lutar contra o regime militar. Acusaram-no também de delatar o local onde se encontrava Lamarca. O que, finalmente, ele conseguiu desmentir. Massafumi suicidou-se na prisão, Celso Lungaretti sobrevive e conta sua história. Quem deve des-culpas a quem?

Hanna Arendt nos mostrou que inventamos o perdão porque nossas ações são irreversíveis. E afirma também que outra característica da ação é a imprevisibilidade. Não há possibilidade de

controle sobre os efeitos das ações. Daí a necessidade da promessa. É impossível produzir efeitos de justiça sem a promessa de que isso jamais se repetirá. É disso que se trata. Chegamos ao resgate da utopia como absolutamente necessário à política nos dias que correm.

12. Fins e /ou Ideais: dispositivos amorosos

Tudo isso vem colocar questões metapsicológicas importantíssimas. Se não queremos cair na ilusão epistêmica de que nos fala Chaim Kats, ou seja, se sabemos que não basta ser psicanalista para estar engajado nos movimentos da história, de que modo pensar tudo que expus acima?

O já clássico ensaio de Jurandir Freire Costa, “Narcisismo em tempos sombrios”²⁷, de 1988, dá um lindo exemplo de como o rigor metapsicológico pode nos instrumentar em um pensamento sobre o que se passa no mundo. O autor aponta nesse ensaio para uma falência dos Ideais. Baseia-se no conceito de razão cínica de Žižek e fala em uma cultura da violência.

Hoje, algo mudou. A questão relativa aos fins e aos meios precisa ser repensada. Fins e/ou ideais?

Acreditando na possibilidade de que novos laços amorosos de vida possibilitem o trabalho com tudo isso, termino citando o início do livro *Memórias do Esquecimento*, de Flávio Tavares:

»
o já clássico ensaio de
Jurandir Freire Costa, “Narcisismo
em tempos sombrios”, de 1988,
dá um lindo exemplo de como
o rigor metapsicológico pode
nos instrumentar em um
pensamento sobre o que
se passa no mundo

Os beijos que te dou tu não sabes de onde vêm. São teus, do teu corpo e da tua alma, do mais profundo de ti, sim, mas vêm daquele meu ego morto que só contigo renasceu. Pouco me ri e muito mais sofri neste tempo todo. São 30 anos que esperei para escrever e contar. Lutei com a necessidade de dizer e a absoluta impossibilidade de escrever. A cada dia, adiei o que iria escrever ontem. A ideia vinha à memória, mas, logo, logo, se esvaía naquele cansaço imenso que me fazia deixar tudo para amanhã e jamais recomçar²⁸.

É do encontro carnal, amoroso, libidinoso, que a história pode ganhar novos contornos, podendo ser reescrita a partir do resgate da dor vivida.

24 M. R. Kehl, *Ressentimento*, p. 15.

25 *Para além da (Ir)racionalidade da violência*. Vídeo. CDHEP, out. 2007. É possível também assistir a essa palestra no YouTube.

26 C. Lungaretti, *Náufrago da utopia*.

27 J. Freire-Costa. “Narcisismo em tempos sombrios”.

28 F. Tavares, *Memórias do esquecimento*.

Referências bibliográficas

- Abrão P. (2014). Entrevista para a revista *Carta Capital*, São Paulo, 5 set. 2014.
- Achard DeMaria L.; Pereda Valdes A. A.; Casas de Pereda M.; Pla C.; Viñar M.; Ullirksen Viñar M. (1973). "Crise social e situação analítica". In: *Questionamos*. Petrópolis: Vozes.
- Azevedo D. (2007). Fala no documentário *Sobreviventes*, dir. Miriam Chnaiderman e Reinaldo Pinheiro, HD, 52 min.
- Coimbra C. (1995). *Guardiães da ordem*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Freire-Costa J. (1988). Narcisismo em tempos sombrios. In J. Birman (org.), *Percurso na História da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Taurus.
- Kats C. (1984). *Ética e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.
- Kehl M. R. (2004). *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (2011). Sua única vida. In M. C. Perdomo; M. Cerruti (orgs.), *Trauma, memória e transmissão: a incidência da política na clínica psicanalítica*. São Paulo: Primavera Editorial/Sedes Sapientiae.
- Langer M. (1973). Introdução. In *Questionamos*. Petrópolis: Vozes.
- Lungaretti C. (2005). *Náufrago da utopia*. São Paulo: Geração Editorial.
- Mello R. (1981). Os barões da Psicanálise. In *Simpósio Psicanálise e Política*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, mar. 1981.
- Schilling F. (2007). Para além da (ir)racionalidade da violência. Vídeo. São Paulo: CDHEB, out. 2007.
- Tavares F. (2012). *Memórias do esquecimento*. São Paulo: L&PM.

Trying to name the irrepresentable: marks of a story

Abstract The relationship between psychoanalysis and politics is at the heart of the discussion: in which way were we imprinted by the years of terror by the state? Separating the citizenship from the practice of clinical psychoanalysis was the attitude adopted by the official institutions. Nowadays, with *Comissões da Verdade* [Committee of Truth] and *Clínica do Testemunho* [Clinic of Testimony] we have begun to face the aftermath of a traumatic past and the issue of pardon.

Keywords pardon; politics; punishment; amnesty; citizenship; torture; terror.

Recebido em: agosto de 2014.

Aprovado em: outubro de 2014.

Banido, bando, bandido, bandeirante¹

Paulo Endo

Resumo Este artigo examina algumas aproximações importantes entre os procedimentos, as ambições e os desejos presentes numa situação inquisitorial operada por agentes de repressão do estado. Procura aproximar, mais especificamente, determinados instrumentos de coação utilizados pela repressão brasileira no período em que vigorou a ditadura civil-militar no Brasil. O exame da Operação Bandeirante, em São Paulo, será utilizado como exemplo de tentativa discursiva e técnica de inscrição mimética de hierarquias, poderes e identificações forçadas, numa tentativa de transformar os subversivos em guardiões da ordem.

Palavras-chave ditadura civil-militar brasileira; psicanálise; Operação Bandeirante.

Paulo Cesar Endo é psicanalista e professor da pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (FFLCH-USP) e do Instituto de Psicologia (IPUSP). É *expert* junto ao Centro pelo Direito e a Justiça Internacional (CEJIL) e foi membro do Grupo Multidisciplinar Independente de peritos no combate à Tortura e à Violência Institucional entre 2008 e 2013 e do Comitê Nacional de Combate à Tortura e à Violência Institucional entre 2012 e 2013. É membro da cátedra UNESCO/USP de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância e pesquisador do Laboratório de Psicanálise, Arte e Política da UFRGS e do Grupo de Trabalho Psicanálise, Política e Cultura da ANPEPP. Recebeu o prêmio Jabuti em 2006 pela obra *A Violência no Coração da Cidade: Um Estudo Psicanalítico*. É autor e organizador de vários livros e artigos em revistas científicas e em livros nacionais e internacionais.

- 1 A realização deste artigo e da pesquisa que o subsidia contou com o importante apoio do CNPq.
- 2 M. A. A. C. Arantes, *Pacto Re-Velado: Psicanálise e Clandestinidade Política*. p.127.

Banir, exilar, desterrar

B*annus* é uma palavra latina que significa desterro. Banir, etimologicamente falando, revela-se como ação que força, produz e impõe o desterro. Trata-se de lesar o pertencimento à própria terra, ao próprio país e à nação, sendo o exílio forçado um das suas mais emblemáticas evidências; se incluem aí também o desaparecimento forçado, o aprisionamento e a proscrição.

O banido é, não raro, também o bandido; aquele que fora banido pela lei dos direitos e dos deveres do cidadão, bem como o que fora lançado fora da cidade para, doravante, ser interpretado como aquele que não pertence mais a ela, ao país e à nação e não é mais um cidadão em sua própria terra, tendo sido banido, exilado dela.

Cito Arantes:

Para o militante, uma ditadura militar deixa explícita e demonstrada pelas leis que regem a política e a guerra, que é a política por outros meios, que não há liberdade para um opositor².

O banido, transformado em bandido, é uma espécie herege que avilta uma determinada ordem e, como tal, não merece mais viver no mundo dos homens criados por Deus. Deve ser pela penitência convertido ou por obra do fogo destruído e, como tal, ignorado. Fogo do auto da fé inquisitorial; fogo da estúpida queima de livros empreendida em 1933, ano da ascensão de Hitler ao poder como chanceler alemão; fogo dos crematórios dos *lager*; fogo que saneia,

61

PERCURSO 52 : p. 61-70 : junho de 2014



*o banimento, entretanto,
claudica. Não realiza
o desaparecimento último,
nem impossibilita
novos recomeços*

limpa e desaparece com as marcas e sugere um novo recomeço para os que ficaram para celebrar a pureza que se consagra. No momento em que um corpo impuro é exterminado definitivamente, sem deixar traços, cumprindo o ritual do sacrifício do bode expiatório (sacrificado), ao mesmo tempo, outros se purificam em seu nome (os sacrificantes)³.

Para Derrida⁴ a suprema obra da pulsão de morte é uma contraobra, uma antiobra que age no apagamento e na ausência de traços, pistas e pegadas. É a morte do rastro da morte e, como tal, o fim último, sem possíveis recomeços.

O banimento, entretanto, claudica. Não realiza o desaparecimento último, nem impossibilita novos recomeços. É um desaparecimento imperfeito e, como tal, induz reminiscências e pode vir a restaurar os objetos da história.

Banir, fora-incluir⁵, proscrever instaura uma impossibilidade que a própria ambivalência castra. Os que desejaram exterminar, apagar, impedidos pela conjuntura histórica e política, somente puderam banir. O banido então reage ao seu desterro, ao seu banimento e, não raro, constitui uma nova terra, um novo solo que lhe confere reingresso no campo discursivo onde se travam as lutas pelo aparecimento e desaparecimento e, não raro, retorna de seu exílio repleto das marcas que tantos queriam apagar e outros queriam ouvir.

O banido também constitui seu bando de proscritos, degenerados, perigosos, terroristas, assassinos, comunistas, clandestinos que têm o que dizer e, desse modo, reivindicam uma língua que fala desde o lugar do desterro, desde o lugar e a experiência do banimento, desde a palavra renegada (ame-o ou deixe-o) em nome

de um suposto amor que acobertaria os desmandos e autorizaria atrocidades (o amor é cego). O seu retorno, o retorno do banido, do exilado traz consigo as moções das falas que se queria destruir, queimar e reduzir a pó.

O banido que retorna representa o medo da palavra roubada e, porque retorna, sempre tem algo a dizer aos que ficaram. Seu retorno vocifera como sintoma social e político que exige ser interpretado ou reinterpretado por outros escutantes vindouros, necessariamente em oposição aos agentes do banimento – ou os que concordaram com ele. Como fala, testemunho ou narrativa, o exilado que retorna é o que traz a palavra nova e a moção de uma escuta outra, combatida pela ação dos que o quiseram calar e emudecer.

O retorno do exilado reinstaura o retorno da palavra mal-dita.

Ame ou deixe; patriotas ou terroristas; civis ou militares; polícia ou bandido são efeitos do discurso binário de oposições falsas que plantam a dicotomia como tentativa de erradicação da dúvida, da incerteza e da falta que induzem ao pensamento. A dicotomia, por sua vez, também tem um princípio de erradicação: exterminar a possibilidade de pensar. O discurso gerado no exílio – desde o banimento – é, portanto, o que se adianta e aposta no futuro. Instaura a possibilidade de intérpretes ainda a serem formados e informados. Em jovens que saberão julgar os atos de seus pais, avós e bisavós à margem e criticamente às justificações que autorizaram esses mesmos atos cometidos por eles no passado.

Bandidos bandeirantes

A Operação Bandeirante (OBAN) foi um dos episódios centrais do sistema de repressão do Estado Brasileiro e do governo paulista durante a ditadura civil-militar. Tendo como sede o número 921 da Rua Tutoia, na Vila Mariana, onde hoje é a 36ª delegacia de polícia de São Paulo, seu prédio foi tombado em janeiro de 2014 pelo CONDEPHAAT, como patrimônio histórico da cidade.

Os *novos bandeirantes*⁶, tal como no período da colonização do Brasil, foram infatigáveis em seu ofício extraoficial de maltratar, sequestrar, assassinar e aprisionar pessoas numa das mais flagrantes impunidades de que se tem conhecimento dentro e fora do país.

A estrutura numerosa e relativamente complexa da operação engrossou as fileiras da repressão

3 Sobre a estrutura e a função social do sacrifício, ver M. Mauss e H. Hubert, *Sobre o sacrifício*.

4 Ver J. Derrida, *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*.

5 Estou me utilizando de uma variação da tradução da palavra *forclusion* do francês, do vernáculo lacaniano, ligeiramente diferente do sentido de *encerrado fora*, ou *fechado do lado de fora* como sugere a tradutora Lucy Magalhães na obra de Solal Rabinovitch. No presente caso penso ser mais apropriado sugerir a ideia do que é incluído fora, fora incluído, foracluído. Portanto, radicalmente incluído. Essa ideia me parece ter sido mais bem desenvolvida com a ideia de inclusão-exclusiva desenvolvida de modo original por Giorgio Agamben em *Homo Sacer I*. Ver S. Rabinovitch. *Foraclusão: presos do lado de fora* e também G. Agamben. *Homo Sacer I: o poder soberano e a vida nua*.

6 O bandeirantismo paulista ainda hoje revela na cidade inúmeras marcas de um orgulho puído, mas bem preservado e ostensivo. Protagonistas de capturas, aprisionamentos, escravização, castigos e comércio da população nativa brasileira, os bandeirantes em suas incursões escravizaram populações indígenas inteiras aprisionadas, assassinadas ou exterminadas por nomes celebrizados como Raposo Tavares, Fernão Dias, Fernão de Camargo, Antonio Pedroso Alvarenga, Henrique de Cunha Gago, Jerônimo da Veiga e outros que hoje ainda batizam ruas, avenidas, rodovias e escolas na capital e em outras cidades paulistas. O monumento às Bandeiras, ironicamente nas cercanias do parque Ibirapuera – nome de origem tupi que significa pau podre ou árvore apodrecida –, revela ostensivamente a convivência ambígua com nossa tradição e os que a dizimaram.

O Palácio dos Bandeirantes, a Rodovia dos Bandeirantes e a estátua de Borba Gato no bairro de Santo Amaro são peças que instigam a examinar as gravações cidadinas homenageando assassinos do passado. A rota dos bandeirantes – circuito turístico sugerido como atração turística pelo interior de São Paulo – também atesta esse fascínio e ignorância sobre o bandeirantismo luso-paulista.

Num momento em que no Brasil se luta para limpar das cidades brasileiras nomes como Ernesto Geisel, Camilo Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, permanecem intactos os monumentos erguidos para celebrar os especialistas em escravagismo, aprisionamentos e atrocidades do século XVII. Esses emblemas revelam o quão profundo e atento deve ser nosso exame sobre o caráter da paradoxal democracia brasileira e a determinação dessas marcas latentes, que perduram incólumes na cidade e no Estado de São Paulo sendo banalizadas, preservadas e aceitas pelo conjunto dos cidadãos que as ignoram. Sobre o paradoxo da democracia brasileira ver A. Peralva, *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro* e P. Endo, “A ressurgência da tirania como elemento originário da política”. Sobre o bandeirantismo em São Paulo, ver J. M. Monteiro, *Negros da Terra*.

7 Ver M. Joffily, *No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na operação bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*, p. 42.

8 Ver E. Gaspari, *A ditadura escancarada*, p. 59-67 e M. Joffily, *op. cit.*, p. 43-44.

»
o Monumento às Bandeiras, nas cercanias do parque Ibirapuera – pau-podre em tupi –, revela ostensivamente a convivência ambígua com nossa tradição e os que a dizimaram

a partir de 1969, ano de sua fundação, em conluio inédito entre a polícia civil, a polícia militar, a polícia federal, o exército brasileiro, empresários e banqueiros que, de mãos dadas, co-agiram decisivamente para executar e incrementar a política de atrocidades que marcaram a ditadura civil-militar brasileira, particularmente no estado de São Paulo. Seu braço articulado e bestial: a Operação Bandeirante.

Contando com a articulação entre os poderes de segurança públicos, parte das lideranças empresariais e industriais paulistas e sob a instrução da estratégia federal de combate à guerrilha urbana, a Operação Bandeirante funcionava extrajudicialmente cumprindo, na ilegalidade, as ações necessárias à manutenção da ordem do estado ditatorial brasileiro.

Sua fundação, regada a coquetéis e canapés⁷, e sua existência aproximam nomes conhecidos como Antonio Delfim Neto, Paulo Salim Maluf, Gastão Vidigal, Henning Boilesen e empresas também conhecidas como Banco Sudameris, Ultragás, Ford, Volkswagen, Folha da Manhã, entre outras⁸.

O medo provocado pela liderança de Carlos Marighella, assassinado no mesmo ano em que se funda a Operação Bandeirante, e a deserção do capitão Lamarca, ambos figuras emblemáticas da luta contra o regime civil-militar brasileiro, revelaram a necessidade de uma operação específica para a repressão dos grupos opositores do regime e a complexificação do sistema de atrocidades que marcaram o regime de exceção brasileiro.

Assim, agindo com plenos poderes, no escuro da ilegalidade e com autoridade frente aos membros do DOI-CODI e do DOPS, a Operação Bandeirante passou a se encarregar dos



*o orgulho e a vergonha se digladiam
na forma e no conteúdo das cidades
e denegam a total ignorância
em relação à história
não tão recente*

primeiros interrogatórios (interrogatório preliminar) antes de, mais tarde, passar o preso para o DOI-CODI. Lá, entre outras coisas se procurava lavar as ilegalidades cometidas na OBAN.

Na ponta desse sistema, sabemos, eram realizadas as mortes, os sequestros, os desaparecimentos forçados, os estupros, os indiciamentos, as prisões e as perseguições de toda ordem sem discriminação de homens, mulheres ou crianças. Tudo pautado na violência como suporte psíquico e material da máquina da repressão, montada pelo Estado brasileiro a partir de 1964 e acirrada pelo AI-5 em 1968.

Se os mortos e desaparecidos contabilizam cerca de 300 no país, foram e são milhares os torturados, indiciados, perseguidos e exilados; sem contar, porque incontáveis, os familiares e as gerações que os sucederam atravessados pelos acontecimentos inultrapassáveis desse período que deixaram marcas e produziram obstáculos e sofrimentos pessoais invisíveis a olho nu, impossíveis de declarar ou tornar públicos, e cuja profundidade e dimensão só podem ser alcançadas no intenso convívio cotidiano, na fala testemunhal ou nos desdobramentos do trabalho psicanalítico.

A ideia, conceito ou herança material e concreta de representar-se como parte da cidade, como cidadão e paulistano é marcada também por esses emblemas, e revela-se como experiência presente, fragmentada e sem paradeiro, ambientada nos pontos obscuros e latentes por trás da nomeação de partes da cidade como o elevado Costa e Silva, a Rodovia Castelo Branco, o Colégio Médici, a Rua Dr. Sergio Fleury. Trata-se, portanto, de um assombro efeito da ação de batizar, nomear e ostentar no nome de um

logradouro público o nome de assassinos do passado. Essa falta de vergonha, efeito da ignorância consentida, atualiza e inscreve no cotidiano a situação política ambivalente que permitiu a tortura e a escondeu; feriu princípios éticos fundamentais, mas orgulhou-se disso; destruiu pessoas e famílias inteiras, porque estavam convictos em defender, como capatazes da ordem, o país contra o comunismo.

A indiferença ou ignorância pública relativa à expropriação das palavras da história, que demarcam seu diagrama simbólico no nome das ruas da cidade, é também assombrosa. Ele ainda remete à indiferença na convivência com assassinos celebrizados e homenageados que circulam impunes pelas cidades brasileiras, precisamente porque jamais foram sentenciados, punidos ou reconhecidos publicamente por seus crimes no contexto do estado democrático de direito⁹.

De modo escuso, o orgulho e a vergonha se digladiam na forma e no conteúdo das cidades brasileiras e denegam ou fora-incluem a ambiguidade no trato dos cidadãos com sua história recente, e a total ignorância em relação à história não tão recente.

No Brasil um dos efeitos flagrantes dessas desigualdades – e o poder que elas permitem que seja exercido – é a intrusão contra o corpo cativo, submetido, submisso e aprisionado. Ter mais poder ou poder desigual permite que, entre as benesses do exercício do poder em nosso país, estejam também inclusos o direito à posse, subalternização e intrusão do corpo do desigual. Traço presente na política indigenista de aprisionamento do século XVII, do bandeirantismo que a acompanhou, no escravismo massivo ao povo africano e nas práticas repressivas do regime civil-militar, a posse do corpo alheio numa situação de desigualdade flagrante permaneceu formalmente indene ao longo dos séculos, e apesar das mudanças conjunturais e históricas pelas quais passou e passa o país. Mesmo sua justificação discursiva pouco se alterou e ainda hoje se sustenta sob a invenção de categorias aleatórias que determinam quem são os amigos e quem são os inimigos.

As ruas, nas grandes cidades brasileiras em geral, e em São Paulo em particular são um ambiente perigoso. Mas a violência e os violentos são também laureados e celebrizados batizando várias delas. A rua é local de confronto e conflito e a circulação pedestre, em nossas cidades, é, de fato, parcialmente proibida. O que a coíbe é a sensação de que nossas ruas são disputadas por forças oponentes: o carro contra o pedestre, o rico contra o pobre, o adicto contra o trabalhador, o comerciante contra o homem de rua, o policial contra o manifestante. Confrontos como esses perduram como disputas pela rua que não é de todos, e que, em última instância, só pode ser ocupada ou dominada por meio da força bruta.

A oposição que frequenta e define nossas ruas e inibe a livre circulação pedestre é mais bem evidenciada em situações de confronto político aberto. Recentemente, em junho de 2013, participamos de ou assistimos à maior manifestação espontânea de rua desde o advento das Diretas Já. Numa segunda feira, dia 17 de junho, assistimos a um acordo inédito entre manifestações e movimentos sociais e populares, boa parte da imprensa e da mídia em geral e manifestantes espontâneos que se congregavam no meio da rua, tomando praças, ruas e avenidas.

O fato determinante para que centenas de milhares de pessoas fossem às ruas na segunda feira, dia 17 de junho de 2013, foi a imagem amplamente difundida do rosto de uma jovem repórter branca, do jornal *Folha de S. Paulo*, alvejada no

»
a análise dessa ocupação das ruas, combatida pelas forças policiais, revelara que algo foi ativado nos quase trinta anos passados da ditadura brasileira

rosto com uma bala de borracha disparada pela polícia militar paulista. Outros jornalistas, concomitantemente, relatavam e exibiam os corpos machucados pela ação abusiva dos policiais e engrossavam o caldo.

Na segunda-feira subsequente, quase um milhão e meio de pessoas ocupavam as ruas de cidades brasileiras com pautas fragmentadas. Mas a análise dessa ocupação das ruas, combatida pelas forças policiais, revelara que algo foi ativado nos quase trinta anos passados da ditadura brasileira. Uma reatividade imediata, espontânea e de massa à intrusão das forças coercitivas sobre o corpo das pessoas.

Golpes de cassetete, aprisionamentos, balas na cara, corpos atingidos por estilhaços de bomba foram objeto de indignação, revolta e reação imediata, porém, paradoxalmente, não produziram uma pauta consistente sobre o tema e nem evoluíram nas pautas dispersas que outras manifestações levam e levaram adiante. Seu escopo inicial, entretanto, havia passado do latente ao manifesto: não se tolerará mais a intrusão gratuita sobre nossos corpos. Nem exército, nem PMS, nem bandeirantes.

Aqueles que estiveram nessas e outras manifestações, do passado e do presente, puderam perceber a idêntica forma de proceder das polícias nas ruas, reprimindo violentamente opositores do regime nos anos 1970 e 1980, que reaparece idêntica em 2013, mais de 40 anos depois.

Contudo, dias depois, a intensidade de marcas inconscientes agidas nas manifestações não produziu consciência, nem projeto, nem teve força motriz suficiente para pautar o gravíssimo problema da segurança pública no Brasil¹⁰, cujos

9 Destaco aqui que, em episódio inédito nos tribunais brasileiros, Carlos Brilhante Ustra, ex-comandante do DOI-CODI, foi condenado a pagar R\$100.000,00 para a família do jornalista Luis Eduardo da Rocha Merlino em sentença proferida em 25 de junho de 2012, em decorrência de tortura seguida de morte em 1971. Foi a primeira vez que a justiça brasileira sentenciou a obrigação de reparação financeira por parte de um ex-torturador. Em 14 de agosto de 2012, o Tribunal de Justiça de São Paulo confirma a sentença que reconhece o coronel Ustra, oficialmente, como torturador em ação movida pela família Teles.

10 Como exemplo vale lembrar que tramita no Senado a PEC 51 de 2013, de autoria do senador Lindbergh Farias, que propõe a extinção da polícia militar e a unificação das polícias em nível federal. Essa PEC não foi incluída na pauta de reivindicações para que fosse apreciada em caráter de urgência pelo Senado e pela câmara dos deputados, nem durante e nem após as manifestações de junho. No contexto geral das manifestações, ela foi praticamente esquecida.



*a ideia de converter o herege
é central nos procedimentos
inquisitoriais do século XVI.
Essa ideia está presente no próprio
ato da confissão*

procedimentos são herdados do regime de exceção brasileiro e, como vimos, de uma motivação *desbravadora* e bandeirante.

Bandeirantismo e procedimento inquisitorial

Não será possível, no âmbito desse artigo, desenvolver a longa argumentação necessária para evidenciar algumas marcas fundamentais que aproximam e articulam os procedimentos inquisitoriais das operações de perseguição, tortura, desaparecimento e assassinatos cometidos pelo governo golpista iniciado em 1964¹¹. Todavia, pretendo ainda propor uma incipiente contribuição nesse sentido, a partir do exame do deslizamento de alguns dos significantes que marcam a gênese e o princípio fundador do projeto ditatorial no Brasil. Sendo mais específico ainda: pretendo destacar certas aproximações encontradas entre os procedimentos de coerção, intimidação e tortura, praticados no modelo ditatorial brasileiro, a determinados aspectos presentes nos procedimentos inquisitoriais da igreja católica, realizados através de determinações e justificações de natureza político-religiosa praticadas pelo Santo Ofício no século XVI.

Pretendo driblar a necessidade de extensa pesquisa de interpretação histórica recorrendo a uma via curta: a caracterização dos procedimentos coercitivos do período ditatorial brasileiro nomeados ou assemelhados como *inquisitoriais*.

Trata-se, portanto, de um exame ligeiro pelo que Mariana Joffily denominou de *ethos* discursivo¹² em sua pesquisa sobre os procedi-

mentos da Operação Bandeirante. Esse exame nos permitirá alguma penetração no sistema e na lógica de produção de atrocidades cometidas pela OBAN, ainda presentes em práticas coercitivas atuais, pautadas por um discurso e um *ethos* que as disseminou e explicou, ao mesmo tempo que as expôs e denunciou.

Na extensa pesquisa realizada por Joffily nos inquéritos preliminares realizados por detidos pela Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo, destacarei um único ponto relativamente obscuro, que o exame dos interrogatórios realizado pela pesquisadora revela: a tentativa de *recuperar* o preso (terrorista, comunista, opositor do governo) em cidadão de bem, apto para o bom *convívio social* e aplicar no registro dos interrogatórios uma superposição e miscigenação de termos, palavras e expressões incompatíveis com o discurso de um ativista, intelectual de esquerda ou estudante, mas compatíveis com o discurso e a ideologia militar e repressiva.

Pretendo destacar, na montagem discursiva dos interrogatórios, a ambição impossível, porém exercida a ferro e fogo, de transformar *eles* (os opositores, os divergentes, os singulares, os perigosos) em *nós* (o governo).

A ideia de converter o herege é central nos procedimentos inquisitoriais do século XVI. Essa ideia está presente no próprio ato da confissão, que nas tradições da igreja católica desde o século XVI representa uma conversão cotidiana, do dia a dia, que o crente faz diante de um tribunal simples, composto pelo padre que lhe confere o perdão após a confissão sincera do arrependimento, não sem antes definir a sua pena branda composta de pequenos rituais e rezas a serem executados pelo confessor.

Essa conversão de bolso, entretanto, revela o princípio de uma confissão maior, mais necessária e radical que surge como prática e política da igreja católica após os movimentos contestatórios no seio da igreja – sobretudo o calvinismo e o luteranismo – deixada sob a guarda de um tribunal especial: o Tribunal do Santo Ofício. Trata-se da confissão do herege. Daquele que se

perdeu e se desgarrou e que corre o risco de levar com ele muitas outras ovelhas. Bandos de ovelhas desgarradas.

Seu princípio revela uma ambição e transparência a ser alcançada que, se não for obtida espontaneamente no ato da confissão, deve ser arrancada à força.

Observa Adriano Prosperi:

Coube ao pontífice Paulo IV Carafa dar um passo muito mais comprometedor: o que subordinou o tribunal de foro interno da confissão ao da Inquisição. O documento com que Paulo IV tornou obrigatório, em 1559, o emprego da confissão para fins de polícia inquisitorial é a fonte primária da descoberta que se encontra no cerne desse livro. A medida estava em gestação fazia tempo. Tinham ocorrido episódios anteriores de inquisidores que recorreram à pressão violenta para impor aos confessores a revelação daquilo que tinham ouvido. A tendência tornara-se irresistível na fase aguda do conflito entre Reforma e Contrarreforma¹³.

A falta de confiança nas palavras do peccador, do confessado; a ocultação da verdade diante da confissão; a prática do simulacro, comum aos hereges, impediam que a verdade verdadeira viesse à tona. Violência e verdade são colocadas, então, lado a lado em nome da conversão, da condução da ovelha desgarrada ao bom caminho ou, no caso de insucesso, de seu extermínio nos autos da fé, nos quais o fogo é o ente purificador.

11 As analogias e comparações entre a inquisição e os interrogatórios em sistemas ditatoriais e totalitários são inúmeras. Algumas aproximações são meramente ilustrativas ou buscam uma semelhança simples, ou mesmo jocosa, tendo como elemento comum a crueldade e os arbítrios praticados tanto pelo tribunal do Santo Ofício, na caça aos hereges, quanto aos procedimentos comuns em regimes totalitários, especialmente aqueles dispensados nos interrogatórios das polícias e forças armadas. Nosso exercício breve pretende-se diferente e, para ser realizado a contento, dependeria de um exame exaustivo de bibliografia vasta, mais atinente a uma pesquisa de maior fôlego e tempo. O que apresento aqui são apenas pistas iniciais que ainda permanecerão carentes de continuidade.

12 M. Joffily, *op. cit.*, p. 98-149.

13 A. Prosperi, *Tribunais da consciência; inquisidores, confessores e missionários*, p. 26.

14 A. Prosperi, *op. cit.*, p. 28.

15 J. Ménéchal, "Une femme est brûllé", p. 75 (tradução minha).

»
*violência e verdade são colocadas,
então, lado a lado em nome
da conversão, da condução
da ovelha desgarrada
ao bom caminho*

A ambição impossível da inquisição é a captura do inconsciente, captura do incapturável, como sugeriu Jean Menéchal, sua domesticação por obra da violência aplicada na medida certa, para que se chegasse ao *coração do homem*¹⁴.

Tal é a lição empírica que tira o inquisidor de sua decepção com alguns heréticos determinados em entrar na disputa extraindo disso alguma vantagem. Num contexto onde todos os golpes valem para colocar o outro em dificuldade (não há relatos nos quais alguns heréticos se preparam, administrando neles mesmos a tortura, prevendo o comparecimento eventual diante de um tribunal?), há apenas uma solução: observar a emergência do desconhecido, do não dominável, em uma palavra, do inconsciente¹⁵.

A inquisição sabe o que é o bem no homem e para o homem e não admitirá seu desvio.

A violência e a crueldade são, portanto, purificadoras, e os meios para atingir essa purificação não devem ter limites, porque se trata, de fato, da maior das tarefas: capturar o não domesticável.

Cito Menéchal:

A heresia, etimologicamente, é a escolha. "A heresia é uma conclusão cuja escolha vem do entendimento humano, em contradição com a santa escritura e que é enunciada publicamente e sustentada com obstinação", escreve Robert de Grosseteste no século XIII. A heresia supõe que o indivíduo não se satisfaz com a apresentação global do dogma e contesta um artigo de fé. Ele "escolhe" lá onde a revelação ordena acolher como verdade indiscutível e, sobretudo, indivisível. A heresia é então movimento; o herege bascula, portanto, quando ele põe em jogo esta imperceptível defasagem – essa vacilação de espírito – que o faz, de repente, colocar



*a mesmidade que se buscava
no ato de interrogar era a morte
da palavra singular, transformada
em discurso heterônimo*

essa questão excessiva que marca o limite ultrapassável, do aceitável¹⁶.

Não são necessárias delongas para citar a pesquisa recente de Joffily sobre os interrogatórios realizados na OBAN. Baseados na proposição de uma crença ostensiva e constantemente propagandeada, o discurso dos órgãos repressivos em geral, e da OBAN em particular, eram inspirados por uma intenção secreta, nem sempre manifesta, nem sempre consciente. A de transformar *eles* (os terroristas, os comunistas, os esquerdistas) em *nós* (os militares, os torturadores, os golpistas). Pôr fim a todo movimento, evidenciado pela divergência, oposição e conflito; capturar e dominar consciências e converter/transformar o opositor em *homem de bem* avesso à política e determinado, após os interrogatórios, a renegar seus antigos companheiros, denunciar amigos e familiares e contribuir *espontaneamente* com o trabalho dos agentes de repressão.

A mesmidade que se buscava no ato de interrogar era a morte da palavra singular, transformada em discurso heterônimo que o interrogado repete ou confirma em confissão de próprio punho, instruído e acompanhado pela aplicação da força bruta. Ela, a força bruta, personagem célebre nas conversões forçadas.

Quando e se essa conversão ocorresse, sabia-se que fora por obra da tortura aplicada. O onipotente e onipresente instrumento de conversão (Deus?) que agia extrajudicialmente e informalmente pelas mãos da OBAN, amparando todo o discurso e os procedimentos da repressão institucional durante o regime civil-militar golpista, sobretudo entre 1969 e 1975.

Lê-se então nos seguintes trechos de interrogatórios preliminares supostamente transcritos:

Que reconhece ter sido “imbecil” ao guardar material (material explosivo) sem saber do que se tratava. Que não é membro de qualquer organização clandestina, e desconhece “nomes de guerra”, sendo *Lou* apelido familiar do amigo. [...] Que foi totalmente iludido pelo amigo. Que não tem tempo de pensar em política, não tem qualquer livro de ideologia comunista em sua residência. Que não tem passagem pelo DOPS. Que vive do seu trabalho jamais recebendo dinheiro de origem clandestina¹⁷.

Outro trecho:

Que não se lembra de fatos novos que possam interessar; que a ênfase passou a ser colocada na sua presença e atuação em São Paulo, uma vez que foram respondidas pelo depoente tudo o que lhe foi perguntado (*sic*), esclarece ainda, que supõe existir um *dossier* da marinha onde possa fazer um interrogatório mais específico em torno de sua vida na Guanabara¹⁸.

Mariana Joffily destaca nessas transcrições a “mistura de vozes”¹⁹ que atravessa esses documentos. No primeiro trecho o depoente aparentemente aceita ou se autoproclama “imbecil”, denotando um exagero que só pode ter sido sugerido, imposto ou pensado pelos interrogadores durante o interrogatório. Observa ainda que, na suposta transcrição do interrogatório, o depoente afirma não ter tempo para pensar em política, não ter livro de ideologia comunista, viver do seu trabalho sem receber dinheiro de origem clandestina. Essas características aparecem no documento como a negação de traços que tipificaríamos um comunista ou militante de esquerda a partir daquilo que os agentes da repressão consideram característico de um potencial *terrorista*.

Em acréscimo a essas observações de Joffily observo que, obviamente, nenhuma dessas características valorizadas como justificativas para a suspeição, pelos agentes da repressão, é necessária para ser militante, ativista ou intelectual de

esquerda, o que evidencia por um lado a *imbecilidade* dos próprios interrogadores e, por outro, o que instrui o arbítrio total e administrado de suas ações e operações de repressão.

No segundo trecho, Joffily destaca a suposta sugestão do próprio depoente para que os agentes que provavelmente o torturavam no momento do depoimento fizessem um interrogatório mais específico sobre suas próprias atividades e, conseqüentemente, sugerindo a possível repetição de novas situações de sevícias e torturas. Aqui o atravessamento das intenções, pensamentos e vontades dos interrogadores fica claro e praticamente se superpõe a qualquer fala do interrogado. Trata-se de um encaminhamento pensado, planejado ou sugerido pelos interrogadores, já atrelado a uma suposta fala do depoente.

Radicalmente falando, nesses depoimentos, como em muitos outros destacados por Joffily, o sujeito foi duas vezes sequestrado, num circuito que principia e termina numa colusão de mesmidades. A tortura sempre busca o seu mesmo e seus efeitos discursivos (transcrições de interrogatórios, confissões, informações) são mero apanágio desse objetivo primeiro.

Vejam os últimos trechos em que a condensação desse princípio se revela como conversão total e bem sucedida do herege:

[...] que a declarante afirma agora, estar tendo outra visão da realidade, podendo afirmar agora, sem indecisão, que seus ideais estavam sendo distorcidos, pois, diante das “injustiças sociais” que *Mauro* expunha de modo inteligente, pareceu-lhe que ali estavam as soluções de tudo que imagina estar errado; que na verdade os problemas brasileiros não podem ser sanados de um dia para o outro, ainda mais com “convincentes” argumentações de quem quer que seja, mas sim, da forma pela qual a política do Governo Federal vem se fazendo sentir, em todos os setores da atividade administrativa

16 J. Ménéchal, *op. cit.*, p. 79 (tradução minha).

17 M. Joffily, *op. cit.*, p. 135.

18 M. Joffily, *op. cit.*, p. 135.

19 M. Joffily, *op. cit.*, p. 135.

20 M. Joffily, *op. cit.*, p. 137.

»
*a transcrição do interrogatório
realiza e flagra a abusiva
inutilidade dele*

do país, acreditando a declarante, que dentro de um prazo de 5 décadas, mais ou menos, mais de 50% dos problemas do nordeste estará solucionado (*sic*) assim como os que dizem respeito à educação²⁰.

Nesse caso, não só qualquer singularidade é abolida, como o próprio interrogatório parece inútil, já que pareceria ser mais indicado a depoente estar ocupando uma das pastas do ministério do Governo Federal do que sendo interrogada e, provavelmente, torturada. A transcrição do interrogatório realiza e flagra a abusiva inutilidade do interrogatório que, na prática, já reconhece sua finalidade e a realizará de qualquer modo usurpando um corpo, um nome e um discurso divergente. Matando corpos e palavras.

Nesse princípio de conversão, de captura que simplifica ao extremo o objeto a ser capturado, temos a captura do incapturável como objetivo último, logo deixado de lado quando a formalização da mentira ou da superposição ou substituição de vozes (do interrogador e do interrogado) parecem solucionar, sem modéstia, as ambições de mesmidade.

Constata-se então que mesmo a fala idêntica do depoente ainda pode conter uma contradição radical jamais solucionada; que a hesitação presente numa confissão sob tortura jamais será elidida e, portanto, não se saberá se uma conversão foi enfim realizada. A maquinaria da repressão reencontra assim sua insuficiência e seu fracasso intransponível. Tal insuficiência da repressão política no Brasil, e em toda parte, repousa sobre sua própria ineficácia inerente, e sua ambição maior reencontra então seu princípio fundador: o extermínio – única maneira de

erradicar o divergente, o oponente, o diverso de uma vez por todas.

Sem o extermínio, a possibilidade de que os *desaparecidos e banidos* reapareçam amparados publicamente, por um dizer eloquente, calado à força no passado, mas persuasivos no presente, a ponto de conduzir os perpetradores para trás das grades, não é pequena. Salvo, evidentemente, no caso do Brasil atual.

Sem grandes arquivos sobre a escravidão ou sobre a política de aprisionamento e escravidão

indígena no país, ainda é possível preservar e publicizar os arquivos da ditadura que, 50 anos depois, ainda são omitidos. A compreensão mais profunda de nossos impasses ainda tem de passar pela coragem em revelar o escondido, para que novos e competentes intérpretes do revelado nos auxiliem a seguir adiante. Se a democracia brasileira é paradoxal, disjuntiva, imperfeita e em eterna transição, poderá, claudicante, avançar? Ou democracia é uma criatura de grandes proporções que não saberá se mover, senão a passos largos?

Referências bibliográficas

- Agamben G. (2004). *Homo Sacer I: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Arantes M.A.A.C. (1999). *Pacto Re-Velado: Psicanálise e Clandestinidade Política*. 2. ed. São Paulo: Escuta.
- 70 Bussarello R. (2012). *Dicionário básico latino-português*. 7. ed. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Derrida J. (2001). *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Endo P. C. (2012). A ressurgência da tirania como elemento originário da política. *Revista da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*, ano 5, n.1, p. 63-60.
- Gaspari E. (2002). *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Joffily M. (2013). *No centro da engrenagem: os interrogatórios na operação bandeirante e no DOI de São Paulo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp.
- Mauss M.; Hubert H. (2005). *Sobre o sacrifício*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Ménéchal J. (1988). Une femme est brûlée. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n. 38, p.73-96.
- Monteiro J. M. (1994). *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Peralva A. (2000). *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra.
- Prosperi A. (2013). *Tribunais da consciência: inquisidores, confessores e missionários*. Trad. Homero de Freitas de Andrade. São Paulo: Edusp.
- Rabinovitch S. (2001). *Forclusão: presos do lado de fora*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Sousa F. A. (1960). *Novo dicionário latino-português*. Porto: Lello e Irmão Editores.

Banished, bunch, bandit, *bandeirante*

Abstract This article examines some important similarities between the procedures, ambitions and desires present in a situation inquisitorial operated by repression agents of state. I will look closer, more specifically, some instruments of coercion used by the Brazilian repression during civil-military dictatorship period in Brazil. The examination of the *bandeirante* operation in São Paulo will be used as example that tried to carry out discursive and technique inscriptions in the civilian persons in order to produce a mimetic inscription of hierarchies, power and forced identifications between them. This, as much as possible, to become the subversives in guardians of order.

Keywords Brazilian dictatorship; unconscious; *bandeirante* operation.

Recebido em: junho de 2014.

Aprovado em: agosto de 2014.

A psicanálise e as consequências psíquicas dos fenômenos ditatoriais

Maria Cristina Ocariz

Resumo Este artigo desenvolve os conceitos psicanalíticos de ódio, agressividade, sadismo, crueldade, sinistro e pulsão de morte para compreender as consequências psíquicas da violência da ditadura sobre os afetados pela violência de Estado. Qual é o papel dos psicanalistas na reconstrução da memória histórica e na escuta dos testemunhos?

Palavras-chave pulsão; gozo; palavra; lei; mal-estar; civilização.

Maria Cristina Ocariz é psicóloga clínica pela Universidade Nacional de Buenos Aires. Psicanalista. Mestre em Psicologia Clínica pela PUCSP, 2002. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Professora e supervisora do Curso de Psicanálise. Coordenadora da Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae. Autora do livro *O sintoma e a clínica psicanalítica. O curável e o que não tem cura* (Via Lettera, 2003).

1 A Comissão de Anistia foi criada em 2002, pela Lei 10.559, do Ministério de Justiça. Atualmente desenvolve vários programas, entre eles Marcas da Memória, Caravanas da Anistia, Audiências Públicas e Clínicas do Testemunho.

2 Paulo Abrão, presidente da Comissão de Anistia, 6 abr. 2014, página do Facebook.

A *Clínica do Testemunho* é um programa da Comissão de Anistia, criado em 2012, vinculado a uma política de reparação em que o Estado, agora de Direito, reconhece sua responsabilidade pelo dano causado àqueles que lutaram contra a violência de Estado entre os anos 1946 e 1988.

O programa faz parte de uma política, recente e inovadora, que reflete a responsabilidade do Estado democrático de garantir o direito à Verdade, à Memória e à Justiça.

As Clínicas do Testemunho complementam o Programa Brasileiro de Reparações e Memória da Comissão de Anistia¹ construído em cinco eixos: reparações restitutivas (rematrículas em cursos superiores interrompidos, contagem de tempo para aposentadoria, reintegração aos postos de trabalho, correções de informações documentais, etc.), reparações econômicas (indenizações e compensações financeiras), reparações simbólicas e morais (pedidos de desculpas, atos de homenagens públicas, atos de reconhecimento, declaração de anistiado político, Caravanas da Anistia, etc.), reparações coletivas e transindividuais (projeto Marcas da Memória, construção do Memorial da Anistia, ações educativas, etc.) e reparações psicológicas (Clínicas do Testemunho). A Rede Nacional das Clínicas do Testemunho são ainda um trabalho com pouca visibilidade pública, mas que simboliza parte desta nova agenda da Justiça de Transição no Brasil, criando um serviço inédito de atenção psicológica às vítimas, a quaisquer dos seus familiares e também aos postulantes por reparação que se preparam psicologicamente para seus testemunhos perante a Comissão de Anistia e as Comissões da Verdade².

O Instituto Sedes Sapientiae tem sua história, desde sua fundação, marcada pela defesa dos Direitos Humanos, pela luta pela



*a Clínica do Testemunho
quer acompanhar as políticas
públicas reparatórias do Estado
e colaborar para construir espaços
de confiabilidade*

democracia e pela resistência contra a ditadura civil-militar no Brasil (1964/1988). Os objetivos do Instituto, decorrentes de nossa Carta de Princípios, podem ser resumidos na frase de Madre Cristina, sua fundadora: “[...] que não anoiteça calmo o nosso sono, enquanto todas as pessoas não gozarem do inalienável direito de ter direitos”.

Este projeto clínico-político da Comissão de Anistia é mais um desafio para a psicanálise que praticamos.

Clínica do Testemunho
Instituto Sedes Sapientiae

A Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae é composta por sete psicanalistas³ que trabalham com a premissa de que a possibilidade de reparação se faz rompendo o silenciamento em diferentes níveis e espaços, dependendo da singularidade da demanda dos que se aproximam de nosso projeto. O método psicanalítico que acredita nos *poderes da palavra* conduz eticamente nosso trabalho.

A Clínica do Testemunho quer *acompanhar* as políticas públicas reparatórias do Estado e colaborar para construir espaços de confiabilidade a fim de que aquele que testemunha produza esse ato de palavra.

Partindo da ideia de que este trabalho de reparação é, a um só tempo, subjetivo e coletivo, terapêutico e político, temos utilizado diferentes dispositivos clínicos.

Grupos terapêuticos, atendimentos psicanalíticos individuais, grupos de reflexão e testemunho, busca ativa dos anistiados por meio do

contato telefônico têm sido modos de possibilitar a esses cidadãos não serem reduzidos à categoria de vítimas, mas serem considerados sujeitos, cidadãos que participam da circulação da palavra e dos corpos nos espaços compartilhados das cidades. Sujeitos que dão nome aos mortos, presos e desaparecidos, e às arbitrariedades catastróficas ocorridas durante a ditadura.

Como psicanalistas somos convocadas a refletir sobre a *questão do testemunho* que vem se desenvolvendo internacionalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial, com o fenômeno da Shoá e do extermínio nazista, e que ficou fortalecido, no Brasil, com a instauração das Comissões da Verdade, em 2011.

Estamos em um momento em que a prática clínica nos obriga a revisar a teoria psicanalítica e produzir avanços. A catástrofe social vivida nos incentiva a repensar as limitações da teoria. Tratar psicanaliticamente, singularmente, os afetados pelo terrorismo de Estado depende das opções pessoais do psicanalista. É possível desenvolver criativamente um projeto terapêutico com as ferramentas do método psicanalítico no qual o analista está implicado, corre riscos e se transforma. Ser analista é uma aventura que se constrói, oscila, retrocede ou cresce em cada ato.

Somos cientes de que não se consegue fazer justiça plena, pois cada morte é única e constitui uma tragédia irreparável. Mas podemos dar nome aos nossos mortos e construir narrativas que reconstruam a história silenciada durante todos esses anos.

Como diz Walter Benjamin (1934)⁴, as narrativas são formas de pertencer a uma comunidade, se reconhecer como herdeiro de uma tradição e criar um sentido para a experiência histórica. É uma modalidade de elaboração psíquica, no sentido freudiano.

Sabemos que a violência, o império do ódio, o mal-estar que tomou conta de nosso país na atualidade são multideterminados. Mas insistimos: o silêncio sobre os anos da ditadura e a anistia aos criminosos são variáveis fundamentais na

etiologia destes fenômenos. Prospera a economia da impunidade e da vingança.

Reparação

No território das violações dos Direitos Humanos, o tema da reparação, especialmente quando articulado ao crime de tortura e a outras práticas degradantes e cruéis, é uma questão extremamente complexa. Tais práticas têm produzido debates não somente entre aqueles que passaram por tais situações limite, mas entre diferentes filósofos, sociólogos, antropólogos, psicólogos, psicanalistas, cientistas políticos e outros preocupados com o tema. O mesmo termo adquire significados diferentes nas diversas disciplinas. É importante que nosso trabalho estabeleça as pontes entre o conceito de *reparação* tal como é utilizado no âmbito jurídico e a maneira em que este conceito pode ser usado no tratamento psicanalítico grupal ou individual dos sujeitos afetados.

No dicionário da língua portuguesa³, reparação significa reparar o dano causado a alguém; satisfação dada à pessoa injuriada ou ofendida; ressarcimento; indenização.

Na psicanálise, é um conceito do corpo teórico kleiniano, que se refere a um mecanismo intrapsíquico, do sujeito em relação a seus objetos internos, de muita utilidade na condução dos processos de análise, mas que exige um trabalho de articulação com a definição de “reparação simbólica” estabelecida pela ONU em 1997, em relação à violação dos Direitos Humanos. A utilização deste significante no âmbito da Justiça nos obriga a fazer uma torção teórica no conceito de reparação psicanalítica. Existem danos, culpas e responsabilidades que provêm do social. O reconhecimento desses delitos e crimes teria efeitos reparatórios nas vítimas. A impunidade obstrui a reparação.

3 Maria Cristina Ocariz (coordenadora), Lia Lima Telles Rudge, Maria Carolina Gentile Sciulli, Maria Liliana Empanan Pereira, Nana Corrêa Navarro, Paula Salvia Trindade, Tereza Cristina Gonçalves.

4 W. Benjamin, “O narrador: observações sobre a obra de Nikolau Lekow”.

5 A. Buarque de Holanda, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*.

o discurso do torturador
ressoa como: “Eu sou Deus,
você não existe, eu sou o dono
da vida e da morte”

O terrorismo de Estado

“Você não é ninguém”, “você não tem nome”, “você não existe”. Estas são falas do terrorismo de Estado que têm como efeito um cenário impreciso entre a vida e a morte. O discurso do torturador ressoa como: “Eu sou Deus, você não existe, eu sou o dono da vida e da morte”.

O terrorismo de Estado, definível como exercício criminoso do poder mediante a prisão clandestina e à margem de toda norma jurídica, gera efeitos em suas vítimas diretas, mas também produz efeitos multiplicadores em toda a população. Os donos do poder ditatorial se apresentam como guardiões da segurança nacional. Além das proclamadas defesas de uma ordem a ser mantida, governam segundo sua vontade desconhecendo as leis vigentes.

Torturas, assassinatos, desaparecimentos, exílios são antigas ferramentas de *dominação* e *posse* através do pânico. O terror se impõe pela mortificante angústia da incerteza e perplexidade sobre o desejo do Outro, encarnado no poder dos representantes do Estado. Esta arbitrariedade é um traço do terror, cuja forma paradigmática Robespierre encarna na Revolução Francesa. Os sistemas ditatoriais transcendem os métodos habituais de controle social, e passam a utilizar a aniquilação como instrumento, para renegar, recusar ou forcluir a existência de conflitos sociais. As chamadas “políticas de extermínio” aparecem como tentativas de fazer desaparecer inclusive as marcas de vida e ideias dos sujeitos e das instituições não admitidas pelos arbítrios do poder. Passa a ser uma realidade social que, pela ruptura dos referentes simbólicos organizadores





*as prisões e a tortura aconteciam
no DOI-CODI, na rua Tutoia,
bairro de classe média paulistana,
sem que ninguém tomasse
conhecimento*

da convivência dos membros da comunidade e pela perversão das legalidades instituídas, acaba por constituir uma catástrofe social.

Estas políticas foram definidas como atos genocidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, em relação aos crimes do nazismo e situações anteriores similares na história da humanidade.

O terror no Brasil não foi aberto nem público. Uma das características mais sinistras do período ditatorial foi a continuidade da vida cotidiana da população nas cidades brasileiras, alienada, sem querer ver nem ouvir os crimes que estavam sendo cometidos. Por exemplo, as prisões e a tortura aconteciam no DOI-CODI, na rua Tutoia, bairro de classe média paulistana, sem que ninguém tomasse conhecimento.

É verdade que *saber* era situação de risco. Uma coerência ética indicaria agir em consequência, avisar, denunciar, não ocultar. Ter sido testemunha era um perigo. Assim, desconhecer o sabido, não querer saber sobre isso, sustentava uma ilusão de preservação.

Uma paciente da Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae foi internada em uma clínica psiquiátrica, depois de entrar em um *estado psicótico* ao ver sua irmã destrocada depois da tortura. A precariedade de seu laço com o simbólico nesse momento lhe permitia falar constantemente dos campos de concentração e da tortura no Brasil. Ela denunciava o que sabia, mas não sabia que seu saber a colocava em uma situação de risco frente aos agentes da repressão. O discurso da psiquiatria bem pensante a remetia à Alemanha do nazismo, outro tempo e outro espaço.

Agressividade, ódio, pulsão de morte

Para analisar e entender os fenômenos acontecidos durante a ditadura civil-militar de 1964, é importante desenvolver esses conceitos. Propomos discriminar o uso indiferenciado de agressividade, ódio e sadismo, crueldade e pulsão de morte.

A tortura é parte de uma *ideologia sofisticada*, perfeitamente pensada e controlada em relação às pulsões fundamentais: de autoconservação, de vida e de morte.

Freud considera o ódio, a agressividade e a pulsão de morte como inerentes e estruturais da condição humana. A cultura se edifica sobre a renúncia ao pulsional, *seu fundamento é a não satisfação de poderosas pulsões*.

É fundamental delimitar a diferença entre o *ódio especular*, a violência ligada ao erotismo, e os fenômenos relacionados com a *pulsão de morte*, tal como apresentada em *Além do princípio do prazer*, 1920.

Um ato de violência só pode ser analisado desde sua própria singularidade para discriminar se obedece a um ódio destrutivo do próximo; ou trata-se de um jogo de relações sadomasoquistas, que persegue uma excitação sexual através da intensificação da tensão agressiva; ou é manifestação da pulsão de morte cujo objetivo é a destruição ou aniquilamento do objeto.

Totem e tabu

Freud apresenta, em *Totem e Tabu* (1913), o *mito do assassinato do pai da horda primitiva*, o crime primordial como origem da Lei universal. O advento da cultura é fruto de uma violência primordial; nosso pecado original é um crime: o parricídio; o mito da sociedade moderna é a culpa pelo assassinato do pai.

A proibição da escolha incestuosa de objeto relaciona-se com o surgimento do conceito de *supereu*. Na *constituição subjetiva* existe a *consciência de culpa*, cuja função é julgar e recriminar os desejos, pensamentos, atos e até fantasias

do sujeito. Trata-se da voz que foi incorporada como *resíduo do ódio e da agressividade dirigida ao pai primordial* e que dá voz ao supereu.

Para Lacan, a Lei cria o desejo. O gozo do Outro teria se tornado impossível a partir do assassinato do pai da horda primitiva pela coletividade de irmãos. O *tabu do incesto impõe um limite civilizatório ao perigo anárquico da pulsão de morte* entre os filhos. Através da *interdição do acesso ao corpo materno* se produz uma barra entre o gozo fálico, delimitado pelo campo simbólico, e o gozo *absoluto e caótico* que, a partir daí, mantém a referência a este Outro, o pai primitivo e tirânico, que a ele teria tido pleno acesso.

A pulsão de morte, em Lacan, está relacionada com um gozo *impossível, absoluto, destruidor*. O gozo do Outro ameaça com a aniquilação do sujeito desejante, como se fosse possível *suspender a barra que já o separou do Outro* a fim de fazer gozar esse Outro desde a posição de *objeto a*. O sujeito no lugar de *objeto a*, à mercê do Outro.

Para preservar a força do tabu do incesto, as sociedades primitivas precisaram também restaurar o imaginário social através dos *mitos* que sustentam a força das representações totêmicas e das *interdições-tabu*.

A promulgação dos Dez Mandamentos tem como função impedir que as *pulsões anárquicas primitivas* se realizem. Não roubarás, não matarás, não pronunciarás falso *testemunho contra o teu próximo*, não cobiçarás a mulher ou coisa alguma de teu próximo, estão inscritos para limitar a tendência inata à qual o ser humano se inclinaria se não existisse um impedimento simbólico, desde a palavra.

A partir desse ordenamento simbólico se produz a passagem da família primitiva à vida comunitária, com fundamento em duas leis, “a compulsão para o trabalho” e o “poder do amor”. O amor é uma das bases da cultura, um dos fundamentos da civilização. Eros e *Ananke* (Amor e Necessidade) permitem a passagem do amor narcísico ao amor *objetal*⁶.

6 S. Freud, *O mal-estar na cultura* (1930), p. 99.



*a promulgação dos
Dez Mandamentos tem
como função impedir
que as pulsões anárquicas
primitivas se realizem*

O mal-estar na cultura

Todo progresso da civilização se paga com o preço de uma renúncia às pulsões, que determina o *caráter estrutural do mal-estar na civilização*. Subtrair a satisfação da pulsão cria um problema na economia pulsional; se não se encontra alguma forma de investimento dessa energia, aparecem sérias perturbações.

Freud advertiu em *O mal-estar na cultura* (1930) sobre os riscos da *defusão pulsional*: sem a barreira com que opera a pulsão de vida, a pulsão de morte se expressa como a tendência à destrutividade característica dos seres humanos. Quando a pulsão de morte não se liga com Eros, é difícil de apreender, escapa-se. *Quando emerge sem propósito sexual, incluso na mais cega fúria destrutiva*, é impossível desconhecer que sua satisfação enlaça-se com um gozo narcísico extraordinariamente elevado, na medida em que mostra o eu na realização de seus antigos desejos de onipotência.

O reconhecimento de uma *pulsão de agressão e destruição especial, autônoma*, implicou para Freud (1920) uma modificação da doutrina psicanalítica das pulsões. No sadismo e no masoquismo (Freud, 1914), a psicanálise já via as exteriorizações da pulsão agressiva, dirigida para dentro ou fora, mas ligada à pulsão erótica. *A agressividade é resultado da fusão de Eros e Tânatos*.

Mas existe a presença permanente da *agressão e destruição não eróticas*. A inclinação inata do ser humano ao “mal”, à agressividade, à destruição, à crueldade. *O mal radical em Freud*, a inclinação agressiva-destrutiva é uma disposição pulsional autônoma, originária do ser humano (Freud, 1920).



*dada a hostilidade primária
no ser humano, não existe
nada de natural no amor
ao próximo*

Devido a esta hostilidade primária e recíproca dos seres humanos, a sociedade culta encontra-se sob uma permanente ameaça de dissolução.

O amor ao próximo é muito frágil e as leis sociais são insuficientes para normatizar a convivência com o semelhante, pois existe a *maldade constitutiva do humano que persegue o reencontro com a morte*. A cultura espera prevenir os excessos *mais grosseiros da força bruta*; no entanto, a lei não alcança para reprimir, recalcar as *exteriorizações mais cautelosas e refinadas da agressividade humana*.

O ser humano não é um ser manso, amável, só capaz de se defender se o atacam; possui uma boa cota de agressividade. O próximo é uma tentação para satisfazer nele sua agressividade, explorar suas forças de trabalho sem ressarcir-lo, usá-lo sexualmente sem seu consentimento, despossuí-lo de seu patrimônio, humilhá-lo, lhe infligir dores, martirizá-lo e assassiná-lo... O homem é o lobo do homem⁷.

Existe uma bestialidade original que deve ser domesticada; a lei estabelece um limite nas pulsões primitivas, e instaura a *repressão ou recalque* das pulsões e no melhor dos casos a *sublimação* delas. Em nenhum caso haveria uma satisfação plena.

Freud delimita dois campos em relação à destruição:

- * O campo da violência erótica como uma mescla das pulsões, constitutiva do sujeito, do eu e do objeto.
- * Outro original, derivado da pulsão de morte sem carga erótica que só teria a ver com a destruição ou aniquilação do objeto como produto da tendência à dissolução prévia de toda diferenciação do eu.

Crueldade

A cultura exige outros sacrifícios além daquele da satisfação sexual incestuosa (Freud, 1920). Segundo Freud, existe "... a inclinação inata do ser humano ao 'mal', à agressão, à destruição e, com elas, também à *crueldade*"⁸. A *crueldade* sobre o próximo aponta a ruptura do laço social, porque coloca em questão o avassalamento de todo limite. Quando se quebram os tabus, quando não há um discurso que faça barreira, o ilimitado entra em jogo. Nesse mais além encontramos a crueldade ali onde nada faz limite ao gozo que se satisfaz no ato.

A crueldade se define como a resposta emocional de indiferença, obtenção de prazer com o sofrimento e a dor de outros ou o ato que causa esse sofrimento e dor.

Lacan, no *Seminário 5, As formações do inconsciente* (1957-1958), distingue a violência da agressividade. Porque a primeira, sendo exatamente o contrário da fala, não teria como ser recalçada, *simbolizada* e, portanto, extrapola o que é analisável, interpretável⁹.

O sinistro (*umheimlich*)

Apelamos aqui a um conceito desenvolvido por Freud em 1919. Dada a hostilidade primária no ser humano, não existe nada de natural no amor ao próximo. *Se deve existir como a lei e a proibição é porque não é natural, senão o contrário. A barbárie não se opõe à civilização, temos que pensar a barbárie na civilização.*

Quando a ação do terror real se produz e o sujeito sabe, fica confrontado ao gozo de um Outro arbitrário; *a fantasia não funciona mais como defesa e irrompe a angústia da vivência do sinistro*. Estes fenômenos excedem o traumático. Todo o sinistro é traumático, mas nem todo o traumático é sinistro.

No sinistro prevalece a incerteza. Um efeito sinistro se produz quando se desvanecem os limites entre fantasia e realidade; quando o que achávamos fantasioso aparece ante nós como real¹⁰.

O *umheimlich* é “o horrível, o equívoco, o inquietante”. Está ligado ao macabro, ao não crível, ao incerto. O horror não se pode medir, pertence ao incomensurável, ao que carece de comum medida. O que é da ordem do horror resiste à assimilação da função significante, é o *irreduzível à simbolização*⁷. O horror, o real último, é o impossível de mediatizar, é algo frente ao qual as palavras se detêm.

Violência, tortura e corpo

O fato de terem existido outros genocídios na história do mundo confirma *sua pertinência à condição humana*. Como disse Primo Levi, a respeito do nazismo “... Tem sucedido e, por conseguinte, pode voltar a suceder: isto é a essência do que temos a dizer”⁸.

Os suplícios físicos e psíquicos, os sentimentos de desamparo, solidão, pânico, abandono, o medo de transformar-se em coisa, a cisão entre corpo e alma são alguns fenômenos ligados à tortura e a várias outras violações.

Sabemos que o que torna possível a tortura é a abolição prévia de qualquer diálogo vivo, qualquer linguagem entre o torturador e sua vítima. Para o torturador, o torturado não é seu semelhante, não pertence à mesma humanidade. “Nós vamos te quebrar por dentro”, dizia o delegado Fleury para Frei Tito⁹. A arma mais poderosa a que o torturador recorre é destituir a palavra de sua função simbólica. A violência física é acompanhada de palavras e insultos destinados a confundir a identidade do sujeito no mais íntimo e precioso de seu ser. Formuladas no contexto de

»
a tortura, que abole a capacidade da linguagem de sublimar o real, abole ao mesmo tempo o poder do eu de lidar com o real e sua violência

degradação física, as palavras tornam-se “golpes que abalam o edifício sempre precário da pessoa, e despersonalizam a vítima”¹⁴.

A tortura, que abole a capacidade da linguagem de sublimar o real, abole ao mesmo tempo o poder do eu de lidar com o real e sua violência.

Existe na língua, em qualquer língua, uma virtualidade da violência, geralmente superada pelos avanços da civilização. O torturador exuma essa violência e exerce uma vontade metódica e intensa, de exterminação do outro e de sua diferença.

A tortura e os meios utilizados para tal fim remetem ao universo do monstruoso.

Em seu artigo “A tortura política” (1988), Hélio Pellegrino diz:

[...] a tortura busca, à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leve à cisão entre o corpo e a mente... ela procura semear a discórdia e a guerra entre o corpo e a mente [...]. Ela nos racha ao meio [...]. O corpo na tortura nos acua para que nos neguemos enquanto sujeitos humanos [...]. Ele se volta contra nós, na medida em que exige de nós uma capitulação [...]. Ele se torna aliado dos torturadores na sinistra empreitada que nos quer anular [...] nos transformar em objeto¹⁵.

Em 1985, Marilena Chauí participou do I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais, no Rio de Janeiro, e manifestou:

A loucura da situação de tortura é esta: deseja-se que através da dor e da degradação, um ser humano vire “coisa” [...] a resistência é encarada como um esforço gigantesco para não perder a lucidez, isto é, para não

7 S. Freud, *op. cit.*, vol. XXI, p. 108.

8 S. Freud, *O mal-estar na cultura* (1930), p. 116.

9 J. Lacan, *Seminário 5. As formações do inconsciente* (1957-1958).

10 S. Freud, “O ominoso” (1919), *op. cit.*, vol. XVII, p. 244.

11 J. Lacan, *Seminário 10, A Angústia*, aula 19 dez. 1962.

12 P. Levi. *Los ahogados y los sobrevivientes* (1986).

13 Jean-Claude Rolland, psiquiatra e psicanalista, terapeuta de Frei Tito no exílio na França, in “Tratar, testemunhar”, palestra proferida em 18 jun. 2011 no Centro Primo Levi, Paris.

14 J. C. Rolland, *op. cit.*

15 H. Pellegrino, “A tortura política”, p. 19.



a psicanálise sustenta um princípio ético: o desvelamento de uma verdade que, se permanecer encoberta, irá se manifestar através de sintomas sociais e/ou subjetivos

permitir que o torturador penetre na alma, no espírito, na inteligência do torturado⁶.

Em seu *testemunho* perante as Comissões da Verdade Nacional e Estadual, no dia 28 de abril de 2014, a professora Cecília Maria Bouças Coimbra, no Rio de Janeiro, afirmou:

A tortura não quer “fazer” falar, ela pretende calar e é justamente essa a terrível situação: através da dor, da humilhação e da degradação tentam transformar-nos em coisa, em objeto. Resistir a isso é um enorme e gigantesco esforço para não perdermos a lucidez, para não permitir que o torturador penetre em nossa alma, em nosso espírito, em nossa inteligência.

Uma integrante do Grupo de Reflexão e Testemunho da Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae, na sessão de 1º de dezembro de 2013, relatou a história de sua militância, prisão e tortura: “Preso com uma filha de um ano, nada apaga isso... a menina ficou com os torturadores... Achava que a única saída era enlouquecer...” Acha que não enlouqueceu porque dissociou o corpo biológico (se referia ao próprio corpo em terceira pessoa). “Será que eu aguento?” Mas não entregou ninguém, nem seu ‘eu’. “Eles terão meu corpo, não a mim”. Refere que seu corpo adoce até hoje, denuncia sequelas.

Walter Benjamin dizia que os homens voltam mudos do horror, sem nada para contar.

Marcelo Viñar, psicanalista uruguaio, em seu livro *Tortura e Exílio* (1988), testemunha que os que regressam como sobreviventes da tortura, quebrados ou não, estarão sempre marcados por vivências não compartilháveis.

Papel da psicanálise frente às consequências psíquicas dos fenômenos ditatoriais

Qual a contribuição da psicanálise na compreensão dos fenômenos psíquicos e no tratamento dos afetados pela violência de Estado?

O trabalho da Clínica do Testemunho tenta tornar inteligíveis os signos do horror a fim de modificar o caráter inenarrável do acontecido para manter viva sua memória e evitar que aconteça novamente.

A psicanálise sustenta um princípio ético: o desvelamento de uma verdade que, se permanecer encoberta, irá se manifestar através de sintomas sociais e/ou subjetivos. O psicanalista, em sua função, está comprometido com a produção de uma verdade. O remédio contra a malignidade do oculto, do não sabido, do não dito que produz efeitos sintomáticos, é a descoberta dos fatores conscientes ou inconscientes que estão em sua etiologia. A explicitação da verdade, embora seja dolorosa, operará como uma incisão a fim de drenar, aliviar e curar o abscesso do sinistro.

Sabemos que em psicanálise não existe generalização possível. A dimensão subjetiva possibilita a emergência do próprio, a inscrição íntima de cada história. É fundamental o resgate da originalidade de cada luto, de cada escritura, de cada verdade parcial.

Em um sentido estritamente psicanalítico, o traumático é aquilo que retorna e está ligado à repetição. Não tem a ver apenas com o fato traumático em si, como também com a impossibilidade de nomeá-lo. Em 1914, Freud escreve “Recordar, repetir e elaborar”. O fundamento desse artigo é que as situações traumáticas devem ser recordadas e elaboradas. Tal necessidade de elaboração pode ser observada tanto nas modalidades de retorno do sofrimento psíquico de cada sujeito, quanto nas repetições de fatos violentos e traumáticos que marcam as sociedades governadas com base na supressão da experiência histórica. A falta de verdade abre caminho para a repetição como sintoma social.

É fundamental encontrar representações que permitam inscrever os atos criminosos em um registro simbólico que nomeie e permita a tramitação e a transmissão geracional das mortes e dos fenômenos de aniquilamento psíquico dos sujeitos. A abolição da fala colabora fortemente para deflagrar a violência social.

Existem dois tipos de legalidade: a legalidade jurídica e a legalidade do sujeito que fala em um processo terapêutico. Do ponto de vista do sujeito que fala, veremos que, ao testemunhar a verdade na qual se apoia para poder fazer um relato da experiência vivida por ele e nenhum outro, não é a mesma verdade que o juiz persegue.

Quem presta testemunho o faz sobre uma verdade. O testemunho vale no essencial pelo que lhe falta, contém em seu centro algo que é intestemunhável. É neste sentido que a memória torna-se um ato do sujeito, pois a partir do indizível se produzem novas significações. Dar testemunho é falar não para dizer tudo, mas sim para fazer intervir uma intimidade no espaço público; essa intimidade como resto desconhecido do sujeito. O testemunho só adquire seu valor porque implica a presença e o reconhecimento de alguém que o escuta. Falar é uma escolha subjetiva e política que se opõe a silenciar, pois entendemos que é preciso falar para que a verdade seja conhecida, para que os danos sejam reparados, para que cesse a repetição do horror, transformando o curso da história. Escutar também é uma escolha que ganha sua força quando se faz por convicção e crença na importância simbólica

16 M. Chauí, "Um regime que destrói".

17 J. C. Rolland, *op. cit.*

»
*a construção de testemunhos
é feita a partir do apoio e
sustentação grupal; por outro
lado, cada testemunho
tem um caráter singular*

e política dos testemunhos para a construção de uma memória compartilhada, de uma memória histórica.

A construção de testemunhos é feita a partir do apoio e sustentação grupal; por outro lado, cada testemunho tem um caráter singular, pois expressa algo de cada sujeito: seu modo de ser afetado e afetar, sua leitura das experiências, seu registro pessoal dos acontecimentos, seu estilo de falar e escutar. O registro dos acontecimentos traumáticos comparece num primeiro momento de modo fugaz, na voz trêmula, nas lacunas, nas repetições, que nos desafiam a ultrapassar a impotência do discurso para buscar algum sentido que dê legitimidade para a experiência vivida.

Na própria continuidade do "curar", embora deparemos com o irremediável da destruição psíquica, é imprescindível que os psicanalistas testemunhem... O testemunho como restauração da palavra sobre a impotência imposta pela violência e a tortura¹⁷.

Falar, falar de novo da tortura física e moral, para restaurar a língua na sua dignidade e plenitude de ferramenta cultural.

Referências bibliográficas

- Benjamin W. (1994). O narrador: observações sobre a obra de Nikolau Lekow". In: *Obras Escolhidas*, vol. 1. São Paulo: Brasiliense.
- Buarque de Holanda A. (1975). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Coimbra C. M. (2008). Reparação e Memória. *Caderno AEL*, vol. 13, n. 24/25, UNICAMP.
- Chauí M. (1987). A experiência da tortura. In *1º Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes. p. 87.
- Freud S. (1913 [1912-1913]/1980). Tótem y Tabú. Algunas concordancias en la vida anímica de los salvajes y de los neuróticos. In *Obras completas*. Trad. José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, vol. XIII.
- _____. (1915/1979). Pulsiones y destinos de pulsión. In *Trabalhos sobre Metapsicologia*, vol. XIV.
- _____. (1919/1979). Lo ominoso. In *Obras completas*. Trad. José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, vol. XVII.
- _____. (1920/1979). Mas allá del principio del prazer. In *Obras completas*. Trad. José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, vol. XVIII.
- _____. (1930 [1929]/1979). El malestar en la cultura. In *Obras completas*. Trad. José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, vol. XXI.
- Lacan J. (1978). Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1999). *Seminário 5, As formações do Inconsciente (1957-1958)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1991). *Seminário 7, A Ética da Psicanálise (1959-1960)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (2005). *Seminário 10, A Angústia (1962-1963)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Kehl M. R. A verdade e o recalque. Os crimes de Estado se repetem como farsa. *Folha de S. Paulo*, 24 mar. 2013.
- Levi P. (1986/2000). *Los hundidos y los salvados*. Buenos Aires: El Aleph.
- Pellegrino H. (1988). A tortura política. In *A burrice do demônio*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Rolland J.-C. Tratar, testemunhar. Palestra proferida no V Colóquio da Associação *Primo Levi*. Paris, 18 jun. 2011.
- Rousseaux F. (2008). *Tomar la palabra: testimonios y testigos en el marco de los procesos contra el terrorismo de Estado em la Argentina*. Buenos Aires: Secretaria de Derechos Humanos, Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos, Presidencia de La Nación.
- Rousseaux F.; Santa Cruz L. (2001). De la escena pública a la tramitación íntima del duelo. In: Dobon J. (compilador). *Lo público, lo privado, lo íntimo*. Consecuencias de la ley en el sujeto. Buenos Aires: Letra Viva, 2001.

Psychoanalysis and the psychic consequences of dictatorial phenomena

Abstract This article develops the psychoanalytic concepts of hate, aggressiveness, sadism, cruelty, ominous behaviours and pulsion of death to understand the psychic consequences of dictatorship events upon the subjects affected by State violence. What is the function of psychoanalysts in the reconstruction of historical memory and in listening the testimonies?

Keywords pulsion of death; jousance; trauma; cruelty; word; law; civilization.

Recebido em: junho de 2014.

Aprovado em: agosto de 2014.

Desvitimização¹: trabalho psíquico²

Mara Selaibe

Resumo No bojo da vivência traumática, o sujeito fica acochado na posição de vítima silenciada. O texto aborda a transferência atratora da violência intrapsíquica para transformá-la em investimento intersubjetivo possível de ser elaborado (Green), e retoma exemplos de trabalhos coletivos que enfrentam a violência sofrida pelo sujeito psíquico e por grupos envolvidos (Viñar). A abertura intersubjetiva permite outras identificações ao sujeito desvitimizado.

Palavras-chave trauma; vítima; transferência; desvitimização.

Mara Selaibe é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Professora no curso de pós graduação do *Diversitas* – Núcleo de Estudos sobre as Diversidades, as Intolerâncias e os Conflitos FFLCH/USP/SP, onde é também pesquisadora.

No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha; não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável.³

O silêncio pós-traumático

O vácuo de palavras que sucede a uma brutalidade vivida indica a impossibilidade de integração dos afetos produzidos pelo acontecimento. Nessas circunstâncias a elaboração das cenas sofridas e protagonizadas não será alcançada. O silêncio acompanha por longo tempo, muitas vezes para sempre, o cotidiano dos envolvidos em situações de ameaça a suas vidas. Não é permitida a expressão daquilo que, dada sua violência, não pôde ser inscrito psiquicamente. Buracos de sentido derivam do terror. Restam o susto e a intensidade obscura, sem nome nem contorno; invasão incompreensível de vazios subjetivos inomináveis. O silêncio mortífero reflete o que não faz traço, não tem registro, mas que deixa marcas, e se configura como fonte de sofrimento individual e social.

O risco do fechamento emudecido e ancorado na chaga subsequente à vivência traumática purgará feito ferida infeccionada na carne, contaminando o que possa haver de vital e de experimental. Os processos e estados emocionais presentes num momento assustador são diversos daqueles que têm lugar em estado de relativo equilíbrio ordinário. Nestes uma hermenêutica pode ser criada e partilhada pelo sujeito do acontecimento. Naqueles dá-se a quebra

- 1 Faço uso da palavra desvitimização mesmo não estando ainda dicionarizada, considerando que já é um neologismo utilizado em artigos com temas como escravidão, sistema penal, violência, etc.
- 2 Este texto, aqui amplamente re trabalhado, teve uma primeira versão publicada sob o título “De vítima a testemunha: considerações psicanalíticas”, *Oraldades* (NEHO/ USP), vol. 09, 2011, p. 17-27.
- 3 W. Benjamin, “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leakov”, p. 198.

81

PERCURSO 52 : p. 81-88 : junho de 2014



como, então, dizer e compartilhar?
Essa a indagação diante
da não memória dos soldados:
nenhuma história a narrar...

psíquica que lança cada sujeito para o lugar de assujeitado e desamparado.

A força da realidade arrebatadora trinca o eu e rompe seu contorno, impedindo a formação do traço da experiência a partir do qual o sentido pode vir a ser criado: sem traço psíquico, sem significação e afogado em signos desprovidos de associações, atulhado de uma espécie de figurabilidade sem acesso representacional, sem semiótica possível. Nem memória: o espaço da memória não opera a função de recordar, mesmo tendo sido marcado. Resta um presente que não cessa de acontecer. Não há mais temporalidade: o que passou não passa e o que poderia advir não se elabora: presença invasiva de uma brutalidade atual regida pela compulsão à repetição.

Como, então, dizer e compartilhar? Essa a indagação diante da não memória dos soldados: nenhuma história a narrar... Eles carregavam o peso do impossível de ser experienciado, apesar de ter sido infringido contra suas vidas como ameaça de morte.

[...] o que se ausenta não é simplesmente o relato do vivido, mas ocorre a pulverização da própria experiência como um acontecimento compreensível. O que aconteceu na Grande Guerra mostra a relação inseparável entre experiência e relato [...] chamamos experiência ao que pode ser posto num relato, algo vivido que não apenas se sofre, mas que se transmite. *Existe experiência quando a vítima se transforma em testemunha* [...]⁴.

O trauma impõe ao sujeito psíquico um desmanchamento das referências que o sustentam

como tal e, com isso, o impede de lidar com o que lhe acontece elaborando suas experiências. O eu trincado não é capaz de simbolizar e tampouco recalcar. As vivências, na forma de repetição compulsiva de imagens e sonoridades oriundas da cena traumática, apoderam-se do território psíquico. Somatização e despersonalização podem ocorrer quando o psíquico encontra-se impedido de suas funções. A cisão do eu não deixa de operar como um esforço limite para eliminação da repetição; também pode ocorrer de as cenas traumáticas insistirem em se (re)apresentar nos sonhos e pesadelos do sujeito, acabando por gerar uma reatividade ao sono. A insônia, povoada de angústias espaiadas de maneira atormentadora, fazem-no recair nele, obrigando-o à contundência daquilo que lhe é insuportável. A compulsão à repetição pode chegar a ser a própria iniciativa de retorno à cena traumática, ainda que aparentemente modificada, numa busca do sujeito de dominar aquilo que lhe domina. Não há meios de o sujeito encontrar o alívio que deseja se permanecer isolado e cercado pelo traumatismo.

O efeito traumático é produzido pelo excedente de angústia não passível de simbolização e não representável por meio da palavra. Sendo transbordadas as defesas, uma angústia automática, catastrófica, avassala o eu, impondo um estado de estupor, paralisia, inermidade, desvalimento e desamparo. Impõe-se um padecimento impossível de suportar, incompreensível, impensável e indizível⁵.

Quem escuta

“Incompreensível, impensável e indizível”, mas que pode ser acolhido e escutado. A escolha ética de se escutar um ruído no silêncio de quem não pode falar permite a configuração de um espaço de reconhecimento da angústia desmesurada. Abre-se uma chance de cumplicidade para a busca de uma movimentação psíquica, para a retomada da palavra e de sua inserção na rede de pensamento. A ruptura no eu causada pelo trauma interrompe

o fluxo da vida psíquica também por impedir o luto necessário para que ele transcorra.

A mudança exigirá não o apagamento puro e simples ou a exclusão do vivido, mas sua relativa inclusão psíquica por um caminho de reanimação da experiência emocional e sua tentativa de elaboração. A presença da alteridade é uma demanda jamais dispensada nesse percurso. A alteridade é que mediará junto ao sujeito a possibilidade de se apropriar da experiência e alocá-la na rede simbólica transmissível que inclui todos humanos.

A desvitimização é também a consecução do lugar de testemunha. Esta inscreve psiquicamente o acontecimento e o sustenta na memória, estando apta a expressá-lo. O testemunho pode se dar quando quem viveu um acontecimento encontra-se em condições de narrá-lo para um outro. Para narrá-lo é necessário tê-lo inscrito. Mas como tornar possível a fala expressiva, a narrativa, quando o vivido encontra-se indizível?

Espera-se daquele que se dispõe a escutar um testemunho que o reconheça como tal. Quem escuta também se coloca no lugar de testemunha do relato, viabilizando uma cadeia afirmativa do acontecido e subjetivamente vivido. Então, o essencial: escutar o indizível exige, primeiramente, se dispor a suportar sua transferência, fazer-se testemunha do efeito da violência perpetrada contra o sujeito que, sob tal condição, talvez possa alicerçar algo de sua própria narrativa testemunhal. Um processo de tal amplitude habilita a tecer condições necessárias efetivas para a elaboração: o reconhecimento, para além do si mesmo, de que o vivido – da ordem do enlouquecimento e da ameaça de morte – pode, a partir de então, e com ajuda, ser nomeado justamente como algo com poder de enlouquecimento e morte e que reclama ser psiquicamente contido e trabalhado.

O recurso da transferência dará sustentação ao nascimento da narrativa oral cujo objetivo

»
*o desinvestimento pode chegar
a atingir até mesmo a unidade
narcísica básica (narcisismo
de morte), desorganizando
o universo psíquico*

será constituir um movimento reparador e uma chance de saída da posição violentamente estereotipada de vítima passiva. A alteridade precisa estar imbuída de confiança e pronta a reconhecer a legitimidade da busca de criação de sentido pela inserção do traumático na cadeia de representações psíquicas. Escreve Jacques André: “[o] acontecimento traumático só se transforma em abertura – e não simplesmente em recalque – se encontrar alguém para escutá-lo”⁶.

1. André Green tem uma concepção teórica sobre a pulsão de destruição que auxilia a pensar a elaboração da vivência traumática numa experiência apta a ser reconstruída pela memória. Para ele o trabalho depende do manejo específico da transferência-contratransferência, tomando em conta o par pulsão/objeto. Seu entendimento sobre a pulsão de morte altera algo diante da segunda teoria freudiana das pulsões: a pulsão de morte é entendida como *função* de desinvestimento. O desinvestimento pode chegar a atingir até mesmo a unidade narcísica básica (narcisismo de morte), desorganizando o universo psíquico. E nessa dinâmica não apenas a força da pulsão estará em jogo, mas o objeto está implicado na ação e no modo de ação da pulsão de morte. O objeto não é o que sofre a ação da expulsão primária da pulsão de morte, mas ele a instiga e a mobiliza num processo conjunto pulsão-objeto. Em sua mudança de concepção teórica sobre a pulsão de morte, propõe renomeá-la: pulsões de destruição. Segundo Green, elas agem nas direções interna e externa e os territórios de sua ação são intrapsíquico e intersubjetivo. Em sua

4 B. Sarlo, *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo*, p. 31. Grifos meus.

5 M. Fuks, “Trauma e dessubjetivação”, p. 143.

6 J. André, “O acontecimento e a temporalidade – o *après-coup* no tratamento”, p. 14.



*o outro ocupa um lugar
irredutível na constituição psíquica
e, portanto, o trabalho clínico acima
descrito é sempre um trabalho
da cultura que implica investimento
libidinal objetal*

maneira de propor o entendimento sobre a operatividade não apenas das pulsões de morte, mas também das pulsões de vida, renomeia o par de conceitos a ser considerado como *função objetalizante* e *função desobjetalizante*.

[...] os grandes mecanismos descritos por ele [Freud] como características da pulsão de vida e da pulsão de morte são a ligação e o desligamento. Essa ideia é correta, mas insuficiente. [...]

Sugerimos a hipótese de que o objetivo essencial das pulsões de vida é assegurar uma *função objetalizante*. Isso não significa apenas que seu papel seja o de criar uma relação com o objeto (interno e externo), mas também que ela se revele capaz de transformar estruturas em objeto, mesmo quando o objeto não está diretamente em questão. [...] Esse processo de objetalização não se restringe a transformações tão organizadas quanto o Eu, mas pode se referir a modos de atividade psíquica, de tal maneira que, no limite, é o *próprio investimento que é objetalizado*. Este conduz, portanto, a distinguir o objeto da função objetalizante, onde, evidentemente, a ligação, acoplada ou não ao desligamento, entra em jogo. [...] Inversamente, o objetivo da pulsão de morte é realizar, tanto quanto possível, uma *função desobjetalizante* pelo desligamento. Essa qualificação permite compreender que não é somente a relação com o objeto que é atacada, mas também todos os substitutos deste – o Eu, por exemplo, e o *fato mesmo do investimento na medida em que ele sofreu o processo de objetalização*⁷.

Para Green, a compulsão à repetição (campo da desobjetalização, do narcisismo mortífero) não se reduz a uma problemática pulsional do

sujeito que opera por automatismo. Ela se instala quando não é possível alcançar uma solução propícia ao funcionamento *pulsional* e ao funcionamento do *objeto* primário. Implica a falta de condições em renunciar à satisfação bem como uma busca de expulsar a frustração do psiquismo. Seu objetivo está na eliminação do que causa dor psíquica pela via da alucinação negativa (nem pela ação transformadora que encontra a satisfação e nem pela satisfação alucinatória); essa espécie de atuação – *agierem* – procura a eliminação da pressão pulsional, da posição passiva e do desamparo: uma *dessimbolização* do ato.

Há, pois, uma dificuldade em sair do submetimento imposto pela compulsão à repetição, desobjetalizante, responsável pelo circuito intrapsíquico decorrente do trauma, em direção a uma ligação de outra qualidade, intersubjetiva, objetalizante. A descarga insistente (cujo objetivo é a destruição de si mesma, mas que afinal se retroalimenta) necessita ser transferida ao analista: este terá de se dispor à sua violência, terá de sobreviver a ela e, ainda mais, sob esses ataques terá de seguir capaz de oferecer interpretações ao sujeito. Nessa operação transferencial está sendo visada a fusão de libido sádica à intensidade mortífera. Na fusão, a libido conduzirá à retomada do investimento objetal e o sujeito poderá conseguir se reapropriar do “jogo da representação”, voltando a experimentar a vida onde estava instalada a fixidez da morte⁸.

O outro ocupa um lugar irredutível na constituição psíquica e, portanto, o trabalho clínico acima descrito é sempre um trabalho da cultura que implica investimento libidinal objetal. Seu modelo encontra-se na arquitetura subjetiva mais íntima e estruturante oriunda da rede humana singular, historicamente datada. Apoiado e sustentado nessa rede, o corpo nascente e pulsante percorre seu trajeto humanizador. O aspecto dinâmico da psique deixa entrever tal condição.

Mas as violências e os traumas não são iguais: o que ataca de fora não tem a mesma qualidade originária inconsciente da relação arcaica entre pulsão e objeto. Entretanto, diante

de ataques externos nem todos emudecem e se sentem impossibilitados, paralisados pela invasão da violência que sofrem. Cada qual desenvolve, amparado pelo objeto primordial, os próprios arranjos para forjar sua unidade narcísica mais ou menos instável. Também por isso, pessoas diferentes reagem de maneiras distintas. Mas há limites.

O entendimento possível sobre a ocorrência histórica e social de um evento da realidade considerado traumatogênico também é fator determinante (diferentemente: guerra, guerrilha, tortura, estupro, violência criminal, vivências repetidas de privação, desemprego prolongado, assassinato e desaparecimento de pessoas amadas, tragédias causadas pela natureza). Seus compostos tecem as circunstâncias que irão corroborar na eclosão disruptiva, traumática, bem como na exigência transferencial feita ao outro analítico. No entanto, a objetualização, por princípio dinâmico, rompe o circuito intrapsíquico solipsista e atinge identificações cristalizadas.

Por exemplo, na situação de identificação com o agressor, Ferenczi descreve o movimento em que a vítima – desesperada pela condição à qual está submetida – se coloca inconscientemente do lado do agressor, na esperança de retomar o controle sobre o que está vivendo.

[...] este medo, quando atinge o seu ponto culminante, obriga a vítima a apresentar-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se completamente de si mesma, e a identificar-se totalmente ao agressor. Por identificação, podemos dizer introjeção do agressor, este desaparece como realidade externa e se torna intrapsíquico⁹.

O conceito de identificação com o agressor implica a ativação da culpa: se o agressor foi introjetado à vítima, ela agora se percebe como ativa, na condição de seu próprio agressor: passa a ser o destinatário de toda série de violências

»
o conceito de identificação com o agressor implica a ativação da culpa: se o agressor foi introjetado à vítima, ela agora se percebe como ativa, na condição de seu próprio agressor

contra si mesma; ela se considera perpetrador e vítima, ao mesmo tempo. Nesse processo, a violência, entre outras, trata de retirar ou diminuir a responsabilidade do agressor. Como consequência, o sujeito passa a desculpá-lo com argumentos que justifiquem as razões por ele ter agido como tal. Capciosamente, a vítima se coloca como responsável pelo ocorrido e merecedora de mais agressão. Esse sistema tem efetividade e duração, ainda que se instale como uma busca para minimizar a intensidade de seu sofrimento.

A proposição teórico-clínica de Green a respeito da necessidade de a transferência dar suporte à violência traumática, de modo a reativar a função objetualizante pela fusão de libido sádica ao que denomina função desobjetualizante, permite a quebra da montagem intrapsíquica descrita por Ferenczi. Se houve uma identificação ao agressor, essa mesma identificação é responsável pelo fechamento da dinâmica intrapsíquica que atinge o eu. O circuito da repetição traumática, cujo excesso intensivo mortífero patina sobre si mesmo, ao ser desviado transferencialmente ao psicanalista funda uma linha de fuga. Trata-se da fusão já descrita. Ela permite o desvio vital do intrapsíquico para o intersubjetivo – campo das identificações.

No enfrentamento das consequências psíquicas do acontecimento violento e de mecanismos como esse é preciso criar condições favoráveis à sua narrativa em alguma forma expressiva. A recuperação da fala proferida diante de um outro disposto a dar suporte à violência da transferência, não sucumbir a ela e interpretá-la explicita o vivido e gera

7 A. Green, *O trabalho do negativo*, p. 99-100.

8 Cf. A. Green, *Le temps élaté*.

9 S. Ferenczi, “Confusão de língua entre o adulto e a criança”, p. 352.



*Viñar retoma a partilha
do testemunho ao descrever e comentar
sobre a experiência acontecida
na África do Sul, idealizada
e levada a cabo por uma comissão
de reconciliação pós-apartheid*

oportunidade de uma experiência reparadora simbólica. Ao falar para alguém disposto a ocupar – e, ao mesmo tempo, não se identificar – a uma posição de objeto sadicamente libidinizada, alguém *a priori* isento de julgamento a respeito do que se passa e que acolhe a presença e as palavras do sujeito, por mais violentas que possam ser, como manifestações de sua verdade psíquica, a vítima é convocada a sair de seu lugar passivo e a ocupar uma posição ativa de fato. Ouvir-se e ser ouvido, disposto a ser interpretado, multiplica os sentidos do que é dito e dessa maneira introduz um interrogante suficientemente potente para interferir na lógica da culpa, pronto a fazê-la vacilar. São outras as identificações que entram “no jogo das representações”.

2. Marcelo Viñar desenvolve o projeto Grupo de Palavras com crianças e jovens marginalizados, na cidade de Montevidéu. Nele os participantes têm a chance de proferir *palavras subjetivantes*, algo tão essencial a uma vida digna quanto o alimento. Segundo ele, esses jovens mostram-se “disponíveis e ávidos de interlocução, o que é suficiente para legitimar a continuidade da experiência”¹⁰. O autor postula como base para seu modo de ação terapêutica a carência dessas crianças também de modelos identificatórios positivos diante da dor do próximo, exatamente porque refletem e projetam a extrema miséria humana e violência de que foram vítimas. O Grupo de Palavras é um dispositivo cujo objetivo está em criar artificialmente as condições para outros modelos identificatórios por oferecer um

cuidado ao ouvir e permitir que toda palavra tenha lugar numa escuta transferencial. Falar e ser escutado são considerados, na vida dessas crianças e jovens, “um processo faltante de humanização, que precocemente deveriam prover uma família suficientemente sadia e a escola”¹¹. Essa escuta não é benevolente. Ela deve enfrentar a violência ali contida com força e sentido, sem se deixar escorregar para uma posição aplacadora.

Também ao retomar as narrativas de sobreviventes do holocausto, recolhidas por Steven Spielberg, Viñar nota a importância dessa prática chamando a atenção para seu longo alcance, para a desidentificação, podemos afirmar, com a posição passiva da vítima melancolicamente debruçada sobre sua angústia infinita:

Aqueles que recolheram os depoimentos contam que o que fazia bem aos que narravam sua história era quando se lhes dizia: “Esta fita cassete que você está gravando será escutada nas Nações Unidas, na Suíça”. Não pode haver um fechamento entre as vítimas; é necessário que o testemunho transcenda o grupo dos que sofrem, que haja uma comunidade de escuta que seja sensível e que liberte a vítima do seu lugar de sofrimento. [...] Acredito que se deva buscar o que Robert Antelme¹² chama de “invenção de uma máquina que permita contar o horror para dele se poder sair!”¹³.

Ainda de outro ângulo, Viñar retoma a partilha do testemunho ao descrever e comentar sobre a experiência acontecida na África do Sul, idealizada e levada a cabo por uma comissão de reconciliação pós-*apartheid*. Ali, os torturadores puderam ser anistiados apenas ao confessarem integral e detalhadamente seus crimes. Muitos torturadores narraram suas ações espúrias por horas intermináveis. Esse fato permitiu que a sociedade toda se inteirasse do ocorrido naquele longo período, e impediu que ela se dividisse entre os que tinham torturadores e vítimas na família e os que se sentiam distantes por não terem *nada a ver com isso*. Essa identificação opera como um analisador da cultura porque quem escuta experimenta a violência em

condições de fazer-lhe frente psiquicamente. Um tal trabalho libera a vítima de ser a depositária única do ocorrido e implica o coletivo das comunidades negra e branca. Todos passaram a ser testemunhas do que se vivia e do que havia sido vivido ao longo do *apartheid*. Escreve esse autor:

Penso ser necessária a mediação de um terceiro. É necessário que a sociedade possa falar do nunca-mais, que a imprensa possa publicar, que possam existir peças de teatro e periódicos, que haja um exorcismo dos tempos de terror e que todos possam vê-lo. Isso distende a vítima. Quando o coletivo social acolhe, amortiza e serve de testemunha, a vítima se sente menos isolada. Quando a vítima é segregada, necessita de um lamento perpétuo até a sua morte, como se estivesse aprisionada numa memória sacrificial, num gemido perpétuo¹⁴.

A fala é portadora do sentido. E o sentido é o que de mais importante o objeto pode prover ao sujeito para que este se sinta restabelecido ao universo humano de pertencimento. Anne Denis, cujo artigo é trabalhado por Green¹⁵, afirma que nos casos de *assassinato da alma* – como são comuns nos universos concentracionários e nas ditaduras de Estado – aquilo que dispara o impulso assassino é o fato de a vítima possuir uma vida psíquica. O assassino da alma deve encontrar uma alma a ser assassinada; aliás, é justamente isso que o perpetrador não suporta e quer destruir. Ela atribui, como o faz também

»
“dor psíquica e dor
concentraciônica se comunicam
entre si [...]. A dor da dor é essa de não
ser consolado em seu sofrimento.”

[André Green]

Green, à clivagem entre representância (*représentance*) e significância (*signifiante*) o desaparecimento de uma língua viva – como a *poesia da língua materna* que cria uma continuidade entre o corpo e a linguagem. Essa poesia é uma espécie de ponte entre o sentido e a significação, aquilo que para a autora “une a linguagem pré-verbal e a significação verbal”. E essa ponte é atacada pelo trauma obrigando o sujeito a uma vivência sem sentido. Para Green, o sentido é que responde pelo *holding*, e não propriamente o objeto. “Dor psíquica e dor concentracionária se comunicam entre si [...]. A dor da dor é essa de não ser consolado em seu sofrimento.”

Na lida infundável com a destrutividade radical humana coloca-se a questão do alcance e do limite da função da criação de vínculos identificatórios entre as pessoas, entre os grupos, entre as comunidades, entre as nações. Há intensidades de vivências que não se restringem ao espaço elaborativo do discurso individualizado. Os psicanalistas trabalham com sua singularidade forjada no território da cultura. Os coletivos humanos forjam outros tantos dispositivos ao acolhimento que é preciso disponibilizar às vítimas. Em todo caso, está irremediavelmente posta a exigência fundadora do sujeito de que sejamos todos reconhecidos como humanos desde o princípio de nossas vidas; considerados um entre os outros humanos durante a vida; sermos tratados como humanos na morte e lembrados como humanos após a morte. “O sentimento de pertencer à espécie humana implica sempre o outro como semelhante humano.”¹⁶

10 M. Viñar, *Mundos Adolescentes y vértigo civilizatório*, p. 112.

11 M. Viñar, *op. cit.*, p. 113.

12 Viñar se refere à obra *A Espécie humana*, publicada em 1947, escrita por Robert Antelme. Participante da resistência francesa, preso pela Gestapo até praticamente o final da Guerra, buscou, pela escrita, dizer o indizível da experiência de desumanização radical vivida nos campos de concentração.

13 M. Viñar, “Uma utopia sem lugar de chegada”, p. 237-238.

14 M. Viñar, *op. cit.*, p. 236.

15 Cf. A. Green, *Illusions et désillusions du travail psychanalytique*, p. 237-242, em que trabalha o artigo de A. Denis, “Principe de mort, destruction du sens, contresens”, in A. Green (org.), *Les voies nouvelles de la thérapeutique psychanalytique. Le dedans et le dehors*, Paris, PUF, 2006.

16 “Le sentiment d’appartenir à l’espèce humaine implique toujours l’autre comme semblable humain.”, A. Denis, *op. cit.*, p. 511 [citada por A. Green, *Illusion et...*, p. 239].

Referências bibliográficas

- André J. (2009). O acontecimento e a temporalidade – o *après-coup* no tratamento. Relatório referente aos trabalhos realizados durante o *69ème Congrès de Psychanalystes de Langue Française: "L'Après-coup"*. Paris, 21-24 maio 2009.
- Benjamin W. (1930/1994). O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leakov. In *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense (Obras Escolhidas vol. 1).
- Ferenczi S. (1933/1992). Confusão de língua entre o adulto e a criança. In *Obras Completas/ Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freud S. (1905/1973). Tres ensayos para uma teoria sexual. In *Obras Completas de Sigmund Freud*, tomo II. Trad. Luis Lopez-Balesteros y de Torres. Madri: Editorial Biblioteca Nueva.
- _____. (1920[1921]/1973). Psicologia de las masas y analisis del yo. In *Obras Completas de Sigmund Freud*, tomo III. Trad. Luis Lopes-Balesteros y de Torres. Madri: Editorial Biblioteca Nueva.
- _____. (1930/2010). O mal-estar na civilização. In *Obras Completas vol. 18*. Trad. Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- Fuks M. P. (2010). Trauma e dessubjetivação. In *Tolerância – Revista do LEI/USP*, vol. 1, n. 1, jan-jun, 2010, p. 143-56.
- Green A. (1993/2010). *O trabalho do negativo*. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed.
- _____. (2000). *Le temps éclaté*. Paris: Editions de Minuit.
- _____. (2010). *Illusions et désillusions du travail psychanalytique*. Paris: Odile Jacob.
- Sarlo B. (2005). *Tiempo pasado*. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.
- Viñar M. (2000/2014). Uma utopia sem lugar de chegada. In M. Selaibe; A. Carvalho. *Psicanálise entrevista*. São Paulo: Estação Liberdade. p. 219-240.
- _____. (2009). *Mundos Adolescentes y vértigo civilizatório*. Montevideo: Ediciones Trilce.

Unvictimization: psychic work

Abstract When traumatized, the subject becomes corned in the position of being silenced victim. This work deals with the transference attraction of intrapsychic violence to transform it into intersubjective investment capable of being worked through (Green). It also refers to examples of group works, which challenge the violence experienced by psychic subject and by the collectives involved (Viñar). The intersubjectivity opens for the subject possibilities of other identifications to get him out of the victimized position.

Keywords: trauma; victim; transfer; out of victim position.

Recebido em: junho de 2014.

Aprovado em: agosto de 2014.

Estado de exceção e desamparo

Flávio Carvalho Ferraz

Resumo O trabalho trata das conseqüências do estado de exceção, em que há supressão da ordem jurídica, sobre as subjetividades. Propõe que esta suspensão acarreta, para os sujeitos, uma situação de desamparo, em razão da instalação das mesmas condições causadoras do trauma psíquico. Por meio da “força de lei sem lei” o próprio pacto civilizatório é atacado pelo Estado, que devolve os sujeitos à situação psíquica primitiva, anterior ao estabelecimento da lei. Como conclusão, examina a resistência à ditadura como meio de reparação e defende o direito à verdade e à ab-reação como condições para a elaboração traumática para suas vítimas.

Palavras-chave estado de exceção; ditadura; desamparo.

Flávio Carvalho Ferraz é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e livre-docente pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Quando fui convidado a falar e a escrever sobre *estado de exceção*, a partir de um ponto de vista psicanalítico e para um público composto, na sua maior parte, de psicanalistas, confesso que me inquietei diante da questão que se me propunha, assim formulada: haverá elementos teóricos em psicanálise suficientes para isso? Não seria arriscado repetir os exageros já tão conhecidos daqueles que se utilizaram do referencial da psicanálise como uma verdadeira panaceia que a tudo poderia se aplicar? A fenômenos sociais, culturais, políticos e econômicos?

Passado o primeiro momento, entretanto, o quadro foi se aclarando, à medida que eu ia me dando conta de que não seria o caso de me valer da teoria psicanalítica como instrumento de *explicação* para fenômenos históricos e políticos, mas que o trabalho possível seria a tomada do problema de um ponto de vista diferente. O posicionamento epistemologicamente legítimo do psicanalista seria em um lugar distinto daquele do cientista político, do historiador ou do jurista. Seria necessário pensar a questão a partir de um recorte específico, que se delineia como o *fenômeno da colocação dos sujeitos diante do estado de exceção*. E uma abordagem pelo prisma da subjetividade, segundo entendo, desembocaria, naturalmente, em uma consideração às conseqüências do estado de exceção sobre a esfera do funcionamento psíquico dos sujeitos, tanto no que ele comporta de potencial patogênico como nos mecanismos de reparação representados pela resistência que ele se faz.

Foi assim que me vi perante o desafio de afastar-me da abordagem político-jurídica do conceito, em que ele, afinal, tem sua origem e seu campo usual de debate, para encontrar, na teoria psicanalítica,

89

PERCURSO 52 : p. 89-94 : junho de 2014



*Agamben retoma as situações
políticas e os momentos históricos
em que o estado de exceção encontrou
as brechas para se instalar*

elementos que me permitissem ampliar a reflexão sobre o estado de exceção, agora pelo ângulo de visão dos sujeitos. Não daqueles que o engendram, mas dos que a ele são submetidos.

Tratei de buscar em Giorgio Agamben¹ uma compreensão do conceito mesmo de estado de exceção, empreitada de base para definir as especificidades potencialmente patógenas do campo sobre o qual se situariam os sujeitos. Assim, o exame da questão pelo prisma político não será o escopo desta comunicação: será apenas um ponto de partida, e não de conclusão. Em primeiro lugar, porque não tenho formação em Ciência Política, nem tampouco em Direito, que me permita discorrer de forma mais profunda sobre o assunto. Em segundo lugar, *a fortiori*, porque o que me foi dado como tarefa é, precisamente, buscar em meu repertório psicanalítico os referenciais que conduzam ao tratamento do problema pelo viés da subjetividade. Foi assim, então, que deixei de lado as considerações estritas sobre o estado de exceção para pensar qual poderia ser o seu significado e as suas consequências para cada sujeito que com ele depara e a ele se encontra involuntariamente submetido.

Agamben retoma as situações políticas e os momentos históricos em que o estado de exceção encontrou as brechas para se instalar. Não vou me estender sobre este ponto, mas, em síntese, direi que elas se ligam, de maneira mais estreita, aos estados de guerra, dos quais derivam as conhecidas figuras do *estado de sítio* e da *lei marcial*. Dentre a gama de possibilidades de sua ocorrência, a que nos interessa *hic et nunc* é a das *ditaduras*. Foi o alemão Carl Schmitt² quem, em 1921, apresentou o conceito de estado de exceção por meio

da figura da ditadura, que será o nosso objeto. Pois, como enfatiza Maria Auxiliadora Arantes³, em seu pungente livro sobre a tortura, a ditadura civil-militar que se impôs aos brasileiros entre 1964 e 1985 estabeleceu a exceção como regra.

O estado de exceção, de acordo com Agamben, não seria a instalação de um direito especial (como seria o direito de guerra), mas a “suspensão da própria ordem jurídica”⁴. No caso da ditadura brasileira não se fez, formal ou declaradamente, uma supressão da ordem jurídica, mas outorgou-se outra ordem, que pode ser então considerada ilegítima do ponto de vista da ordem democrática.

As democracias ocidentais muitas vezes se posicionaram em um espaço político situado entre o direito e a violência. Nesses casos, o ordenamento jurídico trazia, em seu bojo, o seu próprio contrário, a saber, a suspensão dos direitos que admite a violência não regulada pela lei. Além disso, segundo Agamben, o estado de exceção se apresenta na política contemporânea, cada vez mais, como um modelo de governo dominante: “Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre a democracia e o absolutismo”⁵.

Concluo esta breve exposição do ponto de vista de Agamben recorrendo a um de seus comentários que nos permitirá, agora, dar início a um esboço da ligação entre a natureza mesma do estado de exceção e seus efeitos sobre os sujeitos. Trata-se de sua brilhante formulação de que o estado de exceção é um “espaço anômico onde o que está em jogo é uma força de lei sem lei”⁶. E que, portanto, deveria ser escrita como “força de lei” de um modo em que a palavra *lei* aparece negada, com um “x” sobre si.

Suponho que, a essa altura, já se possa imaginar para onde nos dirigimos ao justapormos a ideia de “força de lei sem lei” às teorias freudianas

do pacto civilizatório e do surgimento da lei, presente em “Totem e tabu”⁷ e retomada em “O mal-estar na civilização”⁸.

O homem da horda primeva, segundo o mito instituinte freudiano, encontrava-se exposto à lei do mais forte. Leia-se: aos desmandos do pai tirânico, que aos filhos assujeitava. Foi da revolta fraterna, que levou ao assassinato do pai, que pôde emergir, em torno da renúncia edípica, o pacto que daria origem à civilização. Foi da renúncia dos irmãos à posse da mãe que surgiu uma lei socializada, cuja essência estava na pressuposição de que todos os iguais (irmãos) estariam, a partir dali, sujeitos ao mesmo ordenamento. Portanto, a operação que conduziu à civilização tinha, como condição de possibilidade, a troca de uma “lei sem lei” – que nada mais era do que a imposição feita por meio da violência – por uma lei pactuada, em que o ordenamento já não se definia pela vontade de *um*, mas por um elemento simbólico. Como afirma Freud, em “O mal-estar na civilização”⁹, o pacto civilizatório em torno da lei consistia em que todos concordassem em abrir mão da satisfação ilimitada da libido e da agressão, em troca de um *quantum* de segurança.

Portanto, temos aí uma articulação nodal entre pacto social, segurança e lei que, em princípio, marcou a passagem da horda primeva à civilização e, depois, ao Estado. Desde então, o que se assiste na história da humanidade é a uma constante tensão entre o sentimento de exigência deste ordenamento e a permanência da tirania no exercício do poder de Estado. A história se pauta por revoltas diante da força bruta imposta pelos detentores do poder, pela tensão entre o seu primado e os ideais que o põem em xeque. Não vamos nos deter aqui para realizar um percurso

»
*a história se pauta
por revoltas diante
da força bruta imposta
pelos detentores do poder*

através da história política das civilizações, nem faremos um levantamento das teorias que buscaram desvendá-la criticamente. Podemos ficar no exemplo patente das monarquias, que detinham o poder de Estado em caráter privado. A concepção de algo como a *república* significou um avanço enorme na relação dos sujeitos com o Estado, na transposição de seu caráter privado para o público, como testemunha a própria etimologia do termo. Mesmo as monarquias remanescentes se viram obrigadas a abrir mão do absolutismo para se tornarem constitucionais.

Ocorre, entretanto, que a tentação autoritária jamais foi proscrita da civilização. Não é incomum que um momento de ampliação da liberdade civil seja seguido por um recrudescimento da tirania. As ditaduras que se implantam no regime republicano são o exemplo mais contundente desse fato, quando algo similar ao poder absoluto, outrora “natural” no regime monarquista, apropria-se do Estado.

O estado de exceção ou de suspensão de direitos – não é exagero dizê-lo – *recoloca* os sujeitos diante de uma insegurança similar à experimentada na horda primeva ante o pai onipotente. O estado de exceção lança os sujeitos àquilo que, em psicanálise, se conhece como experiência de *desamparo* e de *trauma*. Em uma analogia bem simples pode-se dizer que, submetida à vontade de *um*, que se faz “força de lei sem lei”, a sociedade é lançada a um estado próximo ao da criança abusada pelo próprio pai, que, em princípio e por suposto, é aquele que deveria lhe garantir segurança e proteção. A exceção, assim, ataca as bases do pacto civilizatório. O Estado deixa de ser a instituição que

1 G. Agamben, *Estado de exceção*.

2 *Apud* G. Agamben, *op. cit.*

3 M. A. A. C. Arantes, *Tortura*.

4 G. Agamben, *op. cit.*, p. 15.

5 G. Agamben, *op. cit.*, p. 13.

6 G. Agamben, *op. cit.*, p. 61.

7 S. Freud, (1913), *Totem e tabu*.

8 S. Freud (1930), *O mal-estar na civilização*.

9 S. Freud, *op. cit.*



*a anistia, que na ocasião
se proclamou “ampla, geral e irrestrita”,
foi, sem dúvida, uma conquista
importante da sociedade civil*

idealmente o garante, para se tornar agente de sua destruição.

Não é de estranhar, portanto, a estreita e necessária relação entre estado de exceção e a violação dos sujeitos, consubstanciada exemplarmente, em seu extremo, na sujeição levada a cabo por meio da tortura. Não há experiência humana mais representativa do desamparo do que a tortura. Nela, para além da dor física, o que se experimenta é a sujeição plena e total, no último reduto do sujeito, que vem a ser o seu *corpo*. A dor adicional para o torturado é o de se ver indefeso e submetido a outro que dispõe completamente de seu corpo, usando-o a partir de sua vontade sem freio; de outro que o coisifica sem compaixão por sua dor e que, ao contrário, dela extrai o gozo. É isso que potencializa a dor do torturado, que suportaria de modo diferente da dor proveniente, por exemplo, de uma tragédia natural, sem autor. Vale lembrar uma ligeira passagem de Lacan¹⁰ (1955-56) em que ele, de modo arguto, diz que uma criança muito precocemente reage de maneiras distintas ante uma dor natural e uma dor infligida intencionalmente por outrem. No segundo caso, há mais dor.

O estado de exceção traz em sua esteira o exercício impune da violência, lançando suas vítimas no abismo do desamparo e buscando imobilizar a sociedade como um todo. Esforço é feito para retirá-la da condição de sujeito de si e transformá-la em objeto de outro. Essa operação visa a uma alienação dos sujeitos, dos quais se exige a conversão em “corpos dóceis”.

Mario Fuks¹¹, tratando do colapso psíquico experimentado por determinados pacientes na contemporaneidade, traça um interessante

paralelo. Entendendo o colapso como uma “redução do espaço em uma cavidade circunscrita por paredes que se aproximam”, afirma que essa “redução extrema do *espaço psíquico*, no sentido metapsicológico de tópica”, é comparável “à ideia do *espaço político* que entra em colapso, que se fecha, sob o ponto de vista da vida democrática, quando se instaura uma ditadura”¹². Esta é uma situação de trauma coletivo, que pode se configurar como um estado-limite para a experiência da subjetividade, com o risco do desligamento das representações psíquicas e do esvaziamento do sentido. A superação desses estados se dá quando é possível o retorno à vida política e à ação coletiva, que ocorre no processo de redemocratização, quando o futuro acena com a possibilidade da reparação da injustiça do presente.

Se é assim que se processa o estado de exceção e sua superação no nível das subjetividades, a resistência a uma ditadura significa mais do que um combate no campo político-institucional e ideológico. Significa, pelo prisma do psíquico, a resistência dos sujeitos à aniquilação da sua própria condição de sujeitos, da qual todos são beneficiários: os que resistem e os que se deixam alienar; os militantes e aqueles que, confortável ou alienadamente, só sabem ser democratas na vigência da democracia.

O golpe militar de 1964, cujo aniversário de 50 anos estamos hoje comemorando pelo avesso, deixou um saldo considerável de mortos, presos, torturados, exilados e destituídos de direitos políticos. A anistia, que na ocasião se proclamou “ampla, geral e irrestrita”, foi, sem dúvida, uma conquista importante da sociedade civil. No entanto hoje sua abrangência pode ser questionada por uma razão muito lógica. Se é que compreendemos o estado de exceção como usurpação do poder de Estado, e seus agentes – sobretudo os torturadores – como condutores da barbárie, como repetir acriticamente a desgastada formulação de que houve perdão “para os dois lados”? Como aceitar essa equiparação entre torturador e torturado? Afinal, estaremos então

identificando como crime a resistência ao estado brutal implantado pela ditadura?

A cada vez que um militar nega a existência da tortura, perpetua-se a situação traumática para os torturados e seus familiares. A permanência da mentira e da farsa, como sabem os psicanalistas, impede a ocorrência da elaboração psíquica, mantendo o estado traumático. Por outro lado, a cada vez que um torturador vem a público confessar os detalhes sórdidos da tortura que praticava, alegando sua legitimidade e reafirmando sua falta de compaixão, do mesmo modo o trauma se afigura no horizonte.

Neste sentido, o Brasil deu à questão do pacto pós-ditatorial um destino bem diferente daquele que os vizinhos Argentina e Uruguai puderam dar. Para nós, não houve a possibilidade da reparação que apenas uma ab-reação, no sentido freudiano, poderia trazer. Não pusemos os algozes na cadeia. É verdade que avançamos, a duras penas, na recuperação do direito à verdade. A instalação da Comissão da Verdade, por iniciativa da Presidência da República, foi um passo inegável na direção da reparação, uma vez que trabalha pela suspensão da farsa que mantinha no ar o amargo das situações traumáticas. Também a instituição das “Clínicas do Testemunho” é inegável tentativa que o Estado faz de restituição aos que sofreram com sua violência. Contudo isso não basta. A ab-reação só pode se dar plenamente quando se faz justiça, algo de que passamos ao largo.

Os governos da democracia pós-ditadura de 1964 não enfrentaram o desafio de, por exemplo, intervir na formação dos militares, que continuaram a professar a doutrina da segurança nacional e a justificar o golpe como ato necessário e patriótico. Perdemos a oportunidade de renovar as Forças Armadas, educando novos oficiais para

»
*falar à exaustão do golpe
militar e da ditadura que a ele
se seguiu certamente nos prepara
para uma profilaxia do futuro*

o seu papel constitucional. Chegamos até mesmo à situação paroxística de vermos uma turma de oficiais do Exército eleger, como patrono de sua formatura, o General Emílio Garrastazu Médici.

Falar à exaustão do golpe militar e da ditadura que a ele se seguiu certamente nos prepara para uma profilaxia do futuro. No entanto, não nos exime de continuar detectando e denunciando os enclaves da exceção que subsistem no chamado “estado de direito”. Não nos iludamos supondo que uma democracia eleitoral extirpa os tentáculos da exceção. Esta é insidiosa e sobrevive à democracia como as bactérias resistentes sobrevivem aos antibióticos. O aniquilamento de seus enclaves só se dará quando houver o pleno funcionamento das instituições. Quando o braço do Estado tratar todos com isonomia. Quando a lei e suas salvaguardas valerem igualmente para o pobre e para o rico. Para o preto e para o branco. Para a mulher e para o homem. Quando não houver tortura de presos comuns.

Nesse sentido, atribuo grande valor à postura assumida por familiares de Rubens Paiva ao mencionarem publicamente o caso do pedreiro Amarildo como da mesma ordem do que sucedeu ao deputado, quando às vezes parece que suas mortes sob tortura aconteceram em eras e planetas diferentes. Justapor os dois fatos significa não fazer vista grossa ao que chamo aqui de enclaves da exceção no interior do estado de direito.

Finalizo com uma advertência feita pelo jornalista Elio Gaspari¹³: “1964 continua divisivo porque em 2014 há pessoas que veem nas instituições democráticas a origem e sede dos males. [...] O golpista é antes de tudo um cético em busca de surtos de força”¹⁴.

10 J. Lacan (1955-56), *O Seminário*. Livro 3: As psicoses.

11 M. P. Fuks, “Nos domínios das neuroses narcísicas e em suas proximidades”.

12 M. P. Fuks, *op. cit.*, p. 208.

13 E. Gaspari, 1964... p. A-10.

14 E. Gaspari, *op. cit.*, p. A-10.

Referências bibliográficas

- Agamben G. (2004). *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo.
- Arantes M. A. A. C. (2013). *Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Freud S. (1913/1980). Totem e tabu. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago; vol. XIII.
- _____. (1930/1980). O mal-estar na civilização. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago; vol. XXI.
- Fuks M. P. (2003). Nos domínios das neuroses narcísicas e em suas proximidades. In L. B. Fuks; F. C. Ferraz (orgs.), *Desafios para a psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Gaspari E. (2014) 1964... *Folha de S.Paulo*, 26 mar. 2014, p. A-10.
- Lacan J. (1955-56/1981) *O Seminário*. Livro 3: As psicoses. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

State of exception and helplessness

Abstract The work deals with the consequences of the state of exception, in which there is suppression of the legal order, on subjectivities. Proposes that this suspension leads the subjects to a situation of helplessness, because of the installation of the same conditions that cause the psychological trauma. Through the “force of law without law” the civilizing covenant is attacked itself by the State, which induces the subjects to return to the primitive psychic situation, prior to the establishment of the law. In conclusion, examines the resistance to the dictatorship as a means repair mode and defends the right to truth and abreaction of traumatic as conditions to a through work for their victims.

Keywords state of exception; dictatorship; helplessness.

Recebido em: junho de 2014.

Aprovado em: julho de 2014.

Trauma e dessubjetivação¹

Mario Pablo Fuks

Resumo O conceito psicanalítico de trauma psíquico, e os seus desdobramentos, permitem analisar os efeitos na subjetividade individual e coletiva dos regimes totalitários e o terrorismo de Estado assim como sua “herança” na fase histórica subsequente. Os processos de dessubjetivação resultam da internalização da violência e a instalação da recusa, por falência das instâncias de reconhecimento e apelação. Destaca-se o valor dos atos de resistência e do acolhimento afetivo e simbólico das vítimas, assim como a reparação do tecido subjetivo individual, familiar e social através do restabelecimento da confiança, da rememoração, da experiência do testemunho e dos atos de justiça pondo fim à impunidade.

Palavras-chave trauma psíquico; recusa; outro fiador; catástrofe; reparação; testemunho.

Mario Pablo Fuks é psicanalista e psiquiatra, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professor do Curso de Psicanálise, coordenador do curso Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea e integrante do Grupo Psicanálise e Contemporaneidade desse Departamento.

¹ Trabalho apresentado em 29 maio 2010 no evento sobre “Herança e Transmissão: Trauma e Narrativas nos Espelhos da Cultura”, organizado pelo Grupo de Psicanálise e Contemporaneidade, do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo. Publicado, em primeira versão, na revista digital *in Tolerância* n. 1, Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, LEIUSP, São Paulo, 2010, e no *Boletim Online* n. 13, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo, 2010.

O trauma psíquico

As situações traumáticas se caracterizam pela emergência de um montante importante de angústia real, devida a acontecimentos que implicam uma ameaça para a vida da pessoa e uma fonte de enorme sofrimento psíquico. O efeito traumático é produzido pelo excedente de angústia não passível de simbolização e não representável por meio da palavra. Sendo transbordadas as defesas, uma angústia automática, catastrófica, avassala o eu, impondo um estado de estupor, paralisia, inermidade, desvalimento e desamparo. Impõe-se um padecimento impossível de suportar, incompreensível, impensável e indizível.

Não podendo ser transformadas em representações suscetíveis de recalçamento, as impressões traumáticas ficam submetidas à compulsão de repetição, podendo alcançar certa figurabilidade através de sonhos penosos, que reproduzem a situação, e de vivências de vigília de tipo alucinatório, por meio das quais se tenta restaurar as barreiras para excitações. Diante da impossibilidade inicial e duradoura de apropriar-se do acontecimento na produção de um sentido, o acontecimento não pode ser introjetado – no sentido ferenciano do termo –, o que inviabiliza sua inscrição psíquica. O psiquismo se defende por meio da clivagem. A impossibilidade de introjeção e a clivagem das marcas da situação traumática determinam a formação de lacunas psíquicas, que podem ser concebidas como “não lugares”. Algo parecido com a amnésia lacunar no plano da memória, mas que remete, não ao recalque, e sim ao não inscrito, ao bloqueio dos processos de simbolização – o que também se manifesta nas falhas da relação com



*muito se apreendeu a partir
da clínica e da teorização
dos casos de abuso
sexual infantil*

a realidade e da produção de sentido, em um não fluir do tempo, na fragilização da continuidade e da ipseidade, no não saber, por momentos, quem sou, ou se estou vivo ou morto.

O material da lacuna, não processado, ativa-se por situações que corresponderiam ao tempo da ressignificação, no caso de um trauma neurótico em dois tempos², porém produzindo sintomatologia de borda, de desfecho penoso, e de certo modo novamente traumático.

Muito se apreendeu a partir da clínica e da teorização dos casos de abuso sexual infantil. O papel jogado pelo outro e pelos outros adquire, a partir dessas pesquisas, um lugar preponderante na conceitualização do trauma, deslocando para um segundo plano o fator quantitativo. Nessas situações traumáticas de abuso, a imposição da submissão corporal, a cumplicidade forçada, a transgressão de normas, o desconcerto e a humilhação induzem, em conjunto, a vivências confusionais em que é difícil estabelecer a diferença entre dentro e fora. Este estado se caracteriza por uma percepção sem consciência e por uma sensorialidade sem registro representacional. As vítimas parecem não se lembrar da aproximação abusiva e tentam se convencer de que não aconteceu³.

Se conseguirem revelar o ocorrido para outro adulto, e se esse adulto puder reconhecer o vivido, abre-se a possibilidade, para as crianças, de dar sentido ao acontecimento e introjetá-lo. Para isso é preciso contar com o investimento libidinal do outro, de um adulto capaz de empatia, de se sintonizar com as angústias infantis.

Para Ferenczi e para os analistas que deram continuidade à sua linha de trabalho, o impacto patógeno principal no trauma advém

deste segundo tempo, de recusa da realidade dos fatos por parte do objeto de confiança⁴. Se o entorno, necessário como fiador da vivência, responde com indiferença, não acolhe e ratifica os fatos, ignora-os ou os desmente parcialmente, culpabilizando a vítima, tornando-a a suspeita e desvalorizando-a, o acontecimento não será passível de um registro que possibilite sua elaboração. Isso toca a questão da impunidade e seu efeito – o estado trágico de solidão desamparada da vítima – diante da ausência de instâncias confiáveis de reconhecimento e apelação.

Há um ponto nuclear em relação ao papel do outro na gênese e na manutenção da vida psíquica e da subjetividade. O outro materno não apenas faz possível a vida do recém-nascido com a resposta a seu chamado, acudindo-o com a ação específica para satisfazer a necessidade. Cria-o como semelhante por meio do investimento libidinal, tornando possível a construção de um envelope narcísico que será fundamental para o sentimento de existência e continuidade. Oferece-se como objeto de amor, registra, nomeia e valida suas vivências, instala a confiança na relação de objeto.

Constituímos nosso eu, sua imagem, sua forma e seu valor a partir do olhar do outro, do outro em sentido amplo. O outro materno cumpre uma função de acolhimento e validação nessa experiência de autorreconhecimento que constitui a identificação com a imagem especular. Ponto de apoio para a instauração do supereu, este estará sobredeterminado pela herança arcaica da figura ou, mais precisamente, do olhar do pai despótico da horda primordial⁵, onipotente no poder de reconhecer ou ignorar, constituir ou destituir, valorizar ou desvalorizar, incluir ou excluir da horda, sendo decisivo para o destino de sobrevivência ou de aniquilação: nos agrupamentos humanos primitivos, a expulsão da tribo pode significar por si só uma condenação à morte. Este parece ser um núcleo duro presente no mais íntimo do psiquismo individual e coletivo, lugar de uma ambivalência nodal entre qualquer consistência identitária e essa mesma instância, exterior ou interior, de potencialidade aterrorizadora e destrutiva. Toda fragilização ou

ruptura dos laços sociais nos deixa mais expostos a sua ação destruidora.

Os traumas históricos afetam invariavelmente a autoconservação e a autopreservação identitária. Quanto mais adverso é o contexto relacional, maiores são a impossibilidade elaborativa, a clivagem e a instauração de defesas de tipo incorporativo. Frequentemente a autoconservação carrega como preço o sacrifício da autopreservação identitária, resultando na submissão a uma identificação com o agressor⁶.

Totalitarismo e catástrofe

Essa lógica complexa do traumático se magnifica nas catástrofes sociais históricas. Seu conhecimento pareceria ter sido a base da estratégia desenvolvida por todas as estruturas totalitárias e, no que nos toca de perto, pelas ditaduras latinoamericanas. Os traumas naturais e as enfermidades tendem a solidarizar o conjunto social. Os regimes totalitários o fragmentam para melhor controlá-lo e massificá-lo. O que se buscou nas ditaduras locais foi uma homogeneização massificante através do terror. Seu objetivo foi operar a limpeza ideológica, silenciar todo discurso crítico e todo dissenso político.

Justificando-se no combate à violência, o Estado criou a violência. Transgrediu a lei e a ordem. Impôs um medo sinistro, a ameaça de um perigo catastrófico, ao mesmo tempo que produzia um discurso centrado na paranoia e na culpa coletiva, que atormenta de fora e de dentro, promovendo processos de autodepuração.

A brutalidade exercida sobre as vítimas operou um efeito multiplicador sobre a totalidade do

2 S. Freud (1895), "La próton-pseudos histérica", p. 400.

3 L. Barbero Fuks (2008), "Consequências do abuso sexual infantil".

4 M. M. A. Moreno (2009), *Trauma: o avesso da memória*.

5 S. Freud (1921), "Psicología de las masas y análisis del Yo".

6 S. Bleichmar (2005), "Conceptualización de catástrofe social. Límites y encrucijadas".

7 V. A. Galli (1987), "A clínica psicanalítica durante e depois do terrorismo de Estado".

8 M. Viñar (2007), "Violencia política extrema y transmisión intergeneracional".

demolir o outro é arrancá-lo
de si mesmo, destruir toda
resistência que seja indício de um
pensamento que lhe pertence

tecido social. Buscou produzir vivências impossíveis de compartilhar, que não pudessem ser faladas, que anulassem toda possibilidade de significação ancorada sobre marcas de experiências de vida, projetos e valores referidos ao conjunto social, decretados como inadmissíveis⁷. Fabricou uma representação imaginária desse conjunto como se se tratasse de um corpo orgânico, biológico, ameaçado por seres estranhos e infecciosos, que pretendiam contaminá-lo e destruí-lo e que deviam ser aniquilados.

Marcelo Viñar afirma que, em seu modo de operar, a tortura vai muito além da crueldade e do mau trato físico e moral ao detento. Está cuidadosamente desenhada para destruir a constelação identificatória que constituiu, até então, a singularidade de um sujeito⁸. Em trabalhos que deixaram uma marca decisiva na elaboração teórica e na abordagem clínica, ele produziu o conceito de "demolição subjetiva". Demolir o outro é arrancá-lo de si mesmo, destruir toda resistência que seja indício de um pensamento que lhe pertence; é introduzir-se compulsivamente no mais recôndito e quebrá-lo, destruir algo que é mais profundo que seu pensamento, que é o núcleo de sua intimidade e de sua identidade. Em tudo isso é difícil encontrar a justificativa alegada – desde os tempos da repressão colonial sobre os movimentos de liberação – de obter informação, de obrigar a falar. A tortura é usada para produzir o silêncio.

Proibiu-se a associação em grupos, isolou-se o indivíduo, destruíram-se os vínculos. Mas o que se impunha, em primeiro lugar, era o silêncio, a ordem a obedecer era a de calar-se. Procurou-se promover novas concepções e valores na vida social. Recusar a existência de conflitos sociais.





*o papel do Sedes foi fundamental
para mim e para meus colegas
argentinos, como grupo
de acolhimento e reciprocidade*

Entregar-se ao efeito anestésico do consumo. Anular todo sentimento de empatia com o sofrimento do outro, cultivar um cinismo pragmático. Convalidar a impunidade. Esquecer o passado, desinformar os filhos, obturar suas perguntas. Mentir, recalcar, recusar. Mecanismos que se usaram também para acobertar a difusão da corrupção no manejo dos negócios privados e da coisa pública.

Heranças, transmissão e resistência

Na subjetividade dos filhos, esses fatos que afetam as figuras parentais como referência valorativa e identitária tornam-se inelaboráveis devido à impossibilidade de esclarecê-los ou de comunicá-los, não só pela proibição de tratar deles, mas principalmente pela vergonha que produzem. Isso afetará também a transmissão geracional ulterior. Nicolas Abraham e Maria Torok⁹ mostraram como a tendência à dissociação e à recusa originada na vergonha conduz à formação de certas inclusões tópicas paralelas denominadas “criptas”. Essas criptas contêm, incorporadas, tanto as marcas dos acontecimentos recusados, quanto os pensamentos e afetos que não puderam ser formulados ou abreagidos pelo sujeito; os gritos, protestos e impugnações sufocados e os prantos que tiveram que ser engolidos, e cuja recusa se reforça através de fantasias de incorporação. Os espaços crípticos funcionam como lacunas psíquicas no discurso, como não lugares, influenciando inclusive a geração subsequente, sobredeterminando sintomas inexplicáveis, fenômenos alucinatórios isolados ou episódios delirantes impossíveis de reconstituir na análise,

a menos que se faça um trabalho sistemático de rememoração familiar ou grupal conjunta¹⁰.

A estratégia política sustentada pela resistência contra a ditadura foi desmontar a distorção da verdade, opor-se ao esquecimento, unir-se, desafiar a repressão, encontrar aliados, dentro e fora do país, e criar dispositivos que permitissem transcender o trauma das perdas devastadoras e reencontrar a alegria ante vitórias muitas vezes pequenas, mas reconfortantes, na reconstrução de espaços mais humanos. Principalmente falar. Solidarizar-se com as vítimas, ouvir a dor, resgatar a dignidade.

O Instituto Sedes Sapientiae foi um desses espaços de resistência¹¹. Em plena ditadura, conseguiu albergar encontros organizativos para a defesa de presos e sequestrados; um lugar em que se podia pensar e falar, mesmo que fosse em surdina. Um lugar em que se podia superar a vivência do indizível, transmitir, intercambiar, fazer chegar denúncias ao exterior; e pôr, dessa maneira, um limite ao poder, começar a liberar-se da cultura do medo. Madre Cristina pode ser vista, em um filme gravado no comício das Diretas Já, dirigindo para a multidão as seguintes palavras: “Fala, Brasil! Fala com o voto! Fala denunciando os culpáveis, fala para que recebam o castigo que merecem!” E foi ovacionada.

O papel do Sedes foi fundamental para mim e para meus colegas argentinos, como grupo de acolhimento e reciprocidade. O exilado trata de elaborar, com as referências que traz consigo, algum sentido ligado a sua história pessoal. Concede-lhe, às vezes, a forma de um destino. No meu caso, os vínculos fortíssimos de solidariedade e amizade, que pude estabelecer com outros exilados, me faziam recordar uma palavra que meu pai usava em alguns encontros casuais, com certas pessoas frente às quais lhe sobrevinha uma afetividade e uma expressividade pouco conhecidas por mim: eram os *schifs-bridder*, os irmãos de navio, daquele navio em que haviam vindo da Europa para a América.

Lembrando disso, percebi também o sentido metafórico da expressão “estar no mesmo barco”: no Sedes, encontrei companheiros que “estavam

no mesmo barco”, com os quais foi possível unir-me para juntos iniciarmos outra etapa de nossa história, uma etapa que tinha continuidade com a anterior, mas que era nova.

Para o cuidado das vítimas e de suas famílias foi fundamental a constituição de grupos solidários, que incluíram psicanalistas. Grupos que visavam possibilitar a recuperação da confiança e proporcionar um acolhimento afetivo que, ao falar sobre o acontecido, as tornasse aptas a reconstruir o revestimento narcísico necessário à salvaguarda do eu de uma lembrança traumática¹².

Muitos dos trabalhos sobre a problemática da representação da catástrofe, especialmente a partir da literatura testemunhal sobre os campos de concentração, iniciam-se com uma afirmação bem dramática: não é possível narrar o terror, ele é irrepresentável, inenarrável. Primo Levi dizia que nossa língua não possui palavras para expressar a ofensa que significa a aniquilação de um homem. Ao mesmo tempo, é imperioso fazê-lo. Viñar afirma que quem viveu o horror tem que percorrer um difícil caminho de ressignificação que torne narrável sua experiência. Por muito tempo o sobrevivente desses traumas não consegue pensar. Só lambe suas feridas numa queixa interminável. Só poderá pensar caso se torne um narrador dessa experiência. E o narrador precisa de uma testemunha que o reconheça¹³. Estamos na mesma linha de Miriam Chnaiderman, quando a cineasta explica o que procura fazer com seus filmes. Propiciar, através

»
*Primo Levi dizia que nossa língua
não possui palavras para expressar
a ofensa que significa
a aniquilação de um homem*

do depoimento, uma quebra do assujeitamento da vítima à situação traumática.

Todas as situações e ações institucionais, sociais, clínicas – em que o narrador e a testemunha se façam presentes e a fala aconteça – têm um efeito de reparação simbólica, psíquica e social, pacificando a dor, abrindo novas vias para a elaboração.

No campo da justiça, a possibilidade de testemunhar se transforma em um direito que dá um respaldo fundamental para a passagem do sofrimento íntimo privado para o reconhecimento público, através de um ato de palavra que desemboca na produção de um ato de justiça¹⁴. Essa passagem é reparatória porque restitui ao menos uma parte da trama interna e intersubjetiva que foi lesada pelo trauma. Quando se efetiva um ato de justiça, abrem-se recursos novos para a elaboração do trauma histórico, tanto para a vítima como para a comunidade. Torna-se possível sair do estado jurídico danoso de falência das instâncias de apelação de efeito tão traumatogênico, gerado e perpetuado pela impunidade¹⁵.

René Kaës afirma que não há luto estritamente privado, porque, embora qualquer trabalho de luto envolva a intimidade e a singularidade de cada sujeito, ele se dá sempre sobre uma inscrição coletiva, social, cultural ou religiosa. Para isso estão os rituais e os enunciados sobre a origem, sobre a morte ou sobre a relação entre gerações, que servem de apoio para o trabalho do luto. Só que certas figuras da morte – a do assassinato, a do desaparecimento de pessoas – não podem ser tratadas pela psique como um luto normal. Implicam também a espécie, os vínculos genealógicos, os conjuntos

9 N. Abraham e M. Torok (1987), *A casca e o núcleo*.

10 S. Tisseron (1997), *El psiquismo ante la prueba de las generaciones*.

11 R. Cytrynowicz e M. Cytrynowicz (2006), *História do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*.

12 N. Caro Hollander (2000), *El amor en los tiempos del odio – Psicología de la liberación en América Latina*.

13 M. Viñar, *op. cit.*, mimeo, p. 11.

14 Em 29 abr. 2010, o STF rejeitou o pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por uma revisão da Lei da Anistia (Lei n. 6683/79), mantendo o perdão aos representantes do Estado acusados de praticar atos de tortura durante o regime militar, em decisão que contraria o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

15 G. Guillis e Equipo de Salud Mental-CELS, *“El concepto de reparación simbólica en el contexto jurídico del sistema interamericano”*.



os relatos de vários desses sobreviventes mostram como eles vão mais além do trabalho de rememoração e processamento das marcas dos traumas

transubjetivos, ou seja, os fundamentos narcisistas da continuidade da vida mesma¹⁶.

Poder começar a falar das perdas, pensar na morte dos seres queridos, possibilitará dar processamento a lutos que haviam ficado congelados. Inventar ritos íntimos de passagem da vida para a morte, e da morte para a vida, assim como outras formas de figuração, instaura a dimensão simbólica no fluir da existência. Instaura uma posição ética: a que se expressa pela vergonha e pela culpa dos sobreviventes.

Entretanto, os relatos de vários desses sobreviventes mostram como eles vão mais além do trabalho de rememoração e processamento das marcas dos traumas. Recriam-se a si mesmos através da escrita, da criação literária, teatral, da ação política em saúde mental, fundamentalmente na relação com os outros em práticas coletivas que incidem sobre a realidade e a transformam. Recriam-se como narradores e constituem um grupo em seu entorno, uma comunidade de ouvintes. No dizer de Kaës:

Uma rememoração compartilhada e comunicada é necessária para o esforço requerido para a criação da história. Para que essa experiência ocorra é necessário que se estabeleça a confiança. O traumatismo sofrido nas catástrofes sociais destrói a confiança e, pior ainda, transforma suas vítimas em estrangeiras de uma história da qual não podem apropriar-se¹⁷.

Trauma e subjetividade contemporânea

O que acontece com as novas gerações? As novas gerações não conheceram o terror militar. Nasceram e cresceram, ou estão crescendo, dentro

de um marco democrático que implicou grandes momentos de construção da cidadania que contribuíram para o restabelecimento da confiança – momentos como o das Diretas Já ou do processo coletivo que derivou no *impeachment*.

Conheceram algo do terror econômico, mas também nesse terreno se produziram avanços que garantiram períodos prolongados de estabilidade. Entretanto coube a eles viver, como todos nós, os efeitos do mundo neoliberal, cheio de mazelas e ilusões de papel machê. O laço social que predomina hoje está ancorado subjetivamente no fetichismo consumista, no fascínio midiático e na recusa tecnologizada da dor e do sofrimento. Acrescenta-se a esse quadro uma modalidade de gestão tecnocrática indiferente e desafetada no que se refere à chamada “questão humana”¹⁸ assim como processos de medicalização crescente, de impacto igualmente dessubjetivante.

Um dos traços peculiares desse tipo de gestão da subjetividade coletiva é que prescinde de toda temporalidade e de toda história. Tudo isso sobre o pano de fundo de uma exclusão social que se começa a debelar, não sem dificuldades, e um grau crescente de violência cotidiana que tem, por momentos, toda a cara de uma herança ditatorial não resolvida.

Torna-se urgente, desse ponto de vista, um trabalho de reconstrução da memória e de historicização que dê apoio à transmissão geracional e que seja, ao mesmo tempo, um fator de resistência contra a opressão dessas novas formas do poder.

Uma das questões que estão em jogo – e que esse contexto social tende a facilitar –, é uma redução do que se costuma denominar como “vida interior”, assim com uma retração e um empobrecimento da intersubjetividade que lhe é inerente. Em *Infância e História*, Giorgio Agamben¹⁹ nos lembra que, já em 1933, Walter Benjamin havia diagnosticado com precisão essa “pobreza da experiência” da época moderna; assinalava as causas da catástrofe na guerra mundial, de cujos campos da batalha

as pessoas regressavam emudecidas... não mais ricas e sim mais pobres em experiências compartilháveis...

Porque jamais houvera experiências tão desmentidas como as estratégicas pela guerra de trincheiras, as econômicas pela inflação, as corporais pela fome, as morais pelo tirano. Uma geração que havia ido à escola em bondes puxados por cavalos, estava de pé sob o céu numa paisagem na qual somente as nuvens continuavam sendo iguais e em cujo centro, num campo de forças de correntes destrutivas e explosões, estava o frágil e minúsculo corpo humano²⁰.

Contudo – continua Agamben – “hoje sabemos que, para efetuar a destruição da experiência não se necessita em absoluto de uma catástrofe; basta perfeitamente para isso a pacífica existência cotidiana em uma grande cidade”.

Ouvindo o relato do primeiro dos *Sobreviventes* entrevistados no filme de Miriam Chnaiderman²¹, que se transforma em narrador e testemunha do massacre do Carandiru²², perguntei-me o seguinte: não aparece de novo, em seu relato, a figura desse frágil e minúsculo corpo humano do texto de Benjamin, submetido agora, em sua nua concretude, a todo tipo de humilhações e crueldades? E esse mesmo corpo não é o que reaparece, anos depois, nas fotografias que vazaram de Abu Ghraib? Mas que corpo é esse?

16 R. Kaës (1991), “Rupturas catastróficas y trabajo de la memoria. Notas para una investigación”, p. 160.

17 R. Kaës, *op. cit.*, p. 162.

18 Referência ao filme “A questão humana” (França, 2007), dirigido por Nicolas Klotz e premiado na Mostra de Cinema de São Paulo do mesmo ano.

19 G. Agamben (2007), *Infancia e Historia*, Traducción Silvio Mattoni, p. 8.

20 W. Benjamin *apud* G. Agamben, *op. cit.* (2007).

21 M. Chnaiderman e R. Pinheiro, *Sobreviventes*. Documentário, 2008. 52 min. DVCAM.

22 Elio Ferreira, autor de assalto, foi condenado a prisão de 5 anos e 4 meses em regime semiaberto, sofrendo no entanto reclusão no Carandiru. Durante a invasão da PM, foi ferido de bala no peito, mas pôde sobreviver escondido entre os corpos de companheiros mortos. Relata também haver sido submetido, junto aos outros presidiários, a experiências humilhantes, tais como serem obrigados a ficar todos nus e a encenar contatos sexuais entre eles.

23 G. Agamben (2002), *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. I. P. Endo, “O sujeito imaculado na sociedade privatizada: psicanálise e política em torno de Totem e Tabu”.

24 Responsável pela invasão da Polícia Militar de São Paulo ao Complexo Penitenciário do Carandiru em 1992. Acusado de homicídio, é condenado, em junho de 2001, por 102 das 111 mortes. Julgado recurso por Órgão Especial do TJ de São Paulo, em 16 jun. 2006, há revisão do falho condenatório por conter equívoco, sendo em consequência absolvido.

»
existem traumas e traumas.

É o que explica com toda lucidez

Elio Ferreira, nosso narrador

É um corpo sobre o qual não pousam nem as normas estabelecidas pelas leis internacionais de guerra, nem os dispositivos que regulam a convivência coletiva numa sociedade democrática. É o corpo do *homo sacer*, da “vida nua”²³.

Existem traumas e traumas. É o que explica com toda lucidez Elio Ferreira, nosso narrador. “Todo mundo tem um fracasso na vida. Eu fiz uma besteira e fui parar na cadeia, condenado a cinco anos de reclusão em regime semiaberto”. Um fato penoso, algo duro de engolir, de elaborar. Mas só quando entra na prisão é que começa “a desgraça”. “Desgraça” é a palavra que, em seu relato, designa o trauma maior, o da catástrofe social, o trauma histórico.

A desgraça começou quando entrou na Penitenciária do Carandiru, porque a norma estabelecida pela lei – reclusão em regime semiaberto – não se cumpria, nem para ele nem para muitos outros. Em lugares assim, em espaços em que, ao que parece, está suspensa toda lei e toda norma em referência a essa mesma lei – o que Agamben chama de “estado de exceção” – em um espaço assim, tudo pode acontecer. E aconteceu. E, pelo que vem aparecendo nos jornais, volta a acontecer, dia sim, dia não. A palavra que designa hoje, no discurso cotidiano do poder disciplinar, na cidade em que vivemos, o indivíduo que pode ser tratado como *homo sacer* é a palavra “vagabundo”. Com um “vagabundo”, qualquer policial militar, chame-se Coronel Ubiratan Guimarães²⁴ ou como quer que se chame, pode fazer “soberanamente” o que bem entender. Pode matá-lo se for o caso, um por um como costuma acontecer, ou cento e onze de uma vez como aconteceu, por “desgraça”, aquela vez no Carandiru.

Referências bibliográficas

- Abraham N.; Torok M. (1987/1995). *A casca e o núcleo*. Trad. Maria José R. Faria Coracini. São Paulo: Escuta.
- Agamben G. (2007). *Infancia e Historia*. Trad. Silvio Mattoni. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, p. 8.
- _____. (2002) *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Edições UFMG.
- Bleichmar S. (2005). Conceptualización de catástrofe social. Límites y encrucijadas. In D. Waissbrot et al. *Clínica psicoanalítica ante las catástrofes sociales: la experiencia argentina*. Buenos Aires: Paidós, p. 35-51.
- Caro Hollander N. (2000). *El amor en los tiempos del odio – Psicología de la liberación en América Latina*. Trad. Arturo Firpo. Buenos Aires: Homo Sapiens.
- Chnaiderman M.; Pinheiro R. *Sobreviventes*. Documentário, 2008. 52 min. DVCAM.
- Cytrynowicz R.; Cytrynowicz M. (2006). *História do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*. São Paulo: Narrativa Um.
- Endo P. (2005). O sujeito imaculado na sociedade privatizada: psicanálise e política em torno de Totem e Tabu. Trabalho apresentado no IV Encontro Latinoamericano dos Estados Gerais da Psicanálise. São Paulo, nov. 2005.
- Freud S. (1895/1996). La proton pseudos histérica. In Proyecto de psicología, *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, vol. I, p. 400.
- _____. (1921/1996). Psicología de las masas y análisis del Yo. In *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, vol. XVIII, p. 67-136.
- Fuks L. B. (2008). Consequências do abuso sexual infantil. In *Narcisismo e vínculos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, p. 185-217.
- Guilis G. e Equipo de Salud Mental-CELS. (2005). El concepto de reparación simbólica en el contexto jurídico del sistema interamericano. Trabalho apresentado no IV Encontro Latinoamericano dos Estados Gerais da Psicanálise, São Paulo, nov. 2005.
- Kaës R. (1991). Rupturas catastróficas y trabajo de la memoria. Notas para una investigación. In J. Y. Puget; R. Kaës (orgs.). *Violencia de Estado y Psicoanálisis*. Trad. Janine Puget. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, p. 160.
- _____. O Intermediário na Abordagem Psicanalítica da Cultura, *Psicologia USP*, 2003, 14(3), 15-33.
- Klotz N. (2007). *A questão humana*. Longa-metragem, França, 2007. Premiado na Mostra Internacional de Cinema de São Paulo do mesmo ano.
- Moreno M. M. A. (2009). *Trauma: o avesso da memória*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo. 168 p.
- Tisseron S. (1997). *El psiquismo ante la prueba de las generaciones*. Trad. Mirta Segoviano. Buenos Aires: Amorrortu.
- Viñar M. (2007). *Violencia Política Extrema y Transmisión Intergeneracional*. Conferência em Fondation de Nant Laussana y Vevey.

Trauma and desubjectivation

Abstract The psychoanalytic concept of psychic trauma allows us to analyze the effects that totalitarian regimes and state terrorism have on individual and collective subjectivity, as well as its “heritage” in the next historical period. The internalization of violence, aggravated by disavowal and the failure of any recognition or appeal, leads to important processes of desubjectivation. In this context, acts of resistance and acts of affective and symbolic shelter to the victims become relevant. Restablishing trust, remembering, promoting the experience of testimony as well as the acts of justice that put an end to impunity can, thus, atone individual, familial and social subjective tissue.

Keywords Psychic trauma; disavowal; catastrophe; atonement; testimony.

Recebido em: julho de 2014.

Aprovado em: setembro de 2014.

Afinal, o que faz um psicanalista na Clínica do Testemunho?

Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi

Resumo Este texto testemunha uma prática psicanalítica na Clínica do Testemunho no Instituto Projetos Terapêuticos, em São Paulo. Como prática inserida num programa de reparação para vítimas da violência de Estado da Comissão da Anistia, essa clínica tem suas especificidades. A proposta terapêutica consiste na criação de espaços intermediários que permitam o trabalho de recuperação e criação de uma rede de representações e traços de memória que possam restituir lugar na história do sujeito para aquilo que está marcado como um trauma e que se apresenta pelo imperativo da dor, do silêncio e do desmentido.

Palavras-chave violência; laço social; desmentido; dor; testemunho e linguagem.

Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, coordenadora do Núcleo de Atendimento de Famílias no *Projetos Terapêuticos* e membro da equipe clínica da Clínica do Testemunho no Instituto Projetos Terapêuticos.

Minha memória está se movendo como estilhaços do amado caleidoscópio que perdi, menino, em Vila Isabel.¹

Em tempos de Comissão da Verdade, vários de nós, revolvidos pelos afetos e imagens do terror daquela época, fomos convocados a falar, escrever, pesquisar e escutar – fazer algo com os *porões* de nossa memória, tal como o poeta Aldir Blanc.

Este texto é um testemunho de uma psicanalista que pensa a psicanálise como uma práxis em seu tempo e que escolheu a Clínica do Testemunho como caminho de construção de uma memória que nos pertence a todos.

Já são 50 anos do golpe no Brasil e 40 da sistematização da doutrina de Segurança Nacional, verdadeira “arquitetura de exceção”² projetada pela ditadura civil-militar. O Estado de Exceção³ no Brasil “destruiu livros e documentos, invadiu *campi* universitários, proibiu leituras de obras e de autores considerados antifascistas, socialistas, comunistas entre outros. Censurou textos, livros, letras de músicas, peças de teatro, e criou a função de censor, em redações de jornais e em veículos de comunicação; legitimou a delação, a espionagem entre vizinhos, a escuta telefônica e criou um clima de suspeição, incômodo e de vigilância permanente. Principalmente, instituiu a pena de morte por fuzilamento e o banimento do solo brasileiro. Não instituiu legalmente duas figuras trágicas, que, se legalizadas, colocariam explicitamente o país na contramão das Convenções de Genebra: a autorização para a tortura e o desaparecimento forçado dos opositores capturados”⁴.

1 A. Blanc: “Em busca da justiça”. Disponível em: <<http://www.oabrj.org.br/artigo/3130/.2012>>.

2 M. A. A. C. Arantes, “A tortura no Brasil durante a ditadura civil-militar”, in *Tortura*, p. 123.

3 Estado de exceção é um conceito de G. Agamben: “um patamar de indeterminação entre a democracia e o absolutismo”. Agamben *apud* M. A. A. C. Arantes, *op. cit.*, p. 123.

4 M. A. A. C. Arantes, *op. cit.*, p. 129.



*paralela, mas correlata
à pseudolegalidade, a ditadura
civil-militar organizou uma verdadeira
máquina de demolição
dos seus opositores: a ordem era
eliminar os inimigos em todas
as dimensões – assassinar, torturar,
desumanizá-los, mantê-los apartados
do corpo social para que o crime
não deixasse vestígios*

104

PERCURSO 52 : junho de 2014

A lei como impostura, a pseudolegalidade, acarreta até hoje efeitos na sociedade brasileira.

Paralela, mas correlata à pseudolegalidade, a ditadura civil-militar organizou uma verdadeira máquina de demolição dos seus opositores: a ordem era eliminar os *inimigos* em todas as dimensões – assassinar, torturar, desumanizá-los, mantê-los apartados do corpo social para que o crime não deixasse vestígios.

A violência do crime sob a tutela do Estado se reitera por seu desmentido, apagando os registros e as provas de sua realidade, destruindo a memória não só nos sujeitos um a um, mas na sociedade como um todo, suprimindo os índices de confirmação que compõem nosso juízo de existência.

Nos últimos anos, nos escritos acadêmicos e mesmo em algumas publicações oficiais, já encontramos registros da estrutura dessa arquitetura, assim como de seus efeitos, as perdas e as sequelas provenientes dessa política de Estado. Porém, somente nos últimos meses, em função das Comissões da Verdade⁵ e dos eventos ligados aos 50 anos do Golpe, o discurso social tem sido interrogado pelo cinema, pela literatura e até mesmo por reportagens jornalísticas na forma de testemunhos.

O testemunho, como trabalho de construção de memória, “ao confrontar a humanidade com sua parte maldita e chamar a atenção para a posição ética que consiste em transmitir o indizível se tornou, se assim posso dizer, a forma privilegiada de narrar uma experiência qualificada de intransmissível, justamente por aqueles que tentam transmitir-la”⁶. Tomado como conceito, desde a metade do século xx em função das catástrofes históricas desse período, o testemunho tem sido objeto de estudo tanto em seu aspecto jurídico como literário e histórico. Certamente todos estes aspectos se entrelaçam e são interdependentes.

Este texto busca fazer um recorte, um relato sobre a experiência da Clínica do Testemunho como uma prática de reparação subjetiva, que tem como eixo um trabalho com a construção de memória. Entre os que viveram diretamente a ditadura, seus filhos e netos há, pelo menos, três gerações, todas marcadas com diversas impressões por esses episódios. Impressões que impelem a buscar algum trabalho de restauração. A clínica tem nos mostrado que isso quer ganhar palavras.

São muitos os resquícios do medo, do silêncio e dos desaparecimentos. Restos impressos naqueles que viveram os tempos de cisões e omissão. Nas novas gerações, a invasão desses estilhaços manifesta-se na profusão de fenômenos que parecem invadir como dor, ferida sem palavras, lesão, desarranjo que sangra, ostentação de excesso, acompanhados de um aparente *des-caso* com a história.

Até recentemente, as narrativas referentes a toda violência ficavam restritas a denúncias de alguns grupos de familiares de mortos ou desaparecidos ou a ex-presos políticos que conseguiam se manifestar em grupos dedicados à manutenção da memória⁷. Estes, num esforço reiterado, falam e reivindicam da sociedade e do Estado medidas para que não se esqueça. Uma atividade de rememoração sem descanso na apresentação da dor, que atesta os danos subjetivos, demonstração que por sua própria necessidade de recorrência dá testemunho da dimensão de estrago no laço social.

No discurso corrente, é como se nada tivesse acontecido ou como se o acontecido fosse pouco importante, consistisse em episódios esporádicos referentes a alguns grupos de *subversivos e terroristas*. Os órgãos de imprensa costumeiramente representam essa posição, com artigos e editoriais que consideram *ressentimento* ou *vingança* as iniciativas de recuperação da verdade dessa história. Até a cínica expressão *dita-branda* foi usada como se fosse uma verdade. Grande parte da população não sabe, não quer saber ou não acredita que tais atrocidades tenham sido cometidas em nome da segurança nacional. E isso se repete...

Mais do que qualquer outro texto autobiográfico, o testemunho é uma apóstrofe, um endereçamento a um outro, que representa a comunidade humana da qual a testemunha foi isolada num determinado momento de sua existência pelo acontecimento que testemunha. Quando uma testemunha toma a palavra é para afirmar o irreduzível de uma experiência, ao mesmo tempo que é para reatar os fios de uma vida interrompida por essa experiência que a transformou radicalmente. Nesse sentido, podemos dizer que o testemunho se torna uma necessidade quando houve ruptura do laço social⁸.

A marca da violência se inscreve como um *pacto* que se arma no silêncio pelo terror que dissemina. A tortura faz calar⁹! A sujeição ao silêncio não se restringe ao torturador e torturado, mas a toda a sociedade. O saber da tortura paira como um saber impedido de ser dito, a princípio por uma ameaça explícita, depois pelo desmentido no discurso social. Há uma dimen-

5 Comissão Nacional da Verdade (CNV) é o nome de uma comissão brasileira que tem por objetivo investigar violações de direitos humanos, consideradas graves e ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil por agentes do Estado. Há também as comissões de âmbito estadual, municipal, de órgãos de classe e universitárias, que foram instituídas como desdobramento político da instituição da CNV.

6 C. Koltai, "O testemunho entre História e Psicanálise", p. 1.

7 Memorial da Resistência, Associação dos Ex-presos políticos, Comissão de Justiça e Paz, Organização Tortura Nunca Mais e outras organizações da sociedade civil.

8 R. Waintrater, *Sortir du génocide – témoignage et survivance*.

9 F. Sironi, "Introdução", in *Carrascos e Vítimas – Psicologia da tortura*, p. 19.

10 M. A. A. C. Arantes, *op. cit.*

»
*como uma prática própria
das relações de poder não
submetidas às leis da civilidade,
a tortura é uma tecnologia que
pretende reduzir a pessoa
humana de seu inimigo à morte
ou a uma condição
de vivente constrangido
ao limiar da vida biológica*

são insuportável no encontro com esse saber: o que foi vivido fica apartado do aparelho psíquico, recusado ou enquistado. Resta a dor como testemunho, efeito da comoção, da perda da trama de linguagem, perda dos enunciados que fazem referência e sustentam a existência.

Sim, a tortura é um crime demasiadamente humano¹⁰, mas ela visa desconstruir justamente o trabalho de humanização que a cultura imprime em cada um, dizimando as redes de sustentação subjetiva. Como uma prática própria das relações de poder não submetidas às leis da civilidade, é uma tecnologia que pretende reduzir a pessoa humana de seu *inimigo* à morte ou a uma condição de vivente constrangido ao limiar da vida biológica, a uma vida em que os sonhos e a realidade psíquica ficam devastados.

Há muito de indizível na inumanidade em que se encontram os que têm negada a sua condição de sujeito social. Na radicalidade da privação, da intensidade da dor, os viventes submetidos às piores atrocidades sofrem a ruptura da conexão entre o ser vivo e o ser que fala, restando ao sujeito psíquico a condição de suspensão. Na prática da tortura, a palavra é pervertida em sua função e reduzida à dimensão de insulto, por



anistia vem do grego e do latim tardio e remete à amnésia ou esquecimento. Partimos de algumas variações sobre o mesmo tema, vetorizadas pelos termos verdade, memória, lembrança e esquecimento, para pensar o que a psicanálise tem a ver com isso. É certo que não se trata de uma cura psicanalítica, mas de pensar essa clínica em termos psicanalíticos

106

PERCURSO 52 : junho de 2014

parte do torturador, e de “confissão” ou “delação”, por parte do torturado.

O trauma decorrente de tal violência separa a vida em duas partes: antes e depois. Só que aquele que respira depois não é o mesmo de antes. Um morreu, outro fica em seu lugar. Um outro que transita pelo mundo como que em estado de sonambulismo, como bem sugere o texto de Jorge Semprun¹¹. Há que se criar uma nova vida! Aquele que adentrou a “sucursal do inferno”¹² atravessa a experiência da morte! O sobrevivente é aquele que estaria destinado a morrer, mas não cumpriu esse imperativo por inteiro. É aquele que não se reconhece no que era antes do trauma e que teve que constituir outra vida.

Afasta de mim esse cale-se!¹³

A Clínica do Testemunho é um trabalho terapêutico, que visa à reparação psicológica das vítimas da violência de Estado. Faz parte dos programas de justiça de transição, uma iniciativa da Comissão da Anistia¹⁴. Sua proposta de reparação consiste num trabalho de elaboração da memória, aparente paradoxo, já que o termo

anistia vem do grego e do latim tardio e remete à amnésia ou esquecimento.

Partimos de algumas variações sobre o mesmo tema, vetorizadas pelos termos verdade, memória, lembrança e esquecimento, para pensar o que a psicanálise tem a ver com isso. É certo que não se trata de uma cura psicanalítica, mas de pensar essa clínica em termos psicanalíticos. Como produção subjetiva, de que verdade se trata? Como falar a verdade? Como é possível esquecer o que não pode ser lembrado e admitido pelo saber compartilhado?

A posição do analista na Clínica do Testemunho é a de suportar um encontro com os efeitos de devastação que a função da linguagem sofreu e a consequente impossibilidade de o sujeito se situar em relação a essas terríveis experiências.

A clínica parte do acolhimento das dores, dos afetos, dos signos, das palavras isoladas, e acompanha as intenções e os movimentos que podem promover a passagem daquilo que aparece cravado na carne como um signo, a um saber mais subjetivado.

Maria, após dias de tortura, foi jogada numa solitária fria, sem nenhuma condição de higiene, dias e noites sem que a luz ou qualquer outro sinal fizesse referência à passagem do tempo, além de um prato de comida que era ali depositado. Para suportar, *conversava* com os filhos. João, nos intervalos das sessões de suplício, falava sem parar a noite toda. Mal podia dormir e não deixava dormir os que dividiam a cela com ele¹⁵. Falar e falar, mesmo que freneticamente, era a forma que ganhava a resistência à morte e à desumanização.

“As pedras gritarão”¹⁶!

O horror não era o mal, não era a sua essência, pelo menos, era apenas a sua roupagem. Poderíamos passar horas depondo sobre o horror cotidiano sem tocar no essencial da experiência do campo.¹⁷

A Clínica do Testemunho encontra o mutismo ou a opacidade do horror, que faz surgir no

espaço grupal e no aparelho psíquico do analista ressonâncias que fazem eco ao fenômeno da dor. Não é que não se fale. Fala-se bastante, mas a proximidade com o traumático é sentida pelo índice de dor. A dor como um afeto no entrelaçamento pulsional, fazendo-se limite, ora prestando-se à ação silenciosa da insistência da pulsão de morte, ora enlaçando-se à pulsão de vida, bordejando, contendo, protegendo. Como fenômeno de borda entre o corpo e o psiquismo, entre a linguagem e o mutismo, a dor aparece em sua função de defesa. Defesa da comoção, última barreira no encontro com a loucura e a morte.

Juan David Nasio, em *O Livro da Dor e do Amor*¹⁸, recorre a uma alegoria para pensar o lugar do analista quando as palavras estão em suspenso, quando estamos diante dos gritos dos nossos pacientes. Toma emprestada a experiência estética diante da tela *Head IV* de Francis Bacon e as impressões que ela produz. Essa tela faz parte de uma longa série, um estudo muito atormentado e empenhado sobre o quadro *Inocência X*, de Velásquez, datado de 1650. Bacon insere um grito seco no lugar do sorriso intrigante retratado por Velásquez. Sua pintura chama a atenção pela precisão de expressão de um grito surdo, um grito de silêncio, um grito que absorve. Nasio relaciona a figura da absorção ou da aspiração desse grito com a ideia freudiana da melancolia,

»
*na clínica com os efeitos
do trauma, ou do que Freud
chamaria de neurose
traumática, o analista está
diante dos fenômenos
de limite no humano, diante
da dor do grito mudo*

“como uma hemorragia interna provocada por uma aspiração violenta”¹⁹.

O horror é o que resta e ressoa como impacto naquele que contempla a obra. Assim como acontece com quem está no lugar de testemunha do testemunho, de escuta dos efeitos da violência e da barbaridade!

Na cura psicanalítica, no trabalho com a neurose de transferência, embalado pela malha do princípio do prazer e da associação livre, o analista está em posição de interrogar-se e até mesmo de interpretar. Na clínica com os efeitos do trauma, ou do que Freud chamaria de neurose traumática, o analista está diante dos fenômenos de limite no humano, diante da dor do grito mudo. Há que se renunciar às interpretações, mas também ao ideal de historiador. Para escutar, às vezes temos que saber não ouvir a narrativa dos fatos, das atrocidades às quais ficou submetido aquele que fala agora.

Há que se fazer algo além. Antes de tudo, é preciso criar condições para o trabalho de figurabilidade daquilo que pode constituir uma referência subjetiva. É preciso ver, reconhecer e conter. É preciso ter escudo, espada, sandália alada, sacola mágica e capacete, ser invisível para

11 J. Semprun, *A escrita ou a vida*.

12 Nome dado pelos próprios torturadores à OBAN, in L. D. Duarte-Plon e C. Meireles, *Um homem torturado; nos passos de Frei Tito de Alencar*.

13 Cálice/Cale-se: homofonia do título de uma canção de Chico Buarque e Gilberto Gil, censurada em 1973.

14 A Comissão da Anistia faz parte do Ministério da Justiça e tem como função julgar os processos de pedido de reparação aos que tiveram seus direitos civis violados pelas perseguições políticas na ditadura. Há, pelo menos, 70.0000 processos entre os já julgados e os ainda em julgamento na Comissão da Anistia.

15 Vários relatos escritos e falados descrevem situações semelhantes. Os nomes aqui são fictícios.

16 J. C. Rolland, *Soigner, témoigner*.

17 J. Semprun, *op. cit.*, p. 92.

18 J. D. Nasio, *O livro da dor e do amor*.

19 J. D. Nasio, *op. cit.*, p. 155.



Fernando, “obstinado monge das catacumbas, anotava em papel de seda, em letras microscópicas, o que via e vivia”. Muitas vezes escrevia e destruía o que tinha escrito. Medida de segurança? Encontro com o insuportável?

108

PERCURSO 52 : junho de 2014

abordar o monstro pela transversal. Há que se posicionar como aquele que olha a Górgona pelo reflexo espelhado do escudo.

Diante das situações limite, no auge da dor e da angústia, cabe àquele que acolhe o testemunho *emprestar* seu aparelho psíquico, suportado pela malha de representações do grupo, como espaço intermediário, para visualizar ou até alucinar alguma fantasia na transferência. *Alucinação* que, como fenômeno da atividade imaginativa do analista, como efeito do testemunho, pode suscitar a criação de traços e imagens vívidas, traços e representações transmitidas no trabalho de *ensonhamento*²⁰ no grupo. Trabalho de transmissão intrínseco ao funcionamento das representações, com suas condensações e deslocamentos. A crueza das dores ou as imagens lancinantes que invadem o sujeito podem encontrar imagens, sons, trabalho de composição de *lembranças encobridoras*, catalisadas pela configuração de um objeto compartilhado.

A função intermediária do grupo, da cocorodenação, da escuta da equipe de analistas²¹, dá lugar a diversos registros, próprios do aparelho de memória. Nesse traçado, que vai do grito seco à visibilidade, à representação de um objeto, alguma

coisa pode ficar de fora, criar intervalo e não dito, sem que se fique condenado ao mutismo.

Falamos de um trabalho de *cultura*, da criação de malhas discursivas, separando os sujeitos do lugar de presentificação do horror. O trabalho de tecer diferentes expressões diante de alguém que está arrebatado na petrificação significativa sem a mediação das figuras de linguagem.

Trata-se de uma luta e de um luto para que aquilo que é figurado faça barreira de contato, contorno e véu, podendo soar como uma nota musical, uma cor, um ritmo, um cheiro, um fonema. Disso se faz um resto.

Fernando, “obstinado monge das catacumbas, anotava em papel de seda, em letras microscópicas, o que via e vivia”²². Muitas vezes escrevia e destruía o que tinha escrito. Medida de segurança? Encontro com o insuportável? Muitos papéis e escritos foram guardados por anos. Com a ajuda de um amigo, reencontra suas anotações, e publicam um livro.

Para psicanálise, o sujeito é aquele que pode esquecer²³

O trabalho de recuperação da memória

faz com que não haja nada de mais pessoal, de mais íntimo e mais secreto do que a memória, mas que as memórias de uns e de outros, entre parentes, vizinhos, estrangeiros, refugiados – e também adversários e inimigos – estejam incrivelmente enredadas umas nas outras ao ponto de, às vezes, já não se distinguir nas nossas narrativas o que é de cada um: as feridas da memória são, simultaneamente, solitárias e partilhadas. Esse trabalho é um trabalho de luta e corre o perigo da repetição; essa forma de repisar as humilhações – mas também as ações heroicas, o que impede o verdadeiro trabalho da memória que não se limita à caça dos fatos²⁴.

Mais uma vez, vale insistir que um dos elementos mais importantes na manutenção do efeito traumático da experiência da tortura,

do banimento, do exílio e da clandestinidade é o desmentido do discurso social que confina a violência, o terror, a uma esfera de âmbito privado. Nesse sentido, o fora, o outro, não é confiável. Encontrá-lo é sempre o encontro com o estranhamente familiar. Fica-se desoladamente só ou se faz um pacto de recusa de sua própria experiência, como uma defesa, um simulacro de proteção. Rejeição que muitas vezes foi o único recurso para sair da sobrevivência e criar uma “outra vida”, mas que, por sua persistência, constituiu-se na manutenção do mandato de morte!

Aliás, esse é um dos efeitos mais aterradores dessa máquina de demolição: os sujeitos foram expostos a tal condição de dor, de frio intenso, de escuridão, de abandono, que sobrevém a ruptura da aliança com seu próprio corpo, a erosão do si-mesmo. É certo que muitos puderam se recompor, se refazer na convivência com companheiros no cárcere, como nos contam os que falam das relações de apoio entre eles e de suas atividades de artesanato, estudo e escrita. Porém, como bem disse Marcelo Viñar, “a barbárie totalitária compreendeu bem o saber psicanalítico e utilizou métodos muito bem elaborados que levam em conta esta verdade originária: a primazia da relação do homem com seu corpo”²⁵ e a dependência desse laço com o outro.

Como efeito de tal devastação, há uma perda brutal de confiança no mundo e no semelhante. Isso aparece no profundo isolamento, nos relatos, no modo como se fazem presentes, ou ainda na

20 René Kaës, apoiado na tese de D’Anzieu, propõe pensar o trabalho em grupo como um espaço onírico, onde o inconsciente se inscreve em vários registros, em várias linguagens.

21 A Clínica do Testemunho no Instituto Projetos Terapêuticos tem uma equipe com oito psicanalistas, sendo eles: Cristina M. E. Herrera, Issa Mercadante, M. Beatriz Vannuchi, Maria Marta Azzolini, Pedro Tavares Antunes, Rodrigo Blum, o coordenador, Moisés Rodrigues da Silva e, como interlocutora teórico-clínica, Caterina Koltai. A clínica se organiza com um grupo de atendimento, em torno do qual se articula o projeto clínico, acompanhado de intervenções de atendimentos familiares, individuais e mesmo medicamentosos. Trabalhamos em coterapia nos grupos e famílias.

22 F. Betto, *Diário de Fernando*, p. 12.

23 C. Garcia, “História e Psicanálise”, p. 42.

24 P. Riqueur, “O bom uso das feridas da memória”, p. 2.

25 M. e M. Viñar, *Exílio e tortura*, p. 46.

»
*a sensibilidade à flor da pele
para a desqualificação de seu
testemunho se dá, justamente,
porque em geral ninguém quer ouvir.
Qualquer um que se coloque
no lugar de saber é revestido
de desconfiança*

hesitação da busca de reparação, manifestações que atestam a desconfiança e a desolação do profundo abandono social a que foram relegados.

O analista ou terapeuta que se fizer presente em nome do *bem* ou do *saber* ou da *ciência* será rejeitado e reproduzirá a ruptura por se colocar como alvo da desconfiança ou mesmo do ódio. Aliás, não há saber que dê conta! Dispor-se ao encontro com os efeitos do *pior* consiste em deparar com seus efeitos no cerne da transferência, tanto com a equipe de atendimento, como com o próprio grupo, ou a clínica como um todo.

Muitas vezes, surgem nos relatos figuras de *outros terapeutas* que escutaram seu sofrimento em busca de alguma patologia em sua narrativa. A sensibilidade à flor da pele para a desqualificação de seu testemunho se dá, justamente, porque em geral ninguém quer ouvir. Qualquer um que se coloque no lugar de saber é revestido de desconfiança.

Contudo, aquilo que constitui o testemunho mais trágico dessa experiência é a incorporação da loucura incutida pela *língua do torturador*, solapando e buscando destruir as possibilidades de restauração subjetiva e o acesso à vida viva. O efeito de ruptura promovido pelo terror não só



*a morte como uma assombração
muitas vezes retorna em eventos
acidentais, doenças e episódios
melancólicos. Isso se reapresenta
também pela figura da ruptura,
pela desarticulação do laço, pela
repetição do que, no decorrer
da vida de cada um, ficou como
marca da impossibilidade
de ligação com o outro*

110

PERCURSO 52 : junho de 2014

pretende a demolição das representações com as quais o sujeito se identifica, o que intensifica o desamparo, mas busca introduzir, por meio do ódio, o carrasco na pessoa de sua vítima.

Durante a noite sou acometido de alucinações auditivas. Vozes múltiplas me chamam pelo nome e impõem ordens. Todos os meus pensamentos e ideias parecem continuamente captados e gravados a distância. ...são imagens díspares, fugazes, terrificantes, traços necrófilos de perfis indefinidos; porém assustadores. E elas impedem que o sono me vença²⁶.

“Como contornar a lógica da tendência se o sabotador, com toda a sua malícia, instalou-se dentro da cabeça, enfiou-se no interior do interior, sugando os esforços e comprometendo a objetividade do pensamento?” Como fazer fluir a memória se as grades estão nela ainda “duramente plantadas”, “grades que continuam imaginárias, a me comprimir o cérebro?”²⁷

É importante sublinhar que não estou me referindo à loucura como efeito psicopatológico no torturado, pois isso seria patologizar a experiência subjetiva daquele que foi submetido ao terror, dar continuidade aos intentos da tortura.

Ao contrário, falo dos efeitos do implante da patologia do torturador, que invade com a incrustação da culpa, da vergonha, e com a presentificação de seus insultos e vozes perfurantes, aos quais os corpos e almas foram submetidos.

Pedro²⁸, numa Conversa Clínica Pública²⁹, contava que no exílio, depois de ter sido sequestrado, preso, torturado e banido, buscou uma psicoterapia. Tomou coragem e começou a tentar buscar palavras para relatar o que se passou com ele. Seu testemunho teve como retorno uma pergunta: desde quando o senhor começou a delirar? Sua indignação fez com que abandonasse o tratamento e aderisse a um grupo de encontro entre exilados. Felizmente ele teve forças para rejeitar essa “interpretação” e não se submeter a mais esse desmentido. É claro que quem passou pelo pior não desconfia da existência dessas dores, porque elas não se apagam. Mas o desmentido no outro pode causar muitos fenômenos de confusão, de desconfiança de si mesmo, reafirmando a língua do carrasco.

Tanto Rolland – em seus escritos sobre Frei Tito – como Sironi e Viñar já nos alertaram que o caminho para pensar os efeitos avassaladores da tortura deve passar pela pergunta sobre a *língua do torturador*, pelo que ele pretendia instalar no corpo e na alma do torturado. Apontaram de que forma a *técnica* que compõe a intensidade insuportável de dor física e privações físicas e afetivas com os insultos e ataques aos principais enunciados de identidade do militante, seus suportes narcísicos, busca levar suas vítimas à morte³⁰.

A morte como uma assombração, uma injunção e a condição de absoluta impotência diante da ameaça muitas vezes retorna em eventos acidentais, doenças e episódios melancólicos. Isso se reapresenta também pela figura da ruptura, pela desarticulação do laço, pela repetição do que, no decorrer da vida de cada um, ficou como marca da impossibilidade de ligação com o outro.

O trabalho com os efeitos traumáticos da violência consiste na construção de memória, porque o trauma é precisamente aquilo que não

se faz passado. Para Freud, a consciência e a memória eram incompatíveis. O trauma como exceção é dissociação entre o passado e o presente: uma pedra no caminho, que insiste em machucar, gritar, em causar o horror. Requer um trabalho de fusão, de incorporação e transmissão em termos audíveis, a fim de permitir sua substituição.

A tarefa de sujeição do trauma ao aparelho de linguagem cabe a cada um e a todos, pois depende de que os testemunhos tenham alguma incidência nos espaços coletivos. O grupo, como um dispositivo de suporte desse trabalho, apresenta-se com um espaço transicional, lugar de jogar carretéis, forjar palavras que localizem o acontecimento traumático no mundo.

O encontro das palavras ou de outras formas plásticas de sublimação da dor pode acontecer por meio dos projetos de depoimentos nas Comissões da Verdade, pela militância política, através de escritos literários, estudos acadêmicos, reportagens jornalísticas, canto, pinturas, colagens, esculturas, cinema, projeto clínico, etc. Toda essa parafernália destina-se a resgatar a *dignidade da língua*³¹.

O campo de significantes é infinito. A propriedade de significação é que é finita, limitada. De qualquer modo, essa labuta e essa luta são trilhadas com a parceria da angústia, pois o

»
*o grupo, como um dispositivo
de suporte desse trabalho,
apresenta-se com um espaço
transicional, lugar de jogar
carretéis, forjar palavras
que localizem o acontecimento
traumático no mundo*

percurso sublimatório margeia o delicado traçado da dor, tem proximidade com o inominável! A sublimação é um destino, mas não um refúgio!

Não há tutela possível no encontro com o maldito. Entretanto, isso não implica desconsiderar a função que ganham os efeitos dos testemunhos nas formações da cultura, nos rituais de justiça, para aguentar, suportar os restos de assombração da morte, do definhamento, da aniquilação, da destruição e do desaparecimento.

26 Frei Betto, *op. cit.*, p. 42.

27 L. R. Salinas Fortes, *Retrato calado*, p.100.

28 Nome fictício.

29 Conversa Clínica Pública é um dispositivo da Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos, onde convidamos as pessoas presentes a falar a partir da exibição de algum filme, geralmente documentários que trabalham com testemunhos. É um dispositivo de sensibilização e acolhimento do testemunho em público, trabalho de intervenção sobre aquilo que apontamos como desmentido do discurso social. Ou seja, chamamos de Conversa Clínica algo que não é um evento público, mas um trabalho de clínica ampliada.

30 “Se não falar será quebrado por dentro, pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se sobreviver jamais esquecerá o preço de sua valentia.” Capitão Albernaz para Tito, segundo seu testemunho. L. D. Duarte-Plon e C. Meireles, *op. cit.*, p. 167.

31 J. C. Rolland, *op. cit.*, p. 3.

Referências bibliográficas

- Arantes M. A. (2013). *Tortura*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Betto F. (2009) *Diário de Fernando*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Blanc A. (2012). *Em Busca da Justiça*. Disponível em <www.oab.org.br/artigo3130>. Acesso em: 3 mar. 2014.
- Braunstein N. (2006). *Sobrevivendo ao Trauma*. Disponível em <nestorbraunstein.com/.../index.php>. Acesso em: 30 abr. 2014.
- Duarte-Plon L. D.; Meireles C. (2014). *Um homem torturado – nos passos de Frei Tito de Alencar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Garcia C. (1988). História e Psicanálise. In *Percursos na História da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora.
- Koltai C. (2014). O testemunho entre História e Psicanálise. *Revista de Psicologia da USP*. São Paulo (n. especial no prelo).
- Nasio J. D. (1997). *O livro da dor e do amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Riqueur P. (1938-1945). O bom uso das feridas da memória. In *Les résistances sur le Plateau Vivarais-Lignon; Témoins, témoignages et lieux de mémoires. Les oubliés de l'histoire parlent*. Paris: Editions du Roure. Disponível em: <www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- Rolland J. C. (2011). Soigner, témoigner (palestra proferida em 18 jun. 2011 durante o V Colóquio da Associação Primo Levi, tendo como tema: "Linguagem e Violência: os efeitos dos discursos sobre a subjetividade de uma época". Disponível em: <www.dominicanos.org.br/textos/frtito/htm>. Acesso em 20 mar. 2013.
- Salinas Fortes L. R. (1988). *Retrato calado*. São Paulo: Marco Zero.
- Semprun J. (1995). *A Escrita ou a Vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Sironi F. (2011). *Carrascos e vítimas – Psicologia da tortura*. São Paulo: Terceira Margem.
- Viñar M; Viñar M. (2009). *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta.
- Waintrater R. (2003). *Sortir du génocide – temoignage et survivance*. Petite bibliothèque, Paris: Payot.

After all, what does a psychoanalyst do in the Clinic of Testimony?

Abstract This essay testifies a psychoanalytic practice in Clinic of Testimony from Instituto Projetos Terapêuticos (Therapeutic Projects Institute), São Paulo. As a practice inserted in a program for victims of violence of the State from Amnesty Commission, this clinic has its specifics. The therapeutic proposal consists in creating intermediary spaces which allow recovery and the creation of a network of representations and traces of memory that may restore place in the subject's history for something which is marked as a trauma and presents itself through the imperative of pain, silence and denial.

Keywords violence; social bond; denial; pain; testimony and language.

Recebido em: junho de 2014.

Aprovado em: agosto de 2014.

A clínica como testemunha: silêncio e representação

Rodrigo Blum

Resumo Este artigo pretende percorrer os diversos destinos do representável e do irrepresentável na vida subjetiva dos sujeitos acometidos pelo trauma da tortura. O autor partirá da ideia do exílio como um estado de silêncio e ruptura absoluta, para ir à busca do campo testemunhal e simbólico. Para tanto, a clínica do testemunho como testemunha do testemunho será a possibilidade de resgate de uma subjetividade destrocada ou do restabelecimento da narração do traumático pela voz do exilado.

Palavras-chave tortura; testemunho; trauma; representação; exílio; clínica do testemunho.

Rodrigo Blum é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, terapeuta da instituição Projetos Terapêuticos, terapeuta da equipe Clínicas do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos – SP.

O trabalho, mesmo pouco, continuava a ser para Freud a melhor defesa contra o desespero. Seu irônico senso de humor também não o abandonou por completo. Logo antes das autoridades permitirem a partida dos Freud, elas insistiram em que ele assinasse uma declaração de que não o haviam maltratado. Freud assinou, acrescentando o comentário: “Posso recomendar altamente a Gestapo a todos”.

A ironia expressa nesta frase de Freud nos leva junto com ele para os mais profundos dos ambivalentes sentimentos humanos. Ironia não percebida pelos agentes da ss, segundo Peter Gay, mas altamente carregada de risco e agressividade. O que teria feito Freud “elogiar” os nazistas em um momento tão peculiar e delicado, como o de sua liberação? – pergunta-se Peter Gay. Os acontecimentos subsequentes mostram que a liberdade tão esperada não significaria para Freud a plena liberdade desejada. Uma forte sensação de morte iminente o acompanhava rumo ao exílio, e o desejo de morrer em Viena pairava em pequenos atos falhos. Gay assim coloca: “Freud encarava o exílio com uma profunda ambivalência, em parte inconsciente: ‘O sentimento de libertação’, iria escrever em sua primeira carta de Londres, ‘vem muito intensamente mesclado com a tristeza, pois ainda amava-se muito a prisão da qual se fora libertado’”².

O silêncio do exílio

Londres foi para Freud o lugar de seu refúgio. Entretanto, como bem sabemos de sua teoria, não existe refúgio para a pulsão de morte. Com

¹ P. Gay, *Freud: Uma vida para o nosso tempo*, p. 567.

² P. Gay, *op. cit.*, p. 568.



*quando um sujeito é sequestrado
em seu profundo estado de
pertencimento, o estado
de empatia com o mundo
se desmorona*

o exílio, Freud conseguiu sua libertação, mas não sua liberdade. O sentimento de descrédito no ser humano, algo que sempre o acompanhou, ganha no exílio um desfecho ainda mais categórico. Se a guerra o fazia ter absoluta certeza do mal radical que mora no humano, o exílio o transporta para o mais elevado nível de desamparo. Nem mesmo a convivência dolorosa com o inimigo câncer tinha anulado sua vitalidade, seu poder de observação e seu notável dom de expressão. O exílio não tirou por completo a capacidade de Freud trabalhar, nem o fez totalmente improdutivo. Já em Londres, volta a escrever cartas aos amigos e publica o importante texto Moisés e o Monoteísmo. Porém, algo do estranho, do estrangeiro estava incrustado em seu discurso, em suas manifestações, em sua alma. O exílio não era mais somente um lugar de língua inglesa, o exílio já tinha a cara do *Unheimlich*.

Curiosamente o exílio carrega para Freud a ambivalência pulsional. Se, por um lado, representa a possibilidade de uma libertação, de uma vida “nova” para ele e para sua família, traz em seu bojo estrutural a certeza da destrutividade. Muito mais do que entendê-lo como o lugar da distância geográfica, ou ainda, o refúgio único para uma sobrevivida, temos que começar a pensá-lo como o polo simbólico entre a força do silêncio traumático e a representação tecida no campo da irrealidade.

Antes de tomarmos os destinos do representável e do irrepresentável na vida subjetiva dos sujeitos acometidos pelo trauma da tortura, ou ainda, antes de tratarmos do significativo silêncio que se instala nas vidas destas pessoas, cabe aqui sublinhar que o exílio a que me refiro é um estado.

Um estado de desapropriação psíquica e afetiva. Um estado de profunda solidão e terror, em que a experiência traumática interrompe a atividade psíquica do sujeito e o lança a um tempo e espaço estrangeiros, um fora do campo simbólico. Neste sentido o exílio é um estado, um estado de sítio, um estado de ruptura, um mal estado.

Quando um sujeito é sequestrado em seu profundo estado de pertencimento, o estado de empatia com o mundo se desmorona. Os sentimentos de abandono e de desfiliação completa se mostram presentes e absolutos. O pior dos exílios é aquele em que o sujeito se vê exilado em si mesmo. O exílio é bidimensional. É este o estado – bidimensional – de silêncio e de irrepresentabilidade que o traumático produz. O campo do abandono, o outro lado do estranho, o não familiar, a marca profunda e permanente do mal radical, a ruptura trágica com o pacto social. Como afirma Regine Waintrater:

Essa negação do pacto social constitui para as vítimas da violência extrema a catástrofe que vai deixar marcas indelévels em seu psiquismo. Todos afirmam: a lembrança dos golpes se atenua com o tempo. O que, por outro lado, nunca se atenua é o sentimento de ter sido abandonado pelo mundo. Quando o ambiente não se mostra capaz de ajudar, é o próprio sentimento de pertencimento à espécie humana que foi atingido. Ora, é em primeiro lugar essa ideia de um mundo empático que os torturadores de toda obediência procuram destruir, ao isolar a vítima e fazê-la acreditar que ninguém mais virá em seu auxílio porque foi abandonada por Deus e pelos homens³.

O traumático, a representação

O estado de silêncio vivido pelas pessoas exiladas de suas próprias vidas é traduzido na literabilidade da memória traumática. A irrealidade, o sentimento absurdo de ruptura com o mundo se apresenta na impossibilidade severa de representação. O traumático carrega em seu núcleo a impropriedade da dimensão temporal. Na

memória do trauma, o sujeito está encapsulado em uma estrutura rígida, inflexível e impermeável. O estado embalsamado, ou ainda, exilado, a que a subjetividade está transformada, é marcado por uma ausência de representação, uma impotência simbólica, um imaginário chapado, traumatizado. Desamparado, o sujeito está submetido ao mais alto dos riscos: o risco de não representação. Muito mais do que a perda do objeto, a ameaça da perda de sua representação representa o mais profundo dos abismos. Portanto, como nos coloca Botella: “O perigo da perda da representação provoca um verdadeiro vazio com efeitos implosivos, jogando a percepção odiada para dentro do psiquismo; equivalente fantasmático da representação dissipada, a percepção importuna invade a cena”⁴.

A este estado de linearidade e repetição advinda do buraco traumático, é necessário se opor com a imaginação. Somente um espaço de imaginação é capaz de reconstruir a tridimensionalidade advinda da simbolização. É necessário acreditar no fracasso da intervenção analítica habitual e, sobretudo, interpretativa, para criar-se um dispositivo verdadeiro de investimento na via alucinatória. Mas afirmar que a figurabilidade é a única forma de restabelecer o mundo subjetivo, e que a tridimensionalidade só assim será reconstruída, significa afirmar que uma relação bidimensional está instalada neste sujeito. Como então entender a inflexão imaginária e representacional nesta travessia dimensional? Qual será, portanto, o lugar testemunhal nesta difícil tarefa de libertar o sujeito do duplo vínculo a que ficou aprisionado no exílio?

A geometria nos ensina que para que tenhamos um plano tridimensional é necessário um ponto de fuga. Um ponto a partir do qual a perspectiva aconteça e a profundidade se estabeleça: um terceiro ponto. Sem a prontidão de um ponto de fuga, sem a criação de outro ponto de vista, é

»
*o testemunho de sobreviventes
das atrocidades humanas
é a prova viva da ruptura
do silêncio e do exílio*

impossível atingirmos a profundidade e a perspectiva de uma nova dimensão. A possibilidade de resgate do sujeito exilado em sua memória traumática é criar esse ponto de fuga: um plano de simbolização e um espaço de tridimensionalidade. Vamos então estabelecer como ponto de fuga o testemunho. Porém, aqui a apropriação do lugar testemunhal será acrescida de outra dimensão: o plano da clínica.

A clínica do testemunho

Antes de passarmos mais propriamente a tratar da clínica e de seu lugar como testemunha, é importante dar escuta à força simbólica em que está apoiada a ideia de testemunho. O testemunho de sobreviventes das atrocidades humanas é a prova viva da ruptura do silêncio e do exílio. Testemunhar é muito mais do que narrar uma história, muito mais do que estabelecer um relato memorial dos fatos. Muito além de desvelar uma experiência traumática, testemunhar é, sobretudo, restabelecer o plano tridimensional de sustentação simbólica. O testemunho é sempre único e insubstituível, como afirma Marcio Seligmann-Silva⁵. E principalmente guarda em si a propriedade de uma singularidade. Será a impressionante propriedade de ser singular que nos proporcionará entender o alto grau de liberdade que se testemunha na escuta do testemunhar. Para Regine Waintrater:

O testemunho é um relato que conjuga uma reflexão do sujeito sobre sua vida e a descrição de acontecimentos aos quais ele foi submetido e que fazem do narrador

3 R. Waintrater, *Sortir du génocide – témoignage et survivance*.

4 C. e S. Botella, *Irrepresentável: mais além da representação*, p. 27.

5 M. Seligmann-Silva. “Narrar o Trauma – A Questão dos Testemunhos de Catástrofes Históricas”.



*afirmar a passagem
de uma singularidade estéril
para uma ficcionalidade fértil significa
apostar na ruptura com a literalidade
do duplo vínculo*

uma testemunha. Todo testemunho contém um endereçamento ao outro, o destinatário potencial, aquele que está lá para acolher o testemunho e se tornar a testemunha da testemunha. Ao 'proceder do Outro' como diz P. Ricoeur, o testemunho institui relações codificadas que giram em torno de uma procura partilhada da verdade⁶.

Só se pode entender a veracidade de um testemunho se ele for escutado, testemunhado, por um outro, por um grupo, por uma clínica, por uma sociedade. Não existe testemunho em um plano bidimensional. Não existe possibilidade de existência testemunhal sem o desejo de um coletivo, sem aquele que possa portar o testemunho a fim de lhe dar ao mesmo tempo uma dimensão singular e simbólica.

A singularidade de todo testemunho é ao mesmo tempo única e plural. Única na medida de sua autenticidade pessoal, e plural em seu caráter discursivo. Sua mensagem singular carrega uma potencialidade própria capaz de transmitir uma polaridade. De um lado a linguagem é portadora de uma singularidade absoluta, por outro é sempre universal. É por meio da universalidade discursiva que poderemos entender o testemunho como a única via de restabelecimento de uma dimensão simbólica. A literalidade da situação traumática, sua força em achatar por completo o imaginário, trava o poder de simbolização.

Afirmar a passagem de uma singularidade estéril para uma ficcionalidade fértil significa apostar na ruptura com a literalidade do duplo vínculo. O duplo vínculo a que está aprisionado todo exilado entre a tortura e o silêncio, entre a cena traumática e o irrepresentável, entre a memória e a justiça. A quebra desta literalidade

bidimensional se dará pela via do imaginário, como afirmamos antes. Porém, para atravessar o dilema da literalidade singular, será necessário o rompimento com o âmbito factual do testemunho. A expressão mais forte e contundente do testemunho jurídico não nos serve como ponte entre a esterilidade da sobrevivência e a vida. Somente e tão somente uma radicalidade ficcional, proveniente da quebra entre o fato e a narração, é que poderá transportar novamente o sujeito à dimensão simbólica. Assim, ainda que entendamos a coerência e importância do plano testemunhal atribuído à memória e à justiça, não podemos mais destinar unicamente a esse âmbito linguístico o lugar do testemunho. O plano da memória, mas principalmente a engrenagem da justiça, possui como pano de fundo a verdade dos fatos, a literalidade da prova e, sobretudo, a fragmentação do real.

O testemunho a que testemunhamos e que, fundamentalmente, chamamos à luz do discurso coletivo não aceita o restritivo lugar da literalidade do evento; nem tampouco o palco da historiografia proveniente da memória. Não se trata aqui de recusar ou menosprezar a importância destas duas áreas: muito ao contrário, não se tem testemunho sem a justiça ou a memória. Entretanto, não se faz justiça e memória sem testemunhar o testemunho. Se é certo que para se ter um testemunho vivo é necessário uma testemunha, é certo também que para uma realidade tridimensional precisaremos de uma dimensão imaginária. Abandonar o binômio justiça-memória e lançar-se ao campo do imaginário significa estabelecer um terceiro ponto de vista ou, ainda, de expressão. Como bem nos traduz Regine Waintrater:

Tanto a testemunha quanto aquele que recolhe o testemunho são delegados pelo grupo, o primeiro pelo grupo dos desaparecidos e o segundo pela sociedade, que o envia a recolher uma palavra que não soube escutar quando foi preciso. Nesse processo, a sociedade é o terceiro mandatário: é ela que representa aquele que recolhe o testemunho e é a ela que se dirige a testemunha

em seu relato. Aquele que aceita ser a testemunha da testemunha deve saber que está se engajando numa ruela estreita entre as necessidades contraditórias da testemunha e da impossibilidade parcial de responder a elas. Para a testemunha se trata sempre de um momento importante, tenha ele já testemunhado anteriormente ou não, uma vez que se vê confrontado a uma missão que teme e deseja ao mesmo tempo. Por isso que sua palavra é sempre ambivalente, já que se arrepende de testemunhar no exato momento em que o faz. Sua demanda para aquele que colhe seu testemunho é múltipla e paradoxal e constitui um desafio que ambas as partes precisam explorar⁷.

É a radicalidade da clínica do testemunho que se mostra presente e amplamente responsável pelo seu teor representacional. A clínica será, então, protagonista do mais alto plano da testemunha do testemunho. Eleger a clínica como portadora de um caráter imaginativo e definitivamente estabelecê-la como testemunha significa reconhecer e comprometer o lugar clínico como o mais verdadeiro e radical laço social. Neste sentido a clínica que toma o testemunho como testemunha é em seu cerne uma clínica do social, ou ainda, uma clínica testemunha do mal social. A clínica que acolhe um testemunho, seja ela individualizada ou grupalizada, está e sempre estará atravessada pelas marcas da memória, pelos traços dos esquecimentos, pelas leis do silêncio, pela desfiliação coletiva e pelo compromisso de uma humanidade.

Tratar a clínica como testemunha significa abandonar de certo modo o registro da interpretação para situar como paradigma o registro da identificação. O caráter identificatório vem a serviço de uma abertura para o imaginário, abertura esta que parte de um princípio clínico psicanalítico, ou seja, uma escuta ampla e radical para o singular e plural. O reconhecimento de uma identidade comum, dado pela testemunha ao testemunho, provoca um laço identificatório onde aquele que narra o trauma esforça-se por

6 R. Waintrater, *op. cit.*

7 R. Waintrater, *op. cit.*

8 R. Waintrater, *op. cit.*

»
*chegamos o mais próximo possível
do que se possa chamar de confiança
essencial para uma refundação
de territórios: a clínica como
testemunha do testemunho*

transmitir sua experiência e aquele que o acolhe se debruça em imaginar. É a partir desta capacidade analítica de imaginar o inimaginável que a clínica se propõe a ser a testemunha do testemunho. Uma tentativa com a profundidade e tridimensionalidade que se exige ao oferecer um campo de simbolização razoavelmente seguro de partilha de um mesmo objeto.

É nessa dimensão de subjetivação que a clínica se estabelece como o registro da testemunha. Testemunha esta que guarda em seu interior o laço com o restabelecimento do pacto social, ou ainda, com a reconquista de uma confiança destruída em seu nível mais primário. Mais uma vez, como tão certamente nos apresenta Regine Waintrater:

Essa dimensão de subjetivação pelo Outro constitui o essencial da transação do testemunho. Ao dizer você viu isso, aquele que ouve restabelece um tu lá onde o eu frequentemente se perdeu. A construção que pode advir nesse momento é um esforço de recentramento sobre a história do sujeito e uma tentativa de amenizar a carência representativa engendrada e mantida pelo efeito traumático. Essa é a razão pela qual aquele que acolhe o testemunho deve estar atento às mínimas manifestações afetivas, reconhecê-las e usá-las como um fio de Ariadne ao longo de todo o processo de testemunho⁸.

Voltamos do exílio. Chegamos o mais próximo do que se possa chamar de confiança essencial para uma refundação de territórios: a clínica como testemunha do testemunho. A clínica do testemunho como testemunha do testemunho será a possibilidade de um resgate de uma subjetividade destroçada ou do restabelecimento da narração do traumático pela voz do exilado.

Aquele cujo retorno só será possibilitado pela transitória, porém fiel, transferência da atestação dos fatos em revelação de uma verdade. Trajetória cruel, porém única, onde o literal relato dos fatos, do real, assume uma dimensão imaginária e quiçá simbólica. O testemunho ganha em cores, formas e dimensões. Saindo de um exílio bidimensional, onde o duplo vínculo reina ditatorialmente e a tortura eterniza a prisão, para uma ficcionalidade tridimensional, em que as fraturas, os silêncios e as representações ganham espaços testemunhais.

Pouco antes de a guerra chegar a *Maresfield Gardens*, ainda usufruindo da boa acolhida dos ingleses e de uma produtividade impressionante, Freud sofria com sintomas que identificava como culpa de sobrevivente. Peter Gay assim descreve:

Tinha percebido uma verdadeira inibição ao responder à carta de seu irmão, pois ele e a família estavam muito bem, quase bem demais. Embora Freud não mencionasse as irmãs que haviam ficado em Viena, evidentemente elas ocupavam seus pensamentos. E

Freud estava sentindo as aflições do exílio. “Talvez o senhor tenha omitido o único ponto que o emigrante sente de forma tão particularmente dolorosa”, escreveu a um ex-analisando, o psicanalista suíço Raymond de Saussure, que lhe enviara congratulações pela sua fuga. “É – inevitável dizer – a perda da linguagem em que se vivera e pensara, e que nunca se poderá substituir por outra, apesar de todos os esforços de empatia.” Freud estava tendo problemas até mesmo em renunciar à sua costumeira “escrita gótica”. Era uma ironia: “Disse-se com tanta frequência que não se é alemão. E, de fato, fica-se contente que não precise mais ser alemão”⁹.

Foi no exílio na Inglaterra que Freud morreu em 23 de setembro de 1939. O mesmo exílio que lhe deu libertação tratou de lhe tirar o resto de esperança que nutria pela humanidade. Entretanto, se é verdade que ao final da vida ele se via ainda mais exilado em si mesmo, não é preciso muito para dizer que Freud foi muito mais além do próprio exílio. Sua obra é testemunha de seu testemunho. Sua clínica, a mais importante testemunha de sua obra.

9 P. Gay, *op. cit.*, p. 570.

Referências bibliográficas

- Abraham N.; Torok M. (1995). *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta.
- Koltai C. (2014). O testemunho entre História e Psicanálise. *Revista de Psicologia da USP*. São Paulo (n. especial no prelo).
- Botella, C. e S. (2002). *Irrepresentável mais além da representação*. Porto Alegre: Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul: Criação Humana.
- Gay P. (1989). *Freud: Uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Seligmann-Silva M. (2008). Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol. 20, n.1, p. 65-82.
- Waintrater R. (2003). *Sortir du génocide – témoignage et survivance*. Paris: Petite bibliothèque Payot.

The clinic as a testimony: silence and representation

Abstract This article intends to go through the various destinations of the representable and the unrepresentable in the subjective life of individuals affected by the trauma of torture. The author starts from the idea of exile as a state of silence and absolute breakdown, and then goes into a search through the field of witnesses and symbolic. Therefore, the clinical evidence of witness's testimony will turn possible to rescuing the shattered subjectivity or the restoring of the narration of traumatic experience through the exiled voice.

Keywords torture; testimony; trauma; representation; exile; clinic of the testimony.

Recebido em: junho/2014.

Aprovado em: julho/2014.

Memória sem lembrança

Moisés Rodrigues da Silva Júnior

Resumo Associando o desmentido à recusa de reconhecimento, o presente artigo discute os efeitos subjetivos da violência sugerindo outro tipo de papel social construído sobre o reconhecimento da vulnerabilidade.

Palavras-chave desmentido; reconhecimento; violência; vulnerabilidade; laço social.

Moisés Rodrigues da Silva Júnior é médico, psicanalista, diretor de Projetos Terapêuticos, coordenador da Clínica do Testemunho – Projetos Terapêuticos, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

O que exatamente se configura como tortura? As técnicas ancestrais do grande inquisidor Torquemada? O pau de arara, os aparelhos de choques elétricos? Na imaginação de muitas pessoas, essas são as primeiras cenas que ocorrem quando falamos em tortura. Para a grande maioria são só essas as cenas e, por isso mesmo, acabam fechando os olhos ou os ouvidos a uma série de outras formas mais sutis mas igualmente cruéis de atormentar o outro. As simulações de execuções, ser testemunha da tortura de pessoas queridas, as ameaças de estupro, o manuseio de genitais e o isolamento apareceram vinculados a, pelo menos, tanta angústia quanto à causada por métodos físicos. Não são somente os abusos físicos e visíveis que devem ser levados em conta. A manipulação psicológica, a humilhação, a privação sensorial e as posturas forçadas causam tanto dano, estresse e angústias como a tortura física.

No Brasil, desde a Constituição Imperial de 1824, firma-se uma declaração contra a tortura e outros tratamentos desumanos: “Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca do ferro quente, e todas demais penas cruéis”. Ainda assim, em nossas constituições republicanas nada é apresentado sobre a prática da tortura (Constituições de 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967), exceto uma menção na Constituição de 1967 quanto ao “respeito à integridade física e moral do detento e do presidiário”.

A tipificação de tortura a ser usada neste trabalho é a mesma adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1984, e ratificada pelo Brasil em 28 de setembro de 1989:

Para os fins desta Convenção, o termo “tortura” designa qualquer ato pelo qual uma violenta dor ou sofrimento, físico ou mental, é infligido intencionalmente

119

PERCURSO 52 : p. 119-124 : junho de 2014



*a experiência extrema
que a tortura produz sempre marca
e transforma o destino do torturado
que se apresenta como a testemunha
encarnada de uma ferida
que concerne a todos*

a uma pessoa, com o fim de se obter dela ou de uma terceira pessoa informações ou confissão; de puni-la por um ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir a ela ou uma terceira pessoa; ou por qualquer razão baseada em discriminação de qualquer espécie, quando tal dor ou sofrimento é imposto por um funcionário público ou por outra pessoa atuando no exercício de funções públicas, ou ainda por instigação dele ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência, inerentes ou decorrentes de sanções legítimas.

A tortura, por seu caráter brutal determinado pela ação humana deliberada, que tem por objetivo anular pessoas, aterrorizá-las, e que por sua dimensão coletiva e política vale-se de características particulares humanas, não pode ser considerada um “excesso” produzido por um sádico isolado. É, sim, uma instituição política do Estado, produtora de subjetividade não apenas em suas vítimas diretas, mas também em seus familiares, descendentes e por irradiação no conjunto do tecido social.

A experiência extrema que a tortura produz sempre marca e transforma o destino do torturado que se apresenta como a testemunha encarnada de uma ferida que concerne a todos. Seu corpo ferido se oferece como símbolo, como bandeira em que se inscreve o que nele foi atingido e que Robert Antelme chama de “o sentimento de pertença à espécie humana”.

Assim, o clima de terror generalizado e a institucionalização da tortura se traduzem, na

subjetividade, como perda do apoio social necessário a seu funcionamento.

[...] O eu continua existindo, ainda que tenha sofrido dano e mesmo mudanças permanentes; o tu continua existindo, ainda que distante, e pode ser difícil se relacionar com ele; mas o nós deixa de existir¹.

Situações de grande violência e silenciamento social golpeiam diretamente os tecidos básicos da vida (social) constituídos pelos vínculos que ligam mutuamente as pessoas, causando um prejuízo na confiança no entorno social, na família, na comunidade, nas estruturas do governo, na lógica mais geral em que vivemos. A matriz da constelação identificatória, base do sentimento de pertença humana e da própria identidade, se abala de forma profunda alterando seu funcionamento.

Mesmo não tendo um quadro sintomatológico único, nem uma síndrome unívoca, as sequelas psicológicas da tortura são sérias e permanentes, com tendência ao agravamento com o passar dos anos, e mais²:

- ✦ a experiência traumática produz sequelas transgeracionais;
- ✦ o índice de psicoses é cinco vezes mais elevado do que nas populações que não as sofreram;
- ✦ a taxa de suicídio é de 16 a 23% mais elevada nas sociedades onde a tortura ocorreu;
- ✦ a inserção social é muito difícil, as rupturas familiares são frequentes;
- ✦ a capacidade laboral fica muito diminuída, às vezes até impossibilitada;
- ✦ além do traumatismo inicial, devem ser levados em conta os efeitos agravantes produzidos pela retraumatização posterior;
- ✦ alguns sintomas de sequelas aparecem logo depois de longos períodos aparentemente assintomáticos (20, 30, 40 anos após o ato);
- ✦ as doenças físicas, as hospitalizações, as intervenções cirúrgicas etc. são mais graves e frequentes em sociedades que sofreram atos de tortura.

Pensando nessas condições que a tortura imprime na sociedade, direcionamos o foco de nosso trabalho às sequelas psicológicas dos envolvidos nos atos de tortura e numa possível abordagem clínica dessas situações.

Clínica sempre política

Segundo Deleuze, as questões com as quais a psicanálise se defronta são inevitavelmente políticas. Tratam sempre do “quanto” e do “como” o desejo pode se produzir e se expressar diante das injunções de assujeitamento. Responder clinicamente aos traumas de natureza diversa aos traumas sexuais infantis desafia o clínico a elaborar conceitos úteis à situação, em que a experiência traumática está determinada por uma política de Estado com um primeiro e explícito objetivo de fazer falar secundado por uma busca de silenciamento social.

Maria Torok, comprometida com a ideia de uma psicanálise com feições humanas e atenta à aceitação do humano, em todo seu sofrimento, dizia que se alguém lhe pedisse para resumir em uma única palavra o conjunto da temática ferencziana, esta seria catástrofe e seus sinônimos: traumas, acidentes, afecções, pathos.

A reação imediata ao trauma é uma “agonia psíquica e física que acarreta uma dor tão incompreensível e insuportável”³ que o sujeito precisa distanciar-se de si mesmo, vivendo num estado de suspensão. As descrições de Ferenczi em relação à comoção psíquica fazem referência ao terror, à catástrofe, à morte. O desprazer causado pelo excesso não pode ser superado, estando o

»
“uma grande dor tem, nesse sentido,
um efeito anestésico; uma dor
sem conteúdo de representação é
inatingível pela consciência”

[Sándor Ferenczi]

sujeito enfrentado com a máxima vulnerabilidade e impotência, restando apenas: “...a autodestruição, a qual, enquanto fator que liberta da angústia, será preferida ao sofrimento mudo”⁴. Viñar nomeia esse momento de “demolição”, em que o excesso violento, a ruptura de todo laço afetivo com o mundo pessoal amado cria um *continuum* solitário em que a presença do corpo dolorido faz desaparecer do mundo toda presença que não esteja no centro da experiência atual. Nessa situação obscena de vulnerabilidade frente ao outro, produz-se a desorientação psíquica que, destruindo a consciência, ajuda a suportar a dor.

Ferenczi considera que “o ‘choque’ é equivalente à aniquilação do sentimento de si, da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do Si mesmo”⁵, deixando o psiquismo em “destroços”, perdido de sua própria forma e entregue à “aceitação fácil e sem resistência de uma forma outorgada, à maneira de um saco de farinha”⁶.

O desprazer provocado pela comoção traumática está além do representável. “Uma grande dor tem, nesse sentido, um efeito anestésico; uma dor sem conteúdo de representação é inatingível pela consciência”⁷. O traumático refere-se a rupturas do psíquico por um excesso que não pôde ligar-se a uma cadeia representacional, não se configurando como representação sexual recalçada.

Dessa comoção, resulta que: “[...] nenhum traço mnêmico subsistirá dessas impressões, mesmo no inconsciente, de sorte que as origens da comoção são inacessíveis pela memória”⁸.

1 K. Erikson, *Trauma, cultura y historia*, p. 73.

2 L. Eitinger, “Prisión en Campo de Concentración y Traumatisación Psíquica”, in *Represión y Olvido: Efectos Psicológicos y Sociales de la Violencia Política dos Décadas Después*.

3 S. Ferenczi, *S. Análises de crianças com adultos*, p. 72.

4 S. Ferenczi, *Reflexões sobre o trauma*, p. 111.

5 S. Ferenczi, *op. cit.*, p. 109.

6 S. Ferenczi, *op. cit.*, p. 109.

7 S. Ferenczi, *Diário clínico*, p. 111.

8 S. Ferenczi, *op. cit.*, p. 113.



*considerar o reconhecimento
como o avesso do desmentido
implica dizer que efeitos traumáticos
podem ocorrer quando alguém não é
reconhecido na sua condição*

Ferenczi situa os traços do traumático numa espécie de memória corporal, o sistema mnésico do ego, no limite entre o somático e o psíquico.

Diante da dor insuportável ou estado de quase morte produzido pelo choque traumático, o sujeito vê-se obrigado a “se submeter à vontade do agressor, a adivinhar o menor dos seus desejos, a obedecer, esquecendo-se completamente de si, e a se identificar totalmente com o agressor”⁹. A identificação é uma estratégia de sobrevivência do sujeito, que, não podendo “romper” com o agressor, do qual depende, abre mão de suas impressões, anulando uma parte de si. Essa modificação de si consiste em incorporar internamente o agressor, identificando-se com sua culpa, o que torna o sujeito, “ao mesmo tempo, inocente e culpado”¹⁰.

Ante o pavor ocasionado pelo trauma, o sujeito vê-se obrigado a lançar mão de uma defesa mais radical, nomeada por Ferenczi de “autoclivagem narcísica”¹¹. Tendo perdido as ancoragens identificatórias de outrora, é preciso que o sujeito passe a valorizar a única presença disponível em sua realidade traumática, qual seja, a do violentador, com quem se identifica. A clivagem narcísica, como a própria nomenclatura sugere, refere-se à divisão que se dá *no* eu e não *entre* diferentes instâncias psíquicas que se relacionam de maneira conflitiva, como sinaliza o processo de recalque. Além disso, as partes do eu cindidas pela clivagem não se comunicam entre si, de modo que a ênfase não recai na dimensão de conflito, tão pregnante na relação entre as partes separadas pelo recalque.

Trauma e desmentido social

Ferenczi postula a realidade do trauma. O fundamental aqui não é a noção de realidade, mas, principalmente, o que pode ser entendido como traumático. Uma catástrofe não é necessariamente traumática; ela pode se tornar traumática se ao desastre se somar esse outro elemento, capaz de minar a confiança básica em si, no outro, na vida.

O pior é realmente o desmentido, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento [...] é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico¹².

Por desmentido entenda-se o não reconhecimento e a não validação perceptiva e afetiva da violência sofrida. Trata-se de um descrédito da percepção, do sofrimento e da própria condição de sujeito daquele que vivenciou o trauma. Portanto, o que se desmente não é o acontecido, mas o sujeito. Este modelo não privilegia personagens, e sim relações. Relações de poder, de desvalorização, de desrespeito, enfim, relações políticas com o envolvimento de afetos como vulnerabilidade, humilhação e vergonha, cujas implicações são necessariamente políticas.

Reconhecimento: caminho da cura

Considerar o reconhecimento como o avesso do desmentido implica dizer que efeitos traumáticos podem ocorrer quando alguém não é reconhecido na sua condição. Não é possível uma posição neutra a este respeito: o desmentido, enquanto não validação das percepções e dos afetos de um sujeito, pode ser entendido como um reconhecimento recusado. Nessa linha, podemos dizer que o reconhecimento é, em primeiro lugar, reconhecimento da vulnerabilidade de um sujeito. E por que vulnerabilidade e não desamparo? Freud conceitua desamparo como situação em que há falta de recursos para lidar com a magnitude das pulsões. Só há desamparo psíquico, escreve Freud, se o perigo for pulsional¹³. Ferenczi apresenta o

modo de conceber o desenvolvimento do sujeito enfatizando o aspecto relacional, em que não há desamparo ou vulnerabilidade em si mesmos; o autor faz esse trabalho de identificação antes mesmo de situar o sujeito na sua relação consigo próprio – inconsciente ou pulsões. Se para Freud o sujeito precisa do outro porque é constitucionalmente desamparado, para Ferenczi o sujeito é vulnerável na relação com o outro, o que implica também o reconhecimento da própria vulnerabilidade. Essa ideia se clarifica com a situação em que o analista, abrindo mão de um lugar verticalizado, arrisca situar-se na mesma linha em que está seu paciente, “trocando suas experiências, que em consequência de um mesmo destino compreendem e buscam instintivamente tranquilizar-se”¹⁴.

Inaugura-se, assim, a possibilidade de uma comunidade constituída horizontalmente, “comunidade de destino” a partir da precariedade de seus membros.

“A comunidade de destino se refere ao fato de que um grupo de pessoas pode reunir-se, sem certezas prévias, para discutir ou construir seu próprio destino”¹⁵.

É nesse momento que o trágico ressurge. Momento em que a morte já não é denegada, mas deliberadamente afrontada, publicamente assumida. Afrontamento do destino é o elemento essencial que marca a fundamental mudança que se opera. Esse não é um problema abstratamente filosófico, mas o fundamento de uma relação com os outros e com o mundo.

Nas ciências sociais, compartilhar o mesmo destino estabelece um “vínculo de amizade e confiança”¹⁶, e a consciência dessa comunidade de destino faz com que os parceiros possam “confiar com toda tranquilidade”¹⁷.

9 S. Ferenczi, *Confusão de línguas*, p. 102.

10 S. Ferenczi, *op. cit.*, p. 102.

11 S. Ferenczi, *Análise de crianças com adultos*, p. 77.

12 S. Ferenczi, *op. cit.*, p. 79.

13 S. Freud, *Inibições, sintomas e ansiedade*, p. 191.

14 S. Ferenczi, *Diário clínico*, p. 91.

15 E. Bosí, *Memória e sociedade*, p. 34.

16 E. Bosí, *op. cit.*, p. 37.

17 S. Ferenczi, *op. cit.*, p. 91.

»
*afrontamento do destino
é o elemento essencial
que marca a fundamental
mudança que se opera*

O laço horizontal, tanto nas relações de amizade, quanto na relação analítica, permite – a partir da mutualidade – que a confiança se reestabeleça, justamente porque todos nele são precários. Nele, as relações de poder perdem terreno para a solidariedade por desposseção. Quando todos se encontram numa mesma linha, é mais fácil percebermos o quanto a violência, assim como a instituição de hierarquias, pode funcionar como um desmentido do que há de precário em todos nós, em todas as relações. Fundar as relações subjetivas (analíticas ou não) sobre a precariedade de todos nós implica um laço social construído sobre o reconhecimento e este tem o poder de reconstituir a vulnerabilidade. A recusa e a necessidade de reconhecimento sobre a qual Ferenczi nos incita a refletir não é uma questão da lei ou do direito. Trata-se de reconhecer a dimensão vulnerável de qualquer um, protegendo-a e lhe dando condições de existência. O pensamento de Ferenczi nos aponta para uma possibilidade de vínculo que, em vez de constituir-se em torno da autoridade e da ilusão de garantias, sustenta-se sobre uma mesma “comunidade de destino”. O quanto se acolhe um sujeito traumatizado, o quanto se admite a sua queixa de uma injustiça sofrida, o quanto se reconhece a sua necessidade de reparação: tudo isso configura uma necessidade que deve se estender ao campo da cultura, do direito, e da política.

O grande ensinamento destes tempos em que vivemos tem sido que o laço social está ancorado no próprio fundamento do político enquanto arte de viver juntos.

Referências bibliográficas

- Bosi E. (1995). *Memória e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Butler J. (2006). *Vida precária: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós.
- Dupont J. (1990). Prefácio. In S. Ferenczi, *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes.
- Erikson K. (2011). Trauma y comunidade. In F. Ortega, (org.), *Trauma, cultura e historia: reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, p. 63-84.
- Eitinger L. (1995). *Prisión en campo de concentración y traumatización psíquica, in represión y olvido: efectos psicológicos y sociales de la violencia política dos décadas después*. Montevideo: Roca Viva.
- Ferenczi S. (1932/1990). *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1922/1993). Psicanálise e política social. São Paulo: Martins Fontes. p.167-170. (Obras completas Sándor Ferenczi, 3).
- _____. (1928/1992). Elasticidade da técnica psicanalítica. São Paulo: Martins Fontes, p. 25-36. (Obras completas Sándor Ferenczi, 4).
- _____. (1929/1992). A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. São Paulo: Martins Fontes, p. 47-51. (Obras completas Sándor Ferenczi, 4).
- _____. (1931/1992). Análises de crianças com adultos. São Paulo: Martins Fontes, p. 69-83. (Obras completas Sándor Ferenczi, 4).
- _____. (1933/1992). Confusão de língua entre os adultos e a criança. São Paulo: Martins Fontes, p. 97-106. (Obras completas Sándor Ferenczi, 4).
- _____. (1934/1992). Reflexões sobre o trauma. São Paulo: Martins Fontes, p.109-117. (Obras completas Sándor Ferenczi, 4).
- Freud S. (1926[1925]/1976). Inibições, sintomas e ansiedade. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 20. Rio de Janeiro: Imago, p. 95-200.
- Fuks M. (2010). *Trauma e dessubjetivação*. São Paulo: Boletim Online do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.
- Gondar Jô. (2012). Ferenczi como pensador político. *Cad. psicanal.* [online], vol. 34, n.27, p. 193-210. Acesso em: ago. 2014.
- Moreno M. M. A.; Coelho Junior, N. E. (2012). Trauma: o avesso da memória. *Ágora (Rio J.)* [online], vol.15, n.1, p. 47-61. Acesso em: ago. 2014.

Memory without remembrance

Abstract Combining the Freudian notions of denial and disavowal, particularly the disavowal of recognition, this paper discusses the subjective effects of violence. It suggests another type of social role, built upon the recognition of vulnerability.

Keywords disavowal; denial; recognition; violence; vulnerability; social link.

Recebido em: junho de 2014.

Aprovado em: agosto de 2014.

O trauma, a palavra e a memória na Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae

Resumo Este artigo investiga o caráter traumático da ditadura brasileira (1964-1988), a partir de relatos de atendimentos psicanalíticos realizados na Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae. Se o trauma é da ordem do indizível, como o testemunho e o trabalho da memória operam? Como a palavra permite elaborar as marcas no corpo e o sofrimento? O processo de luto e a transmissão transgeracional.

Palavras-chave ditadura; trauma; verdade; memória; testemunho; luto.

Maria Cristina Ocariz é psicóloga clínica e psicanalista, com graduação na Universidade Nacional de Buenos Aires e mestrado na PUCSP. É membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Professora e supervisora do Curso de Psicanálise. Coordenadora da Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae. Autora de *O sintoma e a clínica psicanalítica* (Via Lettera, 2003).

Lia Lima Telles Rudge é psicóloga pelo Instituto de Psicologia da USP e psicanalista. Terapeuta do Grupo Acesso: estudos, intervenções e pesquisa sobre Adoção, da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae. Terapeuta-pesquisadora da Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae.

Maria Carolina Gentile Sciulli é psicóloga clínica e psicanalista. Aprimoramento em Violência Doméstica pelo Instituto Sedes Sapientiae. Terapeuta-pesquisadora da Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae.

M. Liliana I. Emparan Martins Pereira é psicanalista e mestre em Psicologia e Educação pela USP. Coordenadora do Projeto Ponte – atendimento psicanalítico para imigrantes e migrantes e terapeuta-pesquisadora da Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae.

Nana Corrêa Navarro é psicóloga formada pela PUC-SP e psicanalista. Terapeuta-pesquisadora da Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae.

Paula Salvia Trindade é psicóloga e psicanalista. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Mestre em Sociologia pela USP. Terapeuta-pesquisadora da Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae.

Tereza Cristina Gonçalves é médica, psiquiatra pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e psicanalista. Terapeuta-pesquisadora da Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae.

Maria Cristina Ocariz (Coordenadora)
Lia Lima Telles Rudge
Maria Carolina Gentile Sciulli
M. Liliana I. Emparan Martins Pereira
Nana Corrêa Navarro
Paula Salvia Trindade
Tereza Cristina Gonçalves

O racionalismo cartesiano nos diz que todo fenômeno é produto do *cogito*; a natureza existe mediante a elaboração do pensamento humano.

A partir disso, a célebre especulação sobre a árvore que desaba estrondosamente no meio da mata virgem, sem o *testemunho* visual nem auditivo de nenhum ser humano, se torna um não acontecimento, uma vez que não passou pela percepção humana e não foi, portanto, aferido racionalmente. Da mesma forma, a avaliação do que houve durante a ditadura pode também ser considerada não acontecimento; esse é o esforço dos responsáveis, interessados em que assim permaneça.

A ditadura brasileira (1964-1988) foi uma catástrofe social que impôs uma política de terrorismo de Estado instaurando medo, silenciamento e violação sistemática de direitos humanos fundamentais, o que dificultou a elaboração do vivido de forma individual e coletiva.

O papel das Comissões da Verdade, em sua tarefa de reconstruir o não acontecido, é investigar o período e elucidar os efeitos sobre os sujeitos e as consequências político-sociais na sociedade como um todo.

Pais que perderam filhos, filhos que perderam pais, irmãos que perderam irmãos e amigos que perderam amigos. A história da ditadura brasileira, como em todos os momentos de *ruptura do contrato social*, é relato contínuo de perdas, cuja memória se faz preciso buscar para recompor a estabilidade social.



na Clínica do Testemunho,
os diferentes dispositivos clínicos
possibilitam que todos sejamos
testemunhas do que é falado,
rememorado, construído

O *não saber* e o *não lembrar* são fatores que impedem a cicatrização de feridas no tecido social, além de alienar do ser do presente o seu passado, bloqueando seu projeto de futuro. A pura negação de uma árvore que tomba na floresta não significa a negação do estrondo que reverberou sobre as vidas de toda a Nação.

De uma forma ou de outra, toda *memória* – bem como sua contrapartida, o *esquecimento* – traz em si uma série de conceitos passados pelo filtro dos mecanismos inconscientes de quem elabora, sobre o qual atuam fatores como sensibilidade pessoal, nível de informações, de diversidade cultural, preferências políticas e até mesmo influências adquiridas da vivência familiar e social.

Para elucidar o período ditatorial brasileiro, o Estado democrático tomou para si a missão de administrar os procedimentos para a coleta de sua memória recente, mediante a criação da Comissão da Anistia (Lei 10.559/2002) e da Comissão da Verdade (Lei 12.528/2011). Começaram a se coletar testemunhos dos agentes da repressão e das vítimas diretamente envolvidas em violações flagrantes dos princípios universais – internacionalmente aceitos – no que se refere aos direitos humanos básicos do indivíduo, como prisões arbitrárias, desaparecimentos e torturas. É ação polêmica por natureza, porque confronta a noção do *esquecimento pactuado* durante o processo de redemocratização.

A memória dos fatos, assim como o seu esquecimento, atende, portanto, a um duplo interesse: subjetivo, dos que sofreram diretamente as consequências das ações e procuram por justiça; e do corpo social, que precisa que a verdade apareça para criar a possibilidade de

cicatrização de sua ferida e para permitir, ao ser de hoje, construir o devir.

Nos longos anos ditatoriais sempre houve, através da arte (música, cinema, teatro, artes plásticas, escrita) e dos movimentos sociais e políticos¹, vozes que denunciaram o que estava sucedendo e que lutaram pela volta da democracia. Este processo incluiu uma polêmica Lei de Anistia Política (1979), a formação de uma Assembleia Constituinte e a volta de eleições diretas para presidente. O Estado inicia, então, o processo de Justiça de Transição. Em 2012, são criadas as Clínicas do Testemunho para oferecer reparação psicológica aos anistiados pela lei 10.559/2002. Através da potência da memória, da verdade e da fala dos diretamente afetados pela violência de Estado, toda a sociedade pode elaborar coletivamente o trauma vivido.

Possibilidades de elaboração do luto nos processos de catástrofe social

O difícil trabalho de reconstrução do ocorrido na realidade social e psíquica em particular incide na forma como cada um viveu e pôde recordar e elaborar esta história.

Na Clínica do Testemunho, os diferentes dispositivos clínicos possibilitam *que todos sejamos testemunhas do que é falado, rememorado, construído*: os pacientes, os colegas do grupo terapêutico, as psicanalistas. Esta é uma das formas de elaboração do luto que durante tantas décadas ficou sufocado, pela *recusa coletiva de escutar, testemunhar e compartilhar a dor*. Este lugar de testemunha não se refere apenas ao que se viveu, mas à atualização do trauma hoje. Por isso, não acreditamos que o atendimento psicológico tenha “*chegado tarde demais*”. O trabalho de reparação *se atualiza dialeticamente nesse tempo diacrônico da memória, da verdade e da busca pela justiça*.

Romper com a compulsão à repetição significa poder escutar as várias versões sobre o acontecido, admitindo esta multiplicidade. Na

Clínica do Testemunho, os dispositivos grupais ou individuais funcionam como uma *tela protetora* que, ao reatualizar o vivido por meio das memórias, amortece seu impacto traumático. Este amortecimento é efeito da continência do grupo e da escuta cuidadosa das psicanalistas. Se produz uma recuperação identitária da experiência traumática vivida: a que grupo pertenciam e quais eram seus ideais, qual o tipo de militância e como vivenciaram o ocorrido, onde estudavam e trabalhavam na época, como era composta sua família, quais as escolhas feitas, etc.

A inscrição do novo na experiência traumática significa poder entrelaçar o que se foi, o que se é hoje, e o que se projeta como futuro. Frente às situações de autoritarismo e dominação, podemos ofertar fala e pensamento como forma de resistência e movimento, pois “Pensar é quebrar, romper enquanto que dominar é fixar, cristalizar”².

O difícil trabalho de luto

No Brasil a literatura de testemunho proliferou nos últimos anos, tanto em nível de denúncia, depoimentos oficiais, reconstrução histórica, como literatura ficcional.

Kucinski no livro *K. Relato de uma busca*³ exprime, através da história da procura de uma filha desaparecida, uma narrativa entre o factual e a ficção. Ao advertir o leitor sobre a necessidade de entrelaçamento entre realidade e fantasia, escreve a seguinte epígrafe: “Caro leitor: Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”⁴. Em uma das passagens mais intensas da narrativa

1 Comissão de Justiça e Paz, Movimento Brasileiro pela Anistia (ampla, geral e irrestrita), Comissão de Familiares de Presos Políticos, Mortos e Desaparecidos, Grupo Tortura Nunca Mais, entre outros.

2 I. Lewkowicz, “Conceptualización de catástrofe social. Límites y encrucijadas”, p. 65.

3 B. Kucinski, *K. Relato de uma busca*.

4 B. Kucinski, *op. cit.*, p. 8.

5 L. Conte, “Terrorismo de Estado. El trauma: salidas del lenguaje”, p. 185.

6 B. Kucinski, *op. cit.*, p. 69.

7 B. Kucinski, *op. cit.*, p. 166.

»
“por que sobrevivi e eles não?
É comum esse transtorno tardio
do sobrevivente, décadas
depois dos fatos”
[Bernardo Kucinski]

do processo de desaparecimento e perda da filha, relata a dificuldade de elaboração do luto quando não existe o corpo como representante concreto da morte e a impossibilidade de se efetuarem os rituais e homenagens ao falecido. Como nos alerta Conte, nas situações de desaparecimento de pessoas há um duplo luto: “a morte por privação da vida e a morte por privação da morte”⁵.

K. enfatiza: “A falta de lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se”⁶. Este trecho mostra a importância do reconhecimento social da morte que funcionaria psiquicamente como a constatação do ocorrido; sem isto, a dura certeza se torna uma dúvida angustiante em torno do enigma da morte e da sua causa, fazendo com que o pensamento se torne circular. Conte considera que o luto nestas situações seria um “luto sob tortura”, ou seja, vivido com violência, impotência e terror. Uma suspensão interminável do luto entrelaçado à culpa de ter sobrevivido. “Por que sobrevivi e eles não? É comum esse transtorno tardio do sobrevivente, décadas depois dos fatos”⁷.

Paralelamente, o processo indenizatório sem o conhecimento da verdade dificultou a compreensão do que realmente ocorreu, assim como o próprio processo de luto.

[...] as indenizações às famílias dos desaparecidos – embora mesquinhas – foram outorgadas sem que os familiares tivessem que demandar, na verdade antecipando-se a uma demanda, para enterrar logo cada caso. Enterrar os casos sem enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação. Manobra sutil que tenta



a não confirmação da morte do desaparecido funciona, então, como uma espera torturante, que não permite que se possa reinvestir a energia libidinal em outros objetos

fazer de cada família cúmplice involuntária de uma determinada forma de lidar com a história⁸.

Partindo do pressuposto freudiano, de que o trabalho de luto se dá a partir de um teste de realidade que corrobora que o objeto perdido não existe mais⁹, podemos pensar o quão doloroso e difícil se torna este processo nos casos de desaparecimento, onde tal teste não pode acontecer. Como aponta Rousseaux, nestes casos, se dá um tipo de *luto congelado* “[...] e como tal produz um ponto de coagulação de sentido”¹⁰. Há um efeito social importante no luto, que é o papel da sociedade através da corroboração do objeto perdido. Nas catástrofes sociais, o sujeito encontra uma resposta esquivada quando não um desmentido, já que existe uma inibição social que impede que o sujeito se confronte com a perda. A autora acrescenta: “Faz falta uma reinscrição do acontecimento sinistro que descongele o sentido obturado no significante que ficou coagulado, e que ponha a circular o sentido que vai em direção à verdade de cada sujeito”¹¹.

A não confirmação da morte do desaparecido funciona, então, como uma espera torturante, que não permite que se possa reinvestir a energia libidinal em outros objetos.

Não pode surpreender-nos o fato de que nossa libido, assim privada de tantos dos seus objetos, se tenha apegado com intensidade ainda maior ao que nos sobrou, que o amor pela nossa pátria, nossa afeição pelos que se acham mais próximos de nós e nosso orgulho pelo que nos é comum, subitamente se tenham tornado mais vigorosos¹².

Muitos referem um longo processo de luto, no qual diferentes situações implicaram desafios

para a elaboração: os desaparecimentos, a prisão, a tortura, o exílio, a perda de emprego, as mortes, a crença ideológica, a solicitação de indenizações, os processos empreendidos junto ao Estado, etc. Muitos têm filhos e netos e pensam na transmissão dos legados.

Quando o luto tiver terminado, verificar-se-á que o alto conceito em que tínhamos as riquezas da civilização nada perdeu com a descoberta de sua fragilidade. Reconstruiremos tudo o que a guerra destruiu, e talvez em terreno mais firme e de forma mais duradoura do que antes¹³.

Assim, a constatação da luta, da sobrevivência e da tentativa de rememorar, falar e elaborar a experiência traumática são a mostra de que a *pulsão de vida se impôs sobre a pulsão de morte*; o que implica reconhecer que *a repressão e a violência podem ter efeitos devastadores, mas que não dizimam os sujeitos*. Pensamos aqui especialmente nas formas de solidariedade e apoio entre os militantes, suas famílias, entre os companheiros de prisão, nas formas criativas de enfrentar a dor, o terror e o luto, o trabalho, a criação dos filhos, as pequenas resistências e vitórias, etc.

Pensar na vítima total e absolutamente inerte é também crer na possibilidade de poder total, que desejavam os desaparecidos¹⁴.

O trauma, seus rastros, sua transmissão e o trabalho de memória.

Nas *Clínicas do Testemunho* trabalhamos com os efeitos psíquicos dos crimes cometidos no período da ditadura militar, que incidem nos planos coletivo e singular. A memória traumática tenta, apesar de tudo, se dizer. Afirmção problemática, pois o trauma para a psicanálise é justamente aquilo que corta ao sujeito o acesso à linguagem. Trata-se de pensar, portanto: como o trauma se diz? Como uma experiência dolorosa e desorganizadora pode ser transmitida de geração em geração?

Para investigar as operações da memória, na dialética entre lembrança e esquecimento, entre o que se fixa ou preserva no traço de memória e o que se apaga, Gueller retoma as teses freudianas¹⁵. A autora faz referência a uma conclusão de Freud em *Além do princípio do prazer* (1920): “Com frequência os traços de memória são mais poderosos e permanentes quando o processo que os deixou atrás de si foi um processo que nunca penetrou na consciência [...] a consciência surge em substituição de um traço de memória”¹⁶.

Gueller se detém na metáfora da escrita, usada por Freud para descrever o trabalho de memória como um processo de inscrição, transcrição e tradução de traços e estabelece algumas relações entre o modelo freudiano e o modelo tradutivo-transcritivo da memória proposto por Santo Agostinho (século IV d.C.)¹⁷. Segundo Agostinho: “A memória relata, não os acontecimentos que já decorreram, mas sim palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos, os quais, ao passarem pelos sentidos, gravaram no espírito uma espécie de vestígio”¹⁸.

Gagnebin também pensa o trabalho de memória a partir da metáfora da escrita, mas acrescenta novas questões: a escrita é um rastro? O que é um rastro?

Eis uma possível resposta elaborada por Gagnebin:

Agora a escrita não é mais um rastro privilegiado, mais duradouro do que outras marcas da existência humana. Ela é rastro, sim, mas no sentido preciso de

»

*partimos neste caso de algo
vivido pelos pais como um
esquecimento, entendido
por eles como um
processo normal*

um signo ou, talvez melhor, de um sinal aleatório que foi deixado sem intenção prévia, que não se inscreve em nenhum sistema codificado de significações, que não possui, portanto, referência linguística clara. Rastro que é fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência; deixado por um animal que corre ou por um ladrão em fuga, ele denuncia uma presença ausente – sem, no entanto, prejudicar sua legibilidade. Como quem deixa rastros não o faz com intenção de transmissão ou de significação, o decifrar dos rastros também é marcado por essa não intencionalidade. O detetive, o arqueólogo e o psicanalista, esses primos menos distantes do que podem parecer à primeira vista, devem decifrar não só o rastro na sua singularidade concreta, mas também tentar adivinhar o processo, muitas vezes violento, de sua produção involuntária. Rigorosamente falando, rastros não são criados – como são outros signos culturais e linguísticos –, mas sim deixados ou esquecidos¹⁹.

Vejam algumas sutilezas deste processo de apagamento e preservação de rastros ou traços de memória no atendimento psicoterapêutico familiar pela *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*. Partimos neste caso de algo vivido pelos pais como um esquecimento, entendido por eles como um processo normal, fruto do apagamento paulatino de traços de memória. Além deste esquecimento, estes pais traziam uma série de negativas: “Não sei por que falar”, “Não lembro”, “Fomos presos, mas não fomos torturados, fomos vigiados mas não a ponto de sermos forçados a fugir para a clandestinidade, ou para o exílio”. Nossa hipótese é que os brancos, hesitações e negativas no discurso destes pais indicavam a presença do recalque; ou seja, algumas lembranças tornaram-se inacessíveis à

8 B. Kucinski, *op. cit.*, p. 168-169.

9 S. Freud. (1915). “Luto e melancolia”, p. 276.

10 F. Rousseaux e L. Santa Cruz, “De la escena pública a la tramitación íntima del duelo”.

11 F. Rousseaux e L. Santa Cruz, *op. cit.*, p. 161.

12 S. Freud (1916 [1915]), “Sobre a transitoriedade”, p. 347.

13 S. Freud, *op. cit.*, p. 348.

14 P. Calveiro, *Poder y desaparición: los campos de concentración em Argentina*, p. 128.

15 A. S. Gueller, “Memória e Atemporalidade”.

16 A. S. Gueller, *op. cit.*, p. 39.

17 Santo Agostinho, Livro XI das *Confissões*, “O homem e o tempo”, *apud* A. S. Gueller, *op. cit.*, p. 38.

18 *Apud* A. S. Gueller, *op. cit.*, p. 38.

19 J. M. Gagnebin, “O rastro e a cicatriz: metáforas da memória”, p. 113.



*se o passado não pode
ser recuperado, ele pode ser
imaginado tanto quanto o futuro*

consciência porque não conseguiram tradução como representação-palavra, porque isto provocaria desprazer. Tais lembranças inconscientes não se desgastam com o tempo; ao contrário, são preservadas e produzem efeitos.

Apesar de todas as negativas de seus pais, os filhos investem fortemente o espaço de análise, como possibilidade de escutar nas palavras deles um sentido e um reconhecimento dos sofrimentos inenarráveis que experimentaram. Sofrimento de quem? A ambiguidade que aí aparece nos exige pensar algumas vicissitudes da circulação dos afetos na família. O recalque, como defesa utilizada na blindagem contra o sofrimento, compromete o exercício das funções paterna e materna. Sobre isto, os pais conseguem reconhecer algo muito contundente: “Houve abandono, sim”. Conta que nos primeiros dias de vida de um dos filhos foram acordados pelo barulho da campainha: era o guarda da rua dizendo que ficou preocupado porque escutou um bebê chorar desesperado. Acrescentam que, logo após este episódio, foram presos, o que lhes disparou o seguinte pavor: “Quem vai cuidar do bebê e das crianças? Eles precisam de nós. Eles são tudo para nós”. Destino trágico que inesperadamente possibilita que um laço incipiente comece a ser criado a partir do valor ou sentido que estes pais passam a conferir a seu bebê. Contudo, novos sofrimentos vividos por estes jovens pais durante a prisão e no seu regresso reforçam sua blindagem, sua surdez e seu mutismo. Assim, grande parte das vezes em que os filhos se veem angustiados ou desorganizados, é preciso que urrem e gremem para que os pais reconheçam a presença de feridas a serem tratadas.

No trabalho que realizamos, não é pouco o esforço feito para recuperar suas lembranças que, literalmente, lhes escapam. Curiosamente, aparece algo que vai numa direção oposta: a mãe conta que não consegue se desprender de alguns objetos como roupas que desenhou e costurou ou objetos decorativos e móveis que comprou ou herdou. Com o passar do tempo, tais objetos deixaram de ser usados, mas foram preservados, como relíquias que lhe trazem lembranças preciosas. O problema é que, por vezes, tais objetos tornam-se anacrônicos e incabíveis, pois ocupam um espaço que não podem dispor na sua moradia atual, ou não se ajustam ao amadurecimento de seu corpo, que não corre em paralelo ao tempo psíquico. Este descompasso ou incompatibilidade também se manifesta quando entregam a um dos filhos alguns de seus tesouros, atribuindo-lhes o papel de cuidar destes presentes, ressentindo-se porque nunca sabem ou encontram onde deixaram os objetos que receberam e, se eles estão mais à vista, acabam por *passá-los* adiante, *esquecendo-os*. Em análise assinala-se a importância deste movimento dos filhos, onde se deslocam da função de portar e encarnar as lembranças dos pais.

Fazer memória é traçar a linha de continuidade do passado ao presente. Através desta conexão, os restos traumáticos deixam de se presentificar num sofrimento aprisionado e aprisionante e ganham sentido. Se o passado não pode ser recuperado, ele pode ser imaginado tanto quanto o futuro, recoberto de novas significações que dialogam com as mensagens que nos são endereçadas no presente. Neste trabalho do tempo e com o tempo, os restos traumáticos podem ser assimilados, transmitidos e transformados.

A temporalidade e a transmissão transgeracional.

A discussão sobre como a teoria e o método psicanalítico são engajados em movimentos políticos e sociais é complexa e pode ser feita por vários caminhos. Freud e seus seguidores

ressaltam as relações do sujeito com os outros, seus semelhantes e os laços sociais.

[...] a psicologia individual trata do ser humano singular... mas não pode prescindir dos vínculos desse indivíduo com outros. Na vida anímica do indivíduo, o *outro conta* com total regularidade, como modelo, como objeto, como auxiliar e como inimigo, e por isso a psicologia individual é simultaneamente psicologia social [...]²⁰.

Nas “Conferências Introdutórias sobre Psicanálise” (1916-1917), Freud afirma que o sintoma psíquico tem um sentido, uma finalidade e uma função. Usa o conceito de séries complementares para dizer que o sintoma é multideterminado em sua etiologia. Existem três séries: a disposição constitucional, as experiências da infância e as circunstâncias da vida do sujeito na sua vida adulta. As duas primeiras séries determinam a predisposição de cada ser humano para a neurose, mas não são determinantes *a priori* de qualquer distúrbio neurótico que a pessoa possa vir a ter; a terceira série complementar está relacionada com os acidentes e vicissitudes que a vida oferece e é fundamental na formação dos sintomas, na sua relação dialética com a predisposição.

Na primeira série está tudo aquilo que na vida psíquica não pode ser explicado pela experiência individual. A *anterioridade* é destacada como algo que o indivíduo não vivenciou, mas vivencia, *a posteriori*, os efeitos de um fato passado. Para justificar esta anterioridade, Freud se apoia na filogênese como algo que escapa ao nível da história individual. Recorre a esta concepção para explicar a transmissão, de geração em geração, de conteúdos psíquicos inconscientes que apesar das modificações asseguram a continuidade das civilizações. Em *Totem e Tabu* (1912) já havia ressaltado a importância dos aspectos ancestrais quando discute o mito do assassinato do pai como base da constituição da civilização. Os sonhos, as obras de arte, as produções

20 S. Freud, *Psicología de las masas y análisis del yo*, p. 67. Tradução livre.

»
o enunciado “Sou filho/filha de ex-presos políticos” dá indícios sobre que lugar o sujeito ocupa em sua novela familiar

subjetivas, os mitos, contos e lendas são formações que fazem parte do patrimônio cultural.

A criança, ao nascer, é inserida em seu universo familiar desejante que é portador das histórias das gerações anteriores. O sujeito a advir se insere em uma cadeia de filiação, sendo ao mesmo tempo leitor e personagem de uma narrativa de ficção escrita por seus pais, que traçam para ele um certo ideal situado no futuro. O discurso falado ou secreto da família é *anterior* a ele.

Além das séries complementares, segundo Freud, as fantasias primordiais como patrimônio filogenético – cena primária, sedução por um adulto e castração – participam na formação dos sintomas neuróticos. O sujeito faz uso destas fantasias universais para preencher, com ajuda da verdade pré-histórica, as lacunas da verdade individual e encontrar respostas para seus enigmas existenciais.

O enunciado “Sou filho/filha de ex-presos políticos” dá indícios sobre que lugar o sujeito ocupa em sua novela familiar. Os pacientes são sujeitos de sua fala, mas é impossível ignorar que seu discurso se insere em uma história da geração anterior, marcada pelos anos da ditadura. A história dos pais, o que ficou “prisioneiro/ aprisionado” reaparece em seus sintomas neuróticos como efeito das marcas traumáticas não simbolizadas.

Ao contar sobre sua história, usam de vários significantes congelados; antigos signos são reproduzidos sem adquirir novos sentidos. Em diversos momentos do passado e o presente parecem não ter diferença. Os fatos não aparecem como pertencendo ao passado, o que leva a pensar no discurso do traumático, onde a diferença do tempo não se instaura. Como, no processo



na nossa prática, encontramos em algumas pessoas atendidas individualmente um estranhamento intenso diante da possibilidade de entristecerem

analítico, produzir algo que faça um corte entre o antes e o depois?

O papel das terapeutas é de *testemunha* da história das famílias. O espaço transferencial que se construiu funciona como um espaço de testemunho, de reconhecimento da dor.

Incorporar a experiência vivida por uma geração e seu pensamento como parte da história do Brasil, acreditar na construção conjunta de um tempo subjetivo e de um tempo coletivo, permitem, no trabalho analítico, impulsionar os sujeitos-cidadãos para a vida e oferecer possibilidades de novas formas de viver o contemporâneo.

Os sistemas tirânicos dominam não só pela força das armas, torturas, nas mortes e desaparecimentos: dominam, além disso por sua infiltração em todas as relações sociais e intrapessoais, através do efeito intimidatório multiplicado na especulação e repetição de pautas de violência e silenciamento²¹.

Neste sentido, consideramos importante incluir os diversos dispositivos clínicos psicanalíticos para pensar uma política pública de reparação psíquica dos afetados pela violência de Estado.

A tristeza como um recurso diante do adoecimento psíquico

Não se pode ter paz evitando a própria vida. [Virginia Woolf]²²

A tortura foi proibida pela Constituição Federal de 1988 e tipificada como crime em 1997 através da lei n. 9.455. Hoje está cotidianamente presente nas camadas mais vulneráveis da população. Os

Direitos Humanos, ainda que em um Estado democrático, não estão plenamente garantidos. No período da ditadura militar, a tortura era parte da própria engrenagem do sistema. Marcas deixadas pela violência desse período estão longe de serem superadas.

Aproximar-se do sofrimento vivido por afetados pela violência do Estado tem como primeiro desafio a necessidade de *fazer da fala* um recurso para esse encontro. *Mas, como falar quando ainda não se tem palavra?* Se não há símbolo possível para a dor, como lidar com ela?

Apesar de recebermos pacientes com traumas oriundos da mesma fonte, nosso trabalho tem sido construído como uma clínica viva e singular, atenta aos perigos das generalizações.

Para pacientes com dificuldade de interação e resistência a expor suas angústias e conflitos coletivamente, oferecemos o atendimento individual.

Na nossa prática, encontramos em algumas pessoas atendidas individualmente um estranhamento intenso diante da possibilidade de entristecerem.

Questionamentos sobre a dificuldade de reconhecer que tudo está lá e permanece difícil, apesar de passados 50 anos. Alguns nunca tinham falado desses acontecimentos com ninguém e falando se sentiam frágeis como: “Que estranho, não sabia que isso tudo mexia tanto comigo ainda” ou “Tinha certeza de que era forte, de que não sofria por isso e veja só, me sinto tão frágil”, “Estranho, aqui comecei a perceber que está tudo aqui ainda dentro de mim”, “Nunca falei desses acontecimentos dessa forma”.

Em algumas dessas pessoas, a evitação defensiva da tristeza impacta o funcionamento psíquico, ameaçando o contato com a realidade. Como foram pressionados constantemente a dar informações durante o período da ditadura, se instala na relação transferencial a desconfiança. Discorrem sobre as perseguições sofridas e a ideia de que ainda ocorre a atualidade, porém vai ficando claro que o maior perseguidor habita seu psiquismo. Essa é a marca traumática registrada

no inconsciente, que sustenta esses funcionamentos psíquicos atormentados.

Nesses atendimentos notamos em comum, inicialmente, uma série de fantasias persecutórias que os impediam de assinarem a ficha de presença, havia o temor de as sessões serem gravadas; a confiança precisava ser conquistada.

Como psicanalistas, tentávamos auxiliar no percurso onde a dor pudesse vir a ser simbolizada, em vez de movimentar-se livre, tirânica e sorrateira nos pensamentos e ações. Dor inominável de psiquismos violentados pelas vivências aterradoras a que foram submetidos.

Em sua segunda teoria pulsional, Freud (1924)²³ diz que a função da libido é desviar grande parte da pulsão de morte para fora. Na impossibilidade de desviar toda a pulsão de morte, sempre fica um quantum no organismo que se liga de certa forma à pulsão de vida, formando o masoquismo erógeno que é constitutivo.

Nesses casos, o que notamos é que não prevalece o sadismo, componente da pulsão, como mecanismo de defesa, mas sim o predomínio de um estado de dor e sofrimento característicos do masoquismo erógeno primário, quando a pulsão *volta-se contra o próprio eu* e a destrutividade pura se instala.

Na impossibilidade de dar destino e de encontrar representações necessárias, há um quantum pulsional que não passa pelo psiquismo, que transborda em movimentos repetidos, gerando sofrimento, o que vai tornando o viver insuportável.

O eu tem como função a tentativa de domesticar a pulsão, mas em muitos casos atendidos encontramos uma dificuldade em lidar com as exigências pulsionais inconscientes e com as exigências do mundo externo.

As histórias encontram coragem e palavras vagarosamente, aos poucos falam da prisão, da tortura, dos companheiros mortos e desaparecidos.

21 V. Galli, "A clínica psicanalítica durante e depois do terrorismo de Estado", p. 25.

22 S. Daldry, *As horas* – Longa Metragem (2001). Adaptação do Romance de Michael Cunningham.

23 S. Freud (1924), "O problema econômico do masoquismo".

24 S. Freud (1924-[1923]), "Neurose e psicose", p. 169.

»
*as histórias encontram coragem
e palavras vagarosamente,
aos poucos falam da prisão,
da tortura, dos companheiros
mortos e desaparecidos*

A luta contínua por seus ideais, como se ainda estivessem na mesma época, encontra representação, alívio psíquico, um caminho possível para a descarga pulsional. A busca pelo novo, por se reinventarem, por transmitirem seus conhecimentos, seus desejos por uma sociedade mais igual é o que os mantém mais integrados psicologicamente.

Há uma impossibilidade de entristecer e no lugar da tristeza fica a indignação social. Indignação pertinente, real, coerente, mas que também funciona como uma impossibilidade de olhar para suas próprias perdas sem enlouquecer.

Freud no texto "Neurose e Psicose" (1924) aponta:

[...] inúmeras análises nos ensinaram que o delírio se encontra aplicado como um remendo no lugar em que originalmente uma fenda apareceu na relação do ego com o mundo externo. Se essa precondição de um conflito com o mundo externo não nos é muito mais observável do que atualmente acontece, isso se deve ao fato de que, no quadro clínico da psicose, as manifestações do processo patológico são amiúde recobertas por manifestações de uma tentativa de cura ou uma reconstrução²⁴.

Para a elaboração da dor pela palavra, precisamos encontrar um lugar dentro de si para integrá-la. Outra observação comum é que surgiram sensações de egoísmo e de culpa ao falarem de si mesmos como sujeitos, a culpa diante do coletivo, a culpa de estar vivos. Posicionamentos políticos pertinentes, mas que, às vezes, dificultam seus laços com a realidade, o contato com seu sofrimento, a vivência de suas emoções.

Sobre o enfraquecimento do eu e a perda de contato com a realidade, Freud (1924) nos diz:



*um dos nossos dispositivos
clínicos é o Grupo de Reflexão
e Testemunho, que nasceu
com a perspectiva de uma
miniconversa pública*

O ego cria, autocraticamente, um novo mundo externo e interno, e não pode haver dúvida quanto a dois fatos: que esse novo mundo é construído de acordo com os impulsos desejosos do id e que o motivo dessa dissociação do mundo externo é alguma frustração muito séria de um desejo, por parte da realidade – frustração que parece intolerável²⁵.

Tudo já passou, mas dentro deles está tudo ali. *O inconsciente atemporal marcado por tantos excessos*. O sofrimento se apresenta como uma espécie de loucura porque não conseguem sair dele. Em que momento, afinal, o sofrimento vira loucura para os manuais?

Nossa hipótese é que, nesses casos específicos, a proximidade com a “loucura” decorre da impossibilidade de entristecer. Uma vez que a realidade em alguns momentos tornou-se inabitável, a saída possível foi o distanciamento dela.

Loucura ou defesa diante de tamanho sofrimento? Pensamos que há um grau de loucura necessária para manter-se são. A separação não é clara e nenhum desses estágios é puro e isento do outro.

A ação é a dor que não pode ser pensada. Bion nomeou de medos talâmicos pré-psíquicos quando estamos fora do trágico, já mais uma vez o medo animal. Medo puro, automático: a luta feroz pela sobrevivência dispara a formulação de área de não pensamento e de resposta sem mediação. De alguma forma poderíamos pensar que, sem a razão e sem a tristeza, o que nos resta é a violência. O que nos resta é a guerra e não o trabalho cooperativo²⁶.

Não há possibilidade de cuidar da dor sem fazer contato com ela.

Freud em “Recordar, repetir e elaborar” (1914):

Acha-se assim preparado o caminho, desde o início, para uma reconciliação com o material reprimido que se está expressando em seus sintomas, enquanto, ao mesmo tempo, acha-se lugar para uma certa tolerância quanto ao estado de enfermidade. Se esta nova atitude em relação à doença intensifica os conflitos e põe em evidência sintomas que até então haviam permanecido vagos, podemos facilmente consolar o paciente mostrando-lhe que se trata apenas de agravamentos necessários e temporários e que não se pode vencer um inimigo ausente ou fora de alcance. A resistência, contudo, pode explorar a situação para seus próprios fins e abusar da licença de estar doente²⁷.

Grupo de reflexão e testemunho

Um dos nossos dispositivos clínicos²⁸ é o Grupo de Reflexão e Testemunho, que nasceu com a perspectiva de uma miniconversa pública – com até 30 participantes – para que os integrantes se sentissem encorajados a relatar, compartilhar e processar as diversas formas de repressão e violência que os atingiram no período da ditadura, e as estratégias singulares que encontraram para registrar, elaborar e expressar os acontecimentos vividos.

A inquietação que nos guiava nesse grupo foi nos perguntar sobre como as cicatrizes podem ser elaboradas, como se transmitem essas marcas do horror.

Ao escutar os relatos, percebemos que a presença do passado é marcante, e que há uma repetição na fala: o presente parece ameaçador, o receio do retorno de uma nova forma de ditadura. Surgiu um importante significante a partir da questão de quem seriam os afetados: *sequelado*. “O Brasil é sequelado, todos foram afetados”.

O Estado ditatorial teve intenção de destituir as pessoas de sua identidade e de seus valores. No grupo lutamos para poder escutar as denúncias, as arbitrariedades e o traumático vivido, mas o conflito entre memória e esquecimento está presente no próprio afetado. Existe uma forte resistência a

recordar, reconstruir a história; muitos ainda se sentem ameaçados, entristecidos, fechados.

Nós das Clínicas do Testemunho acreditamos, como Jean Claude Rolland, psiquiatra e psicanalista de Frei Tito, “que se há um lugar onde o destino pode ser contrariado, onde o curso das coisas possa ser revertido, esse lugar é o da palavra”²⁹.

A participação nesse grupo foi provocando, também, transformações nas psicanalistas terapeutas pesquisadoras.

Surgiram no grupo sentimentos de estranheza que remetiam a experiências relacionadas aos limites da vida, à loucura, à dissociação vivida na tortura entre corpo e mente, à relutância de falar, à luta pela sobrevivência, ao receio de que algo pudesse acontecer a seus filhos. O trabalho no grupo possibilitou que as pessoas se apropriassem de suas histórias abrindo espaço para um diálogo social.

Uma paciente relatou sua prisão: grávida, durante meses confinada em uma minúscula cela em que passava o dia andando de um lado ao outro, conversando com o filho em seu ventre. A *palavra* a ajudou a manter sua sanidade mental. “Na hora da tortura era o corpo que ficava, a alma ficava intacta, suas convicções não podiam ser arrancadas”.

Marcelo Viñar, psicanalista uruguaio, apontou em seu livro *Exílio e Tortura* (2001):

[...] a experiência da tortura não é uma doença curável em prazos que podemos definir, constitui uma ruptura de identidade, em parte definitiva, que opera como núcleo significativo do silêncio sintomático. Seus efeitos não se limitam somente ao indivíduo, mas à descendência e, portanto, ao corpo social³⁰.

25 S. Freud, *op. cit.*, p. 168.

26 E. Tomazelli, *Autopoiese*, p. 110. Inédito.

27 S. Freud (1914), “Recordar, repetir e elaborar”, p. 168.

28 Nossos dispositivos clínicos: Conversas Públicas, terapias individuais e grupais, grupos de reflexão e testemunho, oficinas de capacitação de profissionais da Saúde e da Justiça.

29 J. C. Rolland, Conferência no V Colóquio da Associação Primo Levi. “Linguagem e violência. Os efeitos dos discursos sobre a subjetividade de uma época”.

30 M. Viñar; M. Viñar. *Exílio e tortura*, p. 149.

»
“na hora da tortura era o corpo
que ficava, a alma ficava intacta,
suas convicções não
podiam ser arrancadas”

No grupo compararam-se experiências catastróficas – incêndios, inundações – onde o sujeito pode apelar para o Estado com as situações vividas na ditadura, onde o Estado é o agente da violência.

Falou-se dos fundamentais laços de amizade, ligações políticas, companheirismo vivenciado na cela e no exílio, o retorno à vida familiar e profissional.

A escrita, as artes plásticas, o artesanato, a participação em organismos sociais continuam sendo estratégias de luta e resistência. As angústias intoleráveis algumas vezes apareceram em forma de poesia, como a de uma paciente que expressa assim a sua dor:

Dor Sufocada.
Tenho um berro encurralado no meu peito
Uma dor sufocada.
Amarrada com lágrimas permanentes
O passado passa
Em meus pensamentos fracassados
Já não sei sorrir
A vida com o passado se foi
Levou tudo
Mas esqueceu de levar a dor

Referências bibliográficas

- Calveiro P. (2008). *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue.
- Conte L. (2003). Terrorismo de Estado. El trauma: salidas del lenguaje. In D. Waisbrot, *Clínica psicoanalítica ante las catástrofes sociales: la experiencia argentina*. Buenos Aires: Paidós.
- Daldry S. (2001). *As horas*. Longa metragem. Adaptação do romance de Michael Cunningham.
- Freud S. (1914/1996). Recordar, repetir e elaborar. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. xii.
- _____. (1916[1915]/ 1976). Sobre a transitoriedade". In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1917[1915]/1976). Luto e melancolia. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1916-1917/1996). Conferências introdutórias sobre Psicanálise. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. xvi.
- _____. (1921/1989). *Psicología de las masas y análisis del yo. Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu.
- _____. (1924/1996). O problema econômico do masoquismo. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. xix.
- _____. (1924[1923]/1996) Neurose e psicose. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. xix.
- Gagnebin J. M. (2006). *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: 34.
- Galli V. (1991). A clínica psicanalítica durante e depois do terrorismo de Estado. *Percurso Revista de Psicanálise*, n. 7, p. 25.
- Gueller A. (2005). *Vestígios do tempo – Paradoxos da atemporalidade no pensamento freudiano*. São Paulo: Arte e Ciência.
- Kucinski B. (2014). *K. Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify.
- Lewkowicz I. (2003). Conceptualización de catástrofe social. Límites y encrucijadas. In *Clínica psicoanalítica ante las catástrofes sociales: la experiencia argentina*. Buenos Aires: Paidós.
- Ocariz M. C. (2003). *O sintoma e a clínica psicanalítica*. O curável e que não tem cura. São Paulo: Via Lettera.
- Rolland J. C. (2011). Conferência no v Colóquio da Associação Primo Levi. "Linguagem e violência. Os efeitos dos discursos sobre a subjetividade de uma época", Paris, 17 e 18 jun. 2011.
- Rousseaux F; Santa Cruz L. (2001). De la escena pública a la tramitación íntima del duelo. In J. Dobón (compilador), *Lo público, lo privado, lo íntimo. Consecuencias de la ley en el sujeto*. Buenos Aires: Letra Viva.
- Tomazelli E. *Autopoiese*. Inédito.
- Viñar M.; Viñar, M. (1992). *Exilio e tortura*. São Paulo: Escuta.

Trauma, language and memory in the Sedes Sapientiae Institute's Clinic of Testimony

Abstract This article researches the traumatic nature of the Brazilian dictatorship (1964-1988) on the basis of narratives from psychoanalytical attendances at Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae. Considering trauma as unspeakable of, how testimony and memory work? How do the spoken words allow elaboration body marks and suffering? The mourning process and transgenerational transmission.

Keywords dictatorship, trauma, truth, memory, testimony, mourning

Recebido em: junho de 2014.

Aprovado em: agosto de 2014.

Sofridas reflexões

Sérgio Telles

Resumo A partir de sua experiência pessoal, o autor faz uma reflexão psicanalítica sobre os traumas decorrentes da prisão e da tortura.

Palavras-chave ditadura; autoritarismo; trauma; tortura; desamparo; sadismo; masoquismo.

Sérgio Telles é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, autor de *Visita às casas de Freud e outras viagens* (Casa do Psicólogo) e outros livros.

Há momentos históricos nos quais o Estado é regido por leis de exceção, impostas pelo combate a inimigos internos ou externos. As questões sobre o que ou quem o Estado considera como inimigos e seu porquê é vasta e complexa, transcendendo meu objetivo no momento.

Nomeado o inimigo, contra ele o Estado inicia a ofensiva, exercendo seu poder para aniquilá-lo. Para tanto, é necessário conhecê-lo e assim aquilatar suas forças e debilidades. Necessita, pois, de informações.

É aí onde entra a tortura. Ela não é um ato impulsivo e irracional, um episódio isolado de violência exercida por policiais contra prisioneiros, ao arrepio da lei. É uma prática estabelecida, segue procedimentos técnicos claros e tem objetivos bem definidos – coletar informações que beneficiem o Estado na luta contra seus inimigos.

A tortura é praticada por equipes que se revezam no exercício de diferentes funções, só interrompendo-as quando convencidas de terem conseguido seus intentos. Isso significa que, durante o procedimento, os torturados estarão sozinhos, entregues a si mesmos, em crescente exaurimento, lutando contra uma máquina que se renova constante e implacavelmente.

As técnicas de tortura sabem que todo ser humano tem um limite de resistência e atingi-lo é seu objetivo precípua e cuidadoso, pois é nesse momento que o torturador obtém a informação procurada ou se convence de que o torturado não a retém.

Quando o torturado cede, não o faz por identificar-se com o torturador ou por abdicar de suas convicções. É por reconhecer a realidade extrema na qual se encontra, defrontado que está com sua total impotência frente ao poderoso agressor.

137

PERCURSO 52 : p. 137-144 : junho de 2014



o imaginário social reage à tortura de forma ambígua. Por um lado, exhibe uma convencional e consciente objeção e abjeção a tal prática

Mortes podem acontecer durante a tortura. Isso ocorre quando a violência exercida pelos torturadores excede os limites da vítima, tendo ela fornecido ou não as informações procuradas.

A tortura não é uma abstrata parte do aparato clandestino do Estado. Ela se concretiza no agônico corpo a corpo entre torturado e torturador. Para exercer seu ofício, o torturador deve ter características psíquicas muito específicas. Dificilmente alguém que não tenha fortes elementos sádicos em seu psiquismo poderia ocupar esse posto.

A tortura, assim, tem uma dupla face. Por um lado, é a maneira perversa pela qual o Estado obtém informações privilegiadas na luta contra aqueles que vê como seus inimigos. Por outro, é a forma pela qual o torturador goza sadicamente.

Não é difícil imaginar que o controle desse gozo é bastante problemático. Ele está sempre próximo de uma desmesura que pode custar a vida do torturado.

A rigor, o Estado não deseja a morte do torturado, ele quer – antes de tudo – a informação. Assim, o gozo do torturador pode ser um fator complicador para os objetivos do Estado, aumentando-lhe o ônus político da repressão. Mas são conhecidos episódios nos quais o Estado, sem se importar com tal ônus, eliminou pura e simplesmente os prisioneiros, criando a categoria dos “desaparecidos”.

Durante a Ditadura Militar no Brasil, a tortura de presos políticos era corrente. Mas ainda hoje os mais desfavorecidos continuam sofrendo tais sevícias. Uma polícia despreparada não tem como obter confissões a não ser através da violência física. Mas é preciso diferenciar a tortura policial – passível de punição se denunciada às autoridades – daquela exercida a mando das autoridades, como ocorre durante uma ditadura. Na

primeira situação, ainda resta uma esperança. Na segunda, o torturado tem sua vida inteiramente à mercê dos humores do torturador, que sabe estar agindo dentro da mais completa impunidade.

O imaginário social reage à tortura de forma ambígua. Por um lado, exhibe uma convencional e consciente objeção e abjeção a tal prática. Por outro, numa postura maniqueísta, trata a tortura como uma prova de fogo que atestaria o valor moral ou a fibra dos torturados, revelando-os como “heróis” ou “covardes”.

Essa fantasia é manipulada pelos próprios torturadores, que acusam de “frouxas” e “delatores” as pessoas que eles mesmos torturaram. Um exemplo disso são as acusações feitas pelo militar da reserva Lício Augusto Ribeiro em sessão solene da Câmara realizada pelo deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), com o objetivo de difamar o deputado José Genuíno¹.

Isso é um desprate, um absurdo. Fica ainda mais inconcebível quando companheiros do torturado encampam tal posição, discriminando aqueles que, sob tortura, forneceram as informações buscadas pelos órgãos de segurança.

Como entender tal distorção? Como compreender essa situação do imaginário coletivo que, de certa forma, quase absolve o torturador e julga o torturado?

É claro que a tortura provoca profundas ressonâncias inconscientes no próprio torturado e no imaginário coletivo. Em primeiro lugar, por concretizar diretamente figuras de sadomasoquismo, importante expressão das pulsões eróticas e tanáticas. O infligir dor e o sofrer dor podem ser fontes de extremado prazer. Elementos de sadismo e masoquismo estão presentes na maioria das práticas sexuais, na medida em que colocam em jogo princípios básicos de atividade e passividade, domínio e submissão, controle e entrega. Além do mais, o sadomasoquismo e a tortura se prestam com facilidade ao imaginário em torno da cena primária – a forma como a criança fantasia o coito entre os pais, supostamente realizado em meio a violências e agressões. A tortura também se presta como representação

da temida castração, ficando o torturado na posição de castrado e o torturador como o invencível portador do falo.

Assim, podemos crer que a tortura evoca fantasias sadomasoquistas ligadas à cena primária e à castração. Mas essas fantasias, por sua vez, remetem a algo muito mais arcaico e temido: a experiência de desamparo, de estar totalmente à mercê de um outro todo-poderoso – uma das vivências mais primitivas e assustadoras do ser humano enquanto bebê inerte frente à onipotente mãe.

Se na tortura é encenada uma arcaica relação dual na qual o torturado fica no papel do indefeso, o torturador ocupa o lugar complementar de figura má todo-poderosa. É o que se depreende do filme “A Morte e a Donzela”, de Roman Polanski, baseado em peça de Ariel Dorfman. O torturador Miranda, ao ser desmascarado, confessa o gozo que o dominava durante a tortura, gozo advindo do sentimento de onipotência decorrente do absoluto domínio sobre o desvalimento do outro, algo completamente desvinculado das questões político-ideológicas que sustentavam o procedimento. Dessa forma fica claro que a motivação do Estado (obtenção de informação) se dissocia da motivação inconsciente do torturador (gozo com o controle onipotente do outro). Isso reforça a ideia de que, na tortura, o Estado manipula as condições psíquicas do torturador, seu sadismo, para atingir seus próprios objetivos.

A tortura evoca antigas e reprimidas situações da infância, naquele momento quando éramos vítimas do “sadismo” de nossos pais².

Por concretizar na realidade uma situação que evoca as vivências mais arcaicas do desamparo infantil, a tortura desestrutura psicologicamente o torturado, levando-o a posições psíquicas muito regredidas e primitivas. Por esse motivo, qualquer postulação de resistência e heroísmo nesse momento é despropositada.

1 Folha de S. Paulo, 24 jun. 2005.

2 R. Stoller, “Pain and passion, a psychoanalyst explores the world of S&M”, p. 24: “Infelizmente, não tenho base sólida, apenas indicações, como a necessidade que todos temos de dominar os traumas e frustrações decorrentes dos ‘sádicos’ da infância – nossos pais”.

3 M. e M. Viñar, *Exílio e tortura*, p. 52.

»
*no torturado, fica projetada
a vivência insuportável
do desamparo, da submissão
mais radical ao outro*

A atualização, no imaginário coletivo, dessas vivências arcaicas do desamparo poderia explicar uma identificação com o torturador e um desprezo pelo torturado.

É menos angustiante fazer uma “identificação com o agressor”, identificar-se com a força e a onipotência – características do temido pai fálico castrador ou da mãe onipotente portadora do seio mau persecutório que promove o desamparo – representadas pelo torturador, do que se identificar com o torturado – totalmente impotente, frágil, incapaz de se defender.

No torturado, fica projetada a vivência insuportável do desamparo, da submissão mais radical ao outro, da perda de qualquer autonomia ou iniciativa, o estar completamente à mercê dos acontecimentos, o ser castrado.

Diz Viñar:

Quer dizer que, além daquilo que é objetivamente horrível na tortura, os relatos que daí emanam lhe conferem um lugar limite entre o real e o fantástico, um suspense e uma incerteza que são a mistura do delírio e dos acontecimentos reais. Ponto de intersecção que Freud privilegia para a emergência da inquietante estranheza (*Unheimlich*). Ao lado do terrível real, a tortura é uma tela projetiva que, como no fantasma de “Uma criança é espancada”, reúne a emergência do fantasma sádico com a satisfação voyeurística e masturbatória³.

Os torturados, por sua vez, emergem da tortura – onde, além do sofrimento físico, reviveram o desamparo – com a autoestima destruída, o narcisismo estraçalhado, condenando-se por terem tido um comportamento distante dos exigentes padrões ideais e superegoicos que compartilhavam com o imaginário social. Como não agiram como grandes heróis, sentem-se como



a psicanálise sabe quão pouco confiável é a memória, sujeita que é a interferências de muitos desejos conscientes e inconscientes

desprezíveis covardes. Desta maneira, muitas vezes e sem se aperceberem, internalizam a tortura: fica o ego sofrendo ininterruptamente o agulhão da culpa e da vergonha empunhado pelo ideal do ego.

A fantasia coletiva sobre tortura transparece na forma como usa a linguagem. É comum se ouvir que um torturado teria “delatado”, “denunciado”, “dedurado” amigos e companheiros.

É uma forma sutilmente perversa de se referir à situação, pois “delatar”, “denunciar” e “dedurar” (um neologismo da ditadura, derivado do “dedo duro”, aquele que aponta e denuncia) são verbos de voz ativa. Expressam ações, atos, deliberações que o sujeito executa ativamente, por iniciativa própria. Jamais deveriam ser usados para *qualquer* abordagem da tortura.

Qualquer informação que o torturado fornece, ele não o faz espontaneamente, gratuitamente, deliberadamente, voluntariamente. Essa informação lhe foi extorquida, sacada, extraída dentro de uma situação na qual a manipulação psicológica, a dor física e o risco de vida estão agudamente em jogo.

Assim, é fundamental discriminar entre a informação obtida pelo Estado através da delação e da traição conscientes e deliberadas, voluntárias, realizadas por informantes movidos por interesses venais ou ideológicos, da informação obtida através da tortura.

Se é importante analisar a pecha de covardia que a fantasia coletiva pode atribuir ao torturado, o mesmo se dá com o outro lado da moeda, a aura de herói.

A psicanálise sabe que os registros históricos, a memória, os arquivos – quer sejam pessoais ou sociais – não devem ser tomados ao pé da letra. Todos eles sofreram processos de

revisão, repressão, negação, idealização. Todos eles exigem um longo e cuidadoso trabalho de análise e desconstrução, como dizia Derrida, para que se desvele o que se esconde atrás das mitificações e mistificações.

Não se pode negar que efetivamente há pessoas capazes de dar a vida por uma ideia, por um ideal. A complexidade desse gesto se evidencia na forma controvertida pela qual é avaliado: considerado “heroico” pelos que comungam com a causa daquele que se imola, tido como “terrorista e louco” por seus adversários. Um exemplo incontornável são os ativistas islâmicos, que adquiriram grande importância depois do atentado ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001.

É necessário fazer uma discriminação entre a decisão de dar a vida por uma causa – um “terrorista/herói” suicida que resolve explodir-se com uma bomba, por exemplo – e a decisão de não ceder informações sob tortura. A primeira situação é uma deliberação ativa, na qual o sujeito detém o poder de levar até o fim sua decisão⁴. Na tortura, como já vimos, o sujeito está totalmente submetido, não tem poder decisório nenhum, nem mesmo o de se calar, pois a direta e massiva manipulação física e mental da qual é vítima força a entrada em campo de fatores emocionais que impossibilitam qualquer decisão autônoma. A dor física, o pânico real e fantasmático, a ameaça iminente de morte, desestabilizam-no completamente, fazendo-o regredir a estágios psíquicos muito arcaicos. Ele já não é mais dono de si mesmo.

A psicanálise sabe quão pouco confiável é a memória, sujeita que é a interferências de muitos desejos conscientes e inconscientes.

Não poderia ser diferente com os relatos de resistência à tortura. Ao evocarem experiências traumáticas de fortíssimo impacto emocional, os relatos dificilmente poderiam ser a expressão fática da realidade. Elas estão permeadas – necessária e inevitavelmente – pela fantasia, pela realização de desejos, pela negação, pela denegação. São modeladas pelas pressões internas do

superego e do ideal do ego, além das pressões externas, os ideais sociais, os compromissos políticos com a militância, etc.

Essa postulação não implica demérito algum para aqueles que passaram por tão radical experiência. Pelo contrário, visa proporcionar uma acolhida mais realística e solidária para tão extremado sofrimento, possibilitando ao torturado melhores condições de elaborar seu trauma, sem terem de sustentar penosas ficções para conter exigências internas e externas.

Não é outra coisa o que diz Viñar:

Se não devemos negligenciar nem apagar as consequências históricas e políticas da distância ética entre o resistente e o colaborador, entre herói e traidor, convém não permanecer aí, a um nível manifesto. Porque nossa posição frente à miséria humana não é a mesma no âmbito da consulta e da vida, mas sobretudo numa perspectiva mais operacional e pragmática, porque a alternativa maniqueísta entre herói e traidor é própria da psicologia do rumor; na nossa prática clínica, a glória e a fragilidade do comportamento consciente e da fantasmática são mais matizados e contraditórios. O martírio apaga, ao menos parcialmente, os limites do sujeito lúcido e consciente. É na vizinhança entre o onirismo e a confusão que se fazem as escolhas (esse também não é um bom termo aqui) e fabricam-se as lembranças. Não é pois evidente traçar os limites entre o segredo e a confissão, entre o que calamos e o que cedemos na realidade consciente e na realidade fantasmática. Do mesmo modo, a elaboração da experiência não acontece na reletrasparência do testemunho. Atravessa-se um labirinto de glória, miséria e humilhação, nos fundamentos do ser. A persistência, a insistência do dilema do herói e do traidor ultrapassa a aposta da verdade histórica. Esta alternativa, veiculada pelo rumor, exprime estruturas mais essenciais. Ela extrai sua importância do fato de que ela permite representar e figurar uma parte do impensável do terror. Tal como o protagonista e o coro da tragédia grega, o sujeito e seu

4 No caso, a questão da liberdade de escolha é mais complexa, à medida que envolve a ideologia e suas dimensões irracionais inconscientes, com imenso poder de assujeitar aqueles que a adotam.

5 M. e M. Viñar, *op. cit.*, p. 147.

no segundo semestre de 1972,
fui preso na Operação Bandeirantes,
em São Paulo: não tinha nenhuma
militância política naquele momento

meio dramatizam uma figuração da realidade onde se desvelam os pontos fixos da estrutura. No interior da estrutura, curvar-se ou resistir são polos necessários: é a necessidade de distingui-los e dominá-los pela repetição que dá sua força às repercussões do traumático⁵.

* * *

Embora até aqui tenha tentado falar com a neutralidade que o tema possibilita, a tortura é um assunto que me toca muito de perto.

Explico melhor. No segundo semestre de 1972, fui preso na OBAN (Operação Bandeirantes), em São Paulo: não tinha nenhuma militância política naquele momento. Tinha, sim, amigos envolvidos e intensamente procurados. Minha prisão visava recolher informações que permitissem sua captura. Para a obtenção dessas informações fui espancado, levei choques elétricos, fui colocado em solitária, fui ameaçado de morte (com um revólver no ouvido) e de sofrer represálias contra meus familiares. Aguardei três dias sem dizer o pouco que sabia. No quarto dia, falei. A consequência imediata foi a prisão de minha mulher. Fiquei preso por 16 dias intermináveis, ela por 12 dias.

Para mim o uso da palavra “tortura” é complicado. Ora ela me soa esvaziada de sentido, insuficiente para exprimir o terror e sofrimento pelos quais passei. Ora parece excessiva, pomposa, grandiloquente demais, a ponto de me fazer pensar – será que aquilo que lá vivi era a tal “tortura”, eu que sequer passei pelo pau de arara?

Talvez a palavra “tortura”, sob o prisma daquele que a sofreu será sempre inadequada, insuficiente, incapaz de abranger uma realidade inapreensível.

A partir do que vivi, penso que ser torturado é algo da ordem da catástrofe. Como disse





*foi duro o processo de recompor-me,
sair da paranoia e do sentimento
de culpa, da ferida narcísica*

antes, é estar absolutamente à mercê de um Outro maligno, com inquestionáveis poderes de vida e de morte sobre você. É a concretização negativa mais perfeita do *Hilflosigkeit*, é estar no *Estado de Desamparo* infantil descrito por Freud, tendo um adulto (uma mãe) louco e assassino para “cuidar” de você.

Talvez o pesadelo recorrente que tinha na prisão, nos momentos em que conseguia dormir, illustre bem essa situação. Fugindo de um grande perigo, tentava escalar as paredes de lama do imenso buraco negro onde estava encurralado. Era uma tarefa quase impossível, pois não tinha ponto de apoio firme e a todo momento escorregava para baixo, tendo de começar tudo de novo. Quando, graças a um extraordinário esforço, conseguia subir e me aproximar das bordas que levavam para a superfície, mulheres velhas, imundas, esfarrapadas, esqueléticas, criaturas que viveriam naquele buraco, me puxavam pelos calcanhares e, aterrorizado, voltava à estaca zero.

Na prisão, vi-me coagido a fornecer as informações que possuía. Por sorte, era pouco o que sabia e acrescentei irrelevâncias ao que já era conhecido pelos órgãos de segurança. As informações que tinha não produziram consequências desastrosas ou fatais. Os amigos procurados não foram presos. É verdade que outros companheiros e conhecidos, com o mesmo tipo de envolvimento que tínhamos, eu e minha mulher, foram detidos a partir de meu depoimento. Ao que sei, sofreram a violência da prisão, o pavor de interrogatórios truculentos e tiveram uma detenção mais curta que a minha, o que não é pouco.

Se estando tão pouco envolvido com a militância política e sabendo que as informações que cedi sob tortura não provocaram efeitos dramáticos irreversíveis, mesmo assim esse episódio

teve um alto custo emocional para mim, imagino como não é com aqueles que não tiveram a mesma sorte que eu. Falo dos que sabiam muito e sabiam coisas importantes, informações que foram obrigados a fornecer desencadeando efeitos calamitosos e fatais.

A declaração da então Ministra Dilma Rousseff ilustra perfeitamente minhas conjecturas, não só quanto à internalização das acusações fantasmáticas como ao reconhecimento da completa vulnerabilidade sentida pelo torturado:

Todos nós somos extremamente frágeis à tortura, que é o nível da destruição humana. Um cara que foi obrigado a renunciar ao que ele pensava, ao que ele queria, não merece crítica. Fazê-la seria aceitar que a tortura tivesse dado certo. E não aceito que a tortura deu certo, eu não aceito a lógica dela. Eu estou falando dos que abriram a boca. É imperdoável a tortura ter obrigado uma porção de gente a trair os seus próprios ideais. É imperdoável terem roubado a alma deles. Não falo dos que aguentaram e piraram um pouco, como a Dodora [Maria Auxiliadora Lara Barcelos, da VAR-Palmares, presa e torturada, que depois suicidou-se na Alemanha]. É dos que sobreviveram e que carregam esse fardo. Eu tenho essa culpa, todo mundo tem essa culpa, porque diante da tortura ninguém é herói. É um troço que é de uma dor inimaginável. Eu vi gente sofrer feito um cão, depois, mais do que na tortura. É consequência da tortura, da hora que a pessoa falou, o sentimento de culpa que o torturador inflige. Porque a tortura é a dor física, e acabou. Mas aquele saco ela carrega e vai carregando e vai carregando, e é complicadíssima essa relação de culpa⁶.

Gostaria que minhas considerações pudessem ajudar especialmente a essas pessoas, dando-lhes força para não se deixarem esmagar pelas implacáveis exigências superegoicas ou do ideal do ego.

Foi duro o processo de recompor-me, sair da paranoia e do sentimento de culpa, da ferida narcísica – sentimentos característicos de todos os sobreviventes, como mostra a literatura que aborda o assunto.

Essa recuperação foi ainda mais difícil, pois, apesar de não termos sido oficialmente

condenados, já que nosso envolvimento político “subversivo” era praticamente inexistente, recebi a penalidade de comparecer semanalmente, durante um ano, à sede da OBAN, para assinar o que era chamado de “ménage” (nunca soube o significado exato da palavra ou mesmo sua grafia; alguém me sugeriu que seria do francês, “ménage” – limpeza). Isso significava ter de ir semanalmente à OBAN assinar um papel para provar que não tinha fugido do país e declarar não ter conhecimento de nenhuma atividade “subversiva”.

Não é difícil imaginar o que representavam para mim essas idas semanais à portaria da OBAN.

Sei, é claro, de outros que passaram por sofrimentos físicos muito maiores do que aqueles que a mim foram dispensados, além de terem ficado longamente encarcerados.

Em janeiro de 1973, minha mulher e eu fomos novamente detidos em Fortaleza, onde, por mera coincidência, estávamos de férias. Ao serem informados de nossa prisão anterior em São Paulo, após prestar novos depoimentos, fomos liberados.

Relembrando tudo isso, revejo a dimensão do quanto tudo isso me custou. Anos de medo, angústia, culpa, paranoia. Quanto desassossego, quanta preocupação com nosso primeiro filho, que nasceria nesse clima de total insegurança.

De qualquer modo, com nosso mútuo amparo e a indispensável ajuda de meu analista na ocasião, Dr. Arlindo Cunha, já falecido, sobrevivi. Sobrevivemos.

Um pouco dessa minha vivência, num esforço sublimatório, deu origem a um conto meu, “O décimo dia”, publicado em meu primeiro livro, *Mergulhador de Acapulco*.

Ao contrário do que se poderia supor, não tenho lembranças muito vívidas daqueles momentos. Rostos, vozes, sons, gritos, situações, tudo se mistura e se condensa num forte sentimento de angústia que, apesar de ter-se atenuado com o tempo, persiste até hoje. Ainda é difícil falar sobre isso. Cada vez que esse assunto

6 Folha de S. Paulo, 26 jun. 2005.

»
*as interpretações sobre tortura,
torturado e torturador são tentativas de
colocar em termos teóricos
a experiência que vivi diretamente*

ameaça voltar à baila, sinto-me incomodado e minha primeira reação é de fuga.

Em 2005, participando de um grupo na internet formado por colegas médicos, levantou-se o tema da ditadura. O mote era: “quais são suas lembranças daquele tempo?”. Para minha própria surpresa, me vi motivado a escrever sobre o que vivi naquela ocasião, coisa que até então era impossível fazer. Penso que essa decisão evidenciava que um longo trabalho interno de elaboração psíquica tinha chegado a um novo estágio.

O mesmo ocorreu agora, quando da proposta da nossa *Percurso* de fazer uma reflexão psicanalítica sobre os 50 anos do golpe de 1964. Retomei o texto escrito em 2005, no qual fiz várias alterações, mantendo deliberadamente sua estrutura um tanto peculiar, talvez reveladora de quão perturbadora foi e continua sendo minha aproximação com esse tema. Para escrevê-lo não procurei bibliografia. As raras citações – como o livro de Viñar e as notícias de jornais – praticamente caíram-me nas mãos enquanto escrevia o artigo. As interpretações sobre tortura, torturado e torturador são tentativas de colocar em termos teóricos a experiência que vivi diretamente.

Não sei se algum dia retornarei ao assunto. A disposição para escrever – sobre esse assunto ou qualquer outro – não depende da volição consciente e sim dos subterrâneos movimentos do inconsciente.

A tortura, como o exílio, a imigração, são situações políticas sociais que têm relevância para a psicanálise, à medida que enfatizam a importância da realidade externa na clínica do trauma. O mesmo vale para a pobreza, a miséria, a exclusão social, a condição de pária – tão frequentes em largas partes do mundo de hoje. Sem falar na real loucura presente na família, instalada por

pais incapazes de exercer suas funções paterna e materna.

Passados todos esses anos, está claro para mim que a tortura não é a única violência que o Estado exerce sobre o cidadão. É, sem dúvida, a mais espetacular, a mais visível e chocante. A lenta destruição de gerações pela fome e pela ignorância, a instituição da corrupção, a falta de transparência no manejo da coisa pública, a manipulação da lei são práticas que não têm a dramaticidade da tortura, mas que são tão ou mais danosas que ela.

Acredito que não é possível avançar numa reflexão mais aprofundada sobre o autoritarismo ditatorial, do qual a tortura é decorrência, sem enfrentar psicanaliticamente duas questões de magna grandeza – as ideologias e as estruturas de poder. No que diz respeito às ideologias, como a psicanálise poderia melhor lidar com esses sistemas de crenças, verdadeiros delírios socialmente compartilhados? Quanto ao segundo ponto, a psicanálise nos ensina que, para

nos constituirmos como sujeitos, temos de nos submeter ao poder inicial da mãe e depois ao do pai, poderes que não podem abdicar da violência para romper nossa onipotência narcísica e passar-nos pela castração simbólica. Esses poderes sofridos diretamente na infância tomam depois a face mais distanciada da Lei. Terá sido tão traumática essa experiência que nunca a superamos e dela fazemos a base de nossa vivência política, oferecendo-nos apenas duas saídas insatisfatórias: para uma minoria, a identificação com o pai onipotente da horda primitiva, o que permite o exercício mais deslavado do poder; para a maioria, a submissão masoquista a políticos a quem delega de forma acrítica o poder, como crianças frente a um pai poderoso? Pode a psicanálise propor saídas para esse impasse? Será possível uma verdadeira democracia sem que essas questões sejam reconhecidas e trabalhadas? Não é esse um passo imprescindível na construção da democracia, esse processo em perene *por vir*, como dizia Derrida?

Referências bibliográficas

Stoller R. (1991). *Pain and passion, a psychoanalyst explores the world of s&M*. New York/London: Plenum Press.

Viñar M.; Viñar M. (1992). *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta.

Painful reflections

Abstract From his own experience, the author produce a psychoanalytic reflection on trauma, prison and torture.

Keywords dictatorship; authoritarianism; trauma; torture; helplessness; sadism; masochism.

Recebido em: junho de 2014.

Aprovado em: setembro de 2014.

De como o terrorismo de estado pôde atingir o campo da saúde mental na Argentina

Lucía Barbero Fuks

Resumo A identificação dos restos mortais de uma colega desaparecida do Serviço de Psicopatologia de Lanús, na Argentina, induz a autora a reconstruir os acontecimentos ligados à repressão militar que motivaram sua saída do país na década de 1970. Isso lhe permite recuperar a história da instituição e do projeto conduzido pelo psiquiatra Mauricio Goldenberg, seu fundador, o ideário democrático e humanista que o norteava e as transformadoras propostas assistenciais, formativas e de prevenção, abertas às diversas correntes psicoterápicas com destaque para a psicanálise – constituindo um legado que transcendeu as fronteiras do país. O relato testemunha as dificuldades na elaboração das perdas e a quebra do sentido de continuidade existencial imposta pela repressão político-ideológica e pelo terror de estado. Interpreta, enfim, como um dos objetivos do poder ditatorial, a destruição de um projeto transformador no campo da Saúde Mental e da psicanálise, a desagregação e o afastamento dos profissionais que o sustentavam.

Palavras-chave ditadura; desaparecimento; subjetividade e poder; saúde mental; Reforma Psiquiátrica; testemunho.

Lucía Barbero Fuks é psiquiatra e psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise, professora do Curso de Psicanálise e coordenadora do Curso Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma do Instituto Sedes Sapientiae. É autora de *Narcisismo e Vínculos* (Casa do Psicólogo, 2008), *O sintoma e suas faces* (Escuta, 2006) e *Psicanálise em trabalho* (Escuta, 2012), entre outros.

Começamos por uma notícia mais recente, enviada por e-mail por colegas médicos do Hospital Gregorio Aráoz Alfaro, de Lanús, província de Buenos Aires. Com objetividade, a mensagem informava que, no dia 10 de fevereiro de 2011, havia sido formalizada a identificação de Martha María Brea e ordenada a entrega de seus restos à família, tendo ela sido vítima do terrorismo de Estado durante a ditadura civil-militar argentina. Em linhas sucintas, Martha era psicóloga e coordenadora do Departamento de Adolescentes do Serviço de Psicopatologia desse hospital quando foi sequestrada, na manhã de 31 de março de 1977, aos olhos de todos e em pleno horário de trabalho.

Onde esse episódio se origina? O que representa historicamente? De que maneira interpretá-lo passadas tantas décadas? Para compreender bem a história e ponderar suas implicações, talvez convenha conhecer melhor seus meandros, retornar um pouco mais no curso do tempo, ao ano de 1956, quando o professor Dr. Mauricio Goldenberg assumiu a Direção do Serviço de Psicopatologia no Hospital de Lanús.

O “Lanús”

A entrada em um hospital geral de um serviço de psiquiatria, incluindo internação e tratamento ambulatorial, constituiu a primeira ruptura institucional dos muros manicomial na Argentina. Passava-se a aplicar ali, de forma pioneira, alguns princípios promovidos desde 1948 pela Organização Mundial da Saúde.

O que Goldenberg sustentava e realizava era a criação de consultórios externos e serviços de psiquiatria em hospitais gerais,

145

PERCURSO 52 : p. 145-150 : junho de 2014



*era a antítese do sistema
manicomial, sendo regido
por valores político-morais*

estabelecendo o que ficou conhecido como “o primeiro serviço de Psiquiatria dentro de um Hospital Geral”. Eram muitos os seus fatores diferenciais: entre eles, a realização de assembleias periódicas que reuniam os pacientes internados, os familiares e os terapeutas, participando em forma igualitária, em consonância com o modelo das Comunidades Terapêuticas proposto por Maxwell Jones¹.

Era a antítese do sistema manicomial, sendo regido por valores político-morais: democracia, pluralismo, aversão à especulação teórica, humanismo nas relações entre profissionais e pacientes. Era isso o que qualificava a prática e a perspectiva desenvolvidas nesse serviço.

Goldenberg definiu o “Lanús”, como informalmente o chamamos, por um núcleo de fatores constitutivos que teriam como cerne a palavra *democracia* em seu sentido mais abrangente. Na amplitude do termo estava incluída a não discriminação por preconceitos raciais, políticos ou religiosos, o que se revelava também na especificidade, na ênfase dada ao respeito pela diversidade de perspectivas teóricas e clínicas e na promoção do intercâmbio e do debate. A “ideologia do serviço”, como Goldenberg costumava dizer, podia ser resumida a uma declaração de pluralismo teórico e respeito pela multiplicidade científica, concomitantes a uma humanização da atenção psiquiátrica e à valorização das relações democráticas.

Foram emblemáticos os avanços terapêuticos introduzidos, como as psicoterapias psicanalíticas individuais, grupais e breves, a pesquisa inovadora em diversas áreas, a aplicação das últimas descobertas psicofarmacológicas, e o desenvolvimento, pioneiro na América Latina, de um Hospital-Dia e de um Departamento de Psiquiatria Comunitária.

Era uma nova e promissora perspectiva em saúde mental na Argentina, tendo uma

identidade múltipla que não se referia a nenhuma teoria ou modalidade terapêutica única – ainda que estivesse mais ligada, sem dúvida, ao desenvolvimento psicanalítico. Goldenberg era um psiquiatra orientado para a psicanálise, promovendo tanto a inclusão no hospital de tratamentos baseados na psicanálise, como a formação psicanalítica dos jovens profissionais.

Para E. Galende², o “Lanús”, se não foi a primeira chegada de psicanalistas ao hospital público, foi ao menos a primeira em caráter massivo. Essa presença intensiva de psicanalistas em uma instituição pública impulsionou a transformação do campo da saúde mental na Argentina, até então sob o domínio da psiquiatria asilar, ao mesmo tempo que deu origem a uma formação psicanalítica alternativa à que oferecia hegemonicamente a APA (Associação Psicanalítica Argentina). Como corolário da relação privilegiada entre Goldenberg, o “Lanús” e a psicanálise, Luis Hornstein incluiu no livro *Introdução à Psicanálise* uma aula dada por Goldenberg na Venezuela, onde expunha a história desse serviço³.

Entre os profissionais que ali trabalhamos, talvez não seja exagero dizer que há um sentimento comum de termos sido emblematicamente marcados por essa passagem pelo “Lanús”, assim como a crença na possibilidade de transmitir algo dessa marca. Para alguns de nós, isso nos acompanhou também em nossa inserção institucional no Brasil, e nos acompanha nos diversos trabalhos de transmissão da psicanálise em que nos empenhamos até hoje.

Militância e supressão

Em Lanús prevalecia a relação inalienável entre a história institucional e a política, em que o “humanismo” e o “pluralismo democrático” eram os eixos de transformação da psiquiatria manicomial em psiquiatria humanizada. Era uma instituição comprometida socialmente. A noção de compromisso social nos remete a passados militantes aos quais talvez convenha aqui aludir.

No ano de 1959 havia sido criada a associação gremial “Federação Argentina de Psiquiatras” (FAP). Durante a década de 1960, a FAP viu aumentar a quantidade de psicanalistas que se filiaram à instituição, o que culminaria, no ano de 1969, com a presidência de Emilio Rodrigué na filial de Buenos Aires. A FAP transformou-se então num órgão de pressão sobre a Associação Psicanalítica Argentina (APA), solicitando tomadas de posição mais firmes, em consonância com a postura de seus integrantes inseridos na Rede Pública Hospitalar.

Em 1972, a FAP, a Associação de Psicólogos e a de Psicopedagogos criaram a Coordenadoria de Trabalhadores de Saúde Mental, sendo uma de suas intenções intensificar a atuação dos profissionais de Saúde Mental em Hospitais Públicos e centros de saúde. Nesse mesmo ano, Goldenberg deixou o Serviço de Psicopatologia de Lanús e passou para o Hospital Italiano, uma instituição privada situada também na capital, dando lugar interinamente a Valentín Barenblit, que passou a comandar a continuação do projeto com o apoio de todos os profissionais do setor.

O processo de inovação e consolidação de mudanças no campo institucional realizado pelo “Lanús” se estendeu de 1956, ano de sua fundação, a 1977, quando sofreu os efeitos do golpe militar e da repressão de Estado generalizada que levou muitos profissionais a abandonar sua prática pública. Foi imediato o início da perseguição dos que ali se encontravam: para as instâncias de segurança do Processo de Reorganização Nacional (PRN), como a ditadura se autodenominou, todo profissional daquele serviço era, de partida, considerado um PAI – a curiosa sigla resultante das palavras “presumível agitador ideológico”.

As Forças Armadas tomaram o poder em 24 de março de 1976, mas já fazia tempo que a situação no serviço de psicopatologia se tornara difícil devido à violência política e às medidas cada vez mais repressivas que o Estado exercia. A

»
*nossa formação era psicanalítica,
sem descuidar da transmissão de um
conhecimento psiquiátrico moderno*

deterioração do governo de Isabel Perón crescia, assim como a inflação, e também a resistência das organizações guerrilheiras (sobretudo dos Montoneros e do Ejército Revolucionario del Pueblo). Por sua vez, a “triple A”, organização de direita ligada ao governo, intervinha com muita violência, respaldada por instâncias oficiais.

O sequestro de Marta

O Lanús foi o cenário onde minha história se juntou com a de Martha, a partir de meu ingresso na residência de psiquiatria, cuja instauração constituiu também uma importante realização do projeto institucional. Nossa formação era predominantemente psicanalítica, sem descuidar da transmissão de um conhecimento psiquiátrico moderno e atualizado. Terminada a residência, integrei-me ao Departamento de Adolescentes e foi ali que conheci Martha, uma das psicólogas que trabalhavam no setor. Ficamos amigas, cabe dizer, compartilhando experiências profissionais e pessoais. Foi uma convivência que só se intensificou nos anos seguintes, sobretudo quando tivemos que nos envolver na luta para manter a estrutura e garantir a continuidade do trabalho – luta a que todos nos entregamos conjuntamente por ocasião do afastamento forçado, em março de 1976, de Valentín Barenblit, então chefe do serviço. Por meio de um concurso interno fui nomeada para ocupar esse cargo, e coube a Martha desempenhar a função de coordenadora do Departamento de Adolescentes.

Foi nesse contexto que se deu a ocorrência fatídica. Estávamos juntas em uma reunião do conselho diretivo, quando ela foi chamada para uma “consulta de emergência”. Quando percebemos que algo estranho acontecia, ela já estava sendo levada para fora do hospital em um carro não identificado,

- 1 M. Jones (1968), *A comunidade terapêutica*.
- 2 E. Galende (1992), “Algo para recordar: Lanús y la salud mental”.
- 3 L. Hornstein (1983), *Introdução à psicanálise*. Encerramento do curso: Dr. Mauricio Goldenberg (p. 241-256).



*a emergência do PRN não
pode ser concebida senão
como uma catástrofe*

e nada pudemos fazer para impedi-lo. Nas gestões em que me empenhei, também por ocupar o cargo formal de chefia, junto às autoridades e aos familiares de nossa colega, só obtive respostas evasivas e sugestões mais veladas ou mais explícitas de que era melhor não insistir no assunto. Em abril, menos de um mês depois, produziu-se a detenção seguida de tortura de Barenblit, liberado vinte dias mais tarde, quando já considerávamos seriamente a necessidade de sair do país. Foi Barenblit quem nos urgiu a partirmos de imediato. Para garantir minha segurança, só quando estava no Brasil comuniquei minha renúncia formal ao cargo em Lanús.

A Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) foi o organismo ao qual o governo de Alfonsín encomendou investigar a repressão estatal durante o período 1976-1983. Esse organismo constatou 8960 casos de desaparecimentos forçados de pessoas. Os organismos de Direitos Humanos estimaram para o mesmo período a cifra de 30.000 pessoas. A repressão tinha múltiplos alvos, mas atingia principalmente estudantes, sindicalistas, intelectuais, profissionais liberais e, em muitas ocasiões, seus familiares, todos eles sequestrados e confinados em centros de detenção clandestinos, onde eram torturados. Muitos deles foram assassinados e enterrados em fossas comuns, ou jogados de aviões nas águas do Rio da Prata, como método de desaparecimento de seus corpos e, com eles, de toda marca ou resquício do passado. Os que puderam se exilaram para salvar suas vidas, e esses também são contados às dezenas de milhares.

Poder e interrupção temporal

A população que trabalhava no Serviço de Psicopatologia de Lanús possuía uma grande homogeneidade ideológica e estava constituída

por profissionais que se definiam como progressistas, orientados em suas escolhas políticas para os partidos e movimentos populares reformistas ou de esquerda, opositores do conservadorismo e do liberalismo econômico. Consequentemente, sofreram de modo direto ou indireto os excessos e as atrocidades dos militares.

A emergência do PRN não pode ser concebida senão como uma catástrofe. Nessa perspectiva, temos que considerar sua temporalidade catastrófica como a de uma descontinuidade, diferente daquela que se institucionaliza nas concepções temporais normais. Trata-se de uma descontinuidade que desarticula a normalidade e demanda uma reinscrição que a torne inteligível⁴.

Em outras palavras, o PRN foi uma catástrofe que introduziu uma interrupção na temporalidade. Os profissionais que se afastaram do serviço nos anos 1976 e 1977 por causa da repressão e do terror reelaboraram o passado dessa instituição como o de um processo violentamente interrompido – como uma continuidade truncada de um espaço que já não se reconhecia como próprio.

No trabalho “Matar a morte”, Gilou García Reinoso⁵ postula que a adesão que o Poder solicita e obtém toma seu fundamento da estrutura mesma do sujeito e das características do desejo humano. Trata-se aqui de trabalhar “os fundamentos subjetivos do poder”. O poder depende, quanto à sua eficácia para se estabelecer e se sustentar, do suporte que a aceitação da população possa lhe prover. Isso tem a ver então com todos nós, ainda que essa aceitação possa tomar formas bastante variáveis, desde o silêncio por medo até a adesão manifesta.

Não se trata de assumir uma culpabilidade que corresponde a outros, mas é bom refletir sobre o risco da opção pelo desconhecimento, pelo “não saber”. É muito difícil reconhecer em nós mesmos situações das quais podemos sentir vergonha e rejeição. Era muito frequente, nessa época, encontrar pessoas, colegas inclusive, que diziam ignorar que estivessem acontecendo sequestros e desaparecimentos, ou até que não acreditavam nisso. Outras recorriam ao “por algum motivo

será...”, refugiando-se numa isenção que só servia para reforçar o poder ditatorial.

O Poder exige o consenso da população, pois é através dela que se sustenta como poder absoluto. O procedimento do desaparecimento de pessoas é uma ameaça de desestruturação subjetiva, o que equivaleria a uma morte psíquica. O sujeito que adere ao poder, seja por medo ou por consenso, e especialmente (ou ainda mais) quem aceita o procedimento de desaparecimento é também vítima do poder absoluto. Trata-se de uma fórmula onipotente de um Poder soberbo e absoluto que pretende ser dono da vida e da morte dos cidadãos. É uma tentativa da ditadura de se afirmar pela via do terror e do silêncio. O Poder mata impunemente, e vai além: suprime a vida humana em suas duas vertentes, a vida e a morte. Matar, e fazer com que a morte não exista. Fazer desaparecer, apagar, negar tudo, inclusive a morte. Impor a recusa da realidade, do real, do traumático, da verdade.

Daí a importância de um trabalho de recuperação histórica, daí a importância da memória. Quinta-feira, quinze horas. Na Plaza de Mayo, em volta da pirâmide, as “madres” circulam; levam fotos, nomes, datas. São os fantasmas que fazem sua aparição. Denunciam e tornam visível o invisível. Os desaparecidos aparecem. Há espera, mas não passividade nem violência. Realiza-se um efeito de interpretação, de remodelação da realidade. Já não será o mesmo terror, algo está transformado. Reafirma-se o valor da palavra.

Memória e reinterpretação

Retomo a história que se seguiu ao sequestro de Marta, em 1977. Afastados de qualquer possibilidade de intervenção efetiva, soubemos, por outra psicóloga sequestrada, mas liberada em seguida, que Marta estava em um centro de detenção clandestino. Eu não a conhecia, mas ela se mostrava

4 S. E. Visacovsky, *El Lanús: memoria y política em la construcción de una tradición psiquiátrica y psicoanalítica argentina*.

5 G. García Reinoso, “Matar la muerte”.

6 L. Barbero Fuks, “Homenagem a Martha Brea, psicóloga, colega e amiga, sequestrada em 31 de março de 1977”.

»
*a morte então revive
quando volta à tona, quando
se vê enfim confirmada*

impressionada e agradecida pela atitude solidária de Martha em circunstâncias tão difíceis.

Como é comum nos casos de desaparecimento forçado, essa notícia alimentou por muito tempo nossa crença de que ela pudesse estar viva. Com o passar dos anos, logicamente, essa crença vai se enfraquecendo até quase sumir. Não ter uma evidência material leva ao congelamento do luto pela perda não reconhecida, em uma espécie de rarefação do sentido da realidade, provocada intencionalmente pelo terrorismo de Estado – eis aí um dos muitos efeitos do ato de “matar a morte”.

A morte então revive quando volta à tona, quando se vê enfim confirmada. Com a afirmação como fato real de sua execução em 1º de junho, dois meses depois do sequestro – uma confirmação que só obtive trinta e quatro anos mais tarde – senti o impacto de saber renovada a dor da perda, e voltei a vivenciar a raiva e a impotência diante de tudo o que acontecera.

Participei da homenagem realizada no pátio daquele hospital, um pátio em que os anos de repressão haviam deixado vazios e silêncios⁶. Marta era uma ausência, era o não nomeado, o silêncio sinistro que revelava, em sua manifestação, um recalcado que agora retornava. Ali, então, me era concedida a possibilidade de expressar algo que sempre soube e senti, mas algo que mantivera incompreendido ou calado: que o motivo principal para que aquele sequestro acontecesse, daquela maneira e naquele lugar, era golpear a todos nós, a cada um de nós, ao nosso projeto e às nossas realizações.

Uma continuidade necessária

Ao chegar ao Brasil, junto com familiares e colegas com uma história similar e motivos idênticos

para deixar o país, foi uma surpresa feliz encontrar uma instituição acolhedora e generosa de formação de profissionais do campo da educação e da saúde mental. Uma instituição disposta a reconhecer nossa qualificação e nossa experiência e fornecer uma inserção em projetos que tinham aspectos em comum com aqueles em que eu participara e me formara como psiquiatra e psicanalista.

O caráter democrático e pluralista do Sedes Sapientiae era evidente no ar que ali se respirava, rapidamente ganhando expressão pública na Carta de Princípios elaborada coletivamente por todos os setores que faziam parte da instituição. Seu compromisso social se realizava através de trabalhos com comunidades de base, de uma formação acessível e não elitizada de psicoterapeutas de linhas variadas, incluindo projetos alternativos ao modelo oficial e inovadores no campo da psicanálise, assim como atendimentos gratuitos à população com poucos recursos econômicos.

Referências bibliográficas

- Barbero Fuks L. (2011). Homenagem a Martha Brea, psicóloga, colega e amiga, sequestrada em 31 de março de 1977, *Boletim Online*, Departamento de Psicanálise, n. 19, nov. 2011.
- Galende E. (1992). Algo para recordar: Lanús y la salud mental. In *35 años. Primeras Jornadas Encuentro del Servicio de Psicopatología del Policlínico de Lanús*, Buenos Aires, p. 101-105.
- García Reinoso G. (2009). Matar la muerte. In G. Kazi (coord.), *Subjetividade e contexto*. Buenos Aires: Madres de Plaza de Mayo.
- Hornstein L. (1983/1989). *Introdução à psicanálise*. Trad. Maria Angela Santa Cruz. Encerramento do curso: Dr. Mauricio Goldenberg (p. 241-256). São Paulo: Escuta.
- Jones M. (1968/1972). *A comunidade terapêutica*. Trad. Lúcia de Andrade Figueira Bello. Petrópolis: Vozes.
- Visacovsky, S.E. (2002). *El Lanús: memoria y política en la construcción de una tradición psiquiátrica y psicoanalítica argentina*. Buenos Aires: Alianza.

O compromisso com o público e com o social ganhou nova importância com a transição política da sociedade brasileira para a democracia, que teve um grande impacto nas instituições públicas de saúde. Entre muitas outras coisas, possibilitou a abertura de programas de formação para profissionais de Saúde Mental da rede pública, formação que os tornasse capazes de sustentar a transformação do modelo manicomial que se mantinha hegemônico até então.

Como professora no Sedes e como membro das equipes de psicanalistas que se envolveram nesses programas, dando cursos e supervisionando grupos de terapeutas, me foi possível transmitir, em instituições que eram novas para mim, algo ou talvez muito do que tinha apreendido da “ideologia” do “Lanús”. Pude assim, ou tenho podido desde então, repassar algo do legado de Goldenberg, de meus velhos colegas e companheiros de caminhada, e de minha amiga Martha Brea, que ocupa entre todos um lugar especial.

On how state terrorism affected the field of mental health in Argentina

Abstract The identification of the remains of a missing colleague in the Psychopathology Section of the Lanús Hospital, in Argentina, induces the author to reconstruct the events linked to the military repression that prompted her departure from the country in the 1970s. She recollects the history of the project lead by the psychiatrist Mauricio Goldenberg, its founder, and the democratic and humanistic ideals that guided it. Among its legacies that transcended the boundaries of the country, she points out its innovative proposals of assistance, training and prevention, open to various psychotherapeutic tendencies, especially psychoanalysis. The testimony reports the difficulties in the elaboration of loss and the existential disruption caused by ideological repression and State terrorism. The author interprets, then, as one of the objectives of the dictatorial power, the destruction of an innovative project in the field of Mental Health, as well as the breakdown and the removal of the professionals who supported it.

Keywords dictatorship; Disappearances; power and subjectivity; mental health; Psychiatric Reform; Testimony.

Recebido em: junho de 2014.

Aprovado em: agosto de 2014.

Para não fazer o elogio do sinistro¹

Heidi Tabacof

Resumo A partir do depoimento do pai à Comissão Nacional da Verdade, psicanalista dá seu próprio testemunho dos efeitos traumáticos do mandato paradoxal de não falar e nunca esquecer, presente tanto em sua origem judaica quanto nos momentos de regime autoritário em nosso país. Através da narrativa em terceira pessoa, faz de muitos uma história que é sua, buscando romper o silêncio da memória fundamental para a elaboração do trauma. Esta oportunidade está criada pelo Estado Brasileiro que hoje assume sua responsabilidade na barbárie, conduzindo a investigação dos fatos escondidos e pedindo perdão aos sujeitos e à sociedade pelos crimes cometidos.

Palavras-chave psicanálise; trauma; testemunho; tortura; silêncio; vergonha.

Heidi Tabacof é psicanalista, professora e membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

¹ Texto apresentado em 30 ago. 2014, na abertura da primeira etapa do Evento: *Ditadura Civil-militar no Brasil: O que a psicanálise tem a dizer*, organizado pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Na busca da verdade através do testemunho, vou contar uma história que é minha e de tantas outras pessoas que em alguma medida sofreram os abusos do totalitarismo, com seus efeitos de terror e de angústia muda. Precisamente aí a psicanálise é convocada a tomar um lugar, intervindo com a escuta do sujeito e articulando no social o saber do inconsciente.

Freud, pensador do humano, em interlocução constante com os saberes e os enigmas de seu tempo, construiu a metapsicologia e seu método clínico baseado no livre exercício da palavra que põe em marcha o processo analítico.

Nesse momento em que o Estado Brasileiro investiga seus crimes ocultos, cujas ressonâncias não cessam de nos ameaçar, somos chamados a fazer falar o ódio, o medo, a humilhação e a culpa, elaborando os lutos necessários para não fazer o elogio do sinistro.

A menina tinha nove anos quando em suas incursões secretas pelas gavetas do quarto dos pais encontrou, embaixo de uma pilha de roupas, a pasta cheia de recortes de jornal, algumas fotos e cartas antigas. Ao abri-la, seus olhos curiosos foram atraídos pelo nome do pai seguido pelas palavras: “jovem estudante comunista preso e incomunicável há cinquenta dias”.

À medida que lia o artigo e tudo mais que ali estava disponível, a representação que tinha dos pais e de sua própria história se transformava, sendo marcada por uma dor que precisava ser escondida.

Ela aprendeu também, lendo as cartas daquela época, que o pai fora expulso do Partido Comunista, acusado de traição, enquanto estava preso no quartel ao qual fora conduzido ilegalmente, único

151

PERCURSO 52 : p. 151-154 : junho de 2014



*a menina sentia a gravidade
terrível daquelas palavras, mesmo
que não pudesse compreender
claramente o que diziam*

152

PERCURSO 52 : junho de 2014

civil incluído num processo civil-militar. Tinha sido arrancado de dentro do ônibus, diante do irmão mais novo que estava com ele e assistiu a toda a cena em silêncio, de acordo com as regras de segurança da família. O irmão mais velho, recém-casado, era um militante profissional que vivia na clandestinidade, dedicado inteiramente à luta revolucionária, tendo inclusive abandonado a faculdade que cursava, para o desgosto da família de imigrantes judeus recentes. Naquela altura, além das atividades de formação política em que se engajava, dirigia o jornal do partido comunista em seu estado, em 1952, durante o governo Vargas.

Eram de sua mãe as cartas em que descobria essas coisas. Uma mulher desesperada, indignada com a injustiça que estava sendo cometida. Recebia de volta respostas monossilábicas, em envelopes nos quais eram devolvidas também as cartas que ela própria havia mandado. Só os companheiros mais próximos, os verdadeiros amigos, se arriscavam a desafiar pela última vez a obrigatoriedade disciplinar de ruptura total com o expurgado, e com ela também, por consequência. A menos que o renegasse, o que seria outra traição inconcebível: tinham um bebê de poucos meses que até então o pai não conhecia, por recusar-se a se apresentar ao filho naquela condição indigna, privado de sua liberdade.

Decidiu não lhe contar o que tinha acontecido, temendo que a notícia lhe tirasse as forças para resistir ao período em que ainda ficaria preso, agora legalmente. E ainda, para que não desconfiasse do que estava acontecendo lá fora, continuaria a sair do presídio levando no meio da roupa suja, como segunda pele colada ao lenço de

algodão usado, os pedaços de papel em que ele transmitia, aos camaradas em atividade, informações construídas com os fragmentos de conversas que ouvia lá dentro.

Só que agora, em vez de entregar aos destinatários de sempre, ela fazia o papel fino se esfarinhar entre seus dedos. Mesmo sem qualquer contato com os ex-companheiros, sabia que muitos continuavam caindo, mas não como seu marido, acusado de ter revelado nomes sob tortura. E se isso fosse verdade, no que consistiria a justiça?

A menina sentia a gravidade terrível daquelas palavras, mesmo que não pudesse compreender claramente o que diziam. Pensava que aquilo devia ter alguma relação com a placa de bronze no hall da escola, porque lhe produzia a mesma mistura de excitação e medo, agora com os sentimentos novos de humilhação e orgulho. Porque também havia algo muito importante ali: o desejo de lutar por liberdade e justiça, uma ideia irresistível.

Todas as manhãs, enquanto cantava os hinos do Brasil e de Israel na escola, a menina lia o que estava escrito na placa de bronze presa à parede: *Lembre-se dos seis milhões de judeus mortos em Auschwitz, Birkenau e Treblinka.*

Não conseguia entender por que teria de lembrar todos aqueles nomes que não parava de ler enquanto repetia a cantoria cívica. Por que não preferir esquecer se aquilo era tão triste que não se podia falar sobre o assunto, muito menos com os parentes vindos dos campos de concentração da Europa, com letras e números escritos nos braços? Será que conseguiria lembrar para sempre e nunca falar sobre tudo aquilo?

Décadas mais tarde, a mulher em que a menina se tornara, crescida no período de longa e tenebrosa ditadura, divergia do pai em matéria política, identificada ao traço combativo do pai da infância, enquanto se opunha ao judeu humanista que assumira posições conflitantes com as do jovem comunista. No entanto, jamais voltou a “assinar carteirinha”. Resposta sarcástica e insuficiente à ferida nunca tratada, à dor sem lugar do sonho destruído, apesar de 20 anos depois o

Partido Comunista ter lhe pedido perdão pelo erro cometido.

Resta algo até hoje em sua garganta, ela pensa quando o escuta tossir até sufocar tentando expulsar com esforço inútil o que diz ser uma partícula presa, sempre lá, há muito tempo. Parece que o não dito gruda por dentro.

Assim, as palavras do pai octogenário lhe soaram como uma oportunidade preciosa, ainda que tardia, quando ele comentou que se quisesse poderia depor na Comissão Nacional da Verdade sobre sua prisão e tortura. Apesar de o foco da investigação ser o golpe civil-militar de 1964, quando a máquina estatal de destruição já havia se instrumentalizado muito, foi estabelecido como marco de início do trabalho da CNV o ano 1946, incluindo, portanto, o período da ditadura Vargas, tempo de sua experiência duplamente traumática.

Ao concluir seu testemunho, conduzido e acompanhado por integrantes da Comissão Nacional da Verdade, já de pé para partir o homem declarou aos presentes: senhores, eu nunca falei sobre essa história antes!

Os cumprimentos que se seguiram rasgaram a pele frágil de sua mão, reabrindo uma ferida e deixando marcas de sangue na mesa, no chão e no espaldar das cadeiras. Ao deixarem a sala, pela primeira vez se questionou: são sessenta anos, por que nunca falei sobre essa história? Por vergonha, sugeriu a filha, ao que o pai respondeu: taí, agora você me deu uma boa ideia! Mesmo que aparentemente paradoxal, a vergonha fazia sentido como efeito da impotência aviltante daqueles que em situações de violência extrema, impossibilitados de reagir, sem escolha, se submetem. Vivências desumanizantes nos termos precários de uma civilização que nos exige transformar impulsos destrutivos em laços eróticos sublimados, capazes de atender à necessidade comum de sobrevivência. Uma operação psíquica complexa, cujas falhas e consequências convocam a psicanálise a trabalhar, mobilizando seus recursos para lidar com os efeitos do traumático no sujeito e na cultura.

»
*lembrar para esquecer,
estabelecendo a memória
dos fatos no registro da história,
para que o sujeito elabore seu medo,
seu ódio e sua culpa*

No metafórico 7 x 1 a vergonha retorna como marca indelével no discurso do povo brasileiro, que, por assimilação à imagem que o opressor lhe oferece, sofre por não corresponder aos ideais narcísicos e sociais que parecem conjurar o medo ao outro, ao estrangeiro que ameaça nossa existência e nos lança no sinistro.

A resposta do caído na vergonha pode encontrar a trilha da reparação, configurada pelo empenho na afirmação ética do valor do humano, posto em xeque aos olhos do Outro na esfera pública e privada, mas, sobretudo, diante dos próprios olhos. Nesse plano é possível enfrentar os conflitos pela palavra, brigar e estabelecer acordos provisórios, articulando pensamentos singulares em processos de ação coletiva no exercício da política, na busca do possível que contempla a castração e a lei. Porém, se a vergonha toma a via da vingança ou do sacrifício e se converte no desejo arbitrário de esmagar quem humilhou, as consequências podem ser devastadoras.

Nos casos de atentado a vida perpetrado pelo Estado, assim como no extermínio genocida, se infiltra no corpo e no psiquismo dos que passam pela experiência, se instalando como herança inconsciente em sua descendência, o medo primordial ao outro como ameaça à própria existência, o que justifica eliminá-lo antes que o faça comigo. O horror da cultura de morte comum à guerra e ao superego melancólico nos solicita dar voz ao sofrimento que precisou ser escondido, buscando produzir deslocamentos da cena traumática pela possibilidade da palavra. Lembrar para esquecer, estabelecendo a memória dos fatos no registro da história, para que o sujeito elabore seu medo, seu ódio e sua culpa,

trabalhando os lutos necessários para que haja um devir.

Quando pai e filha se despediram no dia da oitava ele estava muito cansado: agora eu entrei para a história, declarou, recuperando a dignidade de sua experiência, após relatá-la aos representantes do Estado Brasileiro que finalmente assume responsabilidade na barbárie. Mediação simbólica que também permitiria à filha sair da prisão imaginária a que se havia condenado, fixada à posição infantil de cúmplice e testemunha silenciosa.

Hoje, a tragédia de Gaza repercute na família, atualizando traumas e intensificando conflitos que ameaçam os acordos que permitem o convívio. A dimensão fundamentalista eclode na intimidade, abalando as bases da saída civilizatória. Se lá não opera o interdito simbólico que pode deter o ato, aqui a violência se multiplica não deixando lugar para a diferença. O que re-produz a legitimação do assassinato, da lógica do extermínio que, mais do que pelo ódio, é engendrada pelo medo de que o outro me aniquile.

Let us not sing the praises of the sinister

Abstract Starting from the father's deposition on the National Truth Commission, the psychoanalyst gives her own testimony of the traumatic events of the paradoxical mandate of never speaking and never forgetting, present both in her Jewish origin as well as in the totalitarian regime in our country. Using a third person narrative, the history of one is transformed in the history of many, while endeavoring to break the fundamental memory silence towards a trauma elaboration. This opportunity is nowadays available due to the fact the Brazilian State assumed its responsibility in the barbarism, conducting an investigation of the hidden facts and asking for forgiveness to the individuals and the society for the crimes committed.

Keywords Psychoanalysis; totalitarianism; shame; silence; trauma; witness.

Recebido em: setembro de 2014.

Aprovado em: outubro de 2014.

Chaim Samuel Katz

Não nos curaremos somente com palavras

Realização Bela M. Sister, Mara Selaibe, Mario Fuks, Miriam Chnaiderman e Silvio Hotimsky

Edição Bela M. Sister e Mara Selaibe

Chaim Samuel Katz é filósofo e psicanalista, autor de *Freud e as psicoses* (Xenon, 1994) e organizador de *Temporalidade e psicanálise* (Vozes, 1995), entre outros livros. Fundador da Formação Freudiana, no Rio de Janeiro, e membro da Academia Brasileira de Filosofia.

O comprometimento na luta contra a injustiça social, seu espírito crítico e combativo nas questões teóricas, clínicas e institucionais da psicanálise, assim como sua produção intelectual, sempre em diálogo com outros campos do saber, revelam a figura ímpar de Chaim Samuel Katz.

Dirigente das Ligas Camponesas em Minas Gerais e militante da Polop (Política Operária), nos anos 1960, Chaim Katz foi também editor da Revista Tempo Brasileiro, entre 1966 e 1970, um periódico trimestral de cultura, aberto ao debate engajado nos desafios de seu tempo. No decorrer dos anos de 1975 e 1976, foi assíduo colaborador do semanário Opinião – jornal de oposição ao regime militar. Ainda nos anos 1970, participou da Clínica Social de Psicanálise, no Rio de Janeiro, um projeto que se dedicou a pensar a economia política da psicanálise e atender a um maior número de pessoas – o que exigiu a criação de “outros instrumentos de psicanalisar” e de “novas formas de interpretar”.

Integra o grupo fundador da Formação Freudiana (1992), instituição cuja proposta inclui problematizar questões teóricas e clínicas da psicanálise tendo como eixo o texto freudiano e suas relações com outros autores de dentro e de fora do território psicanalítico. O que sempre foi uma preocupação de Chaim: articular temas significativos para a psicanálise, considerando perspectivas históricas, sociológicas e filosóficas; refletir sobre as produções sociais, institucionais, teóricas e desejantes; buscar entendimento a propósito das condições teóricas e sociais pelas quais se dá a transmissão da psicanálise.

Também nessas direções vem contribuindo com a publicação de inúmeros artigos e livros, dentre os quais se destacam: *Psicanálise e Instituição* (Documentário, 1977), *Ética e Psicanálise – uma introdução*

155

PERCURSO 52 : p. 155-166 : junho de 2014

(Gaal, 1984), O coração distante – ensaio sobre a solidão positiva (Revan, 1994), Freud e as psicoses: primeiros estudos (Xenon 1994), Complexo de Édipo: Freud e a multiplicidade edípica (Civilização Brasileira, 2009). *Dentre as tantas coletâneas organizadas por ele, podemos mencionar: Psicanálise e Sociedade (Interlivros, 1978), As psicoses: uma leitura psicanalítica (Interlivros, 1979), Psicanálise e Nazismo (Taurus Editora, 1985), Temporalidade e Psicanálise (Vozes, 1995), Férenczi: história, teoria, técnica (Editora 34, 1996).*

Além de psicanalista, Chaim é escritor, doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro titular da Academia Brasileira de Filosofia.

Essa entrevista foi realizada por Silvio Hotimsky e eu, membros integrantes do Grupo de Entrevistas de Percurso – e os convidados Mara Selaibe, Mario Fuks e Miriam Chnaiderman. Todo trabalho foi processado através da troca de e-mails. Se, por um lado, perdemos a riqueza de um encontro ao vivo, de outro desfrutamos de um tempo mais amplo para que Chaim pudesse se dedicar às questões ou fizesse seus “comentários”, como ele denominou suas respostas.

Comentários intrincados, instigantes, que não deixam o leitor numa área de conforto: a questão conjuntiva da morte, os paradoxos da contemporaneidade, a identificação com o agressor que faz com que um torturado possa converter-se em torturador... Chaim foge ao lugar comum. Não é dado a modismos, achismos ou receitas. Suas reflexões

PERCURSO Em meados dos anos 1970, enquanto psicanalista, você teve uma posição crítica e combativa contra o regime militar, evidente em sua colaboração assídua no semanário *Opinião*, jornal de oposição na época. Como você viveu o golpe de 1964? Você já era psicanalista? Em caso positivo, como a situação política do país incidia na sua clínica? Como as suas posições se refletiam no seu trabalho clínico?

CHAIM SAMUEL KATZ Enquanto vivi em Belo Horizonte, até meados de 1964, era comerciante,

»

enquanto vivi em Belo Horizonte, até meados de 1964, era comerciante, professor de Filosofia e ativista político. A psicanálise que conhecia, especialmente, era a minha, dita pessoal, com Malomar Edelweiss, ligado à escola de Igor Caruso

polemizam, provocam de maneira afirmativa. Marcam a distância entre a potência do pensamento psicanalítico e a sua continuidade instituída, problematizam a relação da psicanálise com a política e a política da própria psicanálise. Desdobram-se por veredas tortuosas, inusitadas, exigindo uma caminhada árdua e dedicada do leitor.

Comentários breves, lacônicos, evasivos... Mas por que um pensador ou um psicanalista deve ter respostas a todas as perguntas? Chaim acolhe o não saber, nos contempla com o compromisso do conhecimento teórico aliado à práxis reflexiva.

Podemos nem sempre concordar, mas sempre aprendemos com Chaim Samuel Katz.

BELA M. SISTER

professor de Filosofia e ativista político. A psicanálise que conhecia, especialmente, era a minha, dita *pessoal*, com Malomar Edelweiss, ligado à escola de Igor Caruso. Meu trabalho clínico (*klinein*, inclinar-se) era dirigido às poucas massas que nos ouviam; minhas inclinações (*klina-men*, Lucrécio) se deviam e ainda se devem muito ao que adivinhei de minha mãe, de incessante compaixão pelos outros (*Mitleidung*) e especialmente à sensibilidade pelos pobres. Depois... Mas já conhecia inteiramente a obra freudiana



não tive formação regular.
De acordo com o primeiro Lacan,
autorizei-me, já como analisando
regular e leitor interessado de Freud
e de muitos psicanalistas
(conhecia bem e pesquisava
a *Sexpol*, hoje pouco lembrada)

e de outros autores psicanalistas (Férenczi e os chamados freudomarxistas, por exemplo). Publiquei, enquanto editor da revista *Tempo Brasileiro* em 1970, a primeira resenha brasileira sobre os *Écrits* de Lacan.

A política era um campo fértil para se pensar transformações necessárias. Antes de 1964, pertenci à direção das Ligas Camponesas de Minas Gerais, junto com meu colega e até hoje grande amigo, Antonio Romanelli, bravo lutador idealista e, simultaneamente, à Polop, na qual “militei” e viajava semanalmente para as Ligas Camponesas de Três Marias. No golpe de 1964, havia me mudado para outro apartamento há alguns poucos dias e lá se refugiaram minha família e cerca de dez colegas. Lótus de Oliveira, corajosa filha de dona Angelina de Oliveira (a mãe-coragem mineira), levava o material escrito que se produzia para ser mimeografado junto ao Padre Lage, na igreja do bairro da Floresta. Combate e crença. Mas, com 27 anos, todos eram muito corajosos e eu era ousado!!

PERCURSO Gostaríamos que você contasse um pouco sobre sua experiência com Malomar Edelweiss.

CHAIM Procurei um psicanalista, pois sofria individualmente no modo psíquico e não tinha

como sanar tal *pathos*. Já sabia acerca de Igor Caruso, que tivera uma passagem em Belo Horizonte e a quem conheci pessoalmente. Ele fora fundador dos Círculos de Viena de Trabalho (*Arbeitskreis*) sobre psicologia profunda (algumas informações no *Dictionnaire de la Psychanalyse* de Roudinesco e Plon) e se analisara com von Gebattel, cuja obra eu conhecia em parte.

Lund Edelweiss, analisando de Caruso, foi o líder do Círculo Mineiro de Psicanálise e minha análise com ele durou 35 dias, pois sobreveio o golpe e tive que me esconder. Minha transferência com a psicanálise foi e é duradoura, mas o trabalho psicanalítico inicial pouco e parco. Suas origens religiosas (era padre) não me fizeram nem crente nem teísta.

PERCURSO Como surgiu seu interesse pela psicanálise e como você seguiu sua formação?

CHAIM Não tive formação regular. De acordo com o primeiro Lacan, autorizei-me, já como analisando *regular* e leitor interessado de Freud e de muitos psicanalistas (conhecia bem e pesquisava a *Sexpol*, hoje pouco lembrada). Mudei para o Rio de Janeiro em 1964 (fui obrigado a fugir de Belo Horizonte) e, posteriormente, tentei *fazer formação* no CPRJ (Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro), que era liderado por minha então psicanalista, Katrin Kemper. Saí ainda no primeiro semestre, quando abandonei a análise com Katrin. Há 22 anos fundamos, uns 40 colegas e eu, a Formação Freudiana, que persiste até hoje. *Ausbildung* – de modo a pensarmos num trabalho de inclusão da dita formação psicanalítica mais a instrução sobre a produção cultural em geral? Melhor dizer com Daniel Kupermann: transferências cruzadas.

PERCURSO Em muitos textos e artigos de jornais, na década de 1970, você aponta o custo da análise como desencadeador de um projeto elitista e, de maneira coerente, participou da Clínica Social de Psicanálise fundada por Hélio Pellegrino e Katrin Kemper, que visava atender a um maior número de pessoas, recorrendo a

dispositivos terapêuticos inovadores na época. Como funcionava essa Clínica Social? Como você pensa hoje essas questões?

CHAIM A questão do valor financeiro da sessão era o que chamamos na época, de acordo com o instrumental da Análise Institucional, de “analisador”: a que grupos sociais, financeiros, culturais, etc. pertenciam os psicanalistas que exerciam e viviam financeiramente de suas atividades, como influenciavam a cidade culta, a tradução dos textos mestres, etc. Quais eram as classes sociais que podiam sustentar o custo de uma formação analítica, da psicanálise individual? Quem se analisava? E quando não se podia pagar, como se analisar?

Criamos: pensamos qual era o custo econômico de uma formação analítica (o deslocamento geográfico, espacial, pela pólis, o tempo e empenho nos estudos, a vida comunitária dos ditos candidatos, a difusão dos nomes e sua categorização, etc.) e não apenas o valor financeiro das sessões didáticas. Desculpem-me dizer, mas nos importamos com a economia política da psicanálise e não com sua política econômica. Investigamos (termo usual na época) quem eram os didatas e como exerciam seu enorme poder (ainda vigorante).

Daí emergiu a ideia dos Encontros Psicodinâmicos, em 1973, que foram base para a Clínica Social de Psicanálise. Mas que encontrou alguns de seus limites cruciais quando observamos, posteriormente, que boa parte de seus participantes (lembro-me de uma sessão grupal onde reunimos mais de 100 indivíduos) era de sujeitos de classe média, que assim evitavam pagar os custos (altos) de uma análise em grupo. Positivamente, atendemos os chamados favelados (no morro dos Cabritos) em grande número, tivemos que produzir outros instrumentos de psicanalisar, por exemplo, através de grupos de meninos/as que exigiam novas formas de interpretar. Eu mesmo criei o que chamo e exerço até hoje de “Mobilização Clínica”, supervisão com a partilha e participação de todos seus membros, sem ou quase sem (??) um psicanalista centralizador.

Portanto, penso que aprendi algo com minhas *Erfahrungen*, que não mais puderam se



*o que chamamos de romance
se refere a experiências em série,
que condensam ou exprimem
sentimentos e pulsões que
não sabem (nem podem)
se dizer individualmente*

restringir às minhas *Erlebnisse*, nem das dos meus colegas psicanalistas da Clínica Social. Tivemos que aprender com Walter Benjamin que a narrativa individual esgotara temporariamente seus recursos, de vez que com o fim das produções artesanais emergia uma obra que dizia respeito ao coletivo, o romance. O que chamamos de romance se refere a experiências em série, que condensam ou exprimem sentimentos e pulsões que não sabem (nem podem) se dizer individualmente; mesmo quando mecanismos sociais produzem indivíduos recortados narcisicamente. Foi também o que ocorreu conosco, psicanalistas fora das grandes instituições. Mas isto fica para outra ou nenhuma ocasião.

PERCURSO Quais as traduções que julga mais apropriadas para os termos *Erfahrungen* e *Erlebnisse*, citados acima?

CHAIM Num comentário sobre Walter Benjamin, Jeanne Marie Gagnebin (não me lembro onde exatamente) ensinou como, nesta época plural, a chamada experiência pessoal, a vivência individual perde sua importância e decisão. Esta nossa entrevista atual nos reensina na mesma direção, pois não temos uma experiência comum sobre o assunto, que pudesse nos subjetivar. Além disto, nosso fundamento comum não se faz mais



*o grosso (e bota grosso nisto!!)
dos colegas era composto de médicos
que se aferravam à psicanálise
como atividade exclusiva
dos profissionais da área,
que se aliaram desde logo
aos vencedores.*

através de uma comunidade (*koiné*), falta-nos um acordo que fizesse ou possibilitasse algum tipo de adequação entre quem narra e quem escuta (isto ainda acontece com as religiões). De saída, quem conta uma versão o faz de um modo inacabado, o que Gagnebin chamou de *Die Unabgeschlossenheit des Sinnes*, o inacabamento do sentido (eu diria o inacabamento da significação, *Bedeutung*, pois o sentido, por definição, é inacabado e inacabável). Não há unificação das vivências (*Erlebnisse*), como teria havido, por exemplo, no século XIX, pois no nosso século a transmissão de vivências não tem linearidade. Portanto, primado da experiência (*Erfahrung*) e peculiaridade do narrador. Não é o que pretende a psicanálise, em geral?¹

PERCURSO Você poderia nos falar mais sobre o seu trabalho com grupos e sobre o que denominou de “Mobilização Clínica”?

1 Ver o esboço de concepção de Monique Schneider: “o que é imputado à criança enquanto experiência de satisfação só pode ser realizado se uma outra forma de experiência for convocada; não mais *Erlebnis*, imersa numa vivência em busca de um rosto, mas *Erfahrung*, experiência prática que contém, em seu interior, um certo saber sobre a exterioridade”. “A proximidade em Lévinas e o *Nebemensch* freudiano”, in *Cadernos de Subjetividade* 5 (1). EDUC. São Paulo, 1977, p. 72. Sem o *Nebemensch* haveria experiência humana, subjetiva? [Nota do entrevistado]

CHAIM Grupos atendidos na rua Toneleros, onde ficava a sede da Clínica Social de Psicanálise, eram de menino/as de classe média. No morro, de pessoas bem pobres. Com reclamos e pedidos bem diferenciados. Mas para atender grande número de menino/as tivemos que modificar nossa técnica. Dois curtos exemplos. Os do morro queriam seus pais múltiplos: os pais ditos biológicos (cinco irmãos tinham cinco pais diferentes, por exemplo), os soldados, sempre em mudança e nomadismo, e os donos de pequenos negócios (biroscas), de quem esperavam o apadrinhamento. Não procuravam um pai ou o nome do pai, o que muito nos ensinou. Por outro lado, os que frequentavam diretamente nossa sede eram ao mesmo tempo “grupandos” (neologismo meu) e psicoterapeutas. Obrigaram-nos a repensar as técnicas grupais pois suas falas e falções eram simultaneamente expressões e interpretações de sua situação. Na “Mobilização Clínica” a escuta analítica não é natural, derivada de um inconsciente eterno e previamente constituído, mas uma produção, com várias direções, onde o “mobilizando” também interpreta.

PERCURSO Em seu livro *Ética e Psicanálise*, você analisa como o autoritarismo vigente na sociedade brasileira, durante a ditadura militar, também dominou as sociedades de psicanálise da época, que culminou com o episódio Amílcar Lobo. A denúncia desse fato teve importantes desdobramentos, como a expulsão de Eduardo Mascarenhas e de Hélio Pellegrino da SPRJ, de quem você era muito próximo. Poderia nos contar como esses fatos se sucederam?

CHAIM Prefiro dizer que os psicanalistas, com essas e outras poucas e honrosas exceções, também eram constituintes desse autoritarismo. O grosso (e bota grosso nisto!!) dos colegas era composto de médicos que se aferravam à psicanálise como atividade exclusiva dos profissionais da área, que se aliaram desde logo aos vencedores.

O episódio, já tantas vezes narrado, teve um começo (não a gênese) num Seminário na PUC do Rio de Janeiro, em 1980, onde a Clínica



Social de Psicanálise propôs novos temas e discussões. Nesta ocasião, Pellegrino, provocado por um jornalista que fora torturado e estava na plateia, relatou acerca da existência de um psicanalista (da IPA) torturador, e Mascarenhas falou do monopólio médico-psicanalítico, que ele cunhou como “os barões da psicanálise”. O que Helena Besserman Vianna escreveu em seu livro *Não conte a ninguém*, onde também contou como foi “excluída” da SBPRJ: denunciada como esquerdista e interdita de alcançar postos de direção. Tempos duros, indivíduos corajosos e libertários, mas poucos, pouquinhos mesmo.

*doutrina (e doutrinação)
implicava limpar as teorias
ou os grupos de suas impurezas,
tornando-os puramente Volk
(o povo-raça). Assim, e portanto,
inúmeros grupos (especialmente
os judeus), serão declarados
antivölkische, antipovo*

PERCURSO Ao recuperar a história da psicanálise institucionalizada no Brasil, Helena B. Vianna detecta na configuração e funcionamento adotados pela SPRJ, nos anos 1970, presidida por Leão Cabernite, a marca de uma repetição inconsciente, que conduziu inexoravelmente à atuação daquilo que começou com a *Angleichung* (alinhamento) doutrinária realizada na Sociedade Psicanalítica de Berlim, durante o nazismo, da qual Werner Kemper foi um dos principais dirigentes. Ao refletir sobre a sequência das análises didáticas Kemper – Cabernite – Lobo, Helena Vianna recorre a uma hipótese de René Major em que analisa “[...] na sucessão de três gerações a possibilidade de se poder resgatar o ‘erro’ que inaugura uma fundação”. Ele menciona a primeira geração que pratica o “erro”, a segunda que silencia sobre o acontecido e a terceira que coloca em “ato” o segredo transmitido.

CHAIM A purificação – do povo, da etnia e da raça – não começou com e nem se restringiu ao movimento psicanalítico. Existia uma ampla doutrina ariana de limpeza (*Säuberung*) da raça, que corria desde os eruditos [como Heidegger, que a (r)estabelece conceitualmente; por exemplo, na *Introdução à Metafísica* de 1953] até o pensar habitual e corriqueiro do chamado povo alemão. Tal doutrina (e doutrinação) implicava limpar as teorias ou os grupos de suas impurezas, tornando-os puramente *Volk* (o povo-raça). Assim, e portanto, inúmeros grupos (especialmente os judeus), serão declarados *antivölkische*, antipovo. Serão excluídos da raça pura e escolhida, esta que governa e manda, para que ela volte a florescer, como antes da mistura de raças e povos, *Rassenvermischung*, mistura danosa com grupos espúrios.

As atividades comprometedoras de Kemper na Alemanha nazista e a tramitação de sua vinda para o Brasil, feita por Ernest Jones, foram silenciadas na geração de Cabernite e de seus colegas. Cabernite era de origem judaica e fez sua análise com Kemper. O que teria permanecido “em silêncio” nessa análise? – se pergunta Helena. Por sua vez, o segredo “atuado” por A. Lobo foi revelado, a duras penas, pelas denúncias de Helena (ambos da terceira geração). Você concorda com a leitura desses acontecimentos como resgate do “erro”?

Isto implicou também a exclusão instintiva daqueles populares, parte deste povo, que, mesmo pertencentes ao *Volk* por direito de herança genética e histórica, teriam se revelado incapazes de possibilitar seu desenvolvimento, por causa de alguma transmissão hereditária inadequada (cegos, surdos, aleijados, oligofrênicos, mongoloides, deformados, etc.) ou pela degeneração (bêbados, esquizofrênicos, antissociais, etc.)². O que se concluiu com o chamado nivelamento do que deveria constituir o *Volk*



o que os militares e a direita brasileira jamais conseguiram, a ausência da estetização no Brasil, delimitou as fronteiras do golpe de 1964. Nossa concepção de raça jamais se imiscuiu com os critérios de saúde pública, o que ocorreu na Alemanha e adjacências

verdadeiro, a *Gleichshaltung*, uniformização ou nivelamento dos tipos fisiológicos ou psicológicos, e também dos corpos e temperamentos das diversas raças em torno de uma raça superior. O que acarretou, necessariamente, na enunciação e seleção dos camaradas de raça, *Volkgenosse*, unificados pelo poder e centramento do Estado Total, com a hegemonia e obediência à cruz gamada, suas palavras de ordem e seus líderes (sangue e terra, *Blut und Boden*, herança e nascimento).

Não apenas as representações arianas ou ditas arianas, mas sua presença física, através de uma fisiognomonía reguladora da aparência adequada. A estetização política do nazismo tem suas emergências fundamente marcadas no modo alemão e na sua maneira de se fazer histórica. O que os militares e a direita brasileira jamais conseguiram, a ausência da estetização no Brasil, delimitou as fronteiras do golpe de 1964. Nossa concepção de raça jamais se imiscuiu com

2 Consultar o texto da “Lei de 14 de julho de 1933 para a prevenção de uma descendência hereditariamente doente”. [N. do E.]

3 Para os critérios de saúde na psicanálise alemã, recomendo alguma releitura de Schultz-Hencke e sua desmologia. [N. do E.]

4 Para informações *próprias*: Werner W. Kemper em *Psychotherapie in Selbstdarstellungen*; Editado por Ludwig J. Pongratz. Hans Huber Verlag. Berna, Stuttgart, Viena, 1973, p. 277. E outras, em Hans Füchtner: “O caso Werner Kemper: Psicanalista, seguidor do nazismo, nazista, homem da Gestapo, militante marxista”, in *Revista Pulsional*, n. 10, São Paulo, 2000. [N. do E.]

os critérios de saúde pública, o que ocorreu na Alemanha e adjacências³.

Tais grupos excluídos dos “camaradas raciais” seriam um povo ralé (*Pöbelvolk*), fundado pela diversidade que produz degenerescência. O exemplo mais visível seriam os judeus, que são expulsos das universidades a partir dos expurgos nazistas de 1933. E os judeus que terminam (parece que o antissemitismo nunca termina!!) por ser excluídos também da DPG (*Deutsche Psychoanalytische Gesellschaft*, Sociedade Psicanalítica Alemã). Os psicanalistas, alemães e europeus, ignoravam tais eventos? Concretamente, *wirklich* (como queria Freud), como a IPA pensa (se é que se preocupa em pensar) tais questões?

O que me põe de acordo com o espírito de vosso questionamento: seria preciso que também a psicanálise e os psicanalistas instituíssemos uma Comissão da *quase* Verdade, para elaborar este assunto. Que não elaborado, não se propondo como questão, se reproduz e continuará a se reproduzir.

Devo lembrar que fiz análise no Rio de Janeiro com a então esposa de Kemper, Ann Katrin (ou dona Catarina), indicado por seu então analisando e meu amigo Hélio Pellegrino. E que também sou e me quero profundamente judeu. Logo, meus comentários serão suspeitos.

Werner Kemper foi psicanalista didata de John Rittmeister, também psicanalista e membro da Orquestra Vermelha, que foi enforcado ou guilhotinado durante o regime nazista, em 1943⁴. Kemper conta que, como psicanalista de altas autoridades alemãs, ajudava seus colegas psicanalistas não ou antinazistas, prevenindo-os quando possível. Será mesmo? Depois da Guerra foi o psiquiatra que cofundou (junto com Harald Schultz-Hencke) os serviços psicológicos da Alemanha Oriental, de caráter pavloviano e antipsicanalítico. Em 1948, veio ao Brasil, por indicação pessoal de Ernest Jones, para cuidar dos interesses da IPA. Portanto segredos, segredos, de vários lados.

O caso Amílcar Lobo nos mostrou como um psicanalista pode também ser torturador. O que para alguns seria um paradoxo, para outros um oxímoro.

PERCURSO No livro *Psicanálise e Nazismo*, você reúne vários artigos que mostram as íntimas relações entre a Associação Psicanalítica Alemã e o regime nazista e afirma que as sociedades oficiais eram mais próximas do fascismo do que nos atrevíamos a confessar. A estrutura discursiva e de poder nas instituições psicanalíticas ainda favorece uma verticalização autoritária, antidemocrática e totalitária? Você avalia que tenha havido mudanças significativas em relação ao exercício do poder nas sociedades ligadas à IPA e no campo psicanalítico em geral?

CHAIM Gostaria de conhecer as discussões psicanalíticas em torno do que constitui uma ou a massa e suas condições de liderança. Freud o fez em torno de dois modelos, amplos, mas restritos: o Exército e a Igreja. Que instituição psicanalítica o fez ou faz? Seria um tema que interessa aos psicanalistas atuais? Talvez, de alguns poucos.

A DPG seria libertária, desde a expulsão instituída dos judeus e sua centralização em torno da teoria desmológica de Schultz-Hencke e sua clínica de “rememoração sentida”, amplamente racista? A condição libertária da psicanálise se cumpre unicamente desde uma verificação das condições da chamada análise pessoal, ou seja, dos que podem se analisar? Nada temos a aprender com as expulsões de Reich ou Lacan? Da exclusão “didática” de Nicolas Abraham? Mesmo apenas discursivamente, quem teoriza sobre isto e outros eventos?

Minha breve coletânea sobre *Nazismo e Psicanálise* não recebeu nem mereceu resenha alguma por parte da quase totalidade dos colegas psicanalistas da IPA; e foi um formidável encalhe editorial. Hélio Pellegrino já é nome de avenida em São Paulo, mas quem discute suas ideias e fazeres psicanalíticos, que culminaram na sua expulsão da SPRJ? Louvamos o escândalo, mas ainda nos furtamos dos escandalizadores: Hélio virou apenas poeta (o que ele era, muito bom, mas não apenas).

Teoricamente, existe uma Psicanálise ou são muitas psicanálises? Afirmei e continuo pensando que existe uma grande distância entre o que se



*afirmei e continuo pensando
que existe uma grande distância entre
o que se denomina de potência do
pensamento psicanalítico
e sua produção instituída,
e que nossas diferenças institucionais
e de organização não se eliminam
unicamente pela enunciação teórica*

denomina de potência do pensamento psicanalítico e sua produção instituída, e que nossas diferenças institucionais e de organização não se eliminam unicamente pela enunciação teórica. Claro que houve e ainda existem modificações no dito campo psicanalítico, mas seria preciso também cotejar as muitas diferenças importantes que se dão no seu interior e como um centro totalizador experimenta apagá-las permanentemente.

PERCURSO Em *Psicanálise e Instituição*, publicado em 1977, você destaca como o conceito de pulsão de morte permanecia inaceitável para a quase totalidade dos analistas, até então. Hoje observamos uma retomada e valorização desse conceito na teoria e na clínica. Como entender essa mudança? Qual a sua implicação na clínica e na vida política e social?

CHAIM Num desses passeios sociológicos por interiores do Nordeste brasileiro, observei que crianças recém-nascidas eram enterradas em caixas de maçãs importadas, sempre as mesmas numa família (que as conservavam). Pensei e já desenvolvi o assunto em outro escrito (não me lembro mais onde) que eram seres destinados à morte antes mesmo de nascerem, numa sucessão quase infinita de nascimentos. Dei-me conta posteriormente de que a morte nos grupos sociais



sabemos como Freud alimentou, por muito tempo e através de ampla teorização, a expectativa de que um Eu (ich) centralizador fosse capaz de sustentar e domesticar as pulsões, enquadrá-las conjuntivamente. Mas que modificou sua teoria também pelas dificuldades clínicas (resistências)

mais ricos atuais já é mais companheira contínua do que antes. Com o avanço de novas técnicas, procedimentos e remédios, e especialmente com sua emersão romanceada e posta a circular nos meios de comunicação massiva, a morte já não se dispõe de modo tão estranho e outro. Mais ainda, morre-se inúmeras vezes, com e através de episódios eventuais, nem sempre de caráter trágico e permanente.

Freud ficou impactado com as mortes em quantidade (e qualidade) da Primeira Grande Guerra, e deu lugar a uma teoria de pulsão de morte, que ele já conhecia desde 1911. Os psicanalistas paulistas sabem tal episódio na vida da psicanalista Sabina Spielrein, através das pesquisas de nossa colega Renata Cromberg. Spielrein postulou, na sessão de 29 de novembro de 1911 da *Wiener Psychoanalytische Vereinigung* (Sociedade Psicanalítica de Viena), a existência de pulsões agressivo-destrutivas concomitantes às pulsões sexuais. Na época, Freud não apenas se recusou a aceitar sua teoria como, segundo Otto Rank (Otto Rosenfeld), redator das atas da WPV, chamou-a de psicótica, afirmando que a teoria

dela seria “pessoalmente condicionada”, grave insulto desclassificatório na época.

No seu texto *Destruição como causa do devir*, Spielrein fala de um componente destrutivo que compõe permanentemente a vida (e a sexualidade). Seu pioneirismo na questão das pulsões de morte é corroborado, pelo menos, por Marthe Robert e Peter Gay⁵. Ou seja, a morte seria permanente e insistente e constitui os mecanismos psíquicos dos sujeitos.

Sabemos como Freud alimentou, por muito tempo e através de ampla teorização, a expectativa de que um Eu (*ich*) centralizador fosse capaz de sustentar e domesticar as pulsões, enquadrá-las conjuntivamente. Mas que modificou sua teoria também pelas dificuldades clínicas (resistências), onde encontrou (criou) a compulsão à repetição, um dos mecanismos centrais das neuroses. Assim, ele se viu levado a reintroduzir uma questão conjuntiva da morte. Sabemos não haver *con*-formação da vida sem a inclusão de mecanismos disjuntivos. (Mas teríamos que nos conceitualizar de modo mais rigoroso para esta discussão).

Por outro lado, durante a Primeira Guerra, Freud se viu envolvido com disjunções intensas. Perdeu um sobrinho e teve dois filhos feridos. Tal Guerra foi um grande evento civilizatório, que obrigou novas teorizações e a considerar outras relações entre vida e morte.

Aqui no Brasil, isolaram-se e eliminaram-se muitíssimas figuras da resistência antitadadura, especialmente as ditas de ideias antinacionais. Em nome de um país único e modelar, que também deveria se purificar (“ame-o ou deixe-o”), a morte dos outros, dos hostis e inimigos, também se encaixou nos processos do fazer-se subjetividade. Relembro que Freud escreveu, em *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921c), que “na vida anímica do indivíduo [*Einzel*n, o singular] o outro vem regularmente como modelo, como objeto, como ajudador (*Helfer*, auxiliar, o que ajuda) e opositor (*Gegner*)...” (GW, vol. XIII, p. 73). Com a consequente introdução da autonomia das pulsões agressivas, Freud dirá, de modo ainda mais incisivo, que os outros não são

5 M. Robert, *La Révolution Psychanalytique. La vie et l'oeuvre de Freud*. Tomo II. Paris, Payot, 1964, p. 192; P. Gay, *Freud. Uma vida para o nosso tempo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 364. [N. do E.]



a psicanálise não é dialética,
mas afirmativa, pulsões
não têm contrário, mesmo
que venham em pares opostos.
A análise junta temporariamente
o que é disjunto

apenas os irmãos que se consideram por referência à preservação do lugar vazio do pai, já que são também objetos de concorrência, eliminação e deglutição. Aliás, o mito bíblico do assassinato fraterno de Abel por Caim deve ensinar algo. Você aí, já está falando com sua irmã?

Essas poucas e rápidas considerações indicam que a teorização da pulsão de morte veio através de caminhos diferenciados. Aqui no Brasil, com a divulgação e difusão das teorias e instituições lacanianas, os psicanalistas “internacionais” foram obrigados a considerar a multiplicidade das teorias, do chamado sujeito humano, e aceitar suas diferenças insanáveis, sem uma “consequente” exclusão em torno de um modelo único. Enquanto a produção inconsciente se mostrou múltipla, não mais podendo ser contida num modelo equilibrado e unitário, a morte se faz familiar ou menos *unheimisch*.

A implicação do conceito de pulsão de morte é que estará no fulcro de certos pensamentos contemporâneos sobre o que é a psicanálise hoje. A psicanálise não é dialética, mas afirmativa, pulsões não têm contrário, mesmo que venham em pares opostos. A análise junta temporariamente o que é disjunto. Aprendemos com Jacques Derrida que *aná* diz junção, ligação do que se “joga para cima”, uma *Versammlung*, reunião, diria Heidegger. *Lysis* designa “o desligamento, o desinteresse, a isenção, o desnudamento, o elo desfeito pela análise, a solução, até mesmo a remissão e a solidão”.

Assim, propõe-se a morte e a questão da morte. Não há um ser subjacente, alguma substância ou discurso do Um a ordenar o desdobramento de experiências, conceitos e categorias. Bem como o espaçamento e temporização específicos da escritura são distintos do método transcendental, com suas condição limite e possibilidade. O que se positiva é a afirmação “permanente” de um dilaceramento e sua reunião.

Tais *trilhamentos* (*Bahnungen*) se vivem como noções na vida social ampla e se fizeram categorias e seres no pensar psicanalítico. Freud citava o mesmo Otto Rank para dizer que os

chamados humanos inventaram a duplicação dos indivíduos, dos únicos (*Einzige*), para se proteger da morte: trata-se de uma crítica ou auto-observação do si mesmo (desculpem a nomenclatura para *Selbstbeobachtung*) que se separa do Eu e o tem como objeto. Atualmente, esta teoria freudiana tem importância, intenção e extensão ainda maior do que quando foi enunciada (em 1919). E a invenção de instrumentos de estender e, brevemente, de continuar quase permanentemente a vida (dita) individual obrigou as chamadas teorias humanas e sociais a se colocarem tais questões de modo impositivo. Mesmo a Criogenia ajudou a transpor o medo de ser enterrado vivo (que corresponderia à quarta fantasia originária de Fénénczi, do retorno ao corpo materno; e que a preservação do corpalma obriga a novos modos de pensar e enunciar).

Assim temos um dos grandes paradoxos da contemporaneidade: persistir na vida e eliminar a dos outros: outra tarefa para o pensar e clinicar psicanalíticos. Mas também eliminar a própria vida como se ela estivesse em outro corpo.

PERCURSO Por que você considera a Primeira Guerra “um grande evento civilizatório”?

CHAIM Acredito que a Grande Guerra produziu eventos onde nascer e morrer se tornaram mais



aprendi que desconfiamos especialmente do destino dos que nos foram próximos e com os quais nos identificamos; os outros, nem sempre os consideramos. Nós, nós próprios, sempre nos desculpamos... mas pouco adianta.

próximos. Com novas armas e instrumentos, a dominação e o domínio de grandes massas (massificação de categorias de amigos e inimigos cf., por exemplo, na obra de Carl Schmitt; nascimento de outros tipos de patriotismo, etc.), a emergência de medicinas curativas massivas e mortais (qual a quantidade de gás mostarda que um tal suporta), a produção do espaço aéreo como *locus* (com novas fronteiras) de guerra, a inseparabilidade da população dita civil e dos especialistas militares como partícipes e alvos, etc., foi um novo fazer-se *civis* e consequente *Civitas*. Marx já o tinha antecipado, ao dizer que o capital não tem pátria.

Pergunto-me se tal aproximação morte/vida poderia deixar de atingir a teoria psicanalítica, tal com o fez com a filosofia heideggeriana do *dasein* como ser para a morte.

PERCURSO O filósofo Jean Améry, amigo de Primo Levi, dizia que quem foi submetido à tortura permanece torturado e atormentado, não podendo mais ambientar-se ao mundo e readquirir a confiança na humanidade. O que você pensa das Clínicas do Testemunho, instituídas no Brasil, como programa de reparação à violência do Estado? Qual seu entendimento sobre o acolhimento da pessoa que sofreu tortura pela ação do Estado, seja numa ditadura, seja num

regime democrático – como sabemos acontecer em delegacias de polícia e nas instituições corretivas de menores, no Brasil?

CHAIM Antes de mais, tais Clínicas de Testemunho são importantes e necessárias. Sem dúvida. É importante falar, desde novos lugares. O que Benjamim chamava de história a contrapelo. Mas é preciso considerar que o torturado pode também se tornar torturador: identificação com o agressor (como ensinava Férenczi).

Neste contexto limitador, que é o nosso (qualquer um, na verdade), não quero ir além, mas lembrar um dito de Bakunin (que, muito antes de Spielrein, falava da criação existente na paixão de destruição) – um pensador anarquista e bastante depressivo do século XIX, que se referia assim à tomada de poder pelos operários: "o governo da imensa maioria das massas populares se faz por uma minoria privilegiada. Essa minoria, porém, dizem os marxistas, compor-se-á de operários. Sim, com certeza, de antigos operários, mas que, tão logo se tornem governantes ou representantes do povo, cessarão de ser operários e pôr-se-ão a observar o mundo proletário de cima do Estado; não mais representarão o povo, mas a si mesmos e suas pretensões de governá-lo. Quem duvida disso não conhece a natureza humana". Torturados serão convidados, hospedados pela tortura, lamentavelmente.

Quando podemos, devemos acompanhar *as coisas*, delas desconfiando. Como ensinava Marx: *de omnibus dubitandum*. Aprendi que *desconfiamos* especialmente do destino dos que nos foram próximos e com os quais nos identificamos; os *outros*, nem sempre os consideramos. Nós, nós próprios, sempre nos desculpamos... mas pouco adianta.

PERCURSO Sua citação de Bakunin se refere a que no nosso contemporâneo?

CHAIM Ao fascínio do exercício de poder e a um questionamento permanente que a vida humana nos propõe e impõe permanentemente. Os chamados "animais" torturam? Domesticam os outros?

PERCURSO Poderia explicitar sua ideia de que “Torturados serão convidados, hospedados pela tortura, lamentavelmente”?

CHAIM Escutamos isto em todas as falas de alguma sessão psicanalítica. Quanto à teorização, cito-me: “A Crueldade não se manifesta como signo, produto do encontro entre significante e significado, não se apresenta enquanto substância a ser conhecida ou re-conhecida, *mas emerge enquanto jogo da vontade de poder, desde os traços diferenciais* (conforme se verá adiante, de acordo com a teoria de Freud). Jogo não é um modo do ser, seu revelar-se e esconder-se. Mas, diferentemente, quando se joga, aí aparece o ser. Fazer tal jogo com a Crueldade, eis do que se trata, para fazê-la emergir no modo mais radical.

“Crueldade que nem sempre se escreve com sangue, pois a psicanálise se fez mais especialmente escutando e postulando as mais terríveis crueldades, crueldades morais e psíquicas, da destruição pela destruição, pelo ódio exacerbado, onde quase nunca (se) sangra.

“E deve se indagar o que faz a Crueldade enquanto constitutiva do nosso campo. Derrida diz que, por relação à crueldade, só a psicanálise pode abordá-la tal como se manifesta. Mas que tal postura supõe a psicanálise sem álibi, para abordar a radicalidade do mal”⁶.

PERCURSO No Brasil houve como que um pacto de silêncio a respeito dos crimes do Estado cometidos no período da ditadura, que arduamente começam a ser desvelados pela Comissão Nacional da Verdade, instaurada apenas em

2012. Para além do que a política formal nos impingiu, como pensar a construção de nossas subjetividades – em termos de cidadania – a partir do aceite coletivo, quase mudo, desse pacto de silêncio sobre o passado? >>

CHAIM Acho que fiz umas poucas observações sobre nós, os psicanalistas. Inclusive, estamos bem representados por uma psicanalista ativa na CNV (Maria Rita Kehl), mais indicada para falar sobre o assunto.

PERCURSO Qual seu ponto de vista sobre o rompimento desse pacto de silêncio?

CHAIM Produzir outras perspectivas, repetir, repetir até que venha o novo (Manoel de Barros).

Devo dizer, contudo, que quanto mais velho mais pessimista me torno. É mais contraditório.

PERCURSO Psicanaliticamente, sabemos da importância de recordar para não repetir, e, em *Ética e Psicanálise* (p.16), você escreve que para Freud a história repetida é uma neurose; para Marx, uma farsa e para os subdesenvolvidos uma tragédia. Poderia aprofundar esse pensamento considerando o contexto histórico atual?

CHAIM Não nos curaremos somente com palavras.

PERCURSO E como um povo subdesenvolvido pode buscar sair desse risco de repetição, para além das palavras?

CHAIM Nunca digas que andas pelo último caminho, cantavam os *partisans* judeus.

Obrigado pela vossa paciência, mas só fica na memória o que dói.

⁶ O texto citado se refere a notas pessoais do entrevistado sobre *Estados-da-alma da psicanálise* de Jacques Derrida, não transformadas num escrito até o presente momento [Nota das editoras].

Joel Birman
 Maria Laurinda R. de Sousa
 Ricardo Rodulfo

O ódio necessário

Joel Birman é médico, psicanalista, professor da UFRJ e da UERJ, membro do EBEP e do Espace Analytique de Paris. É autor, entre outros livros, de *Mal-estar na atualidade*, *Arquivos do mal-estar e da resistência*, *Cadernos sobre o mal* e *O sujeito na contemporaneidade* (2013).

Maria Laurinda R. de Sousa é psicanalista, professora e membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É diretora do Instituto Sedes Sapientiae (gestão 2013-2015) e autora dos livros *Violência* (Casa do Psicólogo, 2005) e *Mais além do sonhar* (com aquarelas de Ada Morgens-tern; Marco Zero, 2003).

Ricardo Rodulfo é psicanalista especializado em infância e adolescência, doutor em Psicologia, professor da Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires, professor de Psicopatologia da Universidad Século XXI de Córdoba e professor convidado da PUCSP. Autor, entre outros, de *Andamios del psicoanálisis* (Paidós, 2013), *Padres e Hijos. En tiempos de la retirada de las oposiciones* (Paidós, 2012), *Trabajos de la lectura, lecturas de la violencia. Lo creativo-lo destructivo en el pensamiento de Winnicott* (Paidós, 2009), *Futuro porvenir. Ensayo sobre la actitud psicoanalítica en la clínica de niñez y adolescencia* (Noveduc, 2008).

Mas esse é também um dos traços do ódio: é raro, é até impossível que alguém o reconheça como emanando de si próprio. O “eu odeio” quando ousa enunciar-se, afirmar-se sem disfarces, sempre se coloca como uma reação: o objeto é que é intrinsecamente odiável, ele e só ele é que desperta meu ódio, mesmo que não seja pelo fato de o objeto ser amável que eu me volte para ele.¹

Reconhecer os diversos propósitos do ódio na economia psíquica, bem como distinguir os seus diferentes manejos tem sido, na atualidade, um desafio cada vez mais presente na prática dos analistas. Sabemos que o eu – em sua condição originária de desamparo e invadido pelas pulsões – é levado a se defender e se mover em direção à sua primeira realização: incorporar a si o que é prazeroso e expulsar o que é desprazeroso. O ódio nasceria do repúdio primordial ao mundo exterior e no movimento simultâneo da instauração da autossuficiência ilusória, característica dos primórdios do psiquismo. Indelével, o ódio se mantém no âmago do eu e atualiza o encontro primordial do Eu com o outro-hostil-exterior, ameaçado com descontinuidade e aniquilação. Odeia-se diante da constatação da alteridade do outro, da exigência de reordenamento narcísico e do mal-estar advindo da experiência do encontro com o exterior.

De modo geral, verifica-se na literatura psicanalítica uma referência mais acentuada na análise do ódio destrutivo e suas consequências na construção da subjetividade, embora a clínica evidencie que nem sempre o ódio está a serviço da destruição; ao contrário, pode estar a serviço da conservação do objeto representando uma forma inconsciente de amor ou, ainda, preservando a autoestima do sujeito que nele se fortaleceu para fazer frente à desestruturação.

¹ J. B. Pontalis, “O ódio ilegítimo”, in *Perder de Vista*, Jorge Zahar Editor.

Encravado no interior do Eu, o ódio se mantém como uma marca ativa e decisiva da diferenciação/separação do Eu em relação ao outro e da afirmação do sujeito frente ao objeto. Constitui-se, assim, numa força psíquica que fortalece a identidade e a representação de si, aguça percepções, potencializa o Eu e suas fronteiras e demarca limites a fim de manter a necessária distância do outro. Sua presença na estruturação do psiquismo fundamenta a ação negadora pela qual o sujeito constrói sua singularidade, desempenhando um papel fundamental tanto no processo de individuação, que supõe a existência do outro em sua alteridade, quanto no processo de separação, pelo qual o objeto se constitui como tal. Essencial à permanência do objeto, somente no ódio o outro pode ser reconhecido como outro e a realidade como realidade. Promove, portanto, a afirmação e conservação do Eu e, ao mesmo tempo, abre a sensibilidade ao diverso e dá passagem ao amor, que tem um papel significativo na preservação do objeto, embora em muitos casos possa, paradoxalmente, convocar ao apagamento de sua alteridade.

Como um dos polos da ambivalência afetiva, uma modalidade de vínculo (e de ligação) entre o sujeito e o outro, sua presença permanente na relação intersubjetiva nos lembra que o sujeito é ao mesmo tempo elo, servidor, herdeiro e beneficiário, assim como na vida psíquica do sujeito o outro é ao mesmo tempo objeto, sustento e adversário.

Em “Além do princípio de prazer”, Freud também postula que o ódio “pode ter uma função potencial e servir a um propósito mnêmico de restaurar um estado de coisas mais antigo”, ou seja, que o ódio pode assumir um caráter defensivo, associando-se a uma economia psíquica através da qual o sujeito se esquiva do excesso de angústia ligada a afetos insuportáveis, preservando-se, por esta via, do confronto com a perda, o abandono ou o desamparo. Nesta lógica, o masoquismo pode se tornar uma forma privilegiada de subjetivação, uma saída para se resguardar do desamparo, da invasão pulsional advinda do ódio do objeto privilegiado: para evitar a experiência de abandono, o sujeito pode se dobrar



*encravado no interior do Eu,
o ódio se mantém como uma marca
ativa e decisiva da diferenciação/
separação do Eu em relação ao outro e
da afirmação do sujeito frente ao objeto*

aos cuidados patológicos e se submeter aos maus-tratos de um mau objeto.

Estamos, portanto, apontando para a existência de organizações psíquicas em que a intensidade e a negociação e derivação do ódio e do sofrimento são a condição da vida mental e/ou da sobrevivência psíquica.

Ainda que alguns teóricos pós-freudianos tenham se debruçado sobre a clínica do ódio e construído reflexões teórico-clínicas importantes sobre o ódio como uma espécie de investimento, ligado a um objeto externo ou interno, é provável que a maioria dos analistas teria muito a relatar sobre as situações transferenciais vivenciadas na tarefa de escutar os diferentes sujeitos cujos investimentos objetivos estão atravessados pelo signo do ódio. Acresce-se a isso o fato de que tudo o que gira em torno da tendência autodestrutiva, da desistência da vida ou da agressividade incontrolável tende a desestabilizar as relações, inclusive as de analistas e seus analisandos. É principalmente na experiência clínica, por intermédio do ódio transferencial, que se pode vislumbrar sua dimensão paradoxal e contingente, ora se manifestando como ódio destrutivo – ruptura, força destruidora, sem objeto nem lugar de legitimação –, ora se apresentando como afeto necessário, estruturante, a serviço da afirmação psíquica do Eu – dimensão essencial que realçamos neste texto. Uma clínica, enfim, que convoca uma escuta sensível e sofisticada em suas nuances.

A seção Debates da Revista Percurso convida alguns colegas a refletirem conosco sua clínica do ódio.



na obra “*Ética a Nicômaco*”,
Aristóteles qualificou
a ira e a crueldade como signos
eloquentes da animalidade
na condição humana

JOEL BIRMAN *O ódio pede passagem*

I. Raiva e ódio

Um dia alguém reagiu ostensivamente ao que outro lhe dissera de que teria sido movido pelo ódio numa certa ação, afirmando de maneira eloquente que seria a raiva que lhe teria levado a fazer certas afirmações. Aturdido com essa formulação, o interlocutor lhe perguntou então qual seria a diferença que fazia entre a raiva e o ódio, isto é, qual seria a fronteira que existia entre essas paixões. O sujeito em questão afirmou peremptoriamente e sem rodeios que a raiva seria uma paixão bem circunscrita, inscrita num certo contexto e numa situação real que lhe conferia então a marca de ser *legítima*, já que seria uma situação precisa e a ação de um outro o que teria lhe conduzido a isso. Em contrapartida, o ódio seria uma paixão na qual não existiria qualquer implicação do outro na sua promoção, de forma que o ódio seria assim uma paixão *ilegítima* e revelaria em estado bruto literalmente a condição do sujeito na sua singularidade. Daí então a sua ilegitimidade do ponto de vista estrito do *laço social*, o que não ocorreria com a raiva que seria então legítima.

Pode-se dizer que o sujeito em questão estabelece uma oposição rigorosa entre os registros passionais da raiva e do ódio, sobre a qual superpõe outra oposição, qual seja, a da *presença* ou da *ausência* de algo que a promova, de forma que esta dupla oposição seja rebatida para a oposição entre a legitimidade e ilegitimidade. Portanto, do ponto de vista ético, o sujeito em pauta enuncia o ódio como uma paixão inaceitável e inadmissível, o que não seria efetivamente o caso da raiva.

A pergunta que se impõe decisivamente aqui é o que delinea esta oposição entre a raiva e o ódio, na medida em que conduziria à oposição entre a legitimidade e a ilegitimidade dessas paixões. No que concerne a isso, não resta qualquer dúvida de que, se o ódio é considerado uma paixão ilegítima pelo sujeito, isso se deve à sua articulação com a *destrutividade*. Com efeito, se o ódio coloca em cena o sujeito de corpo inteiro, sem qualquer justificativa numa ação do outro que lhe promova e lhe incite, como seria o caso da raiva, é porque o sujeito descobre em ato, no seu dizer e no seu fazer, uma tendência destruidora que nele habita. Seria justamente isso que seria inaceitável para o sujeito no registro do laço social, à medida que o ódio seria ilegítimo pois marcado pelo ímpeto destrutivo daquele face ao outro.

Dessa maneira, o ódio se conjugaria com outras paixões também consideradas ilegítimas, marcadas pela destrutividade, como a *crueldade*, por um lado, e a *ira*, pelo outro. Como se sabe, essas diferentes modalidades de paixão foram tematizadas de maneiras diversas ao longo da história da ética no Ocidente.

II. Da negatividade à positividade

Os estoicos consideravam que a ira seria o signo infalível da presença da animalidade no homem, isto é, algo que deveria ser regulado, controlado e se possível eliminado pelo sujeito, pela ascese promovida ativamente pelo *cuidado de si*. Foi isso que enunciou Sêneca no ensaio intitulado “Da ira”. Sêneca e os demais estoicos trabalharam sobre a mesma problemática delineada anteriormente por Aristóteles, que na obra “*Ética a Nicômaco*” qualificou a ira e a crueldade como signos eloquentes da animalidade na condição humana.

O Cristianismo retomou esta leitura negativa destas paixões da alma no registro teológico, ao caracterizá-las como inscritas no registro do *pecado* e interditas por Deus, na medida em que a presença de tais paixões revelaria que o sujeito estaria possuído pelo diabo. Evidentemente, por essa inflexão teológica o Cristianismo



relançou a leitura da Antiguidade em outras bases, apesar de manter a mesma interpretação negativa daquelas paixões.

Porém, com a emergência da Modernidade, tais paixões da alma passaram a ser *positivamente* consideradas. Nesse contexto, o deslocamento do polo negativo para o positivo na leitura dessas paixões se deveu ao reconhecimento de que a animalidade estaria na base da condição humana.

Nessa viragem crucial, o discurso de Sade ocupou um lugar privilegiado, pois o ódio e a crueldade passaram a se inscrever no âmago da condição humana, não sendo, pois, o seu Outro. Por isso mesmo, na obra *A filosofia da alcova* a criminalidade passou a ser exaltada em prosa e verso, pois a morte seria a finalidade da vida e o crime seria então a fonte inesgotável da renovação desta.

Na trilha entreaberta por Sade, a condição humana passou a ser interpretada pelas dimensões da animalidade e do instinto, por diversos autores. Se inicialmente Schopenhauer enfatizou de forma eloquente a categoria de *vontade* em face da *representação*, logo em seguida Nietzsche delineou o registro do vivente na condição humana, pelo destaque conferido neste ao instinto.

Foi nesse rastro teórico que Freud construiu a psicanálise, sublinhando a base pulsional do psiquismo e a dimensão inconsciente deste. Dessa maneira, pode enunciar as suas diversas leituras sobre o sadismo e o masoquismo, assim como na fase final de sua obra concebeu o psiquismo no conflito insuperável entre a pulsão de vida e a pulsão de morte. Enfim, foi nesse contexto que formulou a existência de uma pulsão de destruição, onde certamente o ódio e a crueldade seriam dela derivados.

Na cadência da positivação dessas paixões da alma, Artaud reinventa a dramaturgia, com a constituição do *teatro da crueldade*, e Bataille passa a enfatizar a economia do desperdício em oposição à economia das trocas, onde a destrutividade que a marcaria colocaria em evidência a afirmação da vida e a sua renovação possível.

Pode-se interpretar esta inflexão decisiva promovida pela Modernidade como o signo

*senti-me convocada a mencionar
a experiência que vivi nos anos 1970,
quando ainda era aluna da FFCL
Sedes Sapientiae, faculdade
que depois deu origem ao Instituto*

infalível da “morte de Deus”, de acordo com a leitura proposta por Foucault em “Prefácio à transgressão” (1961). Com efeito, no vazio promovido pela suspensão da lei simbólica, representada pela “morte de Deus”, os indivíduos modernos foram lançados inapelavelmente à *transgressão*, pela ausência de limites que passou a regular as suas existências.

Seria por esse viés que a problemática do *Mal* foi revirada de ponta-cabeça na modernidade, de forma que aquele deixou de ser o Outro do homem, passando a se inscrever no âmago íntimo deste. Dessa maneira, o ódio e a crueldade, apesar de serem considerados paixões ilegítimas, passaram a ser destacados pelo sujeito como algo que o caracteriza na sua singularidade, mas inscritos agora no campo dos laços sociais. Seria neste campo, enfim, que se realizariam as práticas de *normalização*, que se disseminaram com o advento da Modernidade.

MARIA LAURINDA R. DE SOUSA

Falar do ódio na transferência, numa edição que tem como temática a questão da ditadura, fez-me supor a possibilidade de uma resposta que contemplasse diferentes olhares – sobre a clínica, sobre os efeitos dessas situações no corpo do analista, sobre o que tangencia, sempre, as bordas do espaço analítico. Sendo a *Percursos* uma publicação do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, senti-me convocada a mencionar, ao final deste comentário, a experiência que vivi nos anos 1970, quando ainda era aluna da FFCL Sedes Sapientiae, faculdade que depois deu origem ao Instituto.



*um ódio para o qual ele só
tem como resposta o agir –
como encarnação de impulsos
destrutivos cegos e que
não encontram nomeação*

Vou começar pelo relato da entrevista com uma criança, que tinha, na época (15 anos atrás), cerca de 5 anos:

Sentado em sua cadeirinha, ele, na segunda entrevista, anuncia muito senhor de seus poucos anos:

Eu voltei porque eu gosto muito de vir aqui; eu queria vir. Tenho três coisas pra falar. Deixa ver... Ah! A primeira é que aconteceu lá na escola e a mamãe pediu pra eu te falar. É que a Edna e o Bruno, eles são meus amigos... A Edna é muito boazinha, ela tem um problema na perna, coitadinha, mas ela é muito boazinha. Eles tavam brigando e ela tem problema na perna; não se pode bater nela, coitadinha. O Bruno falou que tinha o filme da Bela e da Fera e ela dizia que não. Ele dizia que sim e ela dizia que não. Aí eu fui falar com ela, porque senão eles iam brigar e eu falei: – Edna, se ele está falando que tem é porque tem. Ela me mostrou a língua assim e aí eu fiquei muito irritado, mas foi porque ela me mostrou a língua, ela fez assim ó (mostra-me a língua). Então, eu peguei meu caderno e acertei na cabeça dela, e também chutei a perna dela. A Edna abaixou a cabeça assim na mesa, porque ela estava chorando. Aí eu peguei o estojo e joguei na cabeça dela.

Deixa ver que mais eu ia te contar. Ah! Já sei. Aí tinha que fazer um desenho.

Ficou tão bonitinho. Aí um menino gozou do meu desenho. Eu estava recortando com a tesoura e enfiei a tesoura na barriga dele, e depois no outro e no outro. Aí eu joguei a tesoura no olho dele.

Nesse momento eu já estava assustada, imaginando a gravidade do que ocorreu e surpresa com a dissonância entre o que ele me dizia e a forma em que isso era dito. Ele pareceu captar isso na minha expressão e continuou:

Acertou aqui do lado (quase dentro do olho) mas não fez nada; só machucou um pouquinho... Eu queria vir aqui porque eu gostei de vir aqui.

Então, eu lhe digo que ele sabe que precisava vir aqui para falar dessa irritação, que o deixa tão fora de si, que ele não consegue controlar e também para me falar dessas coisas que o irritam tanto, mas que também o deixam aflito.

Sabidamente ele me responde falando do irmão. De como ele estraga as coisas, de como ele não o suporta, de como briga com ele... Um irmão perturbador que deveria ser eliminado, assim como os “amiguinhos” que o contrariam.

Ele, tão aparentemente dono de seu discurso, mas tão alienado no ódio a esses pequenos estranhos que ameaçam seu reinado. Um ódio para o qual ele só tem como resposta o agir – como encarnação de impulsos destrutivos cegos e que não encontram nomeação – e a reprodução “formalmente” aprendida de um discurso vazio do que não se deve fazer: “coitadinha, ela tem um problema na perna, não se pode bater nela”. Mas algo ultrapassa essa mera formalidade; essa alienação: uma ansiedade que aparece na fala compulsiva e no desejo de vir para análise e “saber” que disso se precisa falar.

Essa criança encerra o encontro produzindo uma série de desenhos que quer me deixar de presente. Presentes que ele me oferece para que eu os coloque na árvore de natal (estávamos no mês de junho), querendo a garantia de que eu os leve para casa. Que “eu” o leve comigo? Que “eu” não o esqueça? Que “eu” lhe garanta presença? A “minha” presença – como representante dos outros significativos – e a dele. Que o ódio por esses irmãozinhos-inimigos-rivais não o deixe órfão, e possa ser reconhecido como parte dele, nomeado, subjetivado, a fim de que encontre outros destinos possíveis.

No recorte mencionado acima, a reação apreendida no corpo da analista é sutil; funciona como uma intervenção captada pela criança. Já numa outra situação clínica, mencionada a seguir, não é da sutileza no corpo que se trata;

é dos excessos que apontam para os limites do suportável na escuta, provocando reações mais intensas no corpo e levando à ideia de interrupção da análise.

O ódio fazia presença na maior parte das sessões; gotejava das palavras do analisando e inundava a sala provocando sufocação e paralisia. Mas as palavras de Pontalis, gravadas em mim, como referência, também faziam contraponto a esse desejo de encerrar o trabalho iniciado: o analista deve poder escutar o que há de mais abjeto... sem, no entanto, cair na sujeição do masoquismo.

Ele, jovem adulto, com uma carreira reconhecida e bem-sucedida, veio para análise, num momento depressivo, com referência a ideias suicidas que já o haviam acometido anteriormente, mas que hoje não se faziam tão presentes. Veio, também, com uma questão que seria decisiva para sua permanência na análise: queria saber se eu pensava que a transexualidade era uma doença. Duas falas que, no decorrer de nossos encontros, se mostraram claramente imbricadas. As diferenças e as ameaças de morte assolavam seu pensamento e seu discurso; ora voltado contra si, ora dirigido, com extrema violência, aos outros que lhe cruzavam o caminho, que o perturbavam no trânsito, que não respondiam ao seu cumprimento, que não o consideravam... Imaginava cenas de extermínio que encenavam o que era da ordem do horror. Cenas nunca tornadas atos; eram parte de seu cárcere privado; tentativas de reproduzir, no encontro com o outro imaginário, o aniquilamento precocemente sofrido, mas eram, também, seu segredo interior, sua garantia de existência; sua garantia de não cair no abismo do vazio.

Filho excluído do convívio familiar, exilado num colégio interno, conviveu desde cedo com o medo da avaliação do olhar dos outros e com o isolamento. Na análise, os tempos entremearam-se com silêncios, questionamentos, tentativas de encontro – de minha parte e da dele – e ataques, também violentos, ao sentido dessa análise. O exílio e o temor de algo proibido revelado pelo



as diferenças e as ameaças de morte assolavam seu pensamento e seu discurso; ora voltado contra si, ora dirigido, com extrema violência, aos outros que lhe cruzavam o caminho

corpo deixaram marcas dificilmente erradicáveis. Num dado momento, penso em interromper a análise e me pergunto se, frente ao insuportável, esse não seria um ato necessário.

Dirijo-me, então, a outro analista e peço que me escute. Momento crucial em que precisamos da mediação de um outro para estabelecer a distância necessária ao pensamento e à saída da paralisia. Retomo a história dessa análise e o que sei da história desse sujeito. Escuto o que o analista me pergunta, vejo-me reeditando a trajetória dos abandonos temidos – e provocados com a finalidade de serem expurgados – e Isso produz efeitos. Contrariamente ao que pensara antes, decido convocá-lo a aumentar a frequência dos encontros. Surpreendentemente, ele responde e passa a vir com mais frequência e a falar com mais desenvoltura. Se para o ódio é preciso encontrar lugares legítimos de fala, encontrar mediações, pensamentos, ligações e interdições que permitam que ele não se faça ato, é preciso, também, quando ele se apresenta de forma tão intensa numa análise, suportar estar de corpo presente... sem, no entanto, cair na sujeição do masoquismo.

Medo, horror, exílio, tortura, cuidados a serem tomados frente ao perseguidor – agora não imaginado, mas presente na vida pública –, são efeitos terríficos dos regimes totalitários e de qualquer espécie de fundamentalismo. Os que defendiam a liberdade e o direito à participação política nos destinos do país, nos anos 1970, presenciaram a invasão, por parte dos que representavam o poder ditatorial, aos colégios estaduais e às faculdades que sustentavam movimentos



*por diversas razões,
tanto clínicas como teóricas,
não concebo o ódio como
uma espécie de fenômeno
nato, já dado*

políticos de seus estudantes (a USP, a PUC, a FEI, o Sedes) e a repressão, tortura e extermínio dos sujeitos que eram considerados subversivos.

Em meus primeiros anos da faculdade, convivi com a suspeita dos “agentes infiltrados” nas salas de aula. Em minha turma todos desconfiávamos de um certo aluno. Muitos anos depois, diante da pergunta direta sobre sua participação colaboracionista na ditadura, disse ter sido convocado pelos militares a exercer esse trabalho, mas que não aceitara tal incumbência. Nunca sabemos se a invasão ao nosso centro acadêmico e a destruição e apreensão de tudo que havia na sala foram efeitos dessas denúncias. Mas a violência da invasão persistiu exigindo uma vigilância mais acentuada – no sentido da proteção necessária – sobre as discussões, as ações e os textos produzidos. Os movimentos que se seguiram e que culminaram com a anistia parcial, com as eleições diretas, com a exigência do direito à verdade e do reconhecimento e punição dos responsáveis pelo horror cometido, também, ainda, persistem. Fazem parte do ódio necessário.

Ricardo Rodolfo *Ódio*

Não compartilho destas posições evolucionistas que alocam o tema nos princípios da vida e buscam a origem do ódio no primeiro ano de vida. Por diversas razões, tanto clínicas como teóricas, não concebo o ódio como uma espécie de fenômeno nato, já dado. Concordo com Winnicott em que existe uma dissimetria profunda entre o início do amor primitivo e a constituição, bem mais tardia, da capacidade de

“odiar o inimigo” – segundo escreve o pensador inglês –, porque assinala a necessidade de inserir toda uma categoria ausente no início da vida... e muito mais além (sabemos que o predisposto à depressão falará em constituí-la ainda que isso coloque em jogo a própria vida). Por isso mesmo é tão difícil que uma criança odeie de verdade seus pais, ainda quando a maltratem seriamente, e é muito provável que ela se sinta em falta pela maldade que eles praticam.

Complica em muito essas questões, uma velha confusão psicanalítica que carece de rigor para nomear com precisão autênticos fenômenos do ódio. Em consequência, vemos, a partir da aceitação abusiva do complexo de Édipo, uma indiscriminação massiva que assimila rivalidade, hostilidade ciumenta e desamor enquanto desinvestimento ao ódio propriamente dito. Uma criança pode ter ciúme quando seu pai abraça e beija a mãe e enojar-se e sentir raiva dele, porém isso tem pouco a ver com o ódio genuíno: essa criança ama seu pai. Mais tarde, pode competir e desejar ganhar dele em qualquer coisa, mas isto tampouco é ódio; são expressões afetivas que estão alojadas no campo do amor. Igualmente um casal pode competir entre si para ver quem ganha mais dinheiro ou para descobrir quem é o mais querido entre os filhos, mas não deixa de se amar e não significa que se odeie.

Há casais que deixam de se amar, que se desamam, que não se desejam mais, que não suportam seguir vivendo juntos, porém raramente isso chega ao ódio. Para isso se requer um “um novo ato psíquico”; por mais que alguém nos frustrate, não passamos a odiá-lo gratuitamente. A cólera, a ira, a raiva, que se sobressaem tão fácil na era do deambulador, não significam ódio; ao contrário, o ódio pode apropriar-se dessas manifestações afetivas, ainda que não forçosamente, porque é capaz de trabalhar com maior frieza e silenciosamente. Mesmo Melanie Klein – demasiadamente propensa a simplificações nesses aspectos, com uma concepção às vezes maniqueísta, em que imagina um combate entre o amor e o ódio de maneira totalmente



*competir não é odiar, ainda
que o vocabulário possa
fazer semelhança e sobrepor
("vou destruí-lo...")*

mítica – destacou que um intenso sadismo pode pertencer à esfera do amoroso ou do erótico, sem apontar para a destruição do objeto.

Freud também é simplificador quando faz do cenário edípico um lugar de combate entre amor e ódio. Nos fatos clínicos, somente uma criança verdadeiramente perturbada odiará um – ou os dois – dos seus progenitores.

O célebre Hans é mal compreendido e reina uma contradição flagrante no texto que ele consagra: uma criança que odiava e por sua vez temia o ódio castrador de seu pai mal poderia fazer-lhe as confidências que ele lhe faz, pois faltaria totalmente a confiança para contar coisas entre as quais se conta nada menos do que a masturbação, para um menino no princípio do século xx, que estava no foco de adultos. Por outra parte, enquanto a criança duvida da consistência e estabilidade do casal e cuida muito de dirigir a eles sua artilharia edípica, esforça-se para mantê-los unidos, o que não seria o caso se sentisse ódio ao rival, dentro do triângulo.

Competir não é odiar, ainda que o vocabulário possa fazer semelhança e sobrepor ("vou destruí-lo..."), porém, depois de tudo, como bem observa Nancy, o vocabulário erótico também se sobre põe aqui e utiliza palavras e gírias muito violentos. Neste ponto a psicanálise deve praticar um reajuste de seu vocabulário na busca de precisão. Tampouco pode deixar-se levar por expressões cotidianas nas quais o ódio é banalizado, como quando alguém diz que odeia tal ou qual comida, assimilando o ódio a algo de que não gosta. O conceito clássico de ambivalência traz dificuldades particulares, já que em primeiro lugar haveria de ser ampliado para acomodar outras polaridades que não apenas amor e ódio. Os matizes são sutis até o indefinível, como quando um percalço no amor desata fúrias passionais de intensidade selvagem, sem que isso deixe de ser parte do amor e, de nenhum modo, do ódio. Como de costume, as fronteiras nunca são claras e distintas.

Em todo o caso, para alcançar verdadeiramente o ódio como tal, os caminhos que se

abrem parecem passar pela dor da dependência e pela voracidade, ambos processos tão estudados pelo pensamento kleiniano. O primeiro pode chegar ao limite do tolerável, sobretudo quando aqueles de quem tanto se depende se aproveitam dele para maltratar. A voracidade sem freio exige que tudo seja para mim, convertendo em inimigo aquele com quem devo repartir. Típico das guerras de sucessão entre irmãos. É como dizer que a voracidade dá direitos, o direito a tudo na perspectiva do voraz, cuja dor por compartilhar é inenarrável, o qual sugere uma séria deficiência na categoria do nós, aspecto inerente à constituição sadia do ego. Observando irmãos que se dão bem, se comprova que dar algo a um deles desencadeia de imediato a pergunta reasseguradora: se o outro recebeu o mesmo; e isso sem prejuízo de que entre eles possam suscitar-se ciúmes e rivalidades diversas, porém que não afetam essa integração essencial do nós. Por esse caminho desembocamos no ponto que mais me interessa destacar neste espaço: o ódio como uma paixão dirigida à alteridade, ao que o outro tem de outro.

Proporia pensar que a única presença do outro que desperta algo mais que simples repulsa e desejo de destruição é o outro em sua mínima manifestação em *doble*, clon. Não porque falte aquela repulsa e aquele desejo, senão porque nesse caso se agrega uma particular e intensíssima atração, fascinação por este com quem se mantém um vínculo daquela classe, como no triste acontecimento que terminou com o assassinato de John Lennon, ou na perseguição que o professor Moriarty fazia de quem perseguia



*assim, deparamos
com a imensa problemática
do domínio, tão constituinte
dos seres humanos*

Sherlock Holmes. Para dissipar um mal-entendido, frequentemente haveria de fazer notar que o mínimo de diferença faz sentir o máximo da diferença, todo um paradoxo que não dissimula nem indiscrimina. A singular complicação aqui é o desejo de ser o objeto odiado – e não tranquilamente de ser como ele –, e isso em um universo fálico, hegeliano, onde existe apenas um lugar para ser (sem essa condição, a problemática de dupla nunca se tornaria perigosa), concedendo toda sua importância ao fato de que ser este outro aborrecido e terrivelmente atraente é a melhor forma de dominá-lo.

Assim, deparamos com a imensa problemática do domínio, tão constituinte dos seres humanos. O domínio, a dominação, aquela problemática que Derrida propôs aos psicanalistas para que fosse seu grande tema no século XXI. E isso quando estamos recordando o cinquentenário da ditadura militar no Brasil.

O domínio é o elemento-chave do ódio, talvez ainda mais que a destruição, ou de um modo mais sutil, já que aponta para a abolição do que o outro tem, e nesta direção destruí-lo não é mais que um meio para este objetivo essencial, o qual só dá lugar a crueldades sem limites, muitas das quais destroem o humano sem terminar de destruí-lo literalmente, coisas às vezes piores.

Com muito mais frequência, o ódio trabalha não destruindo, mas reduzindo o outro, rebaixando-o ao plano de um objeto manipulável, ou, em outras palavras, a outra forma de escravidão. E nada será tão odiado quanto o desejo de liberdade que se detém no outro, ainda que em pequenas doses. Sensibilidade obsessivo-paranoica

para captar até homeopáticas manifestações deste desejo sem o qual não existiria nada que pudesse chamar-se “Ocidente”. Por isso, não seria por acaso que grandes matanças e genocídios se praticam contra comunidades, povos, etnias que reclamam autonomia, vale dizer, o direito de ser considerados como uma diferença a respeitar.

Temos uma grande lição com o que aconteceu com os judeus, precisamente alguém com uma cultura da qual a cristã é resultante. E também valeria a pena recordar, para o caso da Alemanha, que nela a produção cultural judia era a mais destacada do planeta, com pensadores de um gabarito de Einstein ou Freud. Então, essa pequena diferença era demasiado pequena para ser tolerada, pois o paradoxo é que uma diferença pequena explicita a diferença, o diferencial da diferença, que é desproporcional em sua magnitude. Do judeu ao cristão, apenas a insignificância de um prepúcio. No extremo oposto de outros povos dominados, o judeu nunca se colocou como objeto. Nem se polarizou, renunciando aos emblemas do Ocidente para contrapor o monopólio do cristianismo, como os muçulmanos. Por isso não há nada parecido a um antimuçulmanismo da envergadura do antissemitismo, nem sequer depois que importantes grupos dessa cultura empreenderam uma conspícua atividade terrorista cuja data culmina até o 11 de Setembro.

Com isso nas mãos, já podemos perceber melhor o que mais será odiado na ditadura do tipo das tantas toleradas na América Latina. A inflexão singular, nesse tipo de regime que nunca mais gostaríamos de suportar, é o ódio radical ao desejo de diferença que se alcança – por caminhos possíveis ou impossíveis, certos ou errados – quando importantes grupos de cidadãos começam a se manifestar por uma existência mais livre e mais justa, por mais que muitas vezes o façam através de ideais que, por sua vez, detestam a diferença.

É que a insatisfação incondicional da diferenciação – entendida como o motor de toda diferença concreta – está no coração do ódio e é muito mais decisiva que o ódio dirigido a pessoas

em si. Seria melhor formulado se disséssemos que o que mais se pode odiar em alguém não é sua diferença como alteridade, expressada na maioria das vezes em diminutas particularidades, tanto quanto em desejos carregados com este anseio de liberdade, raramente formulado com a grande retórica da liberdade, porém reivindicado em movimentos e protestos de envergadura comum e corrente.

Uma sentença a partir do que Hanna Arendt consagrou como banalidade do mal. Não será demais ter em conta que a banalidade, por si mesma, é uma operação redutora do diferencial, nivelando tudo por baixo, indiscriminando por excelência, é toda uma máquina trituradora de alteridades irreduzíveis, de singularidades que, por sua parte, sempre resistem. O ódio triunfa cada vez que consegue uma redução demolidora dessa classe. Decorre daí que a banalização corrente – que vemos bem em práticas midiáticas e propagandísticas – aprecia jargões generalizadores, do tipo “somos todos argentinos”, etc. Se toda forma de amor implicar gozar da diferença sob alguma de suas formas, o ódio se dirige a sua destruição, abolição ou repúdio e, mais ainda, a dominação, uma vez que a diferença dominada deixa de existir e se degrada em sua paródia. Entendemos como as palhaçadas fascistoides parodiam cerimônias de grandiosidade genuína, onde o diferencial respira, evocando produções como a Heroica de Beethoven.

Resta pendente a importância de poder odiar o inimigo nominalmente, precisamente, do direito a diferença. Operação complexa que necessita valer-se da própria violência, não como mal pelo mal, mas pelo direito a exercê-lo como resposta defensiva. Neste ponto, uma questão: desde a ótica da diferença, a resposta odiante é reativa, desde a perspectiva do ódio são suas coberturas amorosas cosméticas. O que formula o problema de se poderia existir uma posição de ódio que não fosse reativa, de emergência espontânea, o que parece difícil de aceitar no tempo que urge para investigar.

O ódio é duplamente reativo quando se reveste de significantes e atitudes pseudoamorosas. Isso parece mais correto, porém deixa em aberto um potencial esquemático a complexificar no par proposto por Winnicott entre o espontâneo e o reativo. É certo que uma dificuldade adicional é o fato de que muito dificilmente chegam para análise sujeitos centrados no ódio, como eixo de sua existência. Os que chegam em sua imensa maioria o fazem buscando algo pelo lado do amor, um amor demasiado enredado em desejos de dominação, porém amor como fim. Faltarão, então, material clínico para tal discussão. Nesses casos pode nos salvar, proporcionando-nos o material faltante, a produção artística relacionada à psicanálise enquanto experiência cultural.

Palavras do Conselho Editorial de Resenhas

O temário deste número levou-nos a travessias, que já esperávamos penosas e, às vezes, à relativa satisfação por as termos encetado. A nosso pedido, Heitor de Macedo dispôs-se a escrever a resenha de Tortura: testemunhos de um crime demasiado humano. Trocando ideias, concluímos que também seria de importância crucial uma apresentação de Le Psychanalyste sous la terreur, obra que, até hoje, não foi traduzida para o português. Associando um e outro livro, o autor chegou ao texto, entre o ensaio

e a resenha, que abre a sessão Leituras. O escrito tem o dom de situar-nos, com intensidade difícil de suportar, em meio a fatos que ocorreram durante a ditadura militar. E a narrativa em primeira pessoa, que o atravessa, não se exime de compartilhar vivências do período a respeito do qual nos dispusemos a refletir. Com isto também revela, escancara, a impossibilidade de a psicanálise escutar os anos de chumbo, sem abrir-se para emoções que não têm lugar na fala.

O inumano faz parte do humano

Heitor O'Dwyer de Macedo

Resenha de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, *Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013, 405 p.

178

PERCURSO 52 : junho de 2014

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes não acolhe o azedo da existência. O tempo não apodrece o fruto, apenas transforma a matéria, a amadurece. Íntima de Freud, ela sabe o caroço trágico da vida, a amargura é distração de agonizantes. Ensina (ou relembra):

- ✦ As cicatrizes do terror são inapelavelmente inesquecíveis e a liberação, como para Frei Tito, vem apenas com a morte.
- ✦ O pensamento deve ter músculos, feitos de coragem, de força e precisão. E delicadeza, para tratar de intimidades destroçadas.
- ✦ A loucura é coisa séria e leve. Ode ao precário, após o desmaio dos sonhos. Somos todos assassinados, filhos de Abel.

O livro de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes é um corpo. De pé. Livro pré-histórico, traços de gente, de memórias, de suspiros, de uivos. Robustamente estraçalha nostalgias, faz explodir os diques que isolam o trauma enterado na tocaia: expulso das furnas, ofuscado por esta visita necessária, nele percorro a paisagem de meus medos empoeirados, impecavelmente idênticos e cortantes. Relembro: durante quatro anos a tortura foi nosso horizonte cotidiano.

Terror de ser preso, e prisão era a palavra caixote de todos os horrores. O que não me impediu de dar acolhida durante meses à Sylvia de Montarroyos, a Tatiana, fugida para o Rio, após meses de tortura em Recife, ou a Eder Sader, vindo de São Paulo¹. Mas o pânico era permanente. Quando cheguei à Europa, construí uma fabulação – alinhavos de uma alucinação de bolso, tentativa miserável de enjaular o sebo dos segredos dos pavores. Abandonar este recurso foi avassalador, vergonhas na alfândega da loucura. Pudores juvenis frente ao terror implacável de um Super-Ego na força da juventude? Indubitavelmente éramos todos meninos; a Revolução Francesa foi comandada por pirralhos, Maio de 68 também.

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes ensina (ou relembra):

- ✦ O trauma é um acontecimento psíquico heterogêneo ao psíquico, que infecta o mundo interno do sujeito. O tempo não ferra sua massa, estamos longe da geografia do recalque, inútil a prece ao esquecimento. O trauma se trabalha nas bordas, vivificar os desertos que o circundam, permitir a convivência com este oco na alma, forjar na cólera as ferramentas da afirmação, a indignada afirmação, e aquelas da acolhida constante do efêmero, do instante, e as da alegria inconsútil dos encontros. Pensar o impensável, alargar o campo do possível, pacientemente, sem

1 Sobre Sylvia de Montarroyos, *Les Temps Modernes*, a revista dirigida por Jean Paul Sartre, publicou um longo artigo denunciando as atrocidades à qual foi submetida pelo Coronel Ibiapina. Márcio Moreira Alves faz de sua prisão um relato corajoso em *Torturas e torturados*, acessível por internet: <http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_torturas_e_torturados.pdf>

Sylvia acaba de publicar *Réquiem por Tatiana*, Editora CEPE, 2013. Eder Simão Sader, sociólogo, foi um dos fundadores de *Política Operária* (POLOP); militante do MIR chileno, se refugia na França sob Pinochet; tem uma participação ativa na criação do PT.

Heitor O'Dwyer de Macedo é psicanalista, autor de *Le Psychanalyste sous la terreur* (Paris, Matrice Ricinante, 1988), *Anna K., a conjugação do corpo, história de uma análise* (São Paulo, Via Lettera, 1986), *Do Amor ao pensamento* (São Paulo, Via Lettera, 1999), *Cartas a um jovem psicanalista* (São Paulo, Perspectiva, 2012) e *Os Ensinos da loucura, clínica de Dostoievski* (São Paulo, Perspectiva, 2014), dentre outras publicações. Há cinco anos dirige seminário sobre a *clínica psicanalítica do trauma*.

tréguas nem pressas, com fôlego e gesto justos, sempre, enquanto dure a tarefa de viver.

Relembrando: o sentimento de imensa jubilação após as nove horas de *SHOA*, filme de Claude Lamzann sobre os campos de extermínio industrial dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. A obscenidade nomeada, as palavras e nenhuma imagem, o horror não tem imagens. Emoção indelével dos testemunhos, das testemunhas: a vida e a morte entrelaçadas, o vigor desta aliança que faz descarrilar o mortífero na vala pútrida das lástimas e dos sentimentalismos.

O livro de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes vem desta estirpe, Eros e Thanatos dão juntos cambalhotas freudianas. O livro me confronta com meus *embates inconclusos*, faz jorrar do rombo na vida a corja dos temores e tremores, as ânsias e as insônias, as náuseas, o cheiro dos lençóis amedrontados de suor.

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes apresenta, como um teorema, a lenta e precisa organização dos elementos do pesadelo sonhado pelo Estado Terrorista:

- ✦ Dezessete atos institucionais, regulamentados por cento e quatro atos complementares, *deram forma legal ao arbítrio e (tentaram) legalizar o terror*: destruição de livros, a delação legitimada, a pena de morte por fuzilamento instituída, a ocultação de cadáveres, no total entre cento e cinquenta e cento e oitenta brasileiros desaparecidos, os *nomes frios* (falsos) que dificultam o reconhecimento.

- ✦ O presidente norte-americano Lyndon Johnson aprovou, e enviou, o deslocamento do porta-aviões Forrestal, mais seis contratorpedeiros, além de um porta-helicóptero e quatro petroleiros com quinhentos e cinquenta e três barris de combustível.

- ✦ A noção de *inimigo interno* funda a luta fratricida.

- ✦ A violência e a crueldade não foram algo acidental, mas parte constitutiva do programa golpista.

- ✦ O torturador francês durante a guerra da Argélia, Aussaresses, foi enviado por seu governo para ser instrutor da polícia e do exército brasileiros.

- ✦ Palavra de ordem do *Comando de caça aos comunistas: já matou seu comunista hoje?*

- ✦ A tortura foi patrocinada por empresários, que financiaram os equipamentos e que *acompanharam diretamente sessões de tortura*, como “Hennig Boilesen, do grupo Ultragás” (p. 149).

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes lembrará que, em plena ditadura civil-militar, foi instalado o Primeiro Congresso Brasileiro pela Anistia, em novembro de 1978. De uma forma muito delicada, esta menção de resistência introduz os testemunhos pungentes sobre as crueldades sofridas sob tortura.

Os grupos de trabalho do Congresso pela Anistia se reuniram no *Instituto Sedes Sapientiae*, com o apoio de sua diretora, Madre Cristina Sodré Dória. E sua abertura se deu no TUCA, Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com a autorização da reitora, a professora Nadir Gouvêa Kfourri. Ou seja: as pessoas que *recusavam a viver com um torturador dentro de si*² encontraram coragem para dizer não.

O mesmo não pode ser dito das associações psicanalíticas. As ditaduras militares instaladas na América Latina nos anos 1960-1970 revelaram que o *establishment* psicanalítico julga a qualidade de um poder segundo o interesse de classe de seus membros. Nenhuma associação psicanalítica se opôs às ditaduras. Bem ao contrário. Quando o saudoso Hélio Pellegrino denunciou publicamente que um psicanalista em formação de sua Sociedade, Amilcar Lobo, trabalhava como médico auxiliar dos torturadores da polícia política, ele foi expulso, por proposição do presidente Leão Cabernite que era, aliás, o psicanalista didata do torturador denunciado por Hélio. Hélio foi excluído por seus colegas, sob o pretexto de que, fazendo esta denúncia, ele sujava a imagem da instituição! (Anedota burlesca: Hélio foi reintegrado na sua sociedade psicanalítica, por julgamento do Supremo

2 Perífrase de um pensamento de Hanna Arendt.

Tribunal Militar, instituição da ditadura, pelo motivo de que nenhuma falta profissional lhe era reconhecida!)

Penso que esta cumplicidade entre certos psicanalistas e os regimes de terror remete a uma certa concepção metapsicológica da cura, segundo a qual nenhum elemento psíquico escapa ao tratamento pela fantasia; ou seja: nesta concepção o real não existe. Esta maneira de conceber o funcionamento do trabalho analítico *reduz* a transferência a uma simples repetição de experiências libidinais da infância. A consequência é que eles transformam, assim, a descoberta freudiana numa banal clínica do conhecimento, na qual os *filósofos* podem ir buscar o seu mel racional.

Mas o escândalo do inconsciente reside no mais além da repetição, do lado da transferência como experiência inédita na vida do sujeito. Esta experiência constituirá o outro como semelhante e acolhedor, e dará à sexualidade o lugar essencial que é o seu na existência. Assim definido, o terreno transferencial pode ser uma ferramenta para colocar o trauma à distância.

Ao recusar o escândalo do inédito, a psicanálise vira, então, uma técnica, a cura uma *lição* sobre os saberes estabelecidos e que concernem um psiquismo autárquico, fechado sobre si mesmo, ou seja, a mônada freudiana: o Édipo, a castração, o recalque. O trabalho destes psicanalistas coincide perfeitamente com a definição dada por Nabokov da psicanálise: um método que consiste na aplicação cotidiana de velhos mitos gregos sobre as partes genitais de um certo número de pessoas. Em outros termos, os psicanalistas se transformam em funcionários de uma tradução simultânea, e a saúde psíquica se resume à adaptação à realidade, cuja definição esposa a ideologia do poder político vigente.

Na América Latina da época, o poder era totalitário e assassino. Este momento terrível nos ensinou uma coisa surpreendente: existem psicanalistas a quem a pesquisa sobre o inconsciente nada modifica na relação que têm com o pensamento, a cultura, a moral ou a verdade. Tendo reduzido a psicanálise a uma técnica

interpretativa, eles se desinteressam de reconhecer o singular, rejeitam a acolhida do desconhecido, do estrangeiro, do não conforme.

Repito: o escândalo do inconsciente reside na sexualidade infantil e no mais-além da repetição; ele se situa do lado da transferência como experiência inédita na vida do sujeito. Para se defender deste escândalo, se pode transformar uma teoria em fetiche, justificando, desta forma, sua impotência psíquica, ou sua fobia, ou sua impostura, infligindo aos pacientes o silêncio de suas inibições, e o pavor diante da vida viva.

Voltemos ao livro de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes. Ela apresenta a genealogia da crueldade. Entre a herança legada pela colonização portuguesa, tortura de índios e escravos, e as práticas medievais, ela se detém no período da ditadura militar. Após nos ter assinalado delicadamente sua própria desventura, ela foi presa com seus dois filhos pequenos na noite em que foi decretado o AI-5, em 13 de dezembro 1968, ela nos acompanha até os umbrais de uma eternidade muda, esmigalhada pela luz dos açougues, repleta da carniça dos corpos sem anestesia e dos gemidos insones de inocências desonradas. A tortura, ela ensina, *faz calar*, enche a alma do silêncio dos vínculos estraçalhados. Orfeus e Eurídice resgatados: Gilse Maria Westin Cosenza, Alípio Raymundo Viana Freire, Rita Maria de Miranda Sipahi, Aldo Silva Arantes e Haroldo Borges Rodriguez Lima. Os nomes na integralidade, figura da integridade cidadã reconquistada, da recusa a que o ódio prevaleça ao amor à vida. Os objetos têm apelidos infantis e são macabros: pau de arara, cadeira do dragão, coroa de Cristo, latinhas e maquininha, torre das donzelas. A matéria desviada de seu uso: o fogo para as queimaduras, a água para o afogamento, a eletricidade para o choque, o metal para as fraturas. Sim, o inumano faz parte do humano³; lembrança apocalíptica de Sylvia de Montarroyos me contando seu desejo de que a noite chegasse trazendo o policial que lhe impedia de dormir, uma lanterna nos olhos: o policial, esta

3 Formulação de Leslie Kaplan, escritora francesa.

presença humana. Sylvinha, a quem tanto devo, e os pacientes que conheceram também este tempo onde o tempo não existe, me fizeram entender: para atravessar a tortura, o sujeito passa a ser locatário do próprio corpo. Para se transformar no super-homem das histórias em quadrinhos da infância, ou na bailarina do *Lago dos Cisnes*, enquanto, simultaneamente, uma acuidade perceptiva infalível, aliada à hypermnesia, observa meticulosamente os maltratos cruéis dados a um conglomerado de pele e ossos, cuja palavra que o designa já não mais corresponde à coisa, ao envelope sensível. O preço deste abandono corporal, invenção vital e compulsória, é avassalador; a reconciliação corpo/psiquismo exige medidas imemoriais, confiança integral, riscos absolutos, arquiteturas impensáveis, musicalidade inaudita – e o livro de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes nos envia a estas e a outras ousadias.

Nos relatos recolhidos de atrocidades, duas passagens empurram para a frente da cena um aspecto jamais considerado: o corpo dos torturadores. Penso num garoto martirizado pelo pai, chorando no quarto da dor de pancadas e da tristeza de ser só, que tinha o sofrimento ampliado ao ouvir, na sala, o riso dos pais com os convidados: a desarmonia bestial entre seu suplício e a vida corriqueira dos assassinos que continuava levemente no cômodo contíguo lhe permitia intuir a travessia de uma situação gerada por dementes. Ensino da criança que se indaga: como pode um corpo se mover, ter sensações agradáveis, ou coceiras na orelha, enquanto o seu se afoga no padecimento? Esta indagação, que junta massacre narcísico com inquietante estranheza, e mistura humilhação, abatimento, ódio, inveja e rejeição, pode nos ajudar no acesso a este lugar maldito onde corpos humanos martirizam outros corpos. Situações alucinantes, cujo inventário das criações psíquicas é infundável: o garoto supliciado sentia

vergonha *pelo* pai, da mesma forma que alguém submetido à tortura sente, no lugar do torturador, vergonha de ser humano – o que dificulta consideravelmente sua posterior reintegração à vida. Miguel Angel Estrella, pianista argentino, detido na prisão de *Libertad* – por vezes a realidade faz humor negro – responde ao militar que lhe promete quebrar os dez dedos: *Sou pianista e a música é minha paixão. Se você quebra meus dedos nunca mais poderei tocar piano. Ficarei muito triste por você*⁴.

Primeira passagem:

“Além dos choques, imobilizado – e sempre despido – na cadeira, fui submetido a vários espancamentos e telefones nas orelhas; em diversos momentos daquela sessão o Marinheiro (alcunha do torturador) sentou-se em uma cadeira frente a frente comigo, colocando seu pé calçado sobre meu pênis e testículos que pressionava – como se operasse um acelerador de automóvel, à medida que me interrogava. Ao mesmo tempo, deslocava sua dentadura dupla (postiça) com a língua para fora, encaixando-a em seguida através de sucção”⁵.

– Fazer careta é ternura entre moleques, hora de recreio, artimanha de adulto para desviar atenção de guri fazendo travessuras, recurso que transforma em paina o ocasional chumbo da existência. Mas nesta geografia de desgraça e aflição, fazer caretas é engolir num vômito os tempos da brincadeira e dos gracejos, é proclamar a inutilidade de qualquer ilusão ou esperança – parentes da infância, é transformar a face do rosto numa máscara hedionda e viva, máscara movente de contrações musculares grotescamente monstruosas. É balançar, no meio da luta para guardar segredos, manter dignidade e resistir fisicamente diante do horror bem atual da tortura, balançar as quimeras apavorantes depositadas na alma por babás malvadas ou mães cansadas ... Dentadura que sai, dentadura que entra: jogar de esconde-esconde com o corpo do papão, do demo, do ogro que gosta de carne humana, com o corpo do preto veio, com o da feiticeira que leva menino na alta madrugada. Dentadura que sai e dentadura

4 Comunicação pessoal. Num outro texto, apresentei como Miguel Angel Estrella utilizou uma defesa alucinatória para suportar os horrores do cárcere. Cf. meu livro *Cartas a uma jovem psicanalista*, Perspectiva, 2001, p. 225 e 226.

5 Relato de Alípio Raymundo Vianna Freire, in *Tortura*, op. cit., p. 195.

que entra: jogar de esconde-esconde com o corpo da morte. Todo este redemoinho de confusão, e algo mais – que a segunda passagem revela.

Segunda passagem:

“O mais perverso neste método de tortura coletiva era o fato de os torturadores transferirem para nossas mãos o poder de sevícia, vida e morte sobre os demais companheiros: uma chantagem que consistia em interrogar um de nós enquanto o(s) outro(s) era(m) supliciado(s). Caso o que estava sendo torturado morresse, os culpados seriam os outros dois, por não haverem falado – conforme repetiam insistentemente os Guimarães⁶. Embora tenhamos sido conduzidos com máscaras de napa até a sala de torturas, durante esta sessão fomos supliciados (nus), sem máscara ou capuz: não bastava sentirmos o que nos acontecia, era preciso assistir de perto, vermos claramente o que faziam com nossos camaradas.

Depois de muitas horas, a sessão foi interrompida bruscamente por um Guimarães que entrou aos berros e acompanhado de um auxiliar, mandando parar com aquilo. Durante alguns minutos (que pareciam horas) instalou-se uma situação patética: todos os Guimarães abandonaram a sala e ficamos sozinhos nas posições que estávamos sendo torturados – Misael continuou pendurado no pau de arara, enquanto Takaoka e eu permanecíamos amarrados nas cadeiras, sentados com o tórax encostado no espaldar e os pulsos atados por cordas aos tornozelos. Foi nesta posição que momentos antes haviam feito sulcos na minhas costas, com um bastão de metal muito fino e pontiagudo, e em seguida esfregado uma estopa com alguma substância cáustica sobre os arranhões, provocando um inchaço que durou algumas semanas. Agora, os Guimarães haviam desaparecido e nós estávamos ali congelados nas posições anteriores.

A cena só se reanimou quando Misael foi retirado do pau de arara e conduzido para o salão onde deixáramos as roupas. Ali – descobriria mais tarde – cada um de nós deveria prestar um depoimento. O fato é que a espera foi longa – ou assim pareceu. O segundo a ser levado foi Takaoka.

Permaneci sozinho na sala de torturas, até que entraram dois Guimarães. Um, relativamente baixo,

moreno, barba cerrada e malfeita, entroncado, ventre proeminente, de pronunciada calvície, trajando calça jeans e camiseta de Jersey azul-marinho. Aparentava uns quarenta anos e tinha um olhar de roedor. O outro descendia de orientais (provavelmente de japoneses). Embora não fosse alto, era um tipo longilíneo, de pele muito clara e pálida, imberbe, cabelos e olhos negros. Trajava-se todo de preto, botas de verniz, de cano curto (“botinhas”), bico fino e salto “carrapeta”; calça de veludo cotelê; camisa de gola olímpica, e uma jaqueta de couro curto. Parecia muito jovem, por volta de vinte anos. Desamarraram-me sem estardalhaço, fizeram-me sentar em posição normal na mesma cadeira, amarrando-me em seguida os pulsos para trás –, e cada um dos tornozelos na lateral de cada perna da frente da cadeira, de modo que permanecesse de pernas abertas, com pênis e testículos expostos. Amordaçaram-me com uma tira estreita de pano. Depois, puseram-se de frente para mim. Sorriam estranhamente. Foi quando o moreno passou o braço sobre os ombros do oriental, trazendo-o para junto de si, arrastando-o delicadamente até onde eu estava e fazendo-o tocar meu pênis. Abraçavam-se, beijavam-se e se esfregavam com alguma volúpia. Comecei a gritar guturalmente e a espernear (apesar das pernas amarradas), até que veio um terceiro Guimarães que, aos gritos, mandou que eles parassem, que a sessão de tortura já havia terminado, retirando-os da sala e desamarrando minha mordaza. [...]

Por fim, chegou minha vez de ser levado para o salão⁷.

Este testemunho extraordinário desvenda a dimensão do prazer libidinal que acompanha a pulsão de crueldade. Porque o registro prazeroso é figurado, irrompe na cena do horror a sexualidade daquele que tortura. Os policiais e militares deixam de ser simples agentes da repressão, representantes do inimigo político, e se tornam pessoas desejosas. E, então, a eternidade se transforma em infinito, o tempo ganha

6 “Os torturadores que pertenciam ao séquito do major Beltrão (major Inocêncio Fabrício de Mattos Beltrão), entre civis e militares, usavam um único codinome, sob o qual escondiam sua verdadeira identidade. Chamavam uns aos outros de Guimarães”. *Tortura, op. cit.*, p. 181-182.

7 Relato de Alípio Raymundo Viana Freire, *Tortura, op. cit.*, p. 188-190.

verbos, passado presente futuro, a imaginação desbota o real e o possível existe: o prazer do outro. Não se trata mais, *apenas (sic)* de resistir à dor impossível e intolerável; a dor deixou de ser somente minha, agora ela é, *também*, o desejo do outro, do outro que goza de meu martírio – sou seu parceiro sexual. É o único trecho dos relatos publicados onde é mencionado *um grito de pavor*.

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes escreve, relacionando os ensaios “O mal-estar na cultura” e “Totem e tabu”:

“pode-se dizer que a análise do social de Freud sobre a cultura, que começou com o pai, termina com a análise do social já em pleno funcionamento. Entre os sentimentos que percorreram uma e outra análise, a culpabilidade, decorrente da ambivalência frente à agressividade explodida, confere à psicanálise um papel histórico incontestável” (p. 75).

Seu livro se inscreve na continuidade desta exigência.

Também fruto deste rigor foi o *Encontro latino-americano de psicanálise* que realizei em 1988, em Paris, reunindo psicanalistas argentinos, brasileiros e uruguaios que continuaram a clinicar durante as ditaduras militares. Do Brasil, entre outros, foram convidados Hélio Pellegrino e Jurandir Freire Costa. Minha preocupação era recolher, o mais rápido possível, as teorias por eles forjadas durante este período, antes do trabalho do recalçamento. O *Encontro* recebeu o apoio solidário da Sra. Daniele Mitterrand, cuja Fundação arcou com os gastos. Trabalhamos durante uma semana na *Casa da América Latina* onde a diretora, Elisabeth Burgos, colocara à nossa disposição um estúdio de gravação onde as reuniões foram feitas. As comunicações foram distribuídas com seis meses de antecedência, e os discutidores foram os psicanalistas franceses que acolhiam o fato psicótico – Piera Aulagnier, Françoise Dolto, Nathalie Zaltzman, Monique Schneider, Pierre Delaunay, Michel Guibal,

Philippe Refabert, Radmila Zigouris, entre outros, como o historiador Marco Aurélio Garcia e o antropólogo Luis Fernando Duarte. Os convidados (éramos apenas sessenta participantes) eram psicanalistas engajados numa reflexão sobre os recortes entre psicanálise e política, ou exilados políticos – alguns, como Marcelo Viñar, citado por Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, que tinham conhecido o terror da tortura. O livro deste *Encontro*, com as comunicações e a integralidade dos debates, foi publicado em 1988 com o título *Le psychanalyste sous la terreur*, *O psicanalista sob o terror*, ainda inédito no Brasil⁸. Como veremos, ele conversa com aquele sobre o qual aqui refletimos.

Gilou Garcia Reinoso, psicanalista argentina que participou deste *Encontro*, e que foi, juntamente com seu marido, uma das responsáveis da antena de apoio das Mães da Praça de Maio, as chamadas *Loucas*, se indagava se não existem teorias que são mais compatíveis do que outras com o totalitarismo. Ela se interrogava sobre as relações entre uma teoria fechada sobre si mesma e a cumplicidade com os regimes de terror. E ela constatava o grande desenvolvimento na Argentina, durante os anos do terror de estado, das teorias analíticas fechadas sobre elas mesmas.

Diego Garcia Reinoso, seu marido, disse, durante o *Encontro*, que nas situações de terror encontramos *sempre* um silêncio que vem anular o trauma, um silêncio que vem emudecer o trauma, silêncio íntimo, incluso no tecido psíquico.

Nestas condições, defender a hipótese do inconsciente era, evidentemente um ato político. Defender a hipótese do inconsciente era sustentar a possibilidade de nomear o que *deve* permanecer no silêncio, fora da linguagem, excluído da palavra, proibido de ser pensado. Defender a hipótese do inconsciente era apostar na criação de novas ferramentas para extrair do mutismo aquilo que ali deveria ficar sepultado, era sustentar o risco de criações de novas formas capazes de acolher tais achados. – Donde a importância inestimável de um livro como o de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes.

⁸ *Le psychanalyste sous la terreur*, Paris, Éditions Matrice-Rocinante, 1988.

Gilou Garcia Reinoso demonstrou que o domínio pelo terror visa a *matar a morte*, a tirar da vida seu limite e sua consistência, limite e consistência que nos são dados, precisamente, graças ao reconhecimento da morte, reconhecimento que funda nossa humanidade, reconhecimento que nos faz humanos.

Para sua demonstração, Gilou evoca esta invenção macabra, mencionada por Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes: o desaparecimento das pessoas. Tradução da fala de Gilou Garcia Reinoso:

No meu país, o poder tem características de poder absoluto, ele é responsável de tudo, se ocupa de tudo, responde a todas as perguntas, vela a que todo mundo esteja em seu lugar e que desapareça aquele que não está, ou que ameaça ter qualquer vínculo com algo que não esteja exatamente no seu lugar designado. Ou seja, devem desaparecer todas as possibilidades reais ou potenciais de um deslocamento que não seja decidido pelo poder. O desaparecimento de pessoas é um procedimento terrível. Como isto se passa no cotidiano? Como isto se passa no nível dos cidadãos, dos sujeitos, naquele momento na Argentina? Todos os dias alguém desaparece. O que significa isto, que alguém desaparece? Isto quer dizer que na casa de meu vizinho, ou na casa de meu aluno, ou na casa de meu pai, ou na casa de qualquer pessoa ao lado, de repente acontece o que se chama um “operativo”, ou seja, uma operação de polícia ou do exército que desembarca num grande desdobramento de forças. O bairro todo vê isto. Isto se passa geralmente de noite, mas é muito ostensivo: alguém é raptado, a casa é vasculhada, o espaço saqueado, quer dizer, qualquer objeto de valor é roubado. As pessoas são levadas, não se sabe para onde, não se sabe quem levou. Frequentemente não é a polícia, ou o exército, que fazem a intervenção, mas gente sem uniforme e em carros que não têm placas. E, a partir deste momento, mais nada. Então algumas pessoas começam a procurar. É muito perigoso, quem procura se autodenuncia. No final de algum tempo, se recebe um telefonema e uma voz diz: “o melhor que você tem a fazer é chutar tudo e partir, senão vai te acontecer a mesma coisa”. Não se sabe quem fala, nada

se sabe de tudo isto. É claro, existem os advogados, que fazem requerimentos, entram com habeas-corpus. Os advogados denunciam os desaparecimentos, mas os advogados desaparecem também. Um número enorme de advogados desapareceu desta maneira. As denúncias ficam nas mãos da justiça mas não levam a nada. [...] Estas situações-limite concernem a todo mundo. [...] Aqui na Europa, houve um enorme silêncio sobre o que se passou nos campos de concentração ... Eu não tenho a impressão de evocar algo de específico à América Latina, mesmo se ela possui, evidentemente, suas particularidades⁹.

A existência destes seres nem mortos nem vivos, desaparecidos, irá contaminar o conjunto do corpo social. Os cidadãos, que podem de um momento para outro desaparecer, se transformam em zumbis, entre a vida e a morte. Não mais se morre, se desaparece. Fazer desaparecer os homens, depois fazer desaparecer o desaparecimento: eis como se fabrica o silêncio.

A ordem reina, podemos ser felizes. Os projetos atuais sobre a loucura a partir de uma definição normativa, positiva, da saúde mental procedem da mesma ambição, da mesma preocupação: erradicar o que não é conforme à norma erigida em critério de normalidade. Evidentemente, como lembram Gilou Garcia Reinoso e Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, tudo isto remete à exterminação dos judeus e ciganos pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. E Pierre Dardot e Christian Laval nos fizeram a demonstração do vínculo entre esta definição normativa e o neoliberalismo no qual se banha o mundo atual¹⁰.

Por este conjunto de razões, é impossível recusar a psicanálise e os métodos que dela se inspiram. Não porque a psicanálise seria um sistema explicativo de todo este horror, o que, evidentemente, ela não é, mas porque a psicanálise é o único campo de prática do pensamento capaz de

⁹ Gilou Garcia Reinoso, in *Le psychanalyste sous la terreur*, op. cit., p. 188.

¹⁰ Pierre Dardot; Christian Laval, *La nouvelle raison du monde*, Paris, La Découverte, 2009.

nos fornecer as ferramentas para nomear o inominável, capaz de fazer da impossibilidade de pensar uma vereda que leva ao pensamento. A psicanálise é a única prática de pensamento que pode detectar nas repetições os estigmas do silêncio que o horror instala, que pode perfurar este silêncio e, sobretudo, interessar a seu sentido e a sua história – com e sem maiúscula.

A Clínica Social de Psicanálise, fundada por Hélio Pellegrino, numa favela do Rio de Janeiro, se opunha ao assassinato da morte. (Michel Foucault considerava esta experiência o acontecimento antropológico mais importante do século vinte.) *A Clínica Social* recusava a exclusão de uma parcela da população carioca como um conjunto humano desprezível. Instalar no meio de uma população pobre e miserável uma clínica de psicanálise era afirmar que a angústia podia ser posta ao serviço da mudança social e, sobretudo, que a pobreza não impede a existência da angústia, nem o grande sofrimento psíquico. Em outros termos, que os habitantes da favela pertencem plenamente à espécie humana.

As Mães da Praça de Maio, como *A Clínica Social de Psicanálise*, são exemplos da criação, graças à psicanálise, de um praticável político, de uma nova forma, para acolher o inusitado. Cito, novamente Gilou Garcia Reinoso:

Falemos deste fenômeno original que é o fenômeno das Mães da Praça de Maio. O que eram As Mães da Praça de Maio? Elas eram chamadas as loucas, e eu penso que, num certo sentido, isto é bem verídico. Era louco que sete mulheres, a um momento dado, em 1977, logo após a instalação do terror, se apresentem na sede do governo e façam a pergunta “onde estão nossos filhos?” Era louco porque até então ninguém ousara fazer esta pergunta diretamente; se utilizavam mediadores, se passava pela justiça, que aliás não existia, se fingia acreditar nela, mas as Mães vão diretamente ao governo e perguntam: “onde estão nossos filhos?” Elas vão uma vez. Mas são loucas, não se deve dar atenção! Elas continuam a ir. Voltam. E outras se juntam a elas, e elas passam a ser numerosas. Um dia lhes colocam um revólver no peito e dizem: Senhoras, circulem. E elas começam a circular,

e elas circulam diante da sede do governo, em volta da Pirâmide de Maio, símbolo da independência do país. A partir daquele dia, todas as quintas-feiras, à mesma hora, havia um desfile: primeiro as mulheres, depois mulheres e homens. Elas estão na cabeça do desfile, e elas têm na testa um lenço branco onde, minuscilamente, nem é legível mas está escrito, há um nome e uma data. Então elas começam a circular todas as quintas às três horas da tarde, e elas circulam durante anos. É curioso, mas esta circulação as faz atravessar fronteiras, quebrar o espaço saturado, este espaço é fendido. Se escava um buraco neste lugar absolutamente pleno. Esta circulação que, aparentemente, não sai do lugar faz circular o tempo. Eu não estou dizendo que foram as Mães que derrubaram o governo. O que quero dizer é que, mais além da pergunta que fazem, das palavras que dizem, o fato de se apresentarem como o significante da ausência é fundamental.

Porque é a possibilidade, a demonstração concreta, de que o poder não é absoluto. Ele cessa de ser absoluto a partir daquele momento. As Mães oferecem à população, através de sua insistência, o retorno à ordem simbólica, a possibilidade de simbolizar, e, eu penso, isto teve um efeito de interpretação para quem a queria entender [...]

O que se passou com a população? [...] Uma oferta foi feita pelo governo – que talvez seja a oferta de todos os governos totalitários – de se identificar ao poder todo-poderoso. Esta oferta é fácil de ser aceita pelo sujeito, posto que ele também é feito desta matéria. Ele está exposto, portanto, a responder às propostas de onipotência. [...] Se identificar a esta proposta é ser imaginariamente todo-poderoso e escapar, assim, à desgraça e ao reconhecimento de tudo o que se passa quando contribuímos à permanência desta ordem absoluta, destruidora e terrível. Mas As Mães produziram uma abertura, abertura que elas garantiram, protegeram. [...] Dizem que elas exigem o impossível; é verdade. Exigem: já que nos raptaram vivos é imperativo que eles reapareçam vivos. Isto parece completamente absurdo, mas não é. Existe todo um percurso apagado. Um percurso entre o vivo e o quê? Nada. Um vazio que deve ser preenchido na ordem jurídica, na dimensão da palavra, e enquanto isto não for feito, haverá alguém que continuará a reclamar, a exigir. [...]

Por que as mães, por que as mulheres? É um ponto muito importante [...] E Gilou Garcia Reinoso interroga: “Se o advento do Nome do Pai pertence a um processo, se a metáfora paterna é necessária à constituição de um sujeito vivo, o que se passa quando o pai é um assassino?”¹¹

Na época, a demissão dos psicanalistas, seu silêncio, o não engajamento, foram coerentes com posições teóricas que defendem: não é possível uma prática psicanalítica dentro dos hospitais, não há psicanálise possível com os psicóticos, aliás, refletindo bem, a psicanálise com crianças não é psicanálise.

Este fechamento da clínica nos consultórios pode ter consequências terríveis para a cidadania. Na América Latina, em nome da teoria, os psicanalistas foram contra *As Avós da Praça de Maio*, que tudo fizeram para reencontrar seus netos, às vezes adotados pelos torturadores que haviam torturado seus pais e assassinado suas mães após o parto. Eles diziam, estes psicanalistas, que seria traumático para estas crianças felizes, inevitavelmente felizes em suas novas famílias, saber que seu papai era, por exemplo, o assassino de sua mãe de nascença.

Questionada por Gilou Garcia Reinoso, Françoise Dolto disse:

Você coloca perguntas que ultrapassam de muito as situações que abordo. Mas penso que, se nada é dito, nos filhos destes filhos (ou seja, nos netos dos militantes mortos e desaparecidos) haverá, com certeza a produção de assassinatos. Por quê? Porque no registro do inconsciente existe uma relação à verdade que não é simbolizada¹².

Estes psicanalistas também foram contra *As Mães da Praça de Maio*, e não defenderam Hélio Pellegrino. Estes psicanalistas, por vezes, denunciaram os colegas que cuidavam dos militantes da luta armada, que para eles eram terroristas. E os colegas desapareciam – ou seja, eram assassinados pelo poder militar. Juan Carlos Plá, psicanalista e poeta uruguaio exilado no México, fala de *canalhice psicanalítica*¹³. É um termo violento. E

justo. Para nós, latino-americanos que vivemos sob ditaduras, esta palavra não é um insulto. Ela nomeia uma situação de fato. E os fatos merecem o respeito que exigem.

Tudo isto dá nojo, engendra indignação e revolta.

Os livros *O psicanalista sob o terror* e *Tortura* colocam, vigorosamente e na continuidade de Freud, questões sobre o engajamento político do psicanalista, e sobre a função política da psicanálise.

A psicanálise é o encontro com o inédito. Este é um *parti pris* teórico-clínico. Tal escolha toma ao pé da letra o que diz Freud em “Dinâmica da transferência”: o analista é na vida do paciente *uma nova esperança libidinal*. Ou seja: o que é o mais importante na experiência transferencial não é aquilo que se repete, mas aquilo que se vive pela primeira vez. Experiência do nunca antes vivido, do jamais nomeado.

Esta concepção solidariza a fertilidade afetiva da transferência com o que Freud chama o trabalho de construção do pensamento. Ela faz do psicanalista um *metaforizador*. Ele haverá de criar metáforas que autorizaram a passagem do particular ao universal, do trauma ao proibido, da confusão de línguas e dos tempos à separação dos espaços psíquicos.

No trabalho com traumatizados e psicóticos, o psicanalista sempre propõe um mito sobre as origens – e é falso afirmar que o mito proposto será invariavelmente o mesmo. Na psicose se trata de curtos-circuitos intergeracionais. Estes curtos-circuitos constituem em si uma *cultura*

¹¹ Gilou Garcia Reinoso, in *Le psychanalyste sous la terreur*, op. cit., p. 189-191.

¹² In *Le psychanalyste sous la terreur*, op. cit., p. 222-223.

¹³ Fala de Juan Carlos Plá: “Um dos problemas éticos contemporâneos muito graves decorre do desabamento simultâneo da crença e da verdade; de uma certa maneira, ninguém espera nada de ninguém. Aqueles que apagam da ordem simbólica os desaparecidos não acreditam na mentira que eles enunciam. Não sei se é pessimismo, mas penso que a população que aceita esta mentira em silêncio tampouco acredita. Este desabamento conjunto da crença e da verdade interroga certamente nossas práticas psicanalíticas. Na maior parte dos casos se resolve o problema pelo charlatanismo teórico ou outros tipos de canalhice.” in *Le psychanalyste sous la terreur*, op. cit., p. 273.

autônoma fechada sobre ela mesma, com seus valores, seus códigos e suas proibições – particulares – que funcionam para todo o grupo familiar como universais; é a alienação psíquica.

Cuidar de um sujeito psicótico é lhe permitir se livrar do ódio dos mortos que o atravancam, de sepultar os cadáveres que o impedem de ter um corpo próprio – sem o que não há diferença entre o espaço da vida e o espaço da morte, e é esta indistinção que caracteriza a loucura. A relação ao psicanalista será a experiência a partir da qual uma via de saída do enclausuramento nos curtos-circuitos inter-geracionais poderá ser percorrida sem que o sujeito ressinta culpa de estar vivo.

O que nos ensina a experiência da psicanálise sob os poderes totalitários e assassinos na América Latina é que a clínica do trauma e o trabalho da transferência com os psicóticos são uma prática da cidadania que favorece o engajamento político. Com efeito, uma clínica cujo sustentáculo consiste no separar a vida do mortífero, os mortos dos vivos, nos obriga a conhecer, ou a inventar, as passagens permitindo aos mortos de ir – ou voltar – ao mundo dos mortos; nos obriga a conhecer, ou a inventar, as leis que permitem aos mortos de se organizar, de ficar entre eles, e aos vivos de não enciumar a paz dos defuntos nem de suportar suas imposições devastadoras. Separar o mortífero do vivo a fim de dar, ou assegurar, à morte seu justo lugar – imenso, mas circunscrito – faz de todo psicanalista um etnólogo dos antepassados, um arqueólogo da república destes mortos particulares cujos vestígios, quando não são as múmias, entulham o psiquismo do sujeito – desesperado – que nos pede ajuda. Não considerar este aspecto das coisas é nada conhecer da psicanálise (releiamos Freud!). A prática de pensamento que é a psicanálise torna familiar a vida viva, é um antídoto às indiferenças rancorosas forjadas pelo ódio de tudo o que é jovem, emergente, inesperado, contrário à norma e ao conforto dos saberes estabelecidos e imbecis.

Todas estas considerações éticas são urgências atuais, em qualquer parte do mundo onde a psicanálise é exercida. Por quê?

Porque houve uma guerra e a psicanálise, momentaneamente, perdeu. Ela foi vencida pela aliança grotesca entre o *business psicanalítico*, a psiquiatria biologizante, o comportamentalismo, a análise sistêmica, as neurociências e todas as terapias breves. Esta guerra tem como objetivo excluir o inconsciente do campo do pensamento, de se premunir contra a eficácia e a fecundidade de seu escândalo.

Houve uma guerra e a psicanálise, momentaneamente, perdeu. Evidentemente os primeiros responsáveis são os próprios psicanalistas. Poltronas silenciosas deixaram os residentes em psiquiatria e os jovens psicólogos num grande desamparo psíquico. Face à psicose, eles se encontram sem recursos, sem meios para inventar uma abordagem relacional com a loucura, porque não tiveram nenhuma relação com seus analistas, analistas que não tinham nenhuma experiência da clínica psicanalítica, muito menos da psicose.

Enquanto isto, as associações de psicanalistas se preocupavam, sobretudo, de ter um grande número de aderentes, na França e no mundo, para fazer viajar a teoria que tinha virado religião e seus oráculos – na verdade, de preferência, eram os oráculos que viajavam. Era, e é ainda, o *business analítico*, menos suculento hoje do que nos anos 1980. Outras associações, verdadeiramente preocupadas com a formação de psicanalistas, nada fizeram contra este estado das coisas. Por um lado, elas haviam considerado este movimento como uma *moda* que se esvaneceria como a maioria das modas – os aristocratas não se ocupam dos reles fenômenos do baixo mundo. Além do que, é sabido, aristocrata não faz política, a obra de Freud é um patrimônio que não tem nenhuma necessidade de ser defendida ou reinventada, como a realeza ou o Himalaia. Este erro de apreciação, que tem uma longa história, nas circunstâncias, mais uma vez, foi fatal.

Houve uma guerra e a psicanálise, momentaneamente, perdeu. Não será minha geração que verá uma modificação de tendência. Os da minha idade serão resistentes, defenderão o campo assediado esperando que os reforços cheguem, ou

seja: os jovens. Daqui até lá, nós seremos intratáveis, nenhuma aliança é possível com os inimigos do pensamento; e devemos tratá-los como tal, como inimigos perigosos da psicanálise e da cidadania – e transmitir, transmitir e transmitir a teoria da cura que aprendemos com os mais intrépidos clínicos da comunidade.

Houve uma guerra e a psicanálise, momentaneamente, perdeu. Mas existiram lutas, por vezes terríveis, nas quais a psicanálise e a humanidade foram vitoriosas. Nós devemos nos apropriar destas vitórias e transmiti-las àqueles que, corajosa e apaixonadamente, já se apropriam da exigência de pensamento e de verdade, condição mínima para o exercício desta prática.

Claro que não se tratava, nem para os Reinoso, nem para Pellegrino, como não se trata para Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, de defender a ideia de uma psicanálise política, o que seria uma estupidez. Para parafrasear Jean-Luc Godard, não se trata de fazer uma psicanálise política, mas de fazer politicamente a psicanálise. E de elaborar também, como Freud nunca deixou de fazer, uma política para a psicanálise. Mais do que nunca é preciso

fazer politicamente psicanálise e se preocupar com uma política para a psicanálise. – Durante o *Encontro latino-americano de psicanálise*, um destes psicanalistas *apolíticos* manifestou a Diego Garcia Reinoso seu espanto e constrangimento ao constatar que nada era dito sobre o psiquismo do torturador. Resposta fulminante: “Hoje em dia, na Argentina, pensar a realidade psíquica do torturador serve ao torturador e não à psicanálise”¹⁴.

Se a importância do inconsciente tivesse sido levada em conta pelos políticos, a quem cabia pensar os efeitos na instituição da cultura do governo de Vichy, ou da guerra da Argélia, a França não depararia hoje com o sucesso eleitoral do partido fascista de Jean-Marie Le Pen. Onde a importância do trabalho politicamente psicanalítico ao qual nos convoca o livro de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes.

O livro de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes enfrenta todas estas questões penosas e essenciais, à sua maneira – tranquila e forte: a dor, a morte e a vida dadas generosamente, de roldão. Comer o futuro com apetite de vampiro e sapatos pintados de azul.

Com nossa gratidão,
Respeitosamente,

Heitor O’Dwyer de Macedo

¹⁴ in *Le psychanalyste sous la terreur*, *op. cit.*, p. 204 e contracapa do livro. Sobre a tortura como método de estado, cf. o filme de Marie-Monique Robin *Les escadrons de la mort*, *Os Esquadrões da Morte*, 2003. Disponível em DVD.

Perguntando, transmitir: o entrevistar

Eveline Alperowitch

Resenha de Mara Selaibe e Andrea Carvalho (orgs.), *Psicanálise Entrevista*, São Paulo, Estação Liberdade, 2014, 391 p.

Na tradição judaica, por ocasião da festividade de Pessach, que comemora a libertação do povo judeu que era escravo do Egito, conta-se e se reconta a mesma saga todos os anos.

Esta narrativa é estimulada por perguntas que são feitas pelas crianças mais jovens durante um jantar em que toda a família está reunida. Esta narrativa se chama Hagadá (*narração*) de Pessach, e vários estudiosos a reescreveram e a contam segundo sua própria interpretação. Uma Hagadá muito interessante é a de Moacir Scliar, o qual começa agradecendo aos mais jovens – os incumbidos de perguntar – a oportunidade que lhe é dada para lembrar e narrar acontecimentos de alguns milhares de anos atrás. A cada ocasião, mesmo que sejam feitas as mesmas perguntas, o narrador tem a oportunidade de rever (e eventualmente recriar) o modo de contar, de maneira a prender a atenção dos ouvintes.

Estamos falando da transmissão de uma tradição, assim como falamos de transmissão quando escutamos psicanalistas contando e recontando sua prática, questões e teorias para ouvidos interessados naquilo que eles têm a dizer.

Eveline Alperowitch é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Este é o formato de uma entrevista: alguém pergunta, alguém responde, e a tradição vai sendo transmitida e recriada.

Desde seu primeiro número em 1988, em cada edição, *Percurso* tem dedicado um bom número de páginas a Entrevistas. Deste modo, dos 51 exemplares que foram publicados até o primeiro semestre de 2014, Mara Selaibe e Andrea Carvalho tiveram a ideia de selecionar 35 e constituir o livro *Psicanálise Entrevista*, editado em dois volumes, dos quais o primeiro acaba de ser lançado. Nelas, várias pessoas que têm algo a dizer sobre Psicanálise – tanto do ponto de vista teórico como sobre sua prática clínica – responderam ao serem questionadas, compondo uma importante argamassa de conceitos e reflexões que ao se solidificar permite voos do que foi chamado por Renato Mezan, na brilhante introdução ao livro, de “Convite ao Pensamento Livre”.

Mezan usa uma bela imagem para se referir àquilo que vamos ler, quando nos fala sobre como a iniciativa de reunir estas entrevistas “faz surgir um panorama fascinante, um pouco como se alguém que estivesse espiando por uma fresta da janela de um trem abrisse a cortina por completo e deparasse com toda a beleza da paisagem”. Refere-se Renato Mezan à produção dos últimos sessenta anos de psicanálise, às “dezenas de vozes que nos chegam de vários países (e portanto de tradições diversas), porém ancoradas num território comum, balizado pela referência a Freud e a seus sucessores...”

As questões abordam não somente o interesse pelo pensamento e prática psicanalíticos, como também “o interesse quanto à sociedade e à cultura na qual habitam os analistas e seus pacientes”, como exemplifica a entrevista com Paulo Sérgio Rouanet, ensaísta e pensador da cultura, que se dedicou profundamente a estudar Freud reconhecendo o “extraordinário enriquecimento” que a psicanálise promoveu ao ser humano, como se poderá ler em um dos capítulos de *Psicanálise Entrevista*.

Nos livros e textos, nas pesquisas e teorias que elaboram, nas conferências que proferem, os

autores veiculam seu pensamento. Numa entrevista se podem costurar dúvidas, comentários, discussões, enfim, aproveitar o conteúdo veiculado a fim de construir novos pensamentos numa relação mais associada entre autor-entrevistador.

Daí a grande importância do entrevistar.

Minha intenção nesta resenha é focar não nos entrevistados, figuras sobejamente conhecidas, mas no entrevistar. Como durante um bom tempo fiz parte da equipe de entrevistadores, gostaria de falar um pouco sobre o processo de preparação que antecede o encontro *Percurso-autor*, salientando sobretudo que embora não seja esta a intenção, as reuniões da equipe durante o processo de preparar uma entrevista se assemelham a um grupo de estudos.

Feita a escolha do autor a ser entrevistado, às vezes aproveitando a visita de algum psicanalista ao Brasil ou América do Sul, passam-se algumas reuniões descobrindo e escolhendo o material possível de ser disponibilizado. A partir disso, os textos são distribuídos para cada membro do grupo, e estabelece-se um prazo para que as leituras sejam feitas. A dinâmica das reuniões seguintes consiste num debate, no qual cada membro do grupo traz pontos importantes das leituras feitas, surgem concordâncias e oposições, as discussões vão se aprofundando, até que o grupo como um todo – considerando diversos enfoques dos colegas – elabore uma síntese do que interessa naquele momento questionar ou apontar, e algumas perguntas-roteiro são elaboradas.

Portanto as perguntas contêm pontos-chave que estimulam o entrevistado a outras reflexões ou esclarecimentos e ao mesmo tempo também servem de roteiro, uma vez que o grupo que entrevista vai pensando junto com o entrevistado à medida que este, durante sua fala, remete a algum ponto que o grupo considere interessante aprofundar. Assim novas questões acabam surgindo, e uma outra narrativa é de alguma maneira construída. Em síntese, a entrevista vai se fazendo.

Vejam os exemplos por exemplo a entrevista realizada com Marcelo Viñar em 2000. Em algum momento o entrevistado faz uma menção à

importância de continuar a explorar a questão de como o que ele chama de “a sequela do fantasma originário” se imbrica com o “colorido por aquilo que no coletivo marca a diversidade do posicionamento do jovem em determinado grupo geracional” (p. 230)

Segue-se o apontamento da equipe *Percurso*: “Neste sentido, se há uma penetração exercida pelo universo da vida cotidiana em direção à metapsicologia, seríamos obrigados a reformular a própria metapsicologia?”

Ao que responde Viñar: “Provavelmente! Eu, pessoalmente, nunca vou formular uma metapsicologia, mas é preciso pensá-la. Eu não acredito que se deva atirar a anterior no lixo e inventar uma nova, mas é necessário confrontar o que sabemos com os achados que se nos impõem”.

E novamente a *Percurso*: “Ao dizer ‘Eu nunca vou formular uma metapsicologia’, qual é o problema que, para o senhor, está envolvido em se debruçar sobre essa questão?”

Viñar responde que esta é uma questão difícil, e que se poderia ficar horas debruçado sobre ela, e tece considerações a respeito, exemplificando o que anteriormente referi como uma produção conjunta de saber elaborado ao longo da entrevista.

Em outro momento no livro, encontramos Radmila Zygouris referindo-se a um estilo próprio de trabalhar, “que possivelmente está relacionado com minha origem eslava. O eslavo chora muito, ri muito...”.

Percurso: “Ao que parece, a senhora não segue a postura afetiva reservada dos analistas.”

Responde Radmila: “Bem, você me encontra depois de trinta anos de trabalho. Estou mais sabida hoje...” (p. 135).

Respostas como esta disparam uma inquietação na cabeça do leitor, que vai ser compelido a um diálogo com a autora, e principalmente consigo mesmo se ele também for analista, para situar-se dentro da sua própria vivência e perspectiva no exercício do seu ofício.

As questões podem derivar dos escritos do autor, assim como de algum pensamento que ele

expressou na véspera, em alguma conferência. Assim se mantém e de certo modo se garante a vitalidade na circulação das ideias. Para o autor entrevistado resulta interessante saber como seu público o compreende, quais os pontos de maior interesse ou que tipo de dúvidas e reflexões seu pensamento gera.

Ocorre-me enquanto escrevo o quanto este processo é semelhante ao processo analítico propriamente dito. Tomamos como material o que nos dizem nossos pacientes, escutamos dentro de uma chave analítica e perguntamos, apontamos, interpretamos de modo que a cada momento estimulamos a confecção de novas possibilidades de pensar, tanto para nossos pacientes como para nós.

Por este motivo é que estou privilegiando tanto os que se dispõem a perguntar. Do bom exercício desta atividade depende a criação e construção de novas bases para outras maneiras de poder ser. A mim particularmente parece ser esta a imagem que condensa a possibilidade de um analista: poder ser livre e criativo e ao mesmo tempo vinculado a uma tradição que constitui a base para transmitir consistências relevantes.

Feitas algumas observações que me parecem importantes, gostaria de me referir à organização do conteúdo propriamente dito deste livro. Além da Introdução já mencionada, as entrevistas são todas precedidas por uma apresentação curta e consistente sobre o entrevistado e suas obras, feita por membros do Departamento ou por quem participou daquela entrevista em particular.

Ao lado de tradicionais nomes da psicanálise produtores de teorias e experientes clínicos como André Green, Jean-Bertrand Pontalis, Jean Laplanche, Joyce McDougall, Otto Kernberg, Monique Schnaider, Jean Oury, Claude Le Guen, Radmila Zygouris, encontramos também os analistas geograficamente mais próximos de nós, como Marcelo Viñar, Jurandir Freire Costa, Joel Birman, Chaim Samuel Katz, Emilio Rodríguez, Isaías Melsohn, Ivone Accioly Lins e Silvia Alonso, a qual faz parte do nosso Departamento.

O material com que o leitor do mencionado livro deparará é de suma valia para quem quer conhecer melhor diferentes abordagens da psicanálise, assim como para quem quiser ter a sensação de ter conversado mais intimamente com os autores.

Desembrulhando pacotes

Sylvia Loeb

Resenha de Jassanan Amoroso
Dias Pastore e Sylvia Salles Godoy
de Souza Soares (orgs.), *O Psicanalista na Comunidade*¹, São Paulo, Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, 2012, 381 p.

Por meio de uma série de artigos, psicanalistas da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, inspirados pelo trabalho de Melanie Farkas, nos oferecem um panorama sobre o que realizam “extramuros”, relatando novos modos de empregar a psicanálise a fim de que possa cumprir sua função social.

Em decorrência de sua forte tradição comunitária, Melanie Farkas foi precursora dentro da SBPSP, ao levar instrumentos psicanalíticos a serem usados fora do consultório, em uma “psicanálise sem divã” ou “além do divã”, com o intuito de responder a uma demanda social à qual ela sempre foi bastante sensível. Não sem dificuldade e resistência, muitas vezes foi marginalizada em sua proposta, para finalmente receber a homenagem que lhe cabe.

Embora em seus primórdios a SBPSP tenha tido inserções sociais importantes ligadas principalmente a nomes como Virginia Bicudo, Lygia Amaral e Durval Marcondes, houve um tempo em que a instituição fechou-se nos consultórios. Devese a Melanie Farkas a retomada daquela posição.

Da entrevista que abre o livro, pinçamos algumas falas que traduzem sua visão das possibilidades de transformação da psicanálise extramuros. Talvez o que mais a tenha mobilizado no

trabalho que desenvolve há cerca de quatro décadas seja a preocupação em contribuir para mudar as coisas o mais rapidamente, em como lidar com as questões sociais que assolam nossa sociedade: famílias destruídas, desamparo infantil, violência doméstica, desigualdade, marginalidade, evasão escolar, impotência dos professores frente a jovens desafiadores, violência social e sexual, infância marginalizada e infratora, xenofobia, intolerância e mais um sem número de questões.

Farkas fala de uma “psicologia das brechas, de uma psiquiatria criativa”, no sentido de arquitetar situações propiciadoras em lugares pouco estruturados, onde não há modelos prontos.

No texto que abre o livro, *O psicanalista fora do consultório – os diferentes settings*, Melanie Farkas articula mais claramente sua questão: como trazer o fato que acontece fora do consultório – o fato social e, portanto, político – para o espaço da psicanálise? Com que modelos trabalhar em espaços sociais tão diferentes do *setting* de consultório? O desafio, diz ela, é o de criar novos modelos.

A escuta psicanalítica fora do consultório é completamente diferente daquele do *setting* tradicional, mas não menos relevante. Farkas insiste na diferenciação do *setting*: a importância de definir muito bem o papel do analista, enfatizando que ele não está ali para dar respostas e sim para sensibilizar as pessoas a observarem determinada demanda, o que inicialmente pode causar frustração, pois o pedido é por ajuda e solução imediatas.

Um dos problemas mais agudos é detectar o que Melanie Farkas chama de binômio *limitações versus possibilidades*, trabalhando especialmente a oposição entre onipotência e impotência. Em

¹ Este livro foi concebido em homenagem a Melanie Farkas, em reconhecimento a seu trabalho por levar instrumentos da psicanálise a diversos contextos diferentes da clínica tradicional com o objetivo de cumprir função social relevante.

Sylvia Loeb é psicanalista, membro efetivo do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, e autora dos livros *Contos do Divã, pulsão de morte e outras histórias* (Ateliê Editorial, 2007); *Amores e tropeços* (Terceiro Nome, 2010); *Heitor* (Terceiro Nome, 2012).

outras palavras, analisar ideais muito acima das reais possibilidades materiais e emocionais da equipe de trabalho, o que inevitavelmente gera desânimo e falta de motivação, além de atitudes negativas dentro do próprio grupo. O que é trabalhado é a exploração das possibilidades dentro das limitações que a situação impõe, com a expectativa de elaboração das angústias envolvidas.

Em minha opinião, este é um trabalho semelhante ao que fazemos em nossos consultórios, ou seja, possibilitar que nossos pacientes entrem em contato com a castração pela diminuição do ideal, com a grande diferença de que o analista da instituição não obedece ao *setting* do consultório: ele atua mais ativamente, facilitando o fluxo do trabalho. Nas palavras de Sandra Shaffa, desmitificar o protótipo do analista-tela² (aquele que é apenas uma tela de projeção de seu analisando), para se colocar como um ser humano capaz de utilizar seus recursos pessoais e seu bom senso.

Farkas aposta na formação de agentes multiplicadores, ou seja, por meio de planejamento e supervisão, propõe-se a utilizar os instrumentos de que a psicanálise dispõe, tais como a escuta da dimensão inconsciente das falas e a identificação das transferências na repetição de modelos de relação, para chegar aos motivos que emperram o desempenho de tais agentes: angústia frente a idealizações muito altas, desqualificação do próprio trabalho, dificuldade de encarar, dentro da realidade, os impedimentos concretos das instituições.

A autora fala em “desembrulhar pacotes”. Trata-se de atentar para os procedimentos repetitivos, tão característicos das instituições – desde o levantamento da história dos pacientes, em geral anamneses burocráticas e pouco significativas, até os habituais grupos de pacientes e profissionais, onde o foco da atenção se encontra primordialmente na doença e não na pessoa. Ao retirar esses entraves, chega-se mais perto da pessoa que está demandando ajuda.

Outro ponto sublinhado por Farkas diz respeito ao que subjaz ao trabalho social: não se trata de caridade e sim de um sistema de trocas, onde o profissional legitima esse trabalho como importante para si mesmo. O que é convocado é o aspecto profissional e não o caritativo, tão sujeito a frustrações que não raro desembocam em desânimo e abandono da tarefa. Além disso, é um trabalho de construção de cidadania, com obrigações e deveres de ambos os lados.

Embora Melanie Farkas aponte para a importância tanto da função materna, no acolhimento e cuidados, como na função paterna, na interdição e colocação de limites, *penso que não é demais nos debruçarmos neste último aspecto, o da instituição da lei e consequente passagem pela castração, condições mínimas e necessárias para a inserção do sujeito na cultura*. Ponto importante, pois, de modo geral, o que é convocado no trabalho comunitário é a função materna, absolutamente necessária em decorrência da catástrofe que encontramos, incrementada e justificada pela culpa diante de tal panorama.

A autora alerta para as dificuldades de avaliar os resultados dessas experiências, o que não a impede de continuar esse trabalho com o escrutínio de psicanalista com longa prática, portanto longe de uma visão ingênua. Cita Marcelo Viñar: para existir uma relação psicanalítica são necessários o analista, o paciente, uma teoria e o imponderável. Sem o imponderável, não acontece nada. E esse imponderável é o novo, é a ruptura da repetição.

Seguindo os fundamentos da psicanálise, Melanie Farkas propõe um trabalho na esfera do social, visando a que a SBPSP recupere a vocação dos primeiros tempos, desde que não há impasse entre o individual e o social no trabalho comunitário. Há que se resgatar a dimensão histórica e social do psiquismo, numa alusão às “séries complementares”, conceito de Freud que explica a etiologia da neurose e supera a dicotomia entre fatores endógenos e exógenos.

Neste ponto não se encontra sozinha. Está acompanhada por Oswaldo Diloretto, Joel

2 S. L. Shaffa, “Psicanálise e cidadania”, in *O psicanalista na comunidade*, p. 83.

Birman, Jurandir Freire Costa, Luis Claudio Figueiredo, Antonio Rosseti, Silvia Bleichmar, Marcelo Viñar e tantos outros, para quem nossos pacientes assim como nós mesmos somos produtos da história e da cultura em que estamos submersos. As questões sociais se traduzem nas problemáticas da clínica contemporânea.

Através da leitura dos vários autores que compõem o livro, descortina-se a imensa gama de possibilidades que a escuta qualificada proporciona dos mecanismos inconscientes que se manifestam em angústia e das frustrações decorrentes de limitações pessoais e socioeconômicas, elementos estes que tendem a diminuir a eficiência e a capacidade de realização das equipes.

As articulações teóricas dos autores expõem uma variedade e pluralidade de contribuições para se pensar a questão do trabalho comunitário, como ao se referirem à “quebra do pacto edípico”³ decorrente de nossa sociedade tão desigual e injusta, na qual o pai não mais protege, não mais é o representante da lei, cujas barreiras desmoronadas permitem a emergência de impulsos delinquentiais; à “degradação da cordialidade”⁴, que se revela na obscenidade de nossas elites na ostentação diante daqueles que não têm a menor condição de competir, gerando como contrapartida violência e revolta, criminalidade crescente, o tecido social degenerado; ou ao postularem o “possibilitar o sonhar”⁵ pela reordenação da experiência em representação imaginativa mais adequada às circunstâncias.

Para informação dos leitores, um pequeno resumo dos diversos trabalhos que, por sua qualidade, mereceriam, cada um, uma resenha individual, tarefa impossível nesse espaço.

1. “A escuta psicanalítica em instituições”, por Jassanan Amoroso Dias Pastore. Relato da experiência de um grupo de escuta como propiciador de movimentos, mudanças e avanços a partir de um “princípio de ignorância mútuo: quem fala ignora muito do que está dizendo, quem escuta não sabe o que vai escutar”.

2. “*Mater dolorosa*: do sussurro às palavras. Ensaio sobre um trabalho com crianças excepcionais”, por Sylvia Salles Godoy de Souza Soares. Um grupo com mães de crianças excepcionais centrado basicamente nas questões de maternidade, sexualidade e feminilidade, às quais só puderam ter acesso após a conscientização e elaboração de sentimentos de desamparo e orfandade. O fenômeno “mente grupal” (que funciona como uma unidade), proposto por Bion, propiciou transformar a experiência em um exercício de pensar.

3. “Grupo de escuta: uma ação transformadora”, por Sylvia Salles Godoy de Souza Soares, Suzana Muszkat e Telma Kutnikas Weiss. Relato de um grupo inspirado pelas colocações teóricas de Marcelo Viñar e Bion, nas quais a ideia do “grupo de palavras” referida a uma noção de grupo, e a possibilidade de transformação da “fala descarga” em fala afetiva, estruturantes do psiquismo e da subjetividade, possibilitaram trocas importantes entre os membros.

4. “A experiência de supervisão para uma equipe de hospital geral”, por Ernesto Baptista Filho e Telma Kutnikas Weiss. Uma experiência de supervisão para funcionários de um hospital público municipal especializado no atendimento a vítimas de violência. O conceito de *holding* de Winnicott e o pensar sobre a experiência de Bion foram os articuladores do trabalho.

5. “Fronteiras da psicanálise”, por Beatriz da Motta Pacheco Tupinambá, Lília Cintra Leite e Sylvia Salles Godoy de Souza Soares. Relato com as equipes de um educandário com mais de sessenta anos de existência que atendia, na época, cerca de 1.300 crianças entre sete e dezoito anos. As autoras partiram da colocação de Fenichel a respeito das instituições: “uma vez estabelecidas, tornam-se resistentes a mudanças e têm o poder

3 S. L. Shaffa, *op. cit.*, p. 87.

4 S. L. Shaffa, *op. cit.*, p. 87.

5 L. Nosek, “Proposta de discussão: o lugar do psicanalista”, in *O psicanalista na comunidade*, p. 98.

de modificar temporária ou permanentemente a personalidade de seus membros”. Conscientizar esses comportamentos em espelho ajudou os atendentes a saírem desse lugar de repetição, infértil na produção de novas respostas.

6. “Prevenção da violência pelo resgate da função parental: escuta psicanalítica em uma ONG da periferia de São Paulo”, por Cândida Sé Holovko e Edoarda Paron Radvany. Trabalho sobre “o sentido da violência e a tentativa de compreender a destrutividade além da descarga pulsional”, gerando a possibilidade de encaminhamento dos jovens violentos a outro destino que não a delinquência.

7. “O psicanalista na praça”, por Oswaldo Ferreira Leite Netto e Sylvia Salles Godoy de Souza Soares. Uma experiência diferente de todos os demais, o texto conta a vivência dos psicanalistas no Centro Cultural de São Paulo. Uma vez por semana das 11 às 17h, em turno de revezamento, em duas poltronas colocadas em lugares que variavam, os profissionais se dispunham a conversar com quem solicitasse. O saldo desses encontros foi a percepção da necessidade premente de as pessoas falarem, de ter alguém que de fato as escutassem e o sentimento de gratidão decorrente por alguém atento às suas dores.

8. “A psicanálise e a clínica extensa: uma experiência em hospital geral”, por Fabio Herrmann. Um trabalho em um hospital geral que nos chega por meio de anotações do “diário clínico” de Fabio Herrmann, em que, com talento de ficcionista, discorre sobre a aplicação da “clínica extensa”, ou seja, a recuperação do que constitui o patrimônio original da psicanálise: a cultura e a sociedade, a literatura e as artes, a integração com as outras ciências.

9. “Clínica extensa: os enfermeiros dos ambulatórios do HC em busca de identidade e comunicação”, por Ana Cristina Cintra Camargo e Sonia Soicher Terepins. Relato de uma experiência de

intervenção psicanalítica dentro de um hospital geral, com o objetivo de capacitar a equipe de profissionais a lidar com situações extremas a que eram submetidos, com alto nível de estresse. Optou-se por oferecer um curso terapêutico, cuja proposta era funcionar como grupo de investigação, tratamento e treinamento para a multiplicação da função terapêutica. Ao final de um trabalho de um ano com encontros semanais de hora e meia, a intervenção mostrou seus efeitos ao propiciar que todos os profissionais da equipe atendida pudessem se reconhecer e ser reconhecidos como parte de um grupo que buscava lugares identitários e de acolhimento, com condição de exprimir seus anseios e dificuldades.

10. “Interação psicanalítica com paciente terminal”, por Plínio Montagna. O tocante relato sobre um paciente terminal mostra a função do psicanalista em como ajudar a pensar pensamentos que ainda não foram pensados.

11. “*Homo sacer* e cidadania”, por Jassanan Amoroso Dias Pastore. Trabalho no qual a autora aborda as contribuições da psicanálise a respeito do trânsito entre violência no psiquismo e violência social. Apropria-se das considerações de Giorgio Agamben que, na expressão “vida nua”, expõe a condição dos banidos de nossa sociedade, aqueles que podem sofrer qualquer tipo de violência sem que isso se constitua em crime (nossos jornais, infelizmente, estão repletos desses acontecimentos) e relaciona-as com Freud: “O programa que o princípio do prazer nos impõe – ser feliz – não é realizável, mas não podemos nem devemos abrir mão dos esforços para sua realização”.

12. “Oficina dos sentimentos: a construção de um espaço terapêutico”, por Silvia Maia Bracco. Relato desenvolvido em um *setting* especialíssimo: a presença da analista era o enquadre juntamente com uma caixa que ela montou com alguns brinquedos e material gráfico e a crença na caixa como “um conjunto de possíveis que

carregava um potencial simbólico capaz de se transformar em significados efetivos”. O método psicanalítico com a eventual adaptação da técnica, eis o conceito de clínica extensa de Fabio Herrmann, no sentido de exercer a psicanálise onde ela se faz necessária.

13. “Atendimento de família em contexto de maternagem precária: uma abordagem psicanalítica contemporânea”, por Maria Aparecida Quesato Nicoletti, Sonia Pinto Alves Soussumi, Andréia de Aragão Bevilacqua e Raquel Brandão Martins de Araújo Younes. Uma experiência sobre o atendimento de família em situação de maternagem precária, em que a assimetria necessária para a constituição familiar, com pais e filhos em posições “hierárquicas” diferenciadas, não estava presente, impossibilitando, desse modo, a existência de uma estrutura afetiva que desse conta das condições indispensáveis para o desenvolvimento saudável de seus membros.

14. “Em busca de abrigo”, por Helena Julio Rizzi, Lucas Mendes de Almeida Antonini e Silvia Martinelli Deroualle. Narrativa na qual é constituído um espaço de atendimento nos moldes de plantão, “que foge dos modelos tradicionais de *setting* quanto à frequência e continuidade”. O interessado poderia se inscrever no dia do atendimento e estaria livre para vir quantas vezes quisesse e ser atendido pelo mesmo profissional ou por outros. Modalidade nova, onde a ideia de abrigo se constitui em um lugar estável, na garantia de sempre haver um profissional de plantão com escuta qualificada.

15. “O envelhecimento à luz da psicanálise”, por Miriam Altman. Trabalho referido ao envelhecimento. A autora considera que a tarefa primordial do idoso é manter os vínculos afetivos para que o aparelho psíquico continue em atividade, e sustenta que o investimento “fora do eu” é condição primordial de saúde psíquica, ao propiciar uma superação do narcisismo e consequente maturação psíquica. Defende a análise de idosos,

pois nesta fase a pessoa enfrenta uma realidade intransponível, que é “a perda do sujeito em seu próprio ser, porque não é o outro que se vai perder, mas a si mesmo”.

16. “Impactos transgeracionais negativos identificados em atendimento de família: uma visão psicanalítica”, por Maria Aparecida Quesado Nicoletti, Sonia Pinto Alves Soussumi, Raquel Brandão Coelho Martins de Araújo Younes e Andréia de Aragão Bevilacqua. História de atendimento familiar, cujo foco foi ajudar a família a perceber que os problemas que enfrentam no presente estão atrelados ao passado de cada um dos cônjuges. A ausência de figuras parentais nas famílias de origem não possibilitou modelos de identificação que pudessem servir de base para o desempenho de relações parentais que assegurassem aos filhos o amparo necessário para a sua segurança e proteção.

Relatos que nos contam da transformação do sofrimento patológico para que sejam restauradas possibilidades criativas, apoiados na responsabilidade que a psicanálise assume para si ao enfrentar o outro humano no seu desamparo, e apostar que tem algo para propor na busca de alívio para o sofrimento.

Relatos que corajosamente se aventuraram no conceito de “clínica extensa”, tão caro a Fabio Herrmann, que acreditava em exercer a psicanálise onde ela se faz necessária.

Relatos que corajosamente se aventuraram a atravessar os portões da SBPSP e ir para a rua, nos rastros de Melanie Farkas.

Considerações pessoais

Gostaria de propor a ideia de que *o paciente, no caso das instituições, é o grupo*, pois é quem sofre as injunções, quem nos dispomos a escutar, quem padece de desânimo, depressão ou tem ataques destrutivos quanto à própria constituição e funcionamento.

A partir dessa premissa, penso que deveríamos avaliar primeiramente as condições de início de análise, ou o que poderíamos chamar de *estratégia de cura*, termo usado por Silvia Bleichmar⁶, que problematiza as ações que possam conduzir à transformação, não apenas do motivo atual de sofrimento, mas daquele que em grande parte o determina.

Não podemos deixar de pensar na perda de tempo, de recursos materiais e emocionais que implica tentar uma análise quando as condições estruturais não estão presentes. E, neste ponto, Melanie Farkas nos responde insistindo na diferenciação do *setting*, ou seja, na importância de definir muito bem o papel do analista, quando enfatiza que ele não está ali para solucionar os problemas e sim para descobrir o que está gerando infelicidade, frustração, desânimo. Trata-se de diferenciar entre *demanda de análise e razão de análise*⁷.

A *demanda* é o motivo da consulta e diz respeito à angústia manifesta do paciente; é o pedido pela cura rápida do sofrimento, pela superação mágica dos problemas, pela solução imediata do que incomoda.

A *razão de análise* relaciona-se ao que o analista escuta da intrassubjetividade do paciente no relato de seu sofrimento. É o que fazemos em nosso *setting* habitual ao propor várias entrevistas até que fique claro, para nós analistas, quais as condições de análise que o paciente à nossa frente apresenta: seu inconsciente está constituído? Nossa interpretação será recebida como palavra capaz de desvelar conteúdos inconscientes ou como coisa que explode no psiquismo? A repressão está constituída e o sintoma é uma relação de compromisso entre os sistemas psíquicos? Ou não se trata de sintoma e sim de uma manifestação pulsional que não conseguiu ainda

um destino no interior de um aparato não terminado de constituir?

A abstinência analítica pode precipitar o paciente em direção à passagem ao ato, à raiva e ao furor, não como resultado da aparição do reprimido, mas como a ativação desmesurada de moções não ligadas a partir da aplicação de uma técnica inapropriada.

Essas são apenas algumas questões que apontam para a possibilidade de fracasso dos tratamentos.

Em relação ao atendimento em grupo, as modificações do *setting* implicam um posicionamento diferente do analista. Segundo Marisa Greeb⁸, a primeira questão que é colocada ao grupo é: *para o que estamos todos juntos aqui?* É enfatizado que, *como grupo, estamos todos conectados na mesma questão*. Ou seja, a primeira pontuação do analista é a *convocação do grupo, estamos todos no mesmo barco*. Essa premissa é um convite para que os participantes se manifestem. Nesse aquecimento surgem muitas questões e *aquele que revela a questão prioritária do grupo é o protagonista*. Em outras palavras, *o protagonista surge quando sua fala, que revela o seu drama, é reconhecido pelos demais participantes como a verdade comum, como o drama do grupo*.

Ou seja, no atendimento a grupos, diferentemente do *setting* de consultório, é necessária a presença de um analista atuante no sentido de fomentar a dinâmica e a coesão grupal, atento para que os encontros não se transformem em terapia individual, em grupo. Para Marisa Greeb, o trabalho não é “psicossocio” e sim “sociopsico”: esta a porta de entrada para as questões que vão surgindo durante o trabalho do grupo.

Trata-se da escolha das condições de aplicação do método e das possibilidades de sua implementação a partir de variáveis que possibilitem a escolha de estratégia terapêutica.

As considerações acima colocam em evidência o desafio do psicanalista frente a seu paciente, o chamamento à responsabilidade teórica e ética envolvidas, o perigo de uma aplicação “selvagem” de um método específico que não admite

6 S. Bleichmar, *Clínica psicanalítica e neogênese*, São Paulo, Annablume, 2005.

7 S. Bleichmar, *op. cit.*, p. 11.

8 Pedagoga, sociopsicodramatista, terapeuta, consultora, coordenadora e mentora do Movimento Ética e Cidadania – Psicodrama da Cidade, em comunicação pessoal.

atuações espontâneas que não estejam baseadas em suporte teórico.

Como apontado em todos os relatos, a estrutura do *setting* deve ser modificada e a psicanálise pode sim responder a questões que implicam o sujeito social com a obrigação, no entanto, de teorizar sobre o funcionamento dos grupos.

Os conceitos de “mente grupal” proposto por Bion, o de “grupo de palavras” referente a uma noção de grupo, proposto por Marcelo

Viñar, ambos citados em alguns relatos; o conceito de “protagonista”, porta-voz dos problemas do grupo proposto por Marisa Greeb, nos dão um bom começo.

A riqueza das narrativas apresentadas é uma homenagem ao trabalho de Melanie Farkas, que, ao abrir as fronteiras que separavam a SBPSP da realidade social na qual estamos todos inseridos, possibilitou o trânsito constituinte e constitutivo entre as realidades psíquica e histórica, tão caras a Freud.

Rêverie e interpretação: captando algo humano

Gina Tamburrino
Marina Ribeiro

Resenha de Thomas H. Ogden, *Rêverie e interpretação. Captando algo humano*. Trad. Tania Mara Zalberg. Escuta, 2013.

Rêverie e interpretação. Captando algo humano é um dos primeiros lançamentos da coleção Kultur da Editora Escuta. A coleção tem como principal objetivo a apresentação de temas que refletem sobre a “natureza e a cultura humana”. Não se trata de uma coleção versada apenas em autores psicanalíticos. Entretanto, é Thomas Ogden, um psicanalista norte-americano, o primeiro autor convidado a apresentar seu pensamento.

Rêverie e interpretação apresenta o conceito de *rêverie* com a profundidade esperada pelos clínicos da atualidade. É um livro que trata o tema de forma clara, sincera e sensível. É um verdadeiro presente para o clínico da atualidade.

Ogden prima por uma escrita lapidada; se autodenomina um “escritor analítico”, e faz jus a esta designação. O texto é claro, vivo, interessante,

Gina Tamburrino é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, doutora em Psicologia Clínica pela PUCSP; professora e coordenadora do curso *Para além da contratransferência: o analista implicado* do Instituto Sedes Sapientiae, autora de *Escutando com imagens. Clínica Psicanalítica* (Vetor, 2007). Coautora dos livros *Bion em nove lições* (Escuta, 2011) e *Balint em sete lições* (Escuta, 2012).

Marina Ribeiro é membro do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, doutora em Psicologia Clínica pela PUCSP, autora dos livros *De mãe em filha: a transmissão da feminilidade* (Escuta, 2011) e *Infertilidade e Reprodução Assistida – Desejando filhos na família contemporânea* (Casa do Psicólogo). Coautora dos livros *Bion em nove lições* (Escuta, 2011) e *Balint em sete lições* (Escuta, 2012).

bem cuidado. Os capítulos do livro têm como origem artigos publicados na década de 1990. Há um prefácio para a edição portuguesa, de outubro de 2013, do qual destacamos três pontos. O primeiro é a liberdade de pensamento a partir da qual o autor se expressa: “Um tema que trespassa subliminarmente pelo livro é a ideia de que precisamos criar a psicanálise para cada paciente” (p. 15). Uma psicanálise viva é criada a cada sessão, com cada paciente. O *setting* é a moldura que permite o enquadre para dupla analítica criar. O segundo ponto é o desapego a dogmas: “Ao ler os artigos neste volume, artigos que escrevi há mais de quinze anos, espanta-me que, em sentido relevante, compreendia então um bocado de coisas que hoje luto para compreender”. O terceiro aspecto, importantíssimo, é quando ele escreve: “o papel indispensável dos ‘fracassos’ do analista em se concentrar naquilo que o paciente está dizendo (porque tais ‘fracassos’ constituem o lugar de nascimento da *rêverie*)”. Ou seja, onde o analista se percebe fracassando, aí está o nascimento da *rêverie*. Ideia que Ogden desenvolve no capítulo seis que honrosamente leva o nome do livro, *rêverie e interpretação*, e que constitui o *capolavoro* do texto.

O primeiro capítulo, *Sobre a arte da psicanálise*, é uma visão atual de como Ogden pensa o trabalho analítico. Assemelha-se e complementa o capítulo dois (Do que eu não abria mão) de outro livro do autor também publicado no Brasil: *Esta arte da psicanálise. Sonhando sonhos não sonhados e gritos interrompidos* (Artemed, 2010). Ambos os capítulos apresentam uma visão humanista da psicanálise e da vida: “[...] creio que a tarefa analítica envolva mais profundamente o esforço do par analítico para ajudar o analisando a se tornar humano em um sentido mais amplo do que o que ele conseguiu até o momento” (p. 30). E, mais à frente, Ogden também desilude o leitor: “a incapacidade de ser plenamente humano é um aspecto do destino de toda a humanidade” (p. 32). E loca a análise aí: “é nesse esforço de sermos plenamente humanos que estamos vivos enquanto analista e

analizando; é nesse experimento que vive a arte da psicanálise” (p. 34).

O autor abre o primeiro capítulo do livro com uma frase interessantíssima: “As palavras e frase, bem como a pessoas, deve-se facultar certa imprecisão” (p. 21), “pois estão em constante movimento” (p. 23). “A imaginação”, afirma ele, “depende de um jogo de possibilidades” (p. 21). Aquilo que é vivo é fluido e impreciso; a experiência analítica é dessa ordem, um desapego difícil de significados fixos; ao texto psicanalítico criativo também se deve facultar certa imprecisão.

É de grande beleza a aproximação que Ogden faz, também no capítulo um, da experiência humana de encontro entre o escritor analítico e o leitor e o analista e o analisando. O escritor analítico “deve” ser capaz de criar uma linguagem da experiência de vitalidade e/ou desvitalização humanas para si e para o leitor. Falar sobre vitalidade e desvitalização humanas não leva “ao aprender da experiência” (Bion, 1962) humana. É preciso criar sentido para poder transmiti-lo. É isto apenas se torna possível diante de uma fala dramática que comporta intimidade e pessoalidade. Ambos, escritor e leitor, precisam ter uma experiência de estar vivo e presente. “Para estar vivo e presente na própria linguagem, para ter o próprio tom de voz da fala um pouco... emaranhado nas palavras, a pessoa que fala pede que um aspecto seu seja reconhecido pelo ‘ouvido da imaginação’ (do ouvinte)” (p. 29).

Ogden, assim como Winnicott (um dos autores que o inspira, além de Bion, entre outros), consegue expressar o complexo com frases aparentemente simples. Não nos enganemos, Ogden escreve sobre a complexidade da interação humana, especificamente a analítica, de forma sofisticadamente simples, o que faz dele um dos destacados autores da psicanálise contemporânea.

Os capítulos dois e três são eminentemente clínicos, nos quais a bússola de Ogden é a análise de formas de vitalidade e desvitalização no processo analítico. A presença do conceito do terceiro analítico norteia o pensamento clínico do autor: “[...] compreendo o terceiro analítico

intersubjetivo como um sujeito criado pela interpretação inconsciente analista e analisando” (p. 42). O autor trabalha com a concepção de Winnicott sobre “o lugar em que vivemos” (*uma terceira área da experiência entre realidade e fantasia*), e com a ideia de Bion de que o analista mantém vivos e traz à vida aspectos do paciente, através de uma continência bem-sucedida. Ogden dá especial relevo à espontaneidade do analista que o salva de uma neutralidade caricaturesca. A contratransferência é compreendida dentro da unidade transferência-contratransferência e “refere-se a uma construção inconsciente intersubjetiva” (p. 39). Há uma importante preocupação com as formas de manejo e com a técnica analítica para lidar com os sentimentos de vitalidade e desvitalização que emergem na experiência analítica.

O terceiro capítulo apresenta a análise da perversão através da “análise da *transferência-contratransferência perversa* tal como se desenrola na relação analítica” (p. 71). É uma visão ímpar o modo como Ogden dá a ver de que maneira “a cena analítica perversa e o sujeito perverso da análise são construídos [...] pela dupla analítica com o objetivo de evitar [a dolorosa] experiência de morte psíquica [...]” (p. 73). No caso clínico trazido pelo autor, vemos uma interessante discussão clínica sobre um caso de perversão e o uso da técnica: “Um elemento da técnica que se reflete na análise descrita é o uso que o analista faz de seus pensamentos, sentimentos, sensações, fantasias, devaneios, ruminações e outros, mundanos, reservados e cotidianos, no processo de tentar entender a rede de significados intersubjetivamente gerados que constituem a transferência-contratransferência” (p. 95). O que é um grande desafio em um caso de perversão que implica uma erotização defensiva, além de encenações (*enactments*) sexualizadas.

No capítulo quatro – *Privacidade, rêverie e técnica analítica* – Ogden retoma o papel do uso do divã enquanto dispositivo do processo analítico; o analista fora do campo visual do analisando possibilita “estados sobrepostos de *rêverie*”. O divã favorece a privacidade da dupla para entrar em

contato com seus estados de *rêverie*; mas isso não significa que o analista deve “insistir (de forma explícita ou implícita) que todo paciente de análise use sempre o divã”. Discute a relação entre o número de sessões semanais com o uso do divã: deveria o analista usar o divã quando o número de sessões é menor do que a ideal? Nesse capítulo o autor também renuncia à regra fundamental da análise de que o paciente deve dizer tudo o que lhe vier à mente. Aborda o fato de que a “técnica deve facilitar o processo” (p. 114), e que tanto o paciente como o analista devem ter a liberdade de falar e de silenciar. Tanto a comunicação quanto a privacidade devem ser consideradas para preservar a vitalidade do processo analítico. Ogden apoia-se na concepção de Winnicott de que no âmago de todos nós há um elemento *sagrado*, isolado e não comunicável.

No capítulo cinco, o autor discute as associações de sonhos no contexto da sessão como um evento intersubjetivo, aliás, como tudo na sessão. Considerando sempre a intersubjetividade do terceiro analítico: [...] “Visto que as associações do analista com a experiência do sonho são extraídas da experiência do sonho no e do terceiro analítico, elas não são menos importantes, enquanto fonte de significado analítico em relação ao sonho, do que as associações do paciente” (p. 131). Entretanto, reconhecer o terceiro analítico intersubjetivo e tecer elaborações a partir dele não é tarefa fácil, o analista precisa dar tempo para que o paciente “responda ao seu próprio sonho, pois isso pode dar margem a uma forma de encenação transferencial-contratransferencial (*enactment*) em que o analista se serve dos sonhos do analisando e lhe oferece uma invenção narcisista” (p. 139). A experiência de sonhar é uma “experiência humana que não pode ser traduzida em uma narrativa linear, verbal, simbólica, sem perder a sintonia com o efeito criado pela própria experiência de sonhar...”; essa experiência se opõe ao significado do sonho, e, portanto, à sua compreensão (p. 139). Ao final do capítulo, retoma que a técnica analítica deve “servir ao processo analítico”, e não engessar o

analista em dogmas desvitalizantes para o processo, ou seja, a técnica deve favorecer o processo e não emperrá-lo!

Consideramos que o *capolavoro* do livro é o capítulo seis, pois traz uma lapidada descrição de *rêverie*: “[...] Trata-se de uma experiência primorosamente privada que envolve os mais constrangedores aspectos cotidianos (e ainda assim tão importantes) de nossas vidas. Os pensamentos e sentimentos que a constituem são raramente discutidos com nossos colegas” (p. 146). E, mais à frente: “Paradoxalmente, apesar de o analista sentir suas *rêveries* como privadas e pessoais, é enganoso vê-las como ‘suas’ criações próprias, já que são, ao mesmo tempo, construções intersubjetivas inconscientes criadas em conjunto (embora assimetricamente), que chamei de ‘o terceiro analítico intersubjetivo’” (p. 147).

Ogden considera que o analista precisa tolerar “a experiência de estar à deriva” (p. 148), de ser levado pelas correntes inconscientes presentes na sala de análise. Entende que o movimento analítico é mais um estado de “deslizando em direção a” do que “chegando a” (p. 148).

A *rêverie* gera um desequilíbrio emocional no analista. “Os distúrbios emocionais associados com a *rêverie* geralmente são sentidos pelo analista como produto da interferência de suas preocupações do momento, de excessiva autoabsorção narcísica, imaturidade, inexperiência, fadiga, treino inadequado, conflitos emocionais não resolvidos, etc. A dificuldade de usar as *rêveries* no exercício da análise é facilmente compreendida, uma vez que tal experiência é tão próxima, tão imediata, que é difícil de ser vista: ela é, nas palavras de Frost (1942), ‘presente demais para se imaginar’” (p. 150).

A experiência de *rêverie* é sempre um elemento desorganizador para o analista, que ele tende a descartar, a se envergonhar, a considerar uma inabilidade, uma falha técnica. E, ao mesmo tempo, é a bússola emocional do analista, se ele tiver a condição e a liberdade psíquica de considerá-la; não é uma tarefa fácil. “Não há como ‘pular fora’ dos problemas ao se fazer o esforço de utilizar analiticamente a *rêverie*” (p. 150).

Após a apresentação de um interessantíssimo caso clínico, o autor concebe “o processo analítico envolvendo a criação de novos eventos intersubjetivos inconscientes que nunca antes existiram na vida afetiva, seja do analista seja do analisando” (p. 174). Ogden evidencia, em sua apresentação clínica, como suas *rêveries* e os sonhos da paciente “são criados no ‘mesmo espaço onírico analítico intersubjetivo’” (p. 175). A análise é um processo transformador tanto para o analista quanto para o paciente, ou seja, o analista está completamente implicado no processo, sempre considerando a assimetria da dupla. Lembramo-nos da metáfora de Bion sobre o processo analítico: o analista está no campo de batalha; assim como o analisando, pode matar ou morrer, mas tem a responsabilidade de o comando, no caso da análise, manter-se pensante.

Ogden termina o capítulo escrevendo que considera o uso das *rêveries* no trabalho analítico como um componente fundamental da técnica analítica. As *rêveries* nascem “da complexidade infinita do interjogo da vida inconsciente do analisando e do analista e das sempre mutantes construções inconscientes geradas pela ‘sobreposição’ dos dois” (p. 180).

No capítulo sete, Ogden discorre sobre o uso da linguagem em psicanálise, tanto a linguagem na sala de análise como a linguagem escrita. “O experimento de escrever, ler e escutar [...] tem muito em comum com o experimento de pensar, sentir e comunicar que está no cerne da experiência analítica” (p. 186). A linguagem que comunica a experiência inconsciente precisaria ser

insaturada nos termos de Bion, ou seja, quando uma linguagem sempre aberta a novos significados se fixa em um sentido, esse é provisório. Essa é a linguagem viva, sempre aberta a novos sentidos: “é essencial que o analista use linguagem que aspire a uma forma específica de imprecisão evocativa, às vezes enlouquecedora, quase sempre perturbadora” (p. 196). De forma delicada, Ogden aproxima o leitor da riqueza que existe em compreender menos e experimentar mais a/na experiência analítica: como é escutar esse paciente? como é estar com esse paciente? Não se trata de compreensão, mas de um processo de não “saber demais” (Winnicott, 1971). Ou, trata-se da prática da “arte de não chegar (ao significado exato)” (Poirier, 1992).

O capítulo oito é um interessante exercício analítico literário; Ogden inicia o texto assim: “[...] Acrescentaria que a poesia é um grande disciplinador para a escuta analítica” (p. 211). Analisa três poemas de Frost e, ao final, escreve: “o poema não é sobre uma experiência; a vida do poema é a experiência” (p. 236). Diríamos que a vida, a vitalidade de uma sessão é a experiência transformadora que pode ocorrer através da e para a dupla analítica, mas para que isso ocorra precisamos estar à deriva das emoções inconscientes que circulam na sala de análise.

Ler Ogden é uma experiência transformadora, para aqueles que ousam se destituir da ilusão do conhecimento, e ficar à deriva.

A palavras e frases, bem como a pessoas, deve-se facultar certa imprecisão.

Boa leitura!

Dostoiévski, o terapeuta

Sérgio Telles

Resenha de Heitor O'Dwyer de Macedo,
*Os ensinamentos da loucura –
a clínica de Dostoiévski: Memórias
do subsolo, Crime e castigo e O duplo.*
São Paulo: Perspectiva, 2014, 150 p.

É decisivo o papel do inconsciente na construção dos soturnos personagens de Dostoiévski, o que o deixa como um autor no qual as relações entre psicanálise e literatura são particularmente claras.

Ciente disso, Heitor O'Dwyer de Macedo, psicanalista brasileiro radicado há tempos na França, montou faz quatro anos um seminário centrado na obra do mestre russo, que deu origem a esse livro. Na análise de *Memórias do Subsolo*, *Crime e Castigo* e *O Duplo*, o autor sublinha a importância do trauma e da resposta perversa que a ele se segue e salienta a fina compreensão de Dostoiévski sobre a dinâmica psíquica que somente décadas depois seria descrita por Freud. Macedo mostra como enquanto alguns de seus personagens, possuídos por suas paixões, distanciam-se da realidade, outros lidam com elas de forma terapêutica tão apropriada que poucos reparos mereceriam de um psicanalista.

Na opinião de Macedo, os personagens de Dostoiévski se desesperam com suas fantasias agressivas e sexuais, seus desejos incestuosos e paricidas, ideias que afrontam suas convicções mais prezadas. Cheios de culpa, consideram-se pessoas

indignas, que nada merecem a não ser a abjeção de todos. Estariam eles numa situação mental semelhante à de Freud no momento em que, através da identificação com pacientes e a análise de seus sonhos, depara com o próprio inconsciente, sem ter ainda articulado as teorias que lhe forneceriam instrumentos para enfrentá-lo.

Escrito junto ao leito de morte de sua primeira mulher, *Memórias do Subsolo* é o terceiro livro de Dostoiévski, produzido depois da prisão na Sibéria, onde, acusado de conspirar contra o czar, ficara por cinco anos e sofrera uma simulação de execução antes de receber a indulgência. O título remete a um lugar especial, evoca a *outra cena* freudiana, lugar por onde circulam ideias condenadas pela razão, ética e moral. É de lá que o *homem do subsolo* – pois não tem nome o personagem – diz coisas hediondas sobre si mesmo e os valores convencionalmente estabelecidos.

No primeiro capítulo, *O subsolo*, ele se desmerece e se autoflagela sem motivos aparentes. No segundo, *A propósito da neve molhada*, são descritos três episódios incongruentes ocorridos vinte anos antes, que justificam a razão de seu comportamento até então inexplicável. Num, cisma obsessivamente com um oficial em quem, um dia, esbarrara na rua. Noutro, força sua presença numa reunião de antigos colegas que detesta e por quem é ignorado. No mais importante, aparece sua conduta ignominiosa com a prostituta Liza. Alternando desprezo e consideração, a seduz, fazendo-a crer que poderia ajudá-la. Quando Liza se entrega e revela seu segredo mais doloroso – ter sido vendida pelo pai para uma cafetina – ele a rejeita, deixando-a aniquilada. O ter sido – como ela – uma criança abandonada é a fonte do ódio que o consome. De certa forma, Liza entende que é por esse motivo que a maltrata.

Diz Macedo:

Estamos aqui diante de uma demonstração do notável senso clínico de Dostoiévski. Sua apresentação precisa e meticulosa do desabamento daquilo que resta de autoestima de um jovem doentio explica o que vem depois, o surgimento do homem do subsolo, no qual o ódio será a

Sérgio Telles é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, autor de *Visita às casas de Freud e outras viagens* (Casa do Psicólogo) e outros livros.

saída para a catástrofe narcísica e a perversão, a muralha contra a derrocada psicótica (p. 29).

Preso da compulsão à repetição, o homem do subsolo não se dá conta de que recria as situações traumáticas nas quais se sente abandonado e rejeitado – corta as relações pessoais e se isola socialmente.

Diz Macedo:

Essa economia narcísica de sobrevivência gera uma prática de destruição, na qual o assassinato psíquico é um expediente defensivo, uma estratégia de evitar encontros – qualquer encontro provoca sangramento de uma velha ferida de amor-próprio. Essa prática de destruição transformará também qualquer sofrimento em dor moral – modo de excluir definitivamente o outro como causa de um sentimento qualquer, e de fechar de antemão qualquer evento, qualquer novidade, no já conhecido de uma ruminação (p. 37).

Por não suportar mudanças, o homem do subsolo recusa a *vida viva* que Liza lhe acena. Está preso no que Freud chama de *cultura de pulsão de morte*.

O autor mostra que o homem do subsolo faz ativamente com Liza o que, na infância, sofrera passivamente dos pais. Diz ele:

Eis a característica que marca o procedimento perverso: fazer o outro arcar com sua angústia. O esforço para tornar o outro louco é o modo como o perverso se obstina em mergulhar o próximo no desespero que ele nega e rejeita. O psicótico é o reservatório de tal detrito (p. 32).

É curioso que Macedo considere esse um mecanismo próprio da perversão, a resposta perversa ao trauma, quando, como ele mesmo diz, é um exemplo típico de identificação projetiva, mecanismo descrito por Melanie Klein de intensa circulação na comunicação humana em geral e de ocorrência frequente na relação transferencial.

Por ter sido traído, o homem do subsolo trai Liza. Esse é um dado importante, pois Macedo considera a traição um elemento definidor do

trauma: “visto que todo trauma remete a traição por parte daqueles que são amados, daqueles em quem se depositou toda a confiança com a generosidade que acompanha a infância” (p. 35).

Na longa análise que faz de *Crime e Castigo*, Macedo também atribui a situações traumáticas de abandono na infância o assassinato realizado por Raskólnikof. Os descuidos de uma mãe perversa e um pai ausente o levam a construir defesas onipotentes megalomaniacas para sobreviver. Isso fica patente em sua tese sobre os *homens extraordinários*, condição que os autorizaria a fazer o que bem entendessem, sem ter de acatar os impedimentos impostos pela lei.

Aqui, segundo Macedo, a habilidade terapêutica de Dostoiévski transparece na forma como Razumíkhin, Porfiri e Sônia lidam com Raskólnikof.

Razumíkhin é o amigo, o outro bondoso não persecutório que lhe possibilita romper com o enclausuramento narcísico. Mas é na forma como Porfiri leva Raskólnikof a confessar o crime onde a *técnica terapêutica* de Dostoiévski se mostra mais evidente. Sônia, agindo como continente da agressão e desagregação de Raskólnikof, consegue retirá-lo da pernicioso influência de Svidrigáilof, o *verdadeiro* assassino da história. Ao fazê-lo entregar-se à polícia e cumprir a devida pena, Sônia reintegra Raskólnikof na ordem simbólica, salvando-o da perversão e da loucura. Através da mediação de Sônia, o contato com o mundo não lhe fica tão ameaçador, a vida deixa de ser uma perpétua reatualização do trauma vivido como criança nas mãos de pais incompetentes, doentes.

Quando Raskólnikof finalmente admite para Sônia a autoria do assassinato, em vez de rejeitá-lo, ela o abraça e diz que o ama, pois entende que a confissão é a evidência de que uma profunda mudança se processara nele – a disposição de não mais fugir do encontro amoroso com o outro por medo do abandono. Dessa forma, sai do isolamento e solidão em que vivia.

Diz Raskólnikof: “Eu só queria cometer um ato audacioso, Sônia; só queria isso: essa foi a

motivação de meu ato. [...] Quis matar sem casuística, matar para mim mesmo, só para mim” (p. 123). Era um ato gratuito, não motivado pela cobiça, perfeitamente coerente com sua teoria dos *homens extraordinários*, que atestava seu sentimento de desvalia, o ter que ser *extraordinário* para não sofrer com a ameaça de abandono por parte do outro.

A partir do comentário da atuação de Razu-míkhin sobre Ralkólnikof, Macedo desenvolve algumas ideias próprias sobre a transferência, considerando que ela tem a mesma matriz emocional que a amizade. É uma ideia provocadora, pois, por um lado, afasta-se da neutralidade convencionalmente atribuída à posição do analista e, por outro, parece desconsiderar a transferência negativa. O inesperado dessa afirmação é corrigido quando explica que o fato de aproximar a transferência da amizade não anula a assimetria da dupla analista-analisando, mas valoriza a reciprocidade de ambos no desejo de pensar. Seguindo a corrente francesa, vê o analista como um outro/referente, nunca como uma sombra, um duplo. Macedo pensa que na clínica do trauma e da psicose o analista é colocado num rígido lugar idealizado que logo se transforma em persecutoriedade. Somente com o desdobramento da cura é que esse tipo de paciente passa a ver o analista no papel múltiplo de referente das diversas possibilidades relacionais internas e externas. Mas, para que isso ocorra, “é importante que o analista seja uma pessoa real” (p. 63).

A relação entre amor e transferência é assim colocada por Macedo:

O conjunto que em Raskólnikof constitui as mudanças de humor, os movimentos afetivos, a pluralidade de posições subjetivas; as resistências a ouvir o outro, a depender do outro; depois o reconhecimento do elo e suas consequências: regressão e nova organização do desejo –, esse conjunto se chama a catástrofe do amor. Quando isso ocorre em um tratamento analítico chama-se trabalho de transferência (p. 133).

Em *O Duplo*, o frágil Goliádkin não consegue chegar a bons termos com o próprio corpo,

mal-estar que Macedo aproxima daquele sentido pelos adolescentes, que têm de se acomodar a uma nova realidade corporal e às exigências da sexualidade. A chegada do outro, que ocorre quando se apaixona, provoca-lhe uma grande comoção interna e a quebra das defesas narcísicas. Goliádkin se sente doente e procura um médico, que lhe recomenda *companhia alegre* como remédio. Vai então a uma festa para a qual não havia sido convidado, onde comete uma sucessão de gafes até ser expulso do recinto. Na rua, encontra pela primeira vez seu duplo, que exhibe grande traquejo social e desenvoltura no trato com as pessoas, qualidades das quais era desprovido, como acabara de comprovar com o desastroso desempenho na festa. No início, Goliádkin e seu duplo ficam amigos e, logo depois, inimigos. O duplo toma seu lugar e Goliádkin começa a ver Goliádkins em todos os lugares, quando é internado como louco.

Os turbilhões psíquicos dos personagens de Dostoiévski levam Macedo a citar por duas vezes uma intrigante afirmação do psicanalista inglês Winnicott: a psicose está mais próxima da saúde psíquica do que os ideais de normalidade. Se lembrarmos que a saúde mental decorre de um bom contato com os desejos e fantasias inconscientes possibilitado pela flexibilização e porosidade da censura imposta pelos sistemas repressivos e punitivos internos, de fato ela (a saúde mental) está mais próxima da loucura, na qual o inconsciente está a céu aberto e sem nenhuma censura, do que da normalidade, onde os conteúdos inconscientes estão rigorosamente censurados, reprimidos, negados, manifestando-se tortuosamente através de penosos sintomas. O aparente disparate de Winnicott fica desfeito e se chega a uma conclusão consequente – os perturbados personagens dostoiévskianos estão, sim, longe da normalidade, mas próximos da saúde mental.

Psicanalistas e admiradores da obra de Dostoiévski tirarão bom proveito do livro de Heitor O’Dwyer Macedo.

A incestualidade na cena familiar

Maria Lucia de Souza
Campos Paiva

Resenha de Sônia Thorstensen,
Incestualidade: um páthos familiar,
São Paulo, Casa do Psicólogo, 2012, 156 p.

206

PERCURSO 52 : junho de 2014

Lévi-Strauss apontou que a interdição do incesto é uma regra universal existente nas organizações culturais. Podemos pensar que o fato de as sociedades estabelecerem uma lei que interdita os desejos incestuosos é por si só uma constatação da existência de tais desejos no âmbito familiar. A questão do desejo incestuoso aparece na Antiguidade clássica, como vemos na tragédia Édipo Rei, de Sófocles. Trata-se, portanto, de um fenômeno reconhecido nas sociedades há muito tempo. No entanto, é somente a partir dos estudos freudianos que se tornou possível uma compreensão mais profunda do problema.

O livro de Sônia Thorstensen abre um campo para a discussão a respeito da incestualidade à luz da Psicanálise. A autora a coloca na dinâmica familiar como algo universal, necessário e constitutivo do sujeito psíquico, bem como algo aprisionador que pode assumir características patológicas. Fruto de sua dissertação de mestrado, o livro é fundamentado a partir de um atendimento clínico familiar, no qual são analisadas as vicissitudes da circulação dos desejos incestuais.

O livro tem como subtítulo *páthos familiar*, indicando que a autora delimita a concepção que tem de incestualidade. A palavra *páthos*, de origem grega, significa um tipo de experiência humana.

Apoiando-se no referencial teórico freudiano, salienta que, devido à constituição de um inconsciente atravessado por desejos sexuais recalçados, há um sofrimento psíquico, um excesso de dor que fundamenta o *páthos* no ser humano. A incestualidade, então, é vista sob o prisma de uma experiência humana necessária, mas que gera sofrimento psíquico, já que nem todos os desejos poderão ser concretizados na família.

Na obra, a autora toma emprestados os termos *incestualidade* e *incestual*, neologismos forjados por Racamier, que apontam para uma dimensão primitiva e regressiva da sexualidade, com sua sustentação na ilusão de completude; ou seja, essas palavras são usadas pela autora com referência a uma das maneiras pelas quais a sexualidade circula na família. Ao usar esses termos, a autora estabelece tanto os aspectos constitutivos da incestualidade quanto os aprisionadores para a vida psíquica do sujeito e diferencia tais termos da palavra *incestuoso*, que tem sua definição associada ao ato do incesto propriamente dito.

Faz uso também do termo *escolhas exogâmicas* ao referir-se a todas as possibilidades que o bebê tem de escolher, desde a primeira infância, laços afetivos ou até mesmo situações que vão além do vínculo estabelecido com sua mãe. Para que as escolhas afetivas possam ocorrer fora do núcleo familiar, é preciso que a mãe acolha/interdite os desejos incestuosos de seu filho. Desse modo, a autora aponta que o fenômeno psíquico específico da incestualidade tem uma relação interdependente com a noção de escolha exogâmica. Podemos dizer que aí se configura um “fio da navalha”: se, por um lado, é preciso que a mãe estabeleça uma relação afetiva muito próxima a seu filho, por outro lado, é necessário que a interdite, favorecendo todos os tipos de escolha exogâmica. O bebê tem o impulso e o desejo incestuoso puro e, no vínculo com a

Maria Lucia de Souza Campos Paiva é psicanalista, aspirante a membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, doutora em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

própria mãe, aprenderá a deslocá-lo e a adiá-lo. Assim sendo, dependendo do modo como for vivida a incestualidade no âmbito familiar, haverá maior ou menor possibilidade de que escolhas exogâmicas possam ocorrer no desenvolvimento da criança.

Após a introdução, o livro é subdividido em três capítulos. No primeiro, a autora apresenta um caso clínico no qual os fenômenos incestuais assumem um caráter aprisionador, em que o filho do casal é o porta-voz da dinâmica familiar por meio de seus sintomas. Trata-se de um caso de atendimento familiar que acaba sendo rico não só pelas características que permeiam tal tipo de atendimento como também pelo fato de a autora apontar, por meio da relação transferencial, como a incestualidade do tipo aprisionador aparecia no *setting* terapêutico, bem como as vicissitudes do comportamento de cada membro da família. Diz ela: “Quando a atenção da analista voltava-se para os pais, ele ficava vagando pela sala e mexendo nos objetos que encontrava, inclusive na mesa da analista, sob o olhar complacente da mãe e sem ouvir os débeis protestos do pai, que, por sua vez, parecia não esperar ser mesmo ouvido” (p. 30).

Outro aspecto interessante é como, por meio de uma análise das heranças geracionais em que trabalha as histórias das famílias de origem do casal parental, a autora analisa em que medida a família se constituiu gerando diversos sintomas. Então, o processo identificatório da mãe é delineado e, com isso, é possível compreender o lugar que o filho ocupa no imaginário materno e o vínculo simbiótico que a dupla mãe/filho estabelece.

Ainda nesse capítulo, a importância do discurso do pai e a relevância de sua presença são apontados, uma vez que a função paterna de corte no vínculo mãe/filho não é exercida. A autora aproveita a ilustração clínica para discutir e explicar teoricamente o emaranhado que se configura

entre o desejo materno, a função paterna e as fantasias incestuosas presentes na família. A mãe relata, em uma sessão, que toda noite o filho ia para a cama do casal e já havia um colchonete preparado para o pai dormir nele. “Essa fala contém, provavelmente, a explicação para boa parte do estado ansioso de Antônio [nome fictício dado ao filho pela autora], a quem era permitido (ou incentivado) desbancar o lugar do pai no leito conjugal” (p. 33).

No segundo capítulo, depois de ter apresentado o caso clínico, a autora busca, por meio da teoria psicanalítica, uma compreensão dos fenômenos incestuais. Mergulha, inicialmente, no conhecido trabalho freudiano sobre o pequeno Hans (Freud, 1909)¹, para discutir o impulso incestual primitivo próprio do ser humano. O aspecto interessante da análise apresentada decorre da forma como a autora vai dissecando os jogos pulsionais presentes na dinâmica familiar de Hans, tecendo uma leitura intersubjetiva sobre o que ali se passa. Aponta os desejos edípicos de Hans por sua mãe e o sintoma apresentado pelo menino como uma solução de compromisso para tais desejos. O comportamento da mãe passa a ser abordado como um discurso de dupla mensagem: ora rejeita os desejos do filho, ora os estimula proporcionando situações de maior intimidade entre os dois. A presença do pai, enquanto interditor da dupla mãe/filho, é questionada, o que leva a autora a estabelecer uma aproximação entre os dois casos: o Pequeno Hans e o caso por ela apresentado. Encontra em ambas as situações um enlaçamento entre as estruturas emocionais dos pais, os impasses conjugais do casal parental e a formação de sintoma nos filhos. Aponta que, tanto no caso do Pequeno Hans como no caso por ela atendido, os sintomas dos filhos não são nada mais do que uma reação ao que é vivido no âmbito familiar. “O pai cede à mãe, não impõe seu lugar, não interdita a mãe para Hans” (p. 63). No outro caso, a ausência paterna levava a mãe colocar seu filho “[...] em situações de ocupar o lugar do pai, fosse na cama, fosse como companhia constante”

1 S. Freud, “Análise de uma fobia de um menino de cinco anos”, in: S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. X: Duas histórias clínicas (O Pequeno Hans e o Homem dos Ratos)*. Rio de Janeiro: Imago, 1909/1980.

(p. 64). A falha na interdição é a característica presente que aproxima os dois casos clínicos e, por isso, os fenômenos incestuais acabam sendo aprisionadores e sintomáticos.

Após o minucioso exame do caso do pequeno Hans, a autora explicita a função simbólica do pai à luz de Lacan e seus seguidores. Afirma que é necessário que exista uma aliança entre o casal parental para o desenvolvimento do filho, ou seja, que a mãe e o filho possam ser interditados por um terceiro. É importante lembrar que, na teoria de Lacan, a mãe é que apresenta o pai, ao intermediar e validar o discurso paterno. A autora adverte que, mesmo em famílias monoparentais, em que a mãe não tem um companheiro, a interdição pode ser realizada por ela mesma. Entretanto, salienta que a presença real de um pai pode modificar o jogo pulsional vivido na dinâmica familiar. O terceiro presente reforça as várias possibilidades e facetas do triângulo edípico, num interjogo de inclusão/exclusão vivenciado pelos vários pares (pai/mãe; pai/filho; mãe/filho). Pensando sobre o aspecto da inclusão/exclusão vivido no cotidiano familiar, a flexibilidade no processo de aproximação e de afastamento dos membros de uma família leva à possibilidade de que os fenômenos incestuais, tanto os constitutivos do sujeito quanto os aprisionadores de seu desenvolvimento, possam ser vividos ou interditados e, finalmente, elaborados. A incestualidade assume, nesse interjogo, um caráter benéfico e não aprisionador.

Para discutir a faceta aprisionadora que a incestualidade pode assumir, a autora apoia-se no próprio caso do Pequeno Hans e em sua vasta experiência clínica para abordar a dificuldade que um pai pode ter em interditar os desejos incestuosos de sua parceira em relação ao filho e vice-versa. Discute que tal dificuldade pode estar sustentada no medo de perder o amor do filho, bem como por se identificar com os desejos edípicos dele ou, ainda, por não ter vivenciado em sua família de origem a presença de um pai interditor.

Nos casos em que o pai não exerce a função de interditor, a criança fica apenas no lugar de

objeto de desejo, assujeitada exclusivamente ao anseio materno, tendo dificuldade, assim, em criar o próprio desejo. Em última instância, a função paterna assume um caráter interditor que poderá libertar o filho do laço incestual e concederá à criança a possibilidade de traçar seus próprios caminhos.

Depois de abordar a função paterna frente aos desejos incestuosos do filho, a autora faz uma bela análise a respeito da função materna. Retoma os primórdios da constituição do vínculo mãe/bebê ao descrever as marcas desse relacionamento já na vida intrauterina. Busca, assim, desvendar as raízes do desejo feminino e a importância para a mulher em gerar um filho. Parte da noção freudiana de que o desejo de gerar um filho é o desejo por excelência de uma mulher. No entanto, a autora questiona e amplia tal visão, ao destacar que a experiência clínica demonstra serem vários os fatores que podem colocar um filho no lugar de objeto de maior relevância na vida de uma mulher. As dificuldades vividas na vida conjugal, a dificuldade de desenvolver uma identidade pessoal que vá além do exercício da maternidade, a transmissão transgeracional de valores sobre a maternidade são alguns dos fatores que podem contribuir para que a mãe coloque o filho como objeto central de sua vida. Nesse sentido, a mãe contribui para que o filho fique aprisionado ao seu desejo.

No que se refere ao tema da incestualidade, dessa forma, o pai que não chega a compreender sua função de interdição da mãe ao filho terá tido um pai nas mesmas condições, transmitindo, inconscientemente, esse tipo de posicionamento de uma geração para outra.

O mesmo acontecerá com a mãe. Ela transmitirá, a seus filhos e filhas, um modo materno aprisionador de se vincular incestualmente que avançará pelas gerações seguintes, se não houver um pai que interrompa a cadeia (p. III).

Libertar o filho do próprio desejo é vivenciar o luto da separação, assunto que é abordado no terceiro capítulo junto com o tema da

possibilidade de escolhas exogâmicas. Nesse capítulo, a autora, após ter esclarecido teoricamente a questão da incestualidade, elucida o processo ininterrupto de alternâncias de investimentos em objetos incestuais e objetos exogâmicos ao longo da vida do sujeito. A análise feita busca, mais uma vez, um suporte na teoria pulsional freudiana, o que permite ao leitor um fácil entendimento do circuito pulsional que permeia a dinâmica familiar. Ao descrever o processo da escolha exogâmica, aponta que, em toda escolha desse tipo, há sempre um reencontro com o primeiro objeto de amor na esfera do inconsciente. A ideia está fundamentada no deslocamento da libido, que é feito do objeto incestuoso principal para o objeto exogâmico a ser escolhido. Desse modo, os desejos incestuosos que foram interditados podem ser experimentados em outra dimensão.

Nas considerações finais, a autora faz um alerta de que alguns sintomas que certas crianças apresentam podem ter como pano de fundo uma incestualidade patológica, o que muitas vezes acaba sendo difícil de ser diagnosticado. Ressalta a importância de que sejam entendidos, para o atendimento clínico com família, os modos de interdição que a mãe pode exercer. A família, enquanto objeto de estudo, é algo muito complexo, não só pela diversidade de modelos de famílias existentes, mas também por conta de que as diversas dinâmicas familiares se apoiam no circuito pulsional

inconsciente vivido pelo grupo familiar. Este livro traz uma fatia de um aspecto fundamental na constituição subjetiva do sujeito psíquico e, por conseguinte, torna-se um livro importante para os estudiosos dos processos que permeiam a família.

Tanto o caso apresentado pela autora quanto o caso freudiano referem-se a casais heterossexuais e de famílias cujo modelo de casamento assemelha-se a um modelo tradicional de vínculo conjugal. Thorstensen deixa claro que não teve o objetivo de discutir, neste livro, as vicissitudes da questão da incestualidade em outros modelos de família. Entretanto, com base nos apontamentos feitos, ao longo do livro, é possível que o leitor reflita sobre a incestualidade enquanto *páthos familiar* presente em qualquer tipo de organização familiar existente na contemporaneidade. Ao se concluir a leitura do livro, percebe-se que é possível um aprofundamento no tema da incestualidade presente em todas as organizações familiares e, até hoje, tão pouco discutida. Nesse sentido, o valor da obra está no tema focalizado, pois a autora assume que na cena familiar há um interjogo de desejos incestuosos que podem ser benéficos ou aprisionadores. Entendo que a autora foi muito cuidadosa ao explicitar que a discussão da incestualidade dizia respeito a um modelo de família, entretanto, chamo a atenção para a possibilidade de se ampliar tal reflexão para os demais modelos familiares.

Colaboradores deste número

Bela M. Sister

R. Maranhão, 584, cj. 42
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 38245.3470
belasister@terra.com.br

Chaim Samuel Katz

R. Garcia D'Ávila, 64, sl. 201
22421-010 Rio de Janeiro RJ
chaimskatz@gmail.com

Darcy Haddad Daccache

R. Atlântica, 776
01440-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3064.9434
darcyhd@terra.com.br

Eveline Alperowitch

R. Gracindo de Sá, 57 casa 2
01443-080 São Paulo SP
Tel (11) 3086-1983
eveline.a@terra.com.br

Flávio Carvalho Ferraz

R. João Moura, 647 conj. 121
05412-911 São Paulo SP
Tel.: (11) 3088-9606
ferrazfc@uol.com.br

Georges Gaillard

22 rue des Écoles
69580 Sathonay-Camp France
Tel.: 33 (0) 6 08 64 17 16
Georges.Gaillard@univ-lyon2.fr

Gina Tamburrino

R. Borges Lagoa, 1065, cj. 11
04038-032 São Paulo SP
Tel.: (11) 3459.7978/9-9295-6690
ginatamburrino@uol.com.br

Heidi Tabacof

R. Jericó, 255/32
05435-040 São Paulo SP
Tel: (11) 3031-3613
h.tabacof@uol.com.br

Heitor O'Dwyer de Macedo

13 rue Valette
75005, Paris França
hdemacedo75@gmail.com

Jeanne Marie Gagnebin

R. Barbosa de Andrade 642
13070-158 Campinas, SP
Tel.: (19) 3241 6746
jmgagnebin@gmail.com

Joel Birman

Tel.: 21 2259 8413
Rio de Janeiro RJ
joelbirman@uol.com.br

Lia Lima Telles Rudge

Avenida Rouxinol 84 cj 101
04516-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 5531-6656/9-9227-1282
lia@trudge.com.br

Lucía Barbero Fuks

R. Marques de Itú, 837
01223-001 São Paulo
Tel.: (11) 3259-0922
bflucia@uol.com.br

Mara Selaibe

R. Maranhão, 554, cj. 36.
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3662.4640
selaibe@terra.com.br

Marcelo N. Viñar

Joaquín Núñez 2946
11300 Montevideú Uruguai
Tel. (59 82) 711-7426
marvin@belvil.net

Maria Angela Santa Cruz

R. Prof. Pedro da Cunha, 65, cj. 32
05010-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862-1936/99219-7526
mangelasc@gmail.com

Maria Auxiliadora de Almeida
Cunha Arantes

R. Caiubi, 321 apto 73
05010-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 9-8661-6787 (celular)
e-mail dodoraarantes40@gmail.com

Maria Beatriz Costa Carvalho
Vannuchi

R. Jericó, 255, cj. 12
05435-040 São Paulo SP
Tel.: (11) 3816.2538
mbeatrice@gmail.com

Maria Carolina Gentile Sciulli

R. Manuel da Nóbrega 595 cj 13
04001-083 São Paulo SP
Tel.: (11) 9-9817-17727
mcarolinagentile@gmail.com

Maria Cristina Ocariz

R. Maranhão 554 cj. 28
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666-0871/9-9254-4879
cristinaocariz@uol.com.br

Maria Laurinda R. Sousa

R. dos Otonis, 120 Vila Mariana
04025-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 5572 3589
mlrsousa@uol.com.br

M. Liliansa I. Emparan Martins
Pereira

R. Apinajés, 1709
01258-001 São Paulo SP
Telefone: (11) 3864-5340/9-9203-3891
liliansa@bratex.net

Maria Lucia de Souza Campos Paiva

R. Pe. Carvalho, 236
05427-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 3814-4969;
mlupaiva@usp.br

Marina F. R. Ribeiro

R. Cerro Corá, 585, torre 1, cj. 205
05061-150 São Paulo SP
Tel.: (11) 3819-0325/9-9851-0331
marinarribeiro@terra.com.br

Mario Pablo Fuks

R. Marques de Itú, 837
01123-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3259-0922
mfuks@uol.com.br

Marcelo N. Viñar

Joaquín Nuñez 2946
11300 Montevideo Uruguai
Tel.: (59 82) 711-7426
marca@belvil.net

Miriam Chnaiderman

R. Maranhão 620, cj 62
01240-00 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666-4537
chnaide@uol.com.br

Moisés Rodrigues da Silva Júnior

R. Sen. Cesar Lacerda Vergueiro, 418,
2º andar.
05435-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3875-0797
moisesrs@uol.com.br

Monica Seincman

R. Ministro Gastão Mesquita, 793
05010-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862-0760
monicasnman@uol.com.br

Nana Corrêa Navarro

R. Jericó, 275
05435 040 São Paulo SP
Tel.: (11) 9-9617-4122
navarro-nana@hotmail.com

Paula Salvia Trindade

R. Borges Lagoa, 1080 cj 807
04038-002 São Paulo SP
Tel.: (11) 5082-4778/9-9186-6395
paulasalvia@gmail.com

Paulo Cesar Endo

R. Tanabi, 162 ap.12
05002-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862-3912
pauloendo@uol.com.br

Ricardo Rodulfo

Concepción Arenal 2461 – 6º A
1426 – Capital Federal Argentina
Tel.: (54 11) 4774-0423
ricardorodulfo@arnet.com.ar
www.rodulfos.com

Renato Mezan

R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3081-4851
rmezan@uol.com.br

Rodrigo Blum

R. Monte Alegre, 428, cj. 105
05014-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3673-2408
rodrigoblum@uol.com.br

Sergio Telles

R. Maestro Cardim, 560 cj. 194
01323-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3283-5767
setelles@uol.com.br

Silvio Hotimsky

R. Ilhéus, 135
01251-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862-7743
silviohotimsky@hotmail.com

Sylvia Loeb

Av. Albert Einstein, 686
05652-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3743.8638
loebisy@terra.com.br
sylvia.loeb@gmail.com

Tereza Cristina Gonçalves

R. Galeno de Almeida 164
05410-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 9-9111-7480/9-8040-1722
tecrisgoncalves@gmail.com

211

Colaboradores deste número

Normas para envio de artigos e resenhas

A apresentação de trabalhos para publicação na Revista Percurso pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação, por parte do articulista, das seguintes normas:

1. Os trabalhos enviados para publicação, sempre originais e inéditos, deverão ser antecedidos por duas páginas contendo, separadamente, os seguintes dados:

Página 1

- ♦ o título e o nome do autor
- ♦ sua qualificação
- ♦ endereço (incluir CEP)
- ♦ telefone (incluir DDD)
- ♦ e-mail

Página 2

- ♦ resumo do artigo enviado, com até cinco linhas, em português, e traduzido para o inglês, com redação ou revisão feita por um profissional da área
- ♦ até seis palavras-chave em português e inglês
- ♦ número exato de caracteres do texto, com espaços
- ♦ data de remessa.

2. A página de rosto é destacada quando o trabalho é remetido para avaliação, de modo a preservar, durante todo o processo, o sigilo quanto à identidade do autor. Portanto, para identificar de qual artigo se trata, o título deverá ser repetido na primeira página do texto.

3. Os trabalhos deverão ser entregues em sete cópias, pessoalmente ou por correio (sem SEDEX), à Coordenação Editorial de Percurso: R. Amália de Noronha, 198, 05410-010 São Paulo. Não serão aceitos trabalhos enviados por e-mail.

4. Todos os trabalhos são analisados em detalhe pelo plenário da Comissão Editorial ou da Comissão Editorial de Resenhas, que poderão solicitar ao Conselho Científico Externo um ou mais pareceres. Uma vez aceito, um membro destas transmite ao autor eventuais recomendações para mudanças na forma ou no conteúdo, em particular – mas não só – a fim de adequar aos padrões gráficos da revista.

5. Os artigos enviados devem ter até 35 mil caracteres (com espaços), incluídas as notas de rodapé e não incluídas as referências bibliográficas do final. As resenhas devem ter até 15 mil caracteres (com espaços). Trabalhos que excedam esses limites poderão ser devolvidos aos autores para que possam adequá-los às normas, antes de qualquer avaliação.

6. É indispensável seguir os padrões gráficos utilizados por Percurso:

- ♦ o que merecer destaque deve vir em itálico; não utilizar sublinhado nem negrito.
- ♦ colocar intertítulos para facilitar a leitura.
- ♦ palavras estrangeiras e títulos de livros mencionados no texto: estilo itálico, sem aspas.
- ♦ títulos de artigos mencionados no texto: estilo normal, com aspas;
- ♦ citações: devem vir entre aspas, com chamada de nota de rodapé contendo a respectiva referência bibliográfica. As citações de até três linhas devem ser incluídas no corpo do texto; citações de quatro linhas ou mais devem ser destacadas do texto, em parágrafo escrito em fonte menor.

7. As notas deverão vir no rodapé da página em que figura a respectiva chamada, e ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. Podem ser explicativas ou bibliográficas; neste caso, seguir o formato europeu, como indicado abaixo:

a. **Nome do autor:** em ordem direta, com maiúsculas somente nas iniciais do nome e do sobrenome. Exemplos: S. Freud; M. Klein; D. W. Winnicott.

b. **Artigos e capítulos de livros:** título entre aspas, seguido do nome do livro em que aparecem, cidade, editora, ano de publicação e página citada, precedida apenas da letra “p.” Exemplo: N. Bleichmar e c. Bleichmar, “Os pós-kleinianos: discussão e comentário”, in *A Psicanálise depois de Freud*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1994, p. 286. Caso se trate de uma revista ou periódico, colocar em itálico o nome da revista, indicando número ou volume, local de publicação, ano e página citada. Exemplo: R. Zygouris, “O olhar selvagem”, *Percurso* n. 11, São Paulo, 1993, p. 12. (Não se usa in antes do nome de um periódico).

c. **Livros:** título em itálico, cidade, editora, ano de publicação e página(s) citada(s). Exemplo: J. Greenberg e S. Mitchell, “Object Relations”, in *Psychoanalytic Theory*, Cambridge, Harvard University Press, 1993, p. 377 (ou: p. 377-378).

d. **Textos citados mais de uma vez:** a partir da segunda vez inclusive, colocar apenas nome do autor, a expressão *op. cit.* em itálico, e a página citada. Exemplos: R. Zygouris, *op. cit.*, p. 73; Bleichmar e Bleichmar, *op. cit.*, p. 289. Se entre a primeira e a segunda citação for citada OUTRA obra do mesmo autor, escolher uma forma simples de distinguir entre ambas. Exemplo: primeira citação, Marcia Neder Bacha, *A arte de formar*, Petrópolis, Vozes, 2002, p. 45; segunda citação, Marcia Neder Bacha, *Psicanálise e educação: laços refeitos*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 1009, p. 70; terceira citação, Bacha, *Laços...*, p. 90; quarta citação, Bacha, *A arte...*, p. 134; quinta citação, Bacha, *A arte...*, p. 136; e assim sucessivamente.

e. **Referências bibliográficas:** Ao final do trabalho, deverão constar as referências bibliográficas em ordem de sobrenome dos autores, seguidas pelos dados da obra. Exemplos:

Mezan, R. *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Levisky, D. *Um monge no divã*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

8. **Para resenhas:** título da resenha, seguido da expressão “Resenha de”, nome do autor, título da obra em itálico, cidade, editora, ano de publicação e número de páginas. Exemplo: Freud, o fio e o pavio – Resenha de Chaim Samuel Katz, *Freud e as psicoses: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: Xenon, 1994, 274 p. O nome, qualificação, endereço, telefone e e-mail do resenhador devem vir no final do texto, seguindo o solicitado no item 1 destas Normas. Colocar na página de

rosto as palavras-chave da resenha: não é necessário apresentar resumo ou abstract.

9. Uma vez atendidas as recomendações das Comissões Editoriais, os trabalhos serão entregues no endereço acima, em CD, no formato Word (.doc), acompanhados de uma cópia impressa.

10. O autor receberá cinco separatas do seu trabalho, além de um exemplar do número em que ele figura. Os trabalhos recusados não são devolvidos; o *copyright* dos aceitos pertence aos seus autores. Caso venham a ser publicados em coletâneas ou outros periódicos, inclusive eletrônicos, solicita-se mencionar que a primeira publicação se deu na Revista *Percurso*. Os autores declaram aceitar a divulgação de seus trabalhos no *site* da revista, www.uol.com.br/percurso.

Onde encontrar *Percurso*

Belo Horizonte

Livraria do Psicólogo
Av. do Contorno, 1390
Floresta
Tel.: (31) 3303-1013 / 3428-5000
livrariadopsicologo@livrariadopsico
logo.net

Fortaleza

Livraria Lua Nova
Av. Treze de Maio, 2861
Benfica
Tel.: (85) 3214.5488

Goiânia

214 Dimensão
R. 1121, nº 249 – setor Marisa
Tel.: (62) 3281.4135
dimens@terra.com.br

Porto Alegre

Livraria Cultura
Av. Túlio de Rose, 85 loja 302
Tel.: (51) 3028-4033 / 3170-4033
dqmanzano@livrariacultura.com.br

Ribeirão Preto

Núcleo Tabela – Instituto de Formação e Pesquisa em Psicanálise, Psicologia e Ciências Humanas
R. Visconde de Abaeté, 210
Tel.: (16) 3623.5780
contato@nucleotavola.com.br

São Paulo

FNAC Brasil – Pinheiros
Praça Omaguás, 34
Telefax: (11) 3815.1099 r. 271
revistaria@fnac.com.br

Livraria APG
R. Monte Alegre, 948
Perdizes
Tel.: (11) 3871-2023 / 3862-9065
livrariaapg@terra.com.br

Livraria Cultura – Villa Lobos
Av. das Nações Unidas, 4777 loja 245
Tel.: (11) 3024-3599 / 3024-3570
rodrigoh@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Market Place
Av. Dr. Chucri Zaidan, 902 loja 222
Tel.: (11) 3474-4033
gaalmeida@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Paulista
Av. Paulista, 2073 loja 153
Conjunto Nacional
Tel.: (11) 3474-4033
cgtorres@livrariacultura.com.br

Livraria da Vila
R. Fradique Coutinho, 915
Vila Madalena
Tel.: (11) 3814-5811

Livraria Pulsional
R. Min. Gastão Mesquita, 132
Perdizes
Tel.: (11) 3865.8950 / 3675.1190
pulsional@uol.com.br

Maura Book's
Vila Guilherme
R. José Gonçalves Gomide, 545
Tel.: (11) 2909.1959 / 3865-1232
mbooks@uol.com.br

Sorocaba

Psicologia no Cotidiano
Av. Presidente Kennedy, 316
Jardim Paulistano
Tel.: (15) 3327-2104
contato@psicologianocotidiano.com.br
www.psicologianocotidiano.com.br

Salvador

Colégio de Psicanálise da Bahia
Urania Tourinho
R. Alfredo Magalhães, 96, 1º andar
Barra
Tel.: (71) 3264-3202

Uberaba

Ilcéa Borba Marquez
R. Alfen Paixão, 599
Mercês
Tel.: (34) 3312.7761



A Dr. Contábil consiste na prestação de serviços contábeis, tributários, trabalhistas e societários e é composta de profissionais qualificados em constante atualização com o objetivo de atender com segurança nossos clientes.

Nosso objetivo é fornecer serviços de qualidade, com postura ética, diferenciada, competência e eficácia.



Acesse nosso site:

www.contabil.net

Avenida Caxingui 94 Butantã
CEP 05579 000 São Paulo Capital
Telefone (11) 3724 9440
menossi@contabil.net

Um produto desenvolvido por:

MEN0551
CONSULTORIA CONTÁBIL

Para assinar *Percurso*

- ♦ **Assinatura anual:** R\$ 160,00* (dois números).
- Por telefone:** ligue para (011) 3081-4851, das 9:00 às 16:30, de segunda a sexta-feira. Você receberá uma ficha de compensação, que poderá ser paga em qualquer agência bancária.
- Por cartão:** ligue para (011) 3081-4851, nos mesmos horários. Tenha em mãos o número de seu cartão. Aceitamos Mastercard, Visa e American Express.
- Por cheque:** envie seus dados pessoais e cheque nominal para
Sociedade Civil Percurso
a/c Setor de Assinaturas
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP

Autorização para assinar *Percurso* por cartão de crédito

NOME:	_____	DATA:	___/___/___
ENDEREÇO:	_____		
CEP:	_____	CIDADE:	_____
ESTADO:	_____		
TELEFONE RES.:	() _____	COM.:	() _____
CIC:	_____	RG:	_____
E-MAIL:	_____		
Mastercard:	nº <input type="text"/>	val.:	/
Visa:	nº <input type="text"/>	val.:	/
AmEx:	nº <input type="text"/>	val.:	/
Quantidade de Parcelas:	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 5

Remeta este cupom por fax ou ligue, informando seus dados, para:

REVISTA PERCURSO – SETOR DE ASSINATURAS
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP
Tel/Fax: (11) 3081-4851

Você também pode nos enviar um e-mail (percurso@uol.com.br) autorizando-nos a debitar em seu cartão o valor da assinatura. Neste caso, seu cadastro será feito pelo telefone. Por favor, tenha em mãos os documentos necessários.

Impresso em Aparecida SP, em novembro de 2014,
no parque gráfico da Editora Santuário,
para o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae